

O trabalho que o leitor tem em mãos é um exemplo de exercício clínico não apenas apoiado na ilustração de conceitos, mas em sua tensão crítica. Traço de um pensamento forte, não só pelo poder explicativo e pela tomada de posição, mas também por usar tal movimento contra si, índice importante da prática textual em psicanálise. A retomada de suas próprias questões, o diálogo não subserviente nem imperialista com outras formas do saber, insere este texto nos debates de certa "antropologia psicanalítica", cujo centro é o problema da liberdade e cuja questão chave, neste caso, é a diferença entre o sujeito e a criança, entre a infância e o infantil, entre o lógico e o cronológico. Trata-se de uma verdadeira viagem pela riqueza e complexidade das questões envolvendo a relação, ainda indefinida, sobre a função da fantasia na relação entre constituição do sujeito e estruturas clínicas. Uma contribuição original de uma das psicanalistas mais inquietas de sua geração.

CHRISTIAN DUNKER

Da fantasia de infância ao infantil na fantasia

A direção do tratamento na
psicanálise com crianças



COLEÇÃO ATO PSICANALÍTICO

Conselho científico: Christian Dunker (direção), Nina de Araújo Leite, Dominique Fingermann, Antonio Quinet, Raul Albino Pacheco, Vladimir Safatle, Nelson da Silva Jr., Maria Ângela Vorcaro, Ana Paula Giansi, Maria de Fátima Milnitzki, Heloísa Helena Aragão e Ramirez, Tatiana Carvalho Assadi, Fuad Kirillos Neto, Ronaldo Torres

A Coleção Ato Psicanalítico objetiva tornar público trabalhos de orientação psicanalítica voltados para a reflexão sobre sua prática clínica. Compreende tanto estudos temáticos sobre grandes figuras da psicopatologia psicanalítica quanto desenvolvimentos de formalização sobre a estrutura do tratamento, o diagnóstico e as variedades de intervenção clínica. Inclui-se neste projeto estudos epistemológicos sobre a história e constituição da clínica psicanalítica, com ênfase na perspectiva de Freud e de Lacan, privilegiando a interlocução com a filosofia e a teoria social.

Conheça os títulos desta coleção no final do livro.

Da fantasia de infância ao infantil na fantasia

A direção do tratamento na
psicanálise com crianças

Ana Laura Prates Pacheco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

P166

Pacheco, Ana Laura Prates.

Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças. / Ana Laura Prates Pacheco. Apresentação de Antônio Quinet. Prefácio à edição argentina de Pablo Peusner. – São Paulo: Annablume, 2012. (Coleção Ato Psicanalítico). 308 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-391-0452-9

1. Psicanálise. 2. Lacan, Jacques-Marie Émile (1901 – 1981). 3. Crianças. 4. Fantasia. 5. Constituição do Sujeito. 6. Tratamento Psicanalítico com Crianças. I. Título. II. A direção do tratamento na psicanálise com criança. III. Série. IV. Quinet, Antônio. V. Peusner, Pablo.

CDU 159.964.2
CDD 153.3

Catalogação elaborada por Ruth Simão Paulino

DA FANTASIA DE INFÂNCIA AO INFANTIL NA FANTASIA:
A DIREÇÃO DO TRATAMENTO NA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS

Projeto, Produção e Capa
Coletivo Gráfico Annablume

Revisão
Anna Turriani

1ª edição: outubro de 2012

© Ana Laura Prates Pacheco

Annablume Editora
Conselho Editorial
Eugênio Trivinho
Gabriele Cornelli
Gustavo Bernardo Krause
Pedro Paulo Funari
Pedro Roberto Jacobi

Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 554 . Pinheiros
05415-020 . São Paulo . SP . Brasil
Tel. 55 11 3539.0226 – Televidas 3539.0225
www.annablume.com.br

Para Raul:
Letra α , fora da série,
Que nomeou meu desejo e
fez de mim sua mulher

AGRADECIMENTOS

OS TEMPOS DE CONSTRUÇÃO DESTE TRABALHO (2004-2006) foram extensos, intensos e inesquecíveis. Tempos de encontros e despedidas. Encontros do real, despedidas de fantasias. Tempos de criação de novas ficções e de esculpir novas formas de desejo. Nessas veredas tortuosas, reencontrei a velha infância, ponto de partida do desejo acalentado, desde sempre, de ser psicanalista. Daquele desejo ao outro – o desejo do psicanalista – houve um passo descontínuo, um salto. Com este trabalho, causado pelo reencontro contingente com a infância, pude me despedir do lugar *infans* – lugar de quem não fala.

Esse percurso – que foi essencialmente solitário – não teria, entretanto, se construído sem parcerias. E é por isso que considero esta, uma obra polifônica: muitas foram as vozes e os silêncios que tornaram possível sua composição. Muitas, também, as escutas que me permitiram falar nos momentos certos e incertos. A essas pessoas, a minha mais profunda gratidão e o reconhecimento por um trabalho compartilhado.

Meu agradecimento público a Leia Prizskulnik pelo acolhimento a essa pesquisa no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, quando do falecimento de Luiz Carlos Nogueira.

Agradeço, igualmente, a Sandra Dias, Walkiria Grant e Leandro de Lajonquiére, pela participação e contribuições em minha banca de doutorado, em 2006.

E a Christian Dunker, pela leitura rigorosa quando esse trabalho apresentou-se como tese e por incluí-lo agora na coleção “Ato Psicanalítico”, por ele dirigida.

Agradeço à editora Annablume, especialmente ao José Roberto, pelo acolhimento deste trabalho entre seus títulos.

Na Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano pude construir e encontrar o abrigo necessário para endereçar minhas questões e dividir a solidão do ato analítico com alguns outros. Os colegas que compõem nossa comunidade analítica de Escola nos diversos países e estados do Brasil deixaram – com suas intervenções, escritos, mas, sobretudo com seu posicionamento – uma marca indelével na minha formação analítica, política, ética e intelectual.

Os colegas do FCL-São Paulo, em particular, puderam, em momentos decisivos, acolher minha produção teórica com respeito e generosidade. As repercussões da interlocução e do debate leve e descontraído que desenvolvi com os colegas da Rede de pesquisa de Psicanálise e Infância, durante esses anos de trabalho estão presentes em cada linha aqui escrita. A presença a um só tempo firme e sutil de Beatriz Oliveira, coordenadora da Rede foi fundamental para sustentar esse desafio.

O convívio com Luiz Carlos Nogueira tinha o poder alquímico de transformar a paixão da ignorância em desejo de saber. Foi difícil escrever sem supô-lo leitor, mas, finalmente, aprendi que “uma carta sempre chega a seu destino”.

A resistência e retidão de Helena Bicalho deixaram suas marcas, para além das inestimáveis lições de lógica e psicanálise.

O “ponto de escuta” sustentado por Antônio Quinet me permitiu encontrar, para além dos ruídos, o silêncio que ecoa dos tons, sons e sentidos.

Agradeço ainda:

A Ana Paula Gianesi, amiga querida, cujo empenho e, mais do que isso, o desejo decidido, foi imprescindível para a publicação desse livro.

Ao Pablo Peusner, pela dedicação e seriedade sem os quais a versão em espanhol desse livro não existiria. E também, pelo Prefácio daquela edição, aqui reproduzido em português.

Aos colegas e amigos Ana Paula Pires, Dominique Fingermann, Gabriel Lombardi, Guilherme Mola, Marcelo Mazzuca, Rita Vogelar, Ronaldo Torres, Sandra Berta, Silmia Sobreira e Sonia Alberti, pelo esforço incansável de “passar o passe” e pela demonstração de amizade e carinho em tantos momentos difíceis, mas também nos fáceis.

Ao Conrado Ramos, pelo *topos* sustentado e o tempo dedicado.

Ao Raul Pacheco pela orientação e(a)fetiva.

Aos queridos amigos, companheiros e parceiros de consultório Michele, Letícia e Maristella, incluindo aqui a Pepita, além dos já mencionados, que não cansam de revelar novos e inesperados sentidos para fraternidade, nos tantos banquetes gastronômicos, etílicos, platônicos e totêmicos compartilhados ao longo da vida.

Ao Flávio, irmão querido, pela infância compartilhada no quintal. E também Samantha, Erica e Thiago, por não me deixarem esquecer a infância, quando ainda estava tão perto dela.

Aos “avós” Elza (*in memoriam*), Raul e Ingrid por me ensinaram, em ato, que a transmissão vai além dos laços sanguíneos.

À Juliana Lima Vieira, com quem divido a (im)possível tarefa de educar.

Ao Rodrigo e ao Alexandre, por me permitirem experimentar uma maternidade fresca, irresponsável e atemporal.

Os melhores momentos da minha infância foram proporcionados por minha avó Lygia, de quem sinto uma saudade intensa e feliz. As respostas filosóficas de minha mãe Regina

para a pergunta pueril: “o que é infinito?” ainda ecoam em minha memória. Desde então, gostei de interrogar o tempo. Mais tarde, também foi seu desejo que indicou uma direção, apontando e abrindo o caminho para a França, mais além da Grécia, como o lugar do saber. A escuta seletiva de meu pai Júlio nunca o impediu de responder aos meus chamados nos momentos em que sua discreta presença foi imprescindível e insubstituível. Essas marcas aparecem, agora, nos seus netos.

Nessa composição, o acompanhamento afinado e o ritmo exato do Raul, bem como as vozes melodiosas de Gabriel e Luiza dão o tom do amor: “...e a gente canta, a gente dança, a gente não se cansa... de ser criança, a gente brinca, na nossa velha infância...”.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DE Antônio Quinet	15
PREFÁCIO À EDIÇÃO ARGENTINA	19
A DIREÇÃO DO TRATAMENTO NA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS: QUESTÕES PRELIMINARES	25
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DE UMA FANTASIA DE INFÂNCIA	41
A descoberta da infância	45
A infância é o sono da razão	56
A infância e o despertar do desejo	65
A infância contemporânea: desaparecimento ou generalização?	79
CAPÍTULO 2 – O TRATAMENTO PSICANALÍTICO COM CRIANÇAS: DIREÇÕES	91
Psicanálise ou pedagogia? A controvérsia entre Anna Freud e Melanie Klein	95

O brincar, a realidade e a fantasia: contribuições de Donald Winnicott	104
A criança na estrutura familiar: Françoise Dolto e Maud Mannoni	109
A "nota sobre a criança" de Jacques Lacan	117
A defesa pela unidade da psicanálise: Rosine e Robert Lefort	121
O tempo da fantasia e o fim da análise: debate atual no Campo Lacaniano	128
CAPÍTULO 3 – A BOLSA OU A VIDA? A ESCOLHA FORÇADA E O SUJEITO	
A entrada no mundo dos homens	141
Formação do eu (<i>je</i>): da insuficiência à antecipação	143
Constituição do sujeito: a lógica edípica	149
Constituição do sujeito: a dialética do desejo	158
Extração do objeto: a topologia da fantasia	173
CAPÍTULO 4 – A INSONDÁVEL DECISÃO DO SER E O TEMPO	
O diagnóstico estrutural	203
A exploração da estrutura	206
Sondando o ato de decidir	213
CAPÍTULO 5 – A CONSTRUÇÃO DA FANTASIA: O LUGAR DO INFANTIL	
MOMENTO DE CONCLUIR	231
Direção do tratamento psicanalítico: da fantasia de infância ao infantil na fantasia	257

A "bola fora" de Zeti e as defesas da analista	261
A trajetória do sujeito na topologia da fantasia: montagem da ficção e fixação de gozo	267
O que pode o dispositivo analítico frente ao dispositivo de infantilidade?	277
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	287

APRESENTAÇÃO

ANTONIO QUINET

UMA QUESTÃO PRELIMINAR A TODO TRATAMENTO POSSÍVEL de crianças pelo discurso psicanalítico. Eis o subtítulo implícito que apreendo deste livro de Ana Laura Prates Pacheco, parafraseando o célebre artigo de Lacan sobre a psicose.

Para desenvolver essa questão, a autora interroga, desenterra, sopra a poeira e desconstrói o conceito e o preconceito, os significados, a história, a sociologia e as apropriações discursivas fora e dentro da psicanálise do significante CRIANÇA. Ao longo deste extenso trabalho, acompanhamos a lógica da construção do que se convencionou chamar de infância concomitante com os discursos e dispositivos aplicados a esses pequenos indivíduos sem direito de cidadania, no decorrer da história até o aparecimento das especialidades pedo: pedagogia, pediatria, pedopsiquiatria, e seu contraponto, a pedofilia. Além, é claro, da psicologia infantil e da problematização no interior da psicanálise se existe ou não a especificidade da psicanálise com crianças.

Sua posição, no entanto, não é absolutamente externa à psicanálise, e sim como psicanalista que se interroga a partir de sua clínica. Causada por ela, Ana Laura parte em sua viagem, não com a mala pronta, e sim com seus vazios, para interrogar os saberes em jogo e a própria teoria psicanalítica.

Sua bagagem vai aumentando. E seu texto-valise longe de pesar, alivia, trata, responde aos grandes e pequenos buracos que toda clínica analítica verdadeira perfura em nossas nas construções apriorísticas. Sua pesquisa parte do que ela considera ter sido um erro em sua condução de uma análise com um menino de oito anos. Posição corajosa, digna de uma analista, que se deixa questionar pelos efeitos de seus atos.

Assim, podemos encarar este livro como uma longa travessia de interrogações que começa com o espanto de uma interrupção de análise, e parte para o questionamento sobre o que se colocou como obstáculo para ela como analista: terá sido seu próprio conceito de psicanálise com criança? Seu próprio diagnóstico não lhe é poupado: a “criança” fez obstáculo ao “sujeito”. E daí extrairá sua tese – que deve ser um alerta a todos os psicanalistas que se dedicam a atender crianças para tratamento analítico: ao tratar o sujeito como criança, o analista nada mais faz do que atuar sua fantasia de infância. E daí se cria a fantasia de “uma psicanálise com crianças”.

Sua incursão no país da psicanálise – apoiada em Freud que destrói a suposta inocência da criança e afirma sua sexualidade – nos faz percorrer a psicanálise inglesa com o debate entre Melanie Klein e Anna Freud, e interrogar as relações entre psicanálise e pedagogia, assim como a importante contribuição de Winnicott do objeto transicional e do conceito do brincar, para chegar nas poucas, mas preciosas indicações de Lacan em suas notas sobre a criança e delas extrair sua orientação. Mas, Ana Laura, não para aí e nos traz as principais contribuições dessa área dos discípulos de Lacan como Françoise Dolto, Maud Manoni e Rosine e Robert Lefort. E revê a retomada nos anos 90 de algumas questões sobre a psicanálise com crianças debatidas no campo lacaniano sobre a relação com o ato e a fantasia, o gozo e a responsabilidade, assim como a direção da análise e seu final. Só isso já seria uma imensa contribuição para termos um excelente panorama das principais questões que coloca a clínica de um sujeito chamado criança.

Mas, afinal o que deve saber um analista que se propõe a atender os “menores de idade”?

A clínica do sujeito e seus conceitos fundamentais. Sem o suporte teórico e lógico desses fundamentos, o analista se deixará submergir por sua fantasia de infância. Assim, Ana Laura retoma, do ponto de vista da psicanálise com crianças, desde as operações de castração, frustração e privação elaboradas por Lacan, passando pela metáfora paterna e a linha divisória entre neurose e psicose, até as operações de causação do sujeito, o objeto *a*, a fantasia, terminando seu livro com a teoria dos discurso de Lacan onde mostra a criança nos laços sociais e a virada que promove o discurso do analista ao tratá-la como um sujeito. Nessa retomada, Ana Laura não perde de vista seus objetivos não só de problematizar como também responder às questões trazidas pela análise com um sujeito suposto “irresponsável” por ser criança.

O caso do menino e a condução de seu tratamento por ela, com o qual começa o livro, é relido em seu final a partir dos conceitos recolhidos na bagagem ao longo da travessia, levando-nos a acompanhar o desenvolvimento teórico da própria autora, que o retoma já “atravessada” por eles e daí extraindo um verdadeiro ensinamento com poder de transmissão inegável.

Não recuar diante do desafio de tratar a criança como um sujeito dividido – entre os significantes que o determinam e o gozo que o causa – é a questão preliminar que nos traz Ana Laura, para arrancar esses menores desabandonados de sua posição de coisa objetalizada, desresponsabilizada e até mesmo debilitada pelo discurso dominante. E Ana Laura termina seu livro alinhada com Lacan ao indicar que a resposta ao infante à questão “Que sou eu?” não pode ser “Tu és uma criança”. E sim: “Deixa-te ser”. E suas inúmeras e singulares declinações. Let it be! Let it bleed! Let it bee! Let you be! Let me be! Let it be me!...

Rio de Janeiro, setembro de 2012

PREFÁCIO À EDIÇÃO ARGENTINA

PABLO PEUSNER

“NÃO RECUAR FRENTE ÀS CRIANÇAS” É UMA CONSIGNA lacaniana anterior àquela mais conhecida que convida a não recuar frente à psicose. E por que os analistas recuam frente às crianças? Essa pergunta, que de modo algum é ingênua, poderia ser respondida lançando mão de diversas causas: evocamos frequentemente que a formação universitária na área da psicopatologia e da clínica com crianças é pobre e optativa (um mal endêmico em quase todas as universidades de nosso país¹). Mas também, já no plano subjetivo, muitos analistas declaram ter dificuldades pessoais para encontrar-se com as crianças enquanto tais – algo que poderia resolver-se talvez com um pouco de análise... –, além do mais, há aqueles que, apelando para certas bordas da teoria, declaram a incapacidade da criança para encarregar-se de seu gozo e o impossível do processo de responsabilização, o que ocasionalmente reduz sua prática analítica.

A este primeiro grupo de respostas frequentemente se acrescenta o problema da presença dos pais e parentes dos analisantes crianças: considerando-a um real da clínica – erro

1 O autor está se referindo à Argentina.

muito grosseiro – afastam-na a favor de uma política na qual a criança é o sujeito. Isto produz um empurrão que na maioria das vezes termina numa situação comum: os pais enraivecidos retirando a criança da análise e os analistas queixando-se do modo como as resistências se encarnaram naqueles.

Este panorama, algo desolador por certo, faz série com certa política que se vislumbra na formação dos analistas: a clínica psicanalítica com crianças continua ocupando hoje em dia um lugar pequeno entre as múltiplas atividades que se desenvolvem em nossas instituições. É curioso, mas é assim. Já em 1949, Lacan colocava as coisas em seu lugar na ocasião de apresentar seu projeto de Regulamento e Doutrina da Comissão de Ensino da SPP, quando afirmava: “estamos longe da época em que a prática da psicanálise com crianças parecia exigir apenas uma formação abreviada”². Já “estavam longe” em 1949, apenas dez anos depois da morte de Freud? Permito-me supor que Lacan mentia (ao fim e ao cabo se trata de um texto político), ou então retrocedemos...

Nesses dias em que a psicanálise recebe golpes vindos de muitas frentes, os que se orgulham de transmiti-la, esquecem duas coisas. A primeira é que não se pode transmitir a psicanálise. É preciso reinventá-la. Assim enunciava Lacan no seu discurso de encerramento das jornadas da EFP, em 09 de outubro de 1978. A segunda é que a clínica com crianças é total e absolutamente contra intuitiva. Nenhum conceito psicanalítico funciona ali de forma direta, como poderia fazer crer o encontro entre um psicanalista algo distraído com um analisante adulto. Digamos por exemplo que, quando um analisante adulto chega à consulta do analista em questão, seu pedido poderia confundir-se rapidamente com a demanda. É claro que isso não seria correto, mas sim possível. No entanto,

2 Lacan, Jacques. “Reglamento y doctrina de la Comisión de Enseñanza” (1949), en Miller, Jacques-Alain. *Escisión, Excomunió, Disolución. Tres momentos en la vida de Jacques Lacan*. Ed. Manantial, Buenos Aires, 1987, p. 22.

não há possibilidade alguma de que algo assim ocorra quando a consulta é para uma criança, inicialmente porque as vozes se multiplicam e, em geral, cada uma pede algo diferente... Aí os jovens analistas que não retrocedem frente às crianças encontram um motivo para afinar sua escuta, para problematizar seus casos e para supervisionar sua tarefa. Mas a intuição os abandona. É preciso pensar e refletir, questionar as frases feitas, as fórmulas e até as contra senhas psicanalíticas, cunhadas e repetidas até o cansaço pelos mestres de sempre...

Quando se apresentam casos clínicos referentes a analisantes adultos, é frequente escutar a expressão: “um sujeito de tantos anos chega à consulta...”. Aí “sujeito” toma valor de “pessoa”, mas nenhum psicanalista em juízo perfeito afirmaria que ambas as noções dão conta do mesmo. No entanto, é preciso vê-los intervir para verificar quanto ignoram a diferença. “Quem é o sujeito?” perguntam alguns analistas quando se trata de crianças, sem notar que a pergunta já é um engano que inevitavelmente recairá sobre uma pessoa. “Qual é o sujeito?” soa mais interessante, justamente porque não se pode responder “a criança”.

O livro que o leitor tem em mãos é dirigido aos psicanalistas que decidiram não recuar frente às crianças. Sua autora, Ana Laura Prates Pacheco, habita o que Lacan chamava “a fronteira móvel da conquista psicanalítica”. E como essa fronteira é móvel, o é tanto para conseguir fazer entrar na psicanálise o que antes ficava de fora, como para que os analistas que retrocederam revisem sua posição e entrem.

No melhor estilo de Freud, a obra começa com um recorte clínico que dá conta de um tropeço. E Ana Laura parte de seu próprio obstáculo para construir uma ideia em torno da qual escreverá um livro que, se tem um final, resulta infinito. Cito-a:

Atualmente verifico que a fantasia de infância que habitava meu imaginário oferecia de fato uma resistência ao

desejo do psicanalista que opera – tal como pretendo sustentar – como condição de possibilidade para uma direção do tratamento que privilegie, na análise, a construção do lugar do infantil na lógica da fantasia, qualquer que seja a idade cronológica do sujeito.

Seu obstáculo tem nome: fantasia de infância. A mesma habita o imaginário dos analistas, e se aparece nesse ponto preciso em que é preciso sustentar nossos conceitos, nossa aposta pelo sujeito e o desejo, nossa ética ante o gozo – quer dizer: o desejo do analista –, inevitavelmente perderemos de vista nosso analisante para ver diante de nós tão somente a um nenê, um guri, uma criança... E como não querer salvá-la? Como não desejar para ela uma família melhor, um pai que volte a ocupar seu lugar, uma mãe amorosa e suficientemente boa? Como não esperar que ela vá bem na escola? Como não acreditar que é boa e diz sempre a verdade? Como supor que ela arque com a falta do Outro, que seu assunto (sujeito) tenha começado muito antes de seu nascimento, que não brinque apenas para divertir-se e que suas palavras não comuniquem? Conheço alguns colegas que para conseguir, deitam as crianças no divã e lhes negam os brinquedos, as folhas de papel e as pinturas, mas isso é quase... uma técnica de conduta para os analistas! O que ignoram é que o problema não é técnico, mas ético. Por isso abro uma pergunta: Não será esse o principal motivo da renúncia dos analistas a trabalhar com crianças?

A revisão crítica da fantasia de infância que Ana Laura empreende nesse livro se torna a condição de possibilidade para pensar a psicanálise com crianças. E é uma tarefa necessária, pois, se a psicanálise penetrou o suficiente na cultura para que o perverso polimorfo freudiano já não cause estranheza, o problema subsiste na hora de intervir – assim nos mostra nossa autora com um caso de sua própria prática.

Ora, o livro todo é apresentado como um percurso que desemboca na construção do infantil na lógica da fantasia, o

que claramente permite supor que esse é o melhor lugar para situar o infantil, segundo nossa autora. Mas aqui é preciso um esclarecimento...

O termo freudiano *Phantasie*, traduzido ao espanhol (e em português) como “fantasia”, foi transposto para o francês como *phantasme*. Os desenvolvimentos de Jacques Lacan sobre o mesmo, somado às dificuldades de acesso a sua obra original, reintroduziram ao espanhol (e ao português) mediante uma tradução algo vaga o termo “fantasma”. Neste livro, é devolvido ao termo seu exato valor como “fantasia” e é aí onde Ana Laura situa o exato valor para o infantil. É impossível sintetizar aqui essa tese, quando a mesma está apresentada algumas páginas adiante com uma fineza e clareza admirável...

Lacan dizia nos princípios dos anos 70 que onde está o sujeito barrado é onde se encontra o ensinante, e justamente isto se verifica no livro de Ana Laura. Ela, enquanto autora, pôs a trabalhar essa divisão – causada por uma pincelada do real achada no encontro clínico com uma criança –, e seu ensino, longe de fazer-lhe de barreira ao saber, deixa passar algo que enriquece nossa clínica, que estende a fronteira móvel da conquista psicanalítica e que redobra a aposta pelo desejo do psicanalista na clínica com crianças.

A DIREÇÃO DO TRATAMENTO NA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS: QUESTÕES PRELIMINARES

INICIO ESTE TRABALHO COM A CONSTRUÇÃO DE UM CASO clínico que me provocou inúmeras questões durante vários anos. Esse caso, que cheguei a considerar um fracasso – devido ao modo abrupto e desajeitado como foi interrompido – pôde ser retomado anos mais tarde, em momento distinto da minha formação analítica, graças a um traço transferencial que restou.

O momento de reinício dessa análise permitiu a atualização das indagações suspensas quando da interrupção anterior. Criou-se, deste modo, a oportunidade para que eu pudesse, a posteriori, construí-lo do modo como será aqui apresentado.

Atualmente, posso avaliar que a fantasia de infância que povoava meu imaginário oferecia, de fato, uma resistência ao desejo do psicanalista que é, como pretendo sustentar, condição de possibilidade para uma direção do tratamento que privilegie a construção, em análise, do lugar do infantil na lógica da fantasia, seja qual for a idade cronológica do sujeito.

A eleição deste caso, portanto, não se deu por acaso, como ficará evidente ao longo de sua apresentação. Procurei destacar, através de alguns recortes, aspectos que são, sob meu ponto de vista, reveladores dos impasses teórico-clínicos com os quais me deparei e que problematizam os pontos cruciais que constituem o objeto deste trabalho. No final do livro, o caso

será retomado, visando explicitar as consequências teóricas e clínicas que pude extrair do que ele me ensinou.

AS DEFESAS DE ZETI E A “BOLA FORA” DO ANALISTA

Esse objeto é aquele que conseguimos, em psicanálise, fazer com que salte de seu lugar, como a bola que espirra da embolação da pequena área para se oferecer ao chute a gol. (Lacan, OE:1966f, p. 214)

AQUECIMENTO

Zeti chegou pela primeira vez em meu consultório com 7 anos de idade, em 1996. A mãe pedia um psicodiagnóstico³. Trazia a seguinte queixa: Ele segura o cocô por vários dias, e então faz na calça. Segundo a mãe, quando interrogado sobre a razão de não ir ao banheiro, respondia: A perna fica paralisada. O fato, entretanto, que a levaria a me procurar fora a reclamação da escola de que Zeti vivia sujo. Ela tomou esta reclamação como endereçada a ela, tanto pela via da escola – como uma acusação de falta de cuidado – quanto pela via do filho: Acho que ele faz isso pra mim.

A questão do cuidado foi bastante importante nesse caso, sobretudo por ser o ponto em que o sintoma angustiava a mãe. A este respeito, cabe lembrar o que afirma Lacan sobre a função da mãe: “Seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas” (OE:1983a, p. 369). Quanto ao pai, havia um questionamento sobre o modo como ele se fazia presente: seria suficiente? – antecipando uma questão que será muito importante neste caso: “o que é um pai?”. Esses recortes pontuais revelaram, a posteriori, que o sintoma de Zeti correspondia

3 Utilizo *itálico* para indicar as palavras ou frases por mim atribuídas ao sujeito ou à mãe.

à verdade do casal parental – como ressalta Lacan na nota a Jenny Aubry⁴.

Essa observação já abre uma primeira questão fundamental para este trabalho, que diz respeito exatamente à correspondência entre o sintoma da criança e a queixa que aparece no discurso dos pais. Esse ponto, que se articula com a mensagem enviada, está bastante presente neste caso, o que nos permitirá encaminhar uma reflexão sobre a transmissão da lei na constituição do sujeito.

Assim, no aquecimento dessa partida, já se pode antever as dificuldades que nos oferece, enquanto analistas, uma clínica que nos obriga forçosamente a discriminar a ordem imaginária do ambiente familiar – onde se pode falar de maternagem e de presença do pai – da ordem simbólica onde o desejo do Outro e o Nome-do-pai encontram-se articulados na estrutura. Em que pese, ainda, o fato de que o ato analítico – via operação transferência – deve visar o ponto de correspondência que prende o sujeito a essa estrutura. Caso contrário caberia perguntar se não se estaria visando a criança e, neste caso, que lugar estaria ocupando o analista?

O INÍCIO DA PARTIDA

“Eu sou a Ana Laura” / Eu sei, minha mãe me falou / “O que mais ela falou?” / Que eu vinha aqui toda terça-feira / “Ela disse porque te trouxe?” Ele então mexeu no bolso e disse, como se fosse outro assunto: Tem alguma coisa me incomodando...

4 A passagem literal em português, tal como foi editada nos *Outros escritos* (2003, p. 369), é a seguinte: “O sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar”. O termo original utilizado por Lacan é *repondre* (OE:2003, p.373), que também pode ser traduzido por *corresponder*, tal como consta na tradução de Sílvia Sobreira (“Notas sobre a criança”, 1989, uso interno da Escrita Freudiana). Essa tradução baseou-se no poema de Baudelaire (1857) *Correspondences*, no qual o verbo *repondre* é usado no sentido de corresponder: “*Les parfums, les couleurs et les sons se répondent*”.

Em seguida, fez um desenho: um prédio, uma piscina, um homem: A perna dele ficou muito curta – é um anão. Desenhou outro homem (A perna está errada), um meteoro explodindo, um helicóptero sem janela, um carro sem janela. Neste momento, toca o telefone: Quem atende? / “A secretária eletrônica” / Você mora aqui? / “Não, eu trabalho aqui, sou psicóloga, você sabe o que é isso?” / Sei. Quando alguém tem dificuldade de fazer alguma coisa, a psicóloga ajuda / “Então você tem alguma dificuldade?” / Tenho muitas... algumas dificuldades. Desenhou, então, uma casa com uma janela aberta e outra fechada, e um gigante: ... ou melhor, uma gigante. Pontuei: “Um anão e uma gigante!”, e encerrei essa primeira entrevista, concluindo que havia aí uma demanda de Zeti.

Curiosamente, embora com uma escuta analiticamente orientada, apresentei-me como psicóloga, e isto certamente não foi sem consequências na condução desse caso. Lembremos que a mãe demandava um psicodiagnóstico, tarefa própria ao psicólogo. Não teria sido esse um ponto de resistência do analista – lá, onde, a partir de um saber instituído, pode-se ter a intenção, ainda que inconsciente, de cuidar da criança?

De todo modo, foi a partir de sua escuta nessa entrevista que resolvi tomá-lo em análise. Entendi que, além de um pedido explícito (alguma coisa me incomodando / muitas dificuldades), havia também uma exposição do sintoma (janelas e portas abertas e fechadas; a perna errada ou curta) e uma antecipação da posição subjetiva frente ao Outro (um anão e uma gigante).

Zeti entrou com entusiasmo no dispositivo da associação livre, ou seja, o gozo que estava até então localizado no sintoma deslocou-se para a análise: eis a transferência. Com desenhos e, principalmente, no jogo de força⁵, sua sujeira virava

5 O jogo de força tem a seguinte regra: o jogador desafiante escolhe uma palavra e marca com traços num papel o número de letras correspondente. O desafiado deve adivinhar a palavra, sugerindo as letras que a compõem. Quando acerta uma letra, esta deve ser colo-

tinta, desenhos de explosões e palavrões. Aqui temos outro ponto fundamental a ser destacado – já que constituiu, historicamente, um ponto de divergência entre os psicanalistas que escutam crianças: a transferência e a associação livre, condições fundamentais para qualquer análise, estavam presentes nesse caso.

Na entrada em análise desse sujeito, o significante qualquer do analista que apareceu já na primeira entrevista – psicóloga – deslocou-se para o significante puta, que apareceu pela primeira vez no jogo de força, em uma frase: filia (sic) da puta; que trazia à tona também a questão da filiação. O significante puta – significante da transferência – aparecia de forma chistosa revelando, através do riso, a emergência do sujeito do inconsciente.

O efeito mais evidente da entrada em análise foi a remissão do sintoma de prender / fazer cocô. Ainda mais importante do que isso, para além dos efeitos terapêuticos, Zeti trouxe à análise a questão já anunciada nas entrevistas com a mãe: um apelo ao pai. O fez, é claro, através de atos falhos, chistes e deslocamentos, como uma vez no jogo de força em que, ao invés de país, escreveu pais. A partir deste ato falho, ele trouxe uma série de questões a respeito de sua posição enquanto homem na linhagem familiar. Além disso, pôde também revelar sua questão frente ao enigma do desejo da mãe. Ou seja, duas questões cruciais para a análise do neurótico: o que é um pai? O que quer uma mulher? Porém, foi no tratamento exato dessas questões que se deu a resistência da analista.

cada no seu devido lugar. Quando erra, ele “vai para a *força*”, na qual inicia-se o desenho de uma figura humana. A cada erro, desenha-se uma parte dessa figura. O desafio é adivinhar qual a palavra proposta pelo oponente antes que a figura humana forme-se inteira e seja “enforcada”.

IMPEDIMENTO

Ao apelo de Zeti por um pai – talvez contaminada por certa leitura do Lacan dos anos 1950 (SIV:1956-57; SV:1957-58), que supunha uma falha no pai de Hans passível de ser suprida – manejei pedagogicamente, convocando, junto com ele, o pai da realidade. Propus na sessão que escrevêssemos uma carta chamando seu pai para conversar comigo: ele escreveu uma carta e eu escrevi outra; ambas foram colocadas num envelope e enviadas pelo correio. Gostaria de enfatizar que o problema não está tanto no manejo em si – se estaria certo ou errado tecnicamente; não se trata disso – mas no seu propósito. Por que chamar o pai? Qual a relevância clínica deste ato na direção desse tratamento? A posteriori, pude me dar conta de que novamente havia ali uma indistinção entre sujeito e criança. Levanto a hipótese de que, inadvertidamente, eu tentava estabelecer a correspondência entre o sujeito e a verdade do casal parental no plano da realidade. Seria possível fazer o pai da realidade funcionar na estrutura? O que é um pai?

Esse pai, entretanto, não pôde responder naquele momento. Não me foi possível suportar, na época, que, como Lacan transmitiu no fim dos anos 1960,⁶ o pai, enquanto operador estrutural, só é alcançado a partir de um lugar vazio e sem comunicação. A questão da castração simbólica – e sua evolução na obra de Lacan – é, portanto, um aspecto fundamental cujo tratamento teórico parece indispensável para uma orientação na clínica psicanalítica com crianças.

Não obstante, quando o analista inadvertidamente apela ao pai, dirá Michel Silvestre em “Amanhã, a Psicanálise”, isto tem como consequência condená-lo à impotência: “Se o analista escolhe o pai como suporte de seu ato, oscila de uma posição de reforço do eu a outra que sublinha a castração do sujeito,

6 Sobretudo a partir do Seminário XVII:1969-70.

embora lhe subtraia todo poder sobre o gozo do qual esse sujeito diz sofrer” (1987, p.112).

BOLA FORA

A partir dessa condução apoiada no pai, houve uma mudança significativa nas sessões de Zeti, que merece ser analisada: ele passou a vir às sessões vestido de goleiro e fazia defesas das bolas que eu deveria atirar. Quando conseguia defender, jogava-se no chão, segurando firmemente a bola contra o corpo e gritando: Zeeeti!!! Grande defesa!!! Ria muito, vibrava, adorava o jogo. Saía das sessões suado, sujo e gostava cada vez mais de vir à análise.

Se acompanharmos a indicação de Freud de que o jogo para a criança corresponde à fantasia do adulto (Freud 1908e; 1910c), podemos nos perguntar qual fantasia estava implicada nessa cena. Entendo, atualmente, que frente à não resposta do pai da realidade que, aqui, sublinhou a castração do sujeito, Zeti respondeu com a atualização do gozo que, de resto, incluía a analista. Em outras palavras, ao surgimento da angústia ele resistiu com o recurso próprio do neurótico: sua fantasia inconsciente. Eis o ponto fundamental, pois implica exatamente a questão da construção da fantasia na psicanálise com crianças, incluindo aí toda a problemática da relação de objeto (no caso, o objeto anal bosta e o objeto metonímico bola) – ou, mais precisamente, na versão de objeto *a* implicada nessa construção.

Meses se passaram sem que essa repetição pudesse ser abalada, recusando qualquer outra proposta. Então, certo dia, Zeti fez uma grande defesa; jogou-se no chão e gritou: Essa BOSTA não vai mais sair daqui! Numa interpretação pela via do equívoco, ou seja, do “você o disse!”, pontuei: “Bosta?!”, ao que ele retrucou, visivelmente perturbado: Não, eu disse ‘bola’! Sublinhei, então: “Essa bosta não vai mais sair daqui...” E interrompi a sessão. Zeti ficou colérico e saiu muito bravo, dizendo: Eu falei errado, não posso errar?

INTERVALO

Zeti – pode-se supor – tomou o corte como uma ferida narcísica. Aliás, no Seminário sobre a Angústia (SX:1962/63) há uma indicação clínica bastante precisa no que se refere ao sinal da angústia, que Lacan localiza entre o desejo e a identificação narcísica e, nesse ponto, ele adverte quanto aos riscos da armadilha da captura narcísica.

Zeti respondeu, inicialmente, com a cólera que, segundo Lacan, ocorre quando, no nível do significante, não se joga o jogo: ficou absolutamente raivoso, recusou-se terminantemente a voltar à análise e sequer a falar com a analista ao telefone. Veio, ainda, a uma última entrevista, acompanhado pela mãe. Disse apenas que sempre estivera ali obrigado e que detestava a análise. Mas, para além da cólera, é possível pensar aí numa resposta pela via da inibição, do impedimento, o que quer dizer, como precisa Lacan, a paralisia que, lembremos, é um dos significantes mestres desse sujeito.

Podemos nos perguntar se não teria havido aí um atravessamento selvagem da fantasia, provocado por uma bola fora da análise: o sujeito ejetado – feito ele mesmo dejetado / bosta – da sessão.

SEGUNDO TEMPO

Se articulo essa interrupção abrupta com a paralisação, é porque foi assim, deprimido, impedido, paralisado, que Zeti voltou à análise, seis anos depois, não sem antes proclamar que queria qualquer uma, menos a Ana Laura. Exclusão paradoxal que, entretanto, incluiu-me transferencialmente e tornou possível prosseguir na escuta desse sujeito. Escuta advertida, entretanto, pelo fato de que, ao suportar o lugar de objeto causa de desejo, não basta jogar o sujeito na angústia, mas “extrair da angústia sua certeza” (Soler, 1991, p. 62).

O PSICANALISTA ENTRE A CRIANÇA E O SUJEITO?

A criança realiza a presença do que Jacques Lacan designa como *objeto a* na fantasia. (OE:1983a[1969], p. 370)

O caso Zeti, como já antecipei, me impôs uma série de questões relativas à direção do tratamento psicanalítico com crianças. Não obstante o fato de aspectos relativos à estratégia e à tática também se fazerem presentes, penso que o ponto fundamental refere-se à política.⁷ Minha hipótese, em relação a este caso, é a de que a sobreposição do sujeito à criança acarretou uma série de consequências importantes para sua condução por ter provocado um desvio do desejo do psicanalista.

A partir desta hipótese inicial, desdobram-se vários problemas que precisam ser examinados em seus pormenores, dentre os quais os mais fundamentais referem-se à necessidade de interrogar a concepção de criança com a qual a psicanálise opera, verificar se há consenso no que se refere a tal concepção e discriminá-la do conceito de sujeito.

Penso que as notáveis divergências entre as abordagens psicanalíticas quanto à concepção de criança e de infância estejam no centro das diferentes orientações da clínica psicanalítica com crianças, já que implicam, forçosamente, em visões distintas sobre o sujeito.

Podemos observar que a experiência psicanalítica com crianças – que tem sido praticada desde que Freud a inaugurou com a análise do pequeno Hans, e que se estabeleceu e solidificou, sobretudo a partir do trabalho de Melanie Klein

⁷ Faço referência, aqui, ao texto “A direção do tratamento e os princípios do seu poder” (E:1958d), em que Lacan diferencia a política da estratégia e da tática. Esses conceitos serão recuperados no final do meu trabalho, quando retomarei o caso Zeti, articulando-o com minhas conclusões teóricas.

– apresenta uma tendência a apoiar-se em concepções mais ou menos biologizantes do desenvolvimento infantil para referendar sua prática.

Essa visão está, em linhas gerais, de acordo com as visões da cultura sobre a criança. No dicionário, encontramos a seguinte definição:

Ser humano que se encontra na fase da infância, indivíduo que se encontra na fase que vai do nascimento à puberdade. Infância, por sua vez, é definida como período da vida, que é legalmente definido como aquele que vai do nascimento até os 12 anos, quando se inicia a adolescência. (Houaiss, 2001, p. 868, grifo meu)

Por outro lado, no “Estatuto da Criança e do Adolescente”, em vigor no Brasil desde 1990, encontramos:

Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade [...] A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...] assegurando-se-lhes [...] todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 1990, Art. 2º e 3º, grifo meu)

Observe-se que, embora se faça menção aos aspectos mental e social, a definição de criança legalmente estabelecida traz em seu bojo o dado biológico ligado à maturação que torna o ser humano apto à reprodução a partir da puberdade. Também fica clara a correlação entre criança e desenvolvimento, já que são empregados termos como fase e período.

É fundamental nos darmos conta dessa concepção de criança, da qual estamos impregnados até pelo uso da língua corrente, para que possamos nos perguntar se é com ela que

o psicanalista opera. Ora, justamente o que Freud revela, ao abandonar a teoria do trauma em favor da teoria da fantasia, é que a presença da sexualidade nas crianças é um fato normal. Poderíamos afirmar, nesse sentido, que uma nova visão a respeito da criança encontra-se no início da psicanálise? Efetivamente, não se pode negar a influência dessa novidade na cultura do século XX, que a um só tempo mantém o ideal de pureza e candura suposto na criança, mas a expõe cada vez de modo mais explícito como objeto de deleite e consumo.

E o que teríamos a dizer a respeito da criança do século XXI, com armas na mão e rebolados impertinentes? O que é uma criança, afinal? Entre o fato biológico e real do filhote da espécie e a criança humana há um misterioso abismo.

Ora, se é evidente que o parâmetro da maturação sexual biológica para distinguir a criança do adulto revela-se extremamente frágil, será que isso implica necessariamente prescindir de toda e qualquer pretensão de especificidade? No que nos diz respeito, enquanto psicanalistas, não devemos recuar frente ao sofrimento de um sujeito que nos chega já assim nomeado pela cultura e que, além do assujeitamento estrutural à linguagem – já que não há realidade pré-discursiva –, também se encontra legalmente assujeitado a um outro (o chamado poder familiar).

Esse lugar da criança no mundo contemporâneo não pode, entretanto, definir por si o posicionamento do analista na direção do tratamento.

Aliás, a questão da especificidade ou não da posição do analista na psicanálise com crianças – que, no limite, questiona a própria possibilidade de se analisar crianças – constituiu, como sabemos, um dos principais pontos de divergência entre Anna Freud e Melanie Klein: enquanto a primeira julgava que a criança não poderia fazer neurose de transferência, a segunda, ao contrário, defendia que é possível realizar com crianças a “verdadeira psicanálise”. Acompanhamos esse mesmo posicionamento nos trabalhos dos históricos companheiros e dis-

cíbulos de Lacan, Rosine e Robert Lefort, defendendo que, aos olhos da psicanálise, não há uma criança ou um adulto: há um sujeito.

Para além de um questionamento sobre a criança, portanto, temos que nos perguntar de que sujeito se trata na psicanálise e, ainda, qual a relação existente entre esse sujeito e o infantil, já que poderíamos dizer que a psicanálise sempre trata da neurose infantil. Se a neurose é sempre infantil é porque, a despeito das teorias sobre a maturação e a cognição, há algo fundamental que não se desenvolve.

Assim, se não podemos tomar a criança como um objeto natural como a ciência biológica e a psicologia do desenvolvimento o fazem, temos que considerar, por outro lado, que o conceito de infantil é um operador fundamental da clínica psicanalítica. O termo infantil é aqui tomado, portanto, em sua raiz etimológica – infans – designando aquele que não fala (mas que já está tomado pela linguagem).

Há que se diferenciar, portanto, a infância, como fase da vida, e o tempo da resposta do sujeito, ou seja, esse tempo – como já mencionei – da correspondência entre o real e o significativo. Trata-se de um tempo lógico, que não pode ser sobreposto ao tempo de desenvolvimento da criança.

Retomemos, então, a questão: o que é uma criança para a psicanálise? Na concepção de constituição subjetiva apresentada por Lacan no fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, sobretudo nos Seminários 4 e 5, temos a criança definida como o falo da mãe. Passados dez anos do ensino de Lacan, encontramos essa questão do lugar da criança não mais como o falo, mas como objeto, como ele define na “Nota sobre a criança”, escrita para Jenny Aubry: “A criança realiza a presença do que Jacques Lacan designa como objeto *a* na fantasia” (OE:1983a[1969], p. 370).

Essa proposição de Lacan, por articular a criança à lógica da fantasia, será fundamental para os objetivos do presente trabalho.

A LÓGICA DA FANTASIA: DA INFÂNCIA AO INFANTIL

... não existe gente grande.
(OE:1968d[1967], p. 367)

A partir da exposição dos desdobramentos teóricos da minha hipótese inicial de que os problemas enfrentados na direção do tratamento psicanalítico com crianças decorrem da sobreposição entre criança e sujeito e da valorização da infância como fase da vida, em detrimento da conceitualização de infantil como lugar, posso explicitar meus objetivos.

Em primeiro lugar, evidenciar que, a partir da obra de Jacques Lacan, pode-se propor uma clínica com crianças que seja norteadas pelos conceitos de sujeito do inconsciente, tempo lógico e estrutura clínica. Neste sentido, pretendo, inicialmente, ressaltar a importância da posição defendida por autores lacanianos clássicos, como Rosine e Robert Lefort, qual seja: de que não há especificidade na orientação da clínica psicanalítica com crianças, já que a psicanálise não opera com uma distinção rígida entre adulto e criança como categorias pré-existentes.

Com efeito, esse posicionamento teve uma importância histórica fundamental, à medida que tornou possível ultrapassar o problema da polarização entre criança e adulto através da valorização do conceito de sujeito. Lembremos que a defesa dos pós-freudianos quanto à especificidade da psicanálise de criança apoiou-se, tradicionalmente, na crítica de que a criança pudesse ser tomada em análise tal qual um adulto, já que, nesse caso, o paradigma seria a clínica com adultos – ao qual a criança, em detrimento de suas particularidades, seria constrangida a se encaixar.

Assim sendo, o primeiro passo da minha argumentação consiste em ressaltar a necessidade epistemológica de sustentar o conceito de sujeito do inconsciente na teoria lacaniana a partir da lógica da sua constituição, incluindo aí uma discus-

são sobre a temporalidade desse sujeito. No debate conceitual sobre a clínica com crianças, considero importante resgatar tal posição como um norteador político na direção desses tratamentos em uma orientação lacaniana.

Os aspectos acima levantados exigem, entretanto, que avancemos em relação à análise dos postos de distinção e indistinção entre a clínica psicanalítica com adultos e crianças no que tange a política, a estratégia e a tática na direção do tratamento.

Desse modo, como desdobramento desses argumentos preliminares relacionados ao meu primeiro objetivo, surge um segundo objetivo, considerado o principal desse trabalho: sustentar a unidade da clínica pela via da articulação lógica⁸ do sujeito ao objeto na fantasia fundamental. Essa articulação é o que possibilita, também, sustentarmos a ideia de que a multiplicidade estratégica e tática que essa clínica exige, bem como a transitividade aí implicada, não contradizem essa unidade; muito ao contrário, a clínica com crianças evidencia sobremaneira as particularíssimas relações entre o Um e o múltiplo, a repetição e a transitividade, a inércia e a transformação, que a psicanálise permite transmitir de modo original e inédito.

Por essas razões, considero que a discussão sobre a constituição do sujeito deva ser redimensionada em sua relação intrínseca com a construção da fantasia e, portanto, com o conceito de “objeto *a*”: “...não existe o sujeito do desejo. Existe o sujeito da fantasia, isto é, uma divisão do sujeito causada por um objeto, ou seja, tamponada por ele, ou, mais exatamente, o objeto do qual a categoria da causa tem lugar no sujeito” (OE:1966f, p.210).

Ora, se, como vimos, a definição lacaniana de criança é correlata à realização do objeto *a* na fantasia, podemos pro-

8 Faço referência aqui ao Seminário *A lógica da fantasia* (SIV:1966-67) de Lacan, que será trabalhado no capítulo 5 deste livro.

por que todo sujeito neurótico tomado em análise está, neste sentido particular, posicionando-se em sua fantasia fundamental exatamente num lugar infantil. O ato analítico, deste modo, sempre visa o infantil. É a isso que Lacan se refere quando menciona o termo criança, generalizando-o a todo sujeito que ocupa, na fantasia, o lugar de objeto para o Outro (OE:1968d[1967], p.367).

Tal articulação revela a estrutura com a qual o dispositivo opera, evidenciando – como procurarei sustentar – que o fundamento clínico da psicanálise é o conceito de neurose infantil como o lugar da Outra cena inconsciente,⁹ e que o psicanalista opera, na direção do tratamento, com a construção da fantasia, que se dá sob transferência. O argumento que pretendo desenvolver nos é oferecido por Freud na apresentação do caso do “Homem dos Lobos”. Embora se trate de um rapaz de 19 anos, Freud curiosamente publica o caso como “História de uma neurose infantil”. Esta história é construída ao longo da análise, como Freud deixa claro: “Não posso desenvolver exclusivamente uma história do tratamento, nem tampouco uma história da doença, mas me vejo obrigado a combinar ambas entre si” (Freud, 1918b, tomo II, p. 1944)¹⁰.

Com efeito, a história da neurose é indissociável da história do tratamento sempre que tratamos de um ser falante.

9 Faço referência aqui à retomada que Lacan faz no texto “A instância da letra no inconsciente” (E:1957b), de *Outra cena do sonho*, que Freud apresenta no cap. VII da “Interpretação dos sonhos” (1900a).

10 Ao longo de todo meu trabalho, as referências aos textos de Freud foram tomadas das Obras Completas da Biblioteca Nueva, Madrid, 1981. Cuarta Edición. Tradução direta do alemão realizada por Luis Lopez-Ballesteros. As citações, entretanto, foram por mim traduzidas para o português.

A lembrança do passado desperta no presente o eco de um futuro perdido do qual a ação política deve, hoje, dar conta. Certamente, o passado já se foi e, por isso, não pode ser reencontrado 'fora do tempo', numa beleza ideal que a arte teria por tarefa traduzir; mas ele não permanece definitivamente estanco, irremediavelmente dobrado sobre si mesmo; depende da ação presente penetrar sua opacidade e retomar o fio de uma história que havia se exaurido.

(Jeanne Marie Gagnebin, *História e narração em Walter Benjamin*)

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DE UMA FANTASIA DE INFÂNCIA

Do ponto de vista biológico, é inconcebível que uma cultura esqueça a sua necessidade de se reproduzir. Mas uma cultura pode existir sem uma ideia social de infância. Passado o primeiro ano de vida, a infância é um artefato social, não uma categoria biológica. Nossos genes não contêm instruções claras sobre quem é e quem não é criança, e as leis de sobrevivência não exigem que se faça uma distinção entre o mundo adulto e o da criança.

(Neil Postman, *O desaparecimento da Infância*)

A IDEIA CONTEMPORÂNEA QUE TEMOS DE CRIANÇA COMO UM ser em desenvolvimento está longe de ser universal, tanto em termos culturais quanto históricos. “A Criança” enquanto objeto de estudo da medicina, da pedagogia, da psicologia, do direito etc., não existe a priori como um dado da realidade; antes, trata-se de uma construção criada ao longo das transformações sociohistóricas e econômicas que foram se dando no mundo ocidental a partir da Idade Média.

Neste trabalho, não pretendo realizar uma análise exaustiva das condições que implicam tais transformações, mas somente reconhecer essa construção histórica – que neste capítulo chamo “construção de uma fantasia de infância” – como uma

referência fundamental para qualquer aproximação teórica da infância que não seja ingênua ou reducionista. Trata-se também de uma estratégia que ajuda a evidenciar a relevância e o alcance das descobertas de Freud no que se refere ao infantil trans histórico e à atualidade da retomada desse conceito por Lacan.

Norteadas por essa orientação, tornou-se imprescindível a mim, remeter o leitor ao trabalho do historiador francês Philippe Ariès, na verdade uma coletânea de artigos publicada sob o título *História social da criança e da família*¹¹ (1973). Quando de seu lançamento, esse livro gerou uma grande polêmica entre os historiadores, sendo mesmo questionado por seu caráter excessivamente descritivo, próprio da chamada história das mentalidades¹². O livro também causou mal-estar entre os profissionais psi – sobretudo aqueles que dedicam suas pesquisas a elucidar a especificidade da infância – e repercutiu, inclusive, nas discussões sobre os “direitos” da criança. O impacto que o trabalho de Ariès causou não é, entretanto, surpreendente, já que se trata de uma verdadeira desconstrução

11 É importante observar que o trabalho de Ariès limita-se ao período histórico correspondente à Era Cristã, a partir da Baixa Idade Média, e não pretende desconsiderar as peculiaridades da Idade Antiga, do mundo oriental ou de outras sociedades específicas. Meu trabalho acompanha essa delimitação, já que o objetivo é compreender como se chegou à concepção moderna de infância no mundo ocidental.

12 No livro *História da Família* (1992, p. 175), James Casey comenta: “O destino dos clássicos é se desgastarem com o tempo, porque suas ideias centrais se tornam propriedade comum, e o contexto é esquecido: assim como uma cama, ou um caminho, que perdemos a forma porque só a parte central é usada. Foi o que aconteceu com o trabalho pioneiro de Ariès. O livro trata não da infância em si mesma, mas da sua “descoberta” na Renascença. Usa os métodos utilizados no treinamento das crianças para explorar mudanças ocorridas no papel da família e na hierarquia social, com o advento dos tempos modernos. Sua preocupação é o surgimento deste fenômeno peculiar do Ocidente – a família conjugal, nuclear e doméstica – e não a experiência do crescimento. Ariès antecipou algumas das críticas que lhe foram feitas ao indicar que não pretendia estudar as relações pessoais do ponto de vista da sua qualidade, e evitando afirmar que o maior interesse pela infância, a partir do Renascimento, correspondia também a um maior interesse pelas crianças”.

de uma das ideias mais amplamente assimiladas pelo imaginário contemporâneo e, acrescente-se, com o respaldo do cientificismo vigente: a de que a infância é uma fase da vida nitidamente distinta e, mais ainda, uma fase em que o ser humano ainda não está completamente pronto.

Aliás, a própria assimilação de alguns conceitos teóricos psicanalíticos – como teremos oportunidade de analisar – auxiliou a compor o que chamo “a fantasia de infância” da atualidade, na medida em que se supõe que os acontecimentos vividos naquela fase da vida sejam fundamentais para o funcionamento normal ou patológico da fase adulta. Quanto a esse ponto, Bernard Nominé comenta:

... a difusão da psicanálise foi um elemento que, sem dúvida, contribuiu para essa mudança de perspectiva sobre a época da infância. Certamente, não mais olhamos as crianças da mesma maneira a partir do momento em que fazemos análise. Há aí, entretanto, um ligeiro mal-entendido: uma vez que a psicanálise do adulto não nos ensina nada sobre a infância, o que ela permite é construir o infantil que constitui o núcleo da neurose. (2001, p. 13)

Para que seja possível avançar no debate a respeito da psicanálise conter ou não uma nova visão sobre a criança é preciso, portanto, interrogar o próprio conceito de infância em seus desdobramentos históricos até os dias atuais.

A DESCOBERTA¹³ DA INFÂNCIA

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança

13 Embora minha pretensão neste capítulo seja justamente apontar para a ideia de uma construção da infância tal como a concebemos na contemporaneidade, optei por manter o termo “descoberta” cunhado por Ariès pelo caráter inaugural de seu trabalho em relação à problematização do conceito de infância.

saíu de seu antigo anonimato, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (Ariès, 1978, p. 10)

Ariès nos surpreende com a descoberta da ausência do que ele chama "sentimento de infância"¹⁴ na Idade Média. Num mundo em que havia uma concepção maciça, sendo o corpo e cosmo inseparáveis, as "idades da vida" eram concebidas a partir de correspondências internaturais. A vida era dividida em etapas bem delimitadas, correspondendo a modos de atividade, tipos físicos, funções e modos de vestir. A periodicidade da vida tinha a mesma fixidez que os ciclos da natureza (as estações do ano, por exemplo) ou a organização da sociedade:

Para o homem de outrora, a vida era a continuidade inevitável, cíclica das idades, uma continuidade inscrita na ordem geral e abstrata das coisas, mais do que na experiência real, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas essas idades naquelas épocas de grande mortalidade. (Ibid., p. 39)

A infância, deste modo, era vista como um período de transição logo ultrapassado, não havendo, assim, a consciência da particularidade infantil. Tampouco havia as ideias de inocência e candura, posteriormente encontradas nas modernas fantasias de infância.

Com efeito, é extremamente revelador e desconcertante nos depararmos com o que diz Santo Agostinho a respeito da infância em *Confissões* (397-398, p. 45):

Assim, a debilidade dos membros infantis é inocente, mas não a alma das crianças. Vi e observei uma, cheia de inveja, que ainda não falava e já olhava, pálida, de rosto colé-

14 A expressão "sentimento de infância" é utilizada por Ariès sistematicamente, embora provoque certo estranhamento em língua portuguesa. Ela se refere a uma consciência ampla e generalizada a respeito da especificidade dessa fase da vida.

rico, para o irmãozinho coláço. Quem não é testemunha do que eu afirmo? Diz-se até que as mães e as amas procuram esconjurar este defeito, não sei com que práticas supersticiosas. Mas, enfim, será inocente a criança quando não tolera junto de si, na mesma fonte fecunda do leite, o companheiro destituído de auxílio e só com esse alimento para sustentar a vida?

Certamente, seria difícil imaginar que se pudesse atribuir explicitamente inveja e falta de inocência a uma criança no século XIX.

As crianças, assim, rapidamente se inseriam na sociedade dos adultos e não se distinguiam mais deles. A própria etimologia da palavra "infância" remete a esse momento histórico no qual a criança é, de fato, o infante, ou seja, "aquele que não fala". Este, por sua vez, como não podia fazer parte da vida dos adultos, simplesmente não contava, ou seja, a ideia de infância estava ligada à dependência, e não a fatores biológicos. Um sintoma desta não especificidade da infância na Idade Média, segundo Ariès, é a escassez da representação pictórica de crianças, mesmo na iconografia religiosa.

Nesse cenário, pode-se imaginar que a escola também apresentava características drasticamente diversas das que estamos acostumados a conceber. A escola medieval era reservada a um pequeno grupo de clérigos, na qual pessoas de diferentes idades conviviam juntas. Embora não houvesse qualquer preocupação com o registro de idade, presume-se que havia ingressantes a partir de aproximadamente 10 anos juntamente com adultos, confundindo-se num mesmo auditório, ou seja, não havia gradação nos currículos em função de faixa etária, mas por grau de iniciação. Na verdade, ingressar na escola significava entrar no mundo dos adultos.

Enquanto Ariès parece atribuir essa falta de sentimento em relação à infância ao alto índice de mortalidade infantil devido às precárias condições higiênicas e sanitárias, o autor

norte-americano Neil Postman (1982) atribui essa invisibilidade medieval da infância, fundamentalmente, a três fatores: o desaparecimento da capacidade de ler e escrever, o desaparecimento da educação e o desaparecimento da vergonha. O estilo de vida mais próximo às condições naturais, bem como o privilégio da comunicação oral acessível a todas as idades, dispensa a distinção entre adultos e crianças: “Num mundo oral não há um conceito muito preciso de adulto e, portanto, menos ainda de criança” (p.28).

No que diz respeito à vergonha, que remete diretamente à questão da sexualidade, Postman acompanha Ariès ao observar que a quase ausência de um espaço privado fazia com que os humores e odores corporais fossem muito mais tolerados e compartilhados no plano social. Do mesmo modo, pode-se compreender que os aspectos relativos à sexualidade também eram expostos publicamente: “Na Idade Média, era bastante comum os adultos tomarem liberdades com os órgãos sexuais das crianças” (Ibid., p. 31).

As primeiras representações pictóricas de crianças aparecem por volta do século XII e, mesmo assim, o menino Jesus no colo da virgem aparenta um adulto em miniatura. Essas representações intensificam-se nos séculos XIII e XIV, testemunhando o progresso na consciência coletiva desse “sentimento de infância”. Nesse mesmo período, surgem as histórias de crianças nas lendas e contos, apontando para o início de uma lenta transição quanto à indiferença medieval frente à criança.

É, sobretudo a partir dos séculos XV e XVI, entretanto, que começam a aparecer mais representações de crianças em cenas sociais. Nota-se, contudo, que a vida cotidiana das crianças ainda era bastante misturada com a dos adultos. Um dado que indica claramente o início de mudança de sentimento em relação à infância, segundo Ariès, é o aparecimento de nomes de crianças nas efígies funerárias, revelando um apego maior que, dentre outras razões, poderia ser atribuído à gradativa diminuição da mortalidade infantil – como já mencionado,

altíssima na Idade Média. Com efeito, a partir do século XVI, aparecem representações cada vez mais frequentes de crianças mortas. Como comenta Marie-Jean Sauret: “Como dizer melhor que ‘a palavra é o assassinato da coisa’? A criança faz sua entrada no discurso como morta” (1998, p. 13).

O processo que Ariès denomina “descoberta da infância” foi, portanto, bastante longo. Iniciou-se por volta do século XIII e pode ser acompanhado pelos séculos XV e XVI. O chamado *putto*, pintura característica do Renascimento que representa crianças nuas, revela, para além da valorização estética da nudez clássica, um amplo movimento de interesse pela infância.

Mas é a partir do século XVII que se passa, finalmente, a designar a infância de modo mais preciso, surgindo, inclusive, um esforço para falar das crianças menores, ainda que subsistisse a ambiguidade entre a infância e a adolescência. Embora as condições demográficas não tenham se alterado drasticamente do século XIII ao XVII, o sentimento em relação à criança se transformou: passa-se a considerá-la um indivíduo possuidor de personalidade própria, o que sofreu forte influência da assimilação popular de valores e concepções cristãs, tal como a ideia da imortalidade da alma. Um dos indícios dessa mudança de valores foi a progressiva precocidade com que as crianças passaram a ser batizadas. Igualmente interessante é o crescente interesse das famílias burguesas por possuir retratos de seus filhos.

Mas, para além dessa notória sensibilização familiar frente à criança (a “*paparicação*”) – que, de resto, pode ser compreendida como um dos reflexos da própria passagem da vida comunitária típica da sociedade medieval para a valorização do núcleo familiar oriundo do advento da burguesia –, pode-se verificar um amplo movimento social refletindo um interesse psicológico cada vez maior, bem como uma evidente preocupação moral. Os moralistas e educadores, aliás, segundo a avaliação de Ariès, foram fundamentais para a formação de

“outro sentimento da infância” (o que estou designando “fantasia de infância”), na medida em que o interesse pela infância supunha o desenvolvimento, nas crianças, de uma razão ainda frágil, e que se fizesse delas seres humanos racionais e cristãos. A ideia de infância passa, portanto, a associar-se à de imperfeição, e isto se reflete dramaticamente na evolução da instituição escolar.

Desde o século XV, o colégio havia se tornado um instrumento para a educação na infância e na juventude em geral, não mais se restringindo apenas à formação clerical. Ele se abriu para os leigos, nobres e burgueses, e paulatinamente também para as famílias menos abastadas, tornando-se, desta forma, uma instituição essencial da sociedade moderna. No século XVI, já havia um início de distinção das classes escolares por capacidade, esboçando uma conscientização da existência de várias categorias no interior na infância. Entretanto, a clara distinção entre a primeira infância e a infância escolar só fica caracterizada realmente a partir do século XVII. É importante enfatizar uma observação de Ariès quanto à dubiedade deste novo sentimento em relação à infância, que a um só tempo ressalta a noção de fraqueza da infância e a responsabilidade moral e disciplinar dos mestres.

Esses dois aspectos serão definitivamente associados no século XVIII, quando tudo aquilo que se refere à família passa a ser digno de atenção e cuidado por parte do Estado. Chega-se, portanto, ao século XIX com uma concepção de infância praticamente oposta àquela da Baixa Idade Média. Desde a não especificidade medieval, os chamados séculos da modernidade foram delineando uma especificidade radical que chega ao auge no século XIX, implicando inclusive, a necessidade de distinção entre infância e adolescência.

Embora o trabalho de Ariès seja criterioso e minucioso, as possibilidades de interpretação que analisem as causas e significações das transformações aqui descritas, entretanto, são inúmeras e, eventualmente, contraditórias.

Evidentemente, as transformações ocorridas no sentimento de infância articulam-se às transformações dos fundamentos da sociedade como um todo. Especificamente, o início do surgimento deste “sentimento” deu-se exatamente na passagem do fim da Idade Média para o Renascimento, que corresponde a um grande movimento em direção ao que posteriormente seriam chamados “valores burgueses”. O desenvolvimento do comércio, a intensificação da vida nos burgos e o consequente aparecimento da burguesia com seus novos modos de produção provocaram transformações muito significativas na forma como as pessoas vivenciavam sua subjetividade. Em praticamente todas as esferas da vida pode-se verificar esse impacto. Neste sentido, pode-se constatar que a ideia moderna de infância é tributária da constelação familiar burguesa e do advento do capitalismo¹⁵.

Portanto, embora os fatos mencionados por Ariès pareçam irrefutáveis, é preciso ainda questionar quais mudanças deflagram esse processo. O autor centra sua análise basicamente em dois níveis, o familiar e o escolar, ambos como resultado das mudanças significativas no modo de vida ocorrido a partir do Renascimento. Na vida doméstica, o surgimento da família nuclear; na vida social, o chamado “progresso da disciplina”. No entanto, a atribuição da diminuição da mortalidade infantil como uma das causas principais desse processo tem sido alvo de muitas críticas, até mesmo porque as pesquisas mais recentes têm demonstrado que essa redução não se verificou de modo uniforme, sobretudo nas classes sociais mais baixas.

A tese de Postman, embora também bastante controversa, possibilita a abertura de aspectos muito interessantes para

15 Essas questões são tratadas de modo aprofundado na coleção *História da vida privada* (1986), organizada por Philippe Ariès e Georges Duby, especialmente no livro 3, *Da Renascença ao Século das Luzes*; encontrei elementos importantes para pensar a correlação entre as transformações no “sentimento de infância” e as mudanças sociais ocorridas nesse período, sobretudo nos textos de Roger Chartier, “As práticas da escrita”, Jacques Gélis, “A individualização da criança” e Nicole Castan, “O público e o particular”.

a análise que nos interessa. Segundo esse autor, a invenção da tipografia possibilitou a retomada da escrita e da leitura;¹⁶ mais do que isso, criou a ideia moderna de autor, que inaugura uma nova forma de discurso. Postman chega a propor que Gensfleisch Gutenberg (o mais provável inventor do tipógrafo) e suas “máquinas infernais” tenham decretado o fim do mundo medieval:

Durante a Idade Média, houve várias mudanças sociais, algumas invenções importantes, como o relógio mecânico, e muitos acontecimentos notáveis, inclusive a Peste Negra. Mas não ocorreu nada que exigisse que os adultos alterassem sua concepção da própria vida adulta. Em meados do século XV, contudo, tal acontecimento se verificou: a invenção da impressão com caracteres móveis [...] A tipografia criou um novo mundo simbólico que exigiu, por sua vez, uma nova concepção de idade adulta. A nova idade adulta, por definição, exclui as crianças. E como as crianças foram expulsas do mundo adulto, tornou-se necessário encontrar um outro mundo que elas pudessem habitar. Este outro mundo veio a ser conhecido como infância. (1982, p. 34)

Ora, a tese principal que ele pretende sustentar é a de que a escrita tem uma vocação segregatória, na medida em que exige um preparo e uma iniciação artificialmente construída. Mais além da mudança de discurso que inaugura o individualismo autoral da modernidade, cria-se também a chamada “lacuna do conhecimento”: “Formou-se uma nítida divisão entre aqueles que sabiam ler e os que não sabiam, ficando esses últimos limitados a uma sensibilidade e um nível de interesse me-

16 Ariès também considera, efetivamente, que o ingresso das sociedades ocidentais na cultura escrita teve um papel relevante na criação de novos espaços de intimidade que influenciam o novo “sentimento de infância”. Entretanto, como ressalta Roger Chartier, “tal evolução não elimina todas as práticas antigas, nem é partilhada por todos que manejam a palavra impressa” (1986, p. 113).

dievais, ao passo que os primeiros eram lançados num mundo de novos fatos e percepções” (Ibid., p. 42).

A tese de Postman de que a ideia de infância foi criada pelo mundo letrado não implica na afirmação de que essa consequência efetuou-se rapidamente. Ao contrário, trata-se de um processo que se estendeu por séculos, e só foi concluído no fim do século XVII, consolidando-se no século XVIII. Pode-se acompanhar, entretanto, as influências quase imediatas da “cultura letrada” no que diz respeito ao saber construído sobre a criança: surge uma série de livros específicos que promovem a ideia de uma pedagogia e acabam por criar uma área própria da medicina que possuirá, então, um saber sobre o corpo da criança: a pediatria.

Pesquisadores contemporâneos do Center for the Social Study of Childhood da University of Hull, no texto “O corpo e a infância” (1998), nos lembram que:

O estabelecimento da pediatria como especificidade apoiou-se numa mudança da ideia de doença nas crianças para a de doenças das crianças. E à medida que a infância passou a ser concebida como algo distinto da condição adulta, a medicina também passou a conceber as doenças e os corpos como coisas diferentes de seus equivalentes adultos. Desse ponto de vista, os corpos infantis foram nem tanto descobertos quanto inventados. (James; Jenks; Prout, 1999, p. 213)

Nesse sentido, todos os aspectos que se referem ao bem-estar da criança tornam-se assunto de saúde pública e uma preocupação das famílias. Para esses autores, que acompanham neste ponto o trabalho *Political Anatomy of the Body*, de Armstrong (1983), o próprio conceito de “mortalidade infantil” passa a existir de modo discriminado, invertendo, de certo modo, o raciocínio de Ariès: não é tanto que a infância tenha sido descoberta pela valorização da mortalidade infantil, mas,

ao contrário, essa própria valorização já seria consequência de uma nova visão sobre a infância.

Assim, a sociedade ocidental moderna oferece cada vez mais instâncias de controle internalizado sobre os corpos e a subjetividade que parece acirrar cada vez mais a distância entre crianças e adultos. Nesse mesmo artigo, os autores, comentando o importante trabalho de Norbert Elias, O processo civilizador (1982), afirmam:

O que distingue a criança do adulto é entendido como a prática e o desempenho bem-sucedidos de um controle internalizado, até mesmo inconsciente, sobre o corpo e as suas funções. Isto significa, portanto, que criancinhas que ainda não aprenderam as técnicas específicas (e historicamente variáveis) de controle corporal são incivilizadas em termos culturais. Elias sugere que muitos dos comportamentos atualmente associados com a infância – por exemplo, comer com as mãos e defecar quando e onde a necessidade vier – durante muito tempo foram praticados, também, por adultos. (Ibid., p. 225)

Outro ponto fundamental que não pode de modo algum ser negligenciado nesse debate é a distinção entre as classes sociais. Os autores enfatizam, assim, a descrição de classe social – elaborada por Pierre Bourdieu em seu famoso livro *La distinction – critique social du jugement* (1979) – a partir da discriminação dos capitais cultural, social e econômico a que os indivíduos têm acesso e cuja distinção é incorporada através do *habitus*¹⁷:

17 Segundo Bourdieu (1972, pp. 60-61), *habitus* é “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”.

Formado inconscientemente, o *habitus* na verdade sustenta a sociabilização das crianças. Ele inclui, por exemplo, a transmissão de valores e supostos enraizados e admitidos não só como um conjunto de entes articulados, mas também como práticas incorporadas. É, portanto, na infância que têm lugar aspectos decisivos da incorporação do *habitus*. Seguindo o pensamento de Bourdieu, poder-se-ia afirmar, logo, que as crianças nascem na diferença de classe, assimilam-na e vivenciam-na desde os primeiros dias através de seus corpos. (Ibid., p. 226)

Nesta mesma direção, o livro de Jacques Donzelot, *A política das famílias* (1977), mostra-se extremamente importante por permitir dialetizar a proposta de Postman a respeito de o surgimento da educação letrada ser o fator determinante do advento da infância. Embora o autor reconheça que a valorização da educação – sobretudo a partir do século XVIII – transformou a imagem da infância, ele aponta, ao mesmo tempo, para uma polarização das classes sociais em torno da reorganização desses comportamentos educativos. Ele afirma:

O advento da família moderna centrada no primado do educacional não é, portanto, efeito da lenta propagação de um mesmo modelo familiar através de todas as camadas sociais, segundo a lógica de sua maior ou menor resistência à modernidade. Existem, pelo menos, duas linhas nitidamente distintas de promoção dessa preocupação educacional, e as diferenças entre os efeitos políticos que elas induzem são suficientemente grandes para que se possa emprestar-lhes a forma de uma simetria invertida. (1977, p. 46)

Essa “simetria invertida” revela-se, sobretudo, nas diferenças em relação às crianças e mulheres: enquanto na família burguesa – através da valorização das funções maternas – a mulher torna-se uma aliada do médico, uma agente educacional na luta contra o obscurantismo da criadagem, na família popular o higienismo promove uma vigilância direta às tenta-

ções externas. As consequências dessa diferença em relação à infância são as seguintes:

No primeiro caso, a solicitude de que é objeto toma a forma de uma liberação protegida, de um resgate dos medos e pressões comuns. Em torno da criança, a família burguesa traça um cordão sanitário que delimita seu campo de desenvolvimento: no interior desse perímetro o desenvolvimento de seu corpo e de seu espírito será encorajado por todas as contribuições da psicopedagogia postas a seu serviço e controlado por uma vigilância discreta. No outro caso, seria mais justo definir o modelo pedagógico como o de uma liberdade vigiada. O que constitui problema, no que lhe diz respeito, não é tanto o peso das pressões caducas, mas sim o excesso de liberdade, o abandono nas ruas, e as técnicas instauradas consistem em limitar essa liberdade, em dirigir a crianças para espaços de maior vigilância, a escola ou a habitação familiar. (1977, p. 48)

Assim, entre a “liberação protegida” e a “liberdade vigiada”, a criança do século XVIII, de qualquer forma, está plenamente presente na “ortopedia discursiva”, que pode ser condensada em uma palavra de ordem: eduque-se!

A INFÂNCIA É O SONO DA RAZÃO

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e velhas crianças. (Rousseau, 1762, p. 86)

Educar, não podemos nos esquecer, é apontado por Freud como um dos imperativos “impossíveis” impostos pela civilização. Se, de fato, como a maior parte dos autores indica, a importância da educação tem uma relação estrita com a ideia

de infância, é interessante interrogarmos – do ponto de vista psicanalítico – o “impossível” que se encontra por trás do projeto de “tornar-se adulto” pela via do imperativo “eduque-se”.

Nesse sentido, é evidente a influência do Iluminismo no que diz respeito à propagação da ideia de infância. Postman destaca, dentre os autores do Iluminismo, os pensamentos de Locke e de Rousseau como representantes de duas visões a respeito da criança. Por um lado, temos a ideia principal de Locke de que a criança é como uma folha de papel em branco – a famosa “tabula rasa”, que tanta influência tem na concepção norte-americana de educação até os dias atuais. No Ensaio sobre o entendimento humano, John Locke (1632-1704) realiza uma crítica contundente ao inatismo, sendo que um de seus principais argumentos no livro I – “Nem os princípios nem as ideias são inatos” – refere-se justamente ao fato de as crianças não os possuírem:

Em primeiro lugar, é evidente que não só todas as crianças, como os idiotas, não possuem delas a menor apreensão ou pensamento. Esta falha é suficiente para destruir o assentimento universal que deve ser necessariamente concomitante com todas as verdades inatas, parecendo-me quase uma contradição afirmar que há verdades impressas na alma que não são percebidas ou entendidas, já que imprimir, se isto significa algo, implica apenas fazer com que certas verdades sejam percebidas. Supor algo impresso na mente sem que ela o perceba parece-me pouco inteligível. Se, portanto, as crianças e os idiotas possuem almas, possuem mentes, dotadas dessas impressões, devem inevitavelmente percebê-las, e necessariamente conhecer e assentir com essas verdades; se, ao contrário, não o fazem, tem-se como evidente que essas impressões não existem. (1690, p. 38)

Assim, como aponta Postman, na visão lockiana ou protestante da infância, “a criança era uma pessoa amorfa que, por

meio da alfabetização, da educação, da razão, do autocontrole e da vergonha podia tornar-se um adulto civilizado” (1982, p. 73). Efetivamente, Postman vê na concepção lockiana a realização literal de sua hipótese da relação entre o advento da impressão tipográfica e a infância: a criança seria um livro a se escrever!

Entretanto, no que diz respeito a como o imperativo da educação foi compreendido – como apontam os historiadores –, pode-se atribuir a outro Iluminista, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), um ponto de virada que vai inaugurar o modo contemporâneo de se pensar a educação e a infância. Quanto a esse ponto, é interessante notar a crítica precoce que Rousseau realiza, no século XVIII, à forma artificial, rígida e, por vezes, cruel com que as crianças de então vinham sendo educadas visando a adaptação aos costumes civilizados: “Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem” (1762, p. 4). Em sua célebre obra *Emílio ou Da educação* (1762), Rousseau faz uma defesa de uma educação espontânea e o mais próximo possível do natural.

Assim, ele opera, em relação aos moralistas seus contemporâneos, uma verdadeira inversão, já que não se trataria mais de domar ou disciplinar a criança. A esse respeito, Ariès afirma que:

O relaxamento da antiga disciplina escolar correspondeu a uma nova orientação do sentimento da infância, que não se ligava ao sentimento de fraqueza e não mais reconhecia a necessidade de sua humilhação. Tratava-se agora de despertar na criança a responsabilidade do adulto, o sentimento de sua dignidade. A criança era menos oposta ao adulto (embora se distinguísse bastante dele na prática) do que preparada para a vida adulta. Essa preparação não se fazia de uma só vez, brutalmente. Exigia cuidados e etapas, uma formação. Esta foi a nova concepção da educação, que triunfaria no século XIX. (1973, p. 182)

Dessa forma, como propõe Michel Launay¹⁸, Rousseau cria o “não diretivismo” ou a “educação negativa”, que influenciou decisivamente a moderna pedagogia, de Rogers a Piaget.

Postman destaca duas principais contribuições de Rousseau à ideia de infância: a primeira diz respeito à concepção de que a criança é importante em si mesma; a segunda refere-se à ideia de que a infância é o momento em que o homem está mais próximo da natureza. Assim, nessa visão, é o adulto deformado pela sociedade quem corrompe a boa natureza infantil.

Logo no início de *Emílio*, Rousseau nos apresenta sua concepção de infância e de educação: “Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação” (p. 8). Haveria três tipos de educação: a da natureza, a das coisas e a dos homens, sendo que só essa última pode ser dominada. Rousseau, como sabemos, parte da ideia de que a natureza humana é boa, mas que a sociedade a perverte: “Assim que saímos da ordem natural, tudo apresenta dificuldades para bem agir” (p. 37).

É bastante interessante notar a clareza com que ele descreve o embate da natureza ao encontrar o mundo social organizado, incluindo aí a linguagem. Há, entretanto, uma constante expectativa de superação dessa contradição em busca de uma organização social harmônica à natureza. Neste sentido, poderíamos dizer que Rousseau apresenta-se como o fundador da fantasia da inocência infantil, correlata de uma fase da vida na qual ainda é possível exercitar uma “educação natural”, o que geraria uma sociedade de homens mais livres:

18 Na Introdução da edição de *Emílio*, Martins Fontes, 1999.

Uma criança passa assim seis ou sete anos entre as mãos de mulheres, vítima dos caprichos delas e dos seus, e depois de lhe terem ensinado isto ou aquilo, vale dizer, depois de terem enchido sua memória ou de palavras que não pode entender, ou de coisas que não lhes servem para nada, depois de terem sufocado a natureza pelas paixões que fizeram nascer, colocaram esse ser factício nas mãos de um preceptor que acaba de desenvolver as sementes artificiais que já encontra completamente formadas e lhes ensina tudo, exceto a se conhecer, exceto a tirar partido de si mesmo, exceto a saber viver e se tornar feliz. Enfim, quando essa criança, escrava e tirana, cheia de ciência e carente de juízo, igualmente débil de corpo e de alma, é jogada no mundo, mostrando sua incapacidade, seu orgulho e todos os seus vícios, faz com que se deplorem a miséria e a perversidade humana. É engano: aquele é o homem de nossas fantasias; o da natureza é feito de outra maneira. (p. 24)

Operando com essa distinção entre o homem da fantasia e o homem natural, Rousseau paradoxalmente ajuda a criar, ele mesmo, uma fantasia de infância. As descrições a respeito de como a sociedade degenera e perverte a natureza são de uma verdade tão crua que lhe parecem insuportáveis; ou seja, não lhe é possível suportar o fato de que são inexoráveis. Ao contrário, ele não apenas crê como defende a possibilidade de encontrar a felicidade num tempo de conciliação à condição natural, onde a distância entre as faculdades do homem e seu desejo será imperceptível. Essa contradição chega a um extremo bastante revelador quando se refere à linguagem:

O maior mal da precipitação com que se faz as crianças falarem antes da hora não é o fato de as primeiras palavras que lhes dirigimos e as primeiras palavras que elas falam não terem nenhum sentido para elas, mas sim o fato de terem um sentido diferente do nosso, sem que o percebamos [...] Restringi, pois, o mais que pude o vocabulário

da criança. É um imenso inconveniente ela ter mais palavras do que ideias e saber dizer mais coisas do que pode pensar. (p. 64)

A criança, portanto, seria esse ser ainda não todo corrompido pela linguagem e pelo pensamento. Entretanto, essa mesma “corrupção” que nós, como psicanalistas, consideramos inevitável por ser determinante de nossa condição humana parece apresentar-se para Rousseau como algo a ser adiado, amenizado e, em última análise, evitado.

No livro II de Emílio, que se refere especificamente ao puer – ou seja, à criança que fala, que já não é mais infans –, sua definição de criança e seu projeto de educação são mais claramente definidos. Eis um exemplo:

Amai a infância; favorecei suas brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não teve alguma vez saudade dessa época onde o riso está sempre nos lábios, e a alma está sempre em paz? Por que quereis retirar desses **pequenos inocentes** o gozo de um tempo tão curto que lhes foge, e de um bem tão precioso, de que não podem abusar? Por que quereis encher de amargura e de dores esses primeiros anos tão velozes, que não mais voltarão para eles, assim como não voltarão para nós? (p. 68, grifo meu)

É realmente surpreendente observar como Rousseau antecipa as formulações freudianas sobre a existência de um conflito constitutivo do ser humano entre os desejos e as faculdades: “É na desproporção entre os nossos desejos e nossas faculdades que consiste nossa miséria” (p. 70). Isso ocorre, segundo ele, devido a uma inadequação do desejo em relação a seu objeto, que é fruto da imaginação, e não da necessidade:

É a imaginação que amplia para nós a medida dos possíveis, tanto para o bem quanto para o mal, e, por conseguinte, provoca e nutre os desejos com a esperança

de satisfazê-los. No entanto, o objeto que antes parecia estar à mão foge tão depressa que não podemos alcançá-lo; quando acreditamos que vamos pegá-lo, ele se transforma e aparece longe à nossa frente. Não vendo mais o espaço já percorrido, consideramo-lo como nada, ao passo que o que resta a percorrer cresce e se amplia sem cessar. Assim, esgotamo-nos sem chegar ao final e, quanto mais vencemos o prazer, mais a felicidade se afasta de nós. (p. 71)

Entretanto, Rousseau, ao contrário de Freud, acredita na possibilidade de uma conciliação à condição natural, que – como já salientamos – tenderia a anular a diferença entre os desejos e as faculdades, trazendo, assim, a felicidade. A educação ocuparia, portanto, um lugar de suplência, restaurando a fenda que separa desejo e pensamento.

Ora, mesmo parecendo ingênua, a visão rousseauiana de criança como um “pequeno inocente” influenciou de modo extraordinário o “sentimento da infância” no século XIX. Senão, vejamos.

Um dos impactos desse novo sentimento pôde ser verificado justamente na psiquiatria. O artigo intitulado “A clínica psiquiátrica da criança” (1983), de Paul Bercherie, mostra como o interesse da psiquiatria pela criança iniciou-se justamente no século XIX, a partir do quadro de “idiotia” proposto por Esquirol. A idiotia era então considerada um defeito congênito e incurável, sendo o idiota “aquele que não pode adquirir os conhecimentos que normalmente se adquire pela educação” (Bercherie, 1983, in Cirino, 2001, p. 131). A partir daí, pode então surgir uma série de psiquiatras que, contrapondo-se ao pessimismo inicial, propuseram métodos especiais de educação que acabaram fundando a nova pedagogia de Binet e Simon.

Na segunda metade do século XIX observa-se uma preocupação cada vez maior com a etiologia, mas os transtornos mentais ainda eram concebidos exclusivamente como doenças do cérebro.

Bercherie nos mostra, assim, que “o que determina as questões, procedimentos e observações dos clínicos é o olhar que lançam sobre a infância”:

Durante os dois primeiros períodos, a criança é essencialmente concebida como adulto ‘em potência’ [...] A psicologia da criança só começa realmente a existir como campo autônomo no final do século XIX [...] Antes dessa época, é nas doutrinas pedagógicas que é preciso procurar as concepções clássicas sobre a infância. A esse respeito, o final do século XVIII vê retirar-se a hipoteca cristã da natureza tendencialmente má do homem, que seria a verdade da criança antes de qualquer adestramento educativo. Perdendo seu dinamismo, de forma generalizada, essa concepção pedagógica dá lugar às teses originárias do humanismo, marcadas pela crença na natureza fundamentalmente boa e infinitamente aperfeiçoável do homem. (p. 140)

Do mesmo modo, num artigo intitulado “Romantismo, infância e os paradoxos do desenvolvimento humano” (1979), Judith Plotz explora em seus pormenores as consequências dessa nova visão sobre a criança para o movimento romântico. A autora mostra que o tema central dos principais autores do romantismo – como Schiller, Wordsworth ou Goethe – são o crescimento e o desenvolvimento, com o uso frequente de metáforas educativas. A criança é, então, tomada como “símbolo fundamental”, suscitando “as mais profundas expressões de reverência” (Plotz, 1999, p.165). Neste sentido, ela afirma que:

Esta lisonja à criança, que corporifica a integralidade e a obtenção da própria plenitude, é uma inversão irônica da sabedoria prevalecente nos séculos anteriores, que considerava a infância – ou, reveladoramente, a ‘menoridade’ – como um estado essencialmente carente, precisando de uma educação de imitação e acúmulo. (p.167)

A exaltação à criança, entretanto, promove o que a autora chama “paradoxo do romantismo”, que consiste em valorizar a um só tempo o traço antieducacional presente no endeuamento à criança, e o desenvolvimentismo. Este paradoxo condensa-se de modo paradigmático na frase de Wordsworth – retomada posteriormente por Freud e Lacan – de que “a criança é o pai do homem”. Essa aparente contradição é, entretanto, em parte esclarecida se compreendermos que o romantismo traz em seu bojo um novo ponto de vista sobre a infância e uma nova abordagem educacional. Ao contrário do que propunha Locke, a mente da criança não é mais vista como uma “tabula rasa”, mas, ao contrário, passa a ser comparada à mente ativa dos artistas por sua liberdade, espontaneidade, independência e criatividade. Assim, como ressalta Plotz, “o principal axioma educacional dos românticos é que toda autêntica educação é um processo natural resultante da própria constituição da natureza humana” (Ibid., p. 184).

Nesse contexto, torna-se muito importante realçar o lugar central ocupado pela ideia de inocência, talvez a mais bem-sucedida e amplamente assimilada das ideias rousseauianas sobre a infância. Como afirma Plotz:

A inocência é, logo, uma ideia ampla e complexa, sugerindo tanto bondade incondicionada do tipo bem tradicional como também transcendência do bem e do mal. A infância é frequentemente associada com ambos os tipos de inocência, e é, portanto, considerada simbólica da excelência humana. (p. 179)

Aos dois tipos de inocência explicitados pela autora é preciso certamente agregar a ideia central de ausência de sexualidade, como mostra Alain Grosrichard em seu texto ‘A criança e o significante no Emílio de Rousseau’: “Esse nome de criança marca claramente a originalidade da posição de Rousseau (relativamente nova em sua época, mas que será adotada por

todo o século XIX): a saber, o lado naturalmente assexuado da criança, a ausência de toda sexualidade infantil” (1989, p. 17).

Assim, se para Rousseau e os românticos que o seguiram “a infância é o sono da razão”, ela não é menos “o sono do desejo” – desejo aí tomado no sentido psicanalítico –, já que a mesma corrupção que a linguagem e a sociedade operam na “pureza infantil” naquilo que diz respeito ao pensamento também corrompe o ser, provocando o desejo. Como afirma Grosrichard:

Toda uma parte do empreendimento de Rousseau no Emílio consistirá em constituir, desde a infância, um sujeito que seja amo e que continue sendo amo do significante. Empreendimento louco, no nosso parecer, sem dúvida, mas que caracterizará Emílio: ele será amo do significante e terá se transformado em tal porque seu tutor terá sabido mantê-lo em um universo onde os elementos da ordem simbólica (as palavras), os elementos constitutivos do sentido (as ideias, imagens das coisas) e os elementos constitutivos do real (as coisas tal como elas se apresentam aos órgãos dos sentidos) se correspondem com muita exatidão. Soube atuar de modo tal que a cada palavra corresponde uma ideia, a cada ideia corresponde uma coisa, que nenhum significante pudesse ser usado de forma arbitrária. (p. 23)

É, portanto, no sono da razão e do desejo que Freud encontra a infância, no fim do século XIX.

A INFÂNCIA E O DESPERTAR DO DESEJO

É indubitável que nas crianças não é necessária a corrupção ou sedução para que nelas se desperte a vida sexual, pois esta pode surgir espontaneamente por causas interiores (Freud, 1905d, p. 1205).

Freud, ao contrário de Rousseau, se dá conta de que as faculdades e os desejos, embora sejam inconciliáveis, constituem o humano de modo indissociável. Desde Freud, a razão humana deve incluir o desejo, produzindo uma divisão irremediável.

Curiosamente, é a partir das reminiscências de suas pacientes histéricas sobre a infância que ele vai encontrar a verdade escondida atrás dos sintomas. Lembremos que nos “Estudos sobre a histeria”, publicados em 1895, Freud atribui a etiologia da histeria a acontecimentos traumáticos vivenciados durante a infância e reativados na adolescência. A teoria da sedução sexual corrobora, assim, a visão geral de sua época sobre a infância inocente e assexuada, que seria corrompida pela intrusão perversa de um adulto.

Entretanto, já em 1897, Freud escreve a Fliess (carta 69), questionando a teoria da sedução. Embora sua virada conceitual torne-se pública em 1900, com a publicação da “Interpretação dos sonhos”, a questão propriamente da sexualidade infantil só será tratada de modo detalhado nos “Três ensaios para uma teoria sexual”, em 1905. Neste texto monumental, Freud diz que a suposição da não existência da pulsão sexual durante a infância é um erro que traz graves consequências. Ele atribui, então, à amnésia infantil a responsabilidade pela negligência generalizada em relação à importância da sexualidade infantil. Além disso, nesse mesmo texto, o neurótico é definido como o indivíduo cuja sexualidade conserva a essência infantil.

Assim, desde o nascimento haveria impulsos sexuais, inicialmente autoeróticos – já que a atividade sexual apoia-se inicialmente nas funções naturais de conservação, só se diferenciando delas posteriormente. Neste sentido, qualquer parte do corpo poderá ser tomada como zona erógena, fenômeno a que Freud nomeia “disposição perverso-polimorfa”. As pulsões na infância seriam, portanto, desorganizadas ou, em outras palavras, parciais.

As três fases da maturação infantil descritas por Freud são: a lactância, a fase por volta dos quatro anos e a puberdade.

Essas fases evolutivas da organização sexual poderiam, entretanto, ser divididas em dois tempos relativos especificamente à chamada “escolha de objeto”. O primeiro tempo, que seria entre dois e cinco anos, caracterizar-se-ia pela natureza infantil de seus fins sexuais. O segundo tempo, na puberdade, determinaria a constituição definitiva da vida sexual. Os dois tempos seriam separados pelo “período de latência”, onde haveria uma inibição da investigação sexual infantil iniciada no período anterior.

Observe-se, entretanto, que Freud sublinha a existência de uma escolha de objeto na infância, afirmando: “Os resultados da escolha infantil de objeto alcançam até épocas muito posteriores, pois conservam intacto seu caráter ou experimentam na puberdade uma renovação” (1905d, p. 1211). Outro aspecto bastante relevante em relação aos pontos de semelhança entre a criança e o adulto refere-se à angústia – como ficará claro, depois, no caso do pequeno Hans: “A criança se conduz aqui como o adulto, transformando em angústia sua libido quando não consegue satisfazê-la”¹⁹ (Ibid., p. 1226).

Qual seria, então, fundamentalmente, a diferença entre os dois tempos de escolha de objeto? A esse respeito, Freud é bastante explícito: “A diferença está tão somente em que a síntese das pulsões parciais e sua subordinação à primazia dos genitais não se verifica na infância” (p. 1210). Tal concepção, como teremos oportunidade de acompanhar, sofrerá modificações fundamentais da medida em que Freud pôde, aos poucos, distanciar-se do desenvolvimentismo darwiniano – e, portanto, inatista e biologizante – ao longo de sua obra (embora saibamos que ele nunca chegará a abandoná-lo completamente).

É interessante notar, entretanto, o debate que está presente nos “Três ensaios” a respeito do papel da educação na sociedade

19 Essa afirmação é coerente com a primeira teoria freudiana sobre a angústia, que será reformulada posteriormente. No capítulo 3 do presente trabalho, o caso Hans será trabalhado, e poderemos retomar essa questão.

civilizada ou da evolução organicamente condicionada, ainda que Freud acabe se posicionando a favor dessa última.

No livro *Freud antipedagogo* (1987), Catherine Millot mostra que a descoberta da sexualidade infantil fez com que Freud minimizasse parcialmente a importância da educação rígida e moralista na etiologia da neurose, como enfatizara até então. Ainda assim, ele continua criticando a educação de sua época, como fica claro em “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna” (1908d), texto em que critica o temor de que uma educação sexual das crianças atentasse contra a suposta “inocência infantil”. Assim, como afirma Millot:

Em 1905 e nos anos subsequentes, as concepções de Freud quanto à educação repousarão sobre a ideia de que esta deve se contentar com ser um auxiliar da natureza, fixando-lhe assim os limites de sua ação. O que ele critica são seus excessos e seu desenfreno (assim como os da moral sexual). Não é uma educação negativa, no estilo de Rousseau, o que preconiza, pois a evolução naturalmente pré-formada da criança requer, de todos modos, o apoio da educação que, de resto, deve favorecer a sublimação. (1987, p. 41)

Note-se que a ideia do pudor e da repugnância como sendo forças autônomas que aparecem espontaneamente no período de latência é francamente contraditória com o que pudemos acompanhar no exame histórico sobre a infância que realizamos. O próprio Freud, é preciso reconhecer, relativiza esse ponto de vista à medida que avança em sua construção teórica.

De fato, em 1915, nas “Conferências introdutórias”, embora Freud ainda sustente a dicotomia entre a anarquia pulsional pré-genital e a orientação objetual decisiva que ocorreria na fase fálica, esta dicotomia já se apresenta bastante amenizada por outras afirmações. Assim, Freud mostra que, a partir dos três anos de idade:

... a vida sexual do sujeito infantil se mostra com absoluta evidência. Os órgãos genitais fazem-se suscetíveis de ereção, e observa-se com grande frequência um período de masturbação infantil, ou seja, de satisfação sexual. As manifestações psíquicas e sociais da vida sexual não se prestam já a equívoco nenhum. A eleição de objeto, a preferência aferida por determinadas pessoas, a decisão em favor de um sexo com exclusão do outro e os ciúmes são fatos que têm sido comprovados. (Freud, 1916-17, p. 2325)

Aliás, nesse texto, Freud atribui à latência um período de dissimulação da sexualidade, já que a escolha de objeto sempre possui uma marca incestuosa, mesmo que momentaneamente esquecida ou recalçada. O que ocorre na puberdade, portanto, é uma reaparição da antiga eleição incestuosa na própria escolha do “objeto real não incestuoso”. A escolha definitiva, então, “só em muitos raros casos consegue alcançar seu fim ideal” (Ibid. p. 2332).

Mas é apenas em “Organização genital infantil (adição à teoria sexual)” de 1923, que Freud aproxima ainda mais a sexualidade infantil e a adulta. Ele inicia esse texto lembrando que a reedição dos “Três ensaios” de 1922 já avançara quanto à semelhança da escolha de objeto na infância e na puberdade, mas mantinha ainda a diferença no que se referia à primazia dos genitais, visando à reprodução, na organização sexual pós-puberdade. Eis, portanto, o avanço que ainda se faz necessário:

A afirmação de que a primazia dos genitais não aparece ainda estabelecida, ou só muito imperfeitamente, no período infantil, já não nos satisfaz por completo. A afinidade da vida sexual infantil com a do adulto vai muito além, e não se limita à emergência de uma escolha de objeto. (1923e, p. 2698)

A diferença não está, então, na falta de organização genital propriamente dita, mas no fato de que “o sujeito infantil só

admite um órgão genital para ambos os sexos” (p. 2699). A primazia do falo articula-se, a partir daí, com a lógica da castração, à medida que o falo passa a significar a representação de uma perda – ao que Lacan depois articula com “a significação do falo”²⁰. Em outros textos dos anos vinte, que tratam dessa questão, tais como “A cabeça de Medusa” (1922[1940c]), “A dissolução do complexo de Édipo” (1924d), “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos” (1925j) e “Fetichismo” (1927e), Freud torna cada vez mais precisa a articulação do complexo de castração com o afalicismo materno. Ocorre, nesse sentido, uma inversão importante no que se refere a relação entre falta e falo, já que não se trata mais de uma não percepção da diferença entre os sexos, mas de um “desmentido” (Verleugnung)²¹.

Nessa perspectiva, pode-se compreender a descrição das “teorias sexuais infantis” elaborada por Freud (1908c) como correspondendo a fantasias construídas pela criança no sentido de “desmentir” a castração materna. Aliás, essa abordagem do problema já estava, de certo modo, colocada no caso do pequeno Hans (1909b). Com efeito, as três principais teorias mencionadas por Freud – a premissa fálica, o nascimento dos bebês como excrementos e o caráter sádico do coito – negam sistematicamente o afalicismo materno.

Ora, a posição infantil de negar a castração equipara-se, então, àquela do neurótico; e a sexualidade infantil, por sua vez, deve nos remeter necessariamente à lógica da construção da fantasia. Dessa forma, Freud substitui a compreensão da sexualidade infantil a partir de uma visão desenvolvimentista ou educacional por outra que enfatiza a fantasia.

20 Essa questão será retomada no capítulo 3 deste livro, onde será trabalhada a lógica da constituição do sujeito em Lacan.

21 Tive oportunidade de discutir essa questão em meu trabalho anterior, *Feminilidade e experiência psicanalítica* (2001), especialmente no capítulo 2: “Desenvolvimento sexual infantil: a diferença entre os sexos”.

Entretanto, se essa perspectiva nos parece a mais coerente com os desdobramentos teóricos do próprio Freud posteriores a 1920 – ano em que, lembremos, é escrito “Além do princípio do prazer” –, ela está longe de encontrar unanimidade no meio psicanalítico, e muito menos se considerarmos o modo como a psicanálise foi absorvida pela cultura contemporânea.

Ao contrário, a psicanálise e as descobertas freudianas sobre a sexualidade infantil foram rapidamente assimiladas pela psicologia do desenvolvimento e pela pedagogia como mais uma teoria sobre “A Criança” tomada como objeto da ciência. No que concerne a este ponto específico, não há como deixarmos de remeter às ideias elaboradas por Foucault em *História da sexualidade I – A vontade de saber* (1976).

Foucault nos avisa inicialmente que questionará a afirmação dos historiadores de que até o início do século XVII haveria uma liberdade sexual que teria sido paulatinamente decrescente até chegar “às noites monótonas da burguesia vitoriana”. Segundo a história oficial, tal declínio teria sido operado pela via repressiva tradicional, através do tripé interdição-inexistência-mutismo. Assim, ele afirma, ironicamente:

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falar dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor o silêncio geral e aplicado [...] Estaríamos liberados desses dois longos séculos onde a história da sexualidade devia ser lida inicialmente como crônica de uma crescente repressão? Muito pouco, dizem-nos ainda. Talvez por Freud. Porém, com que circunspeção, com que prudência médica, com que garantia científica de inocuidade e com quanta precaução para manter sem receio de ‘transbordamento’, no mais seguro e mais discreto espaço entre divã e discurso: ainda um murmúrio lucrativo em cima de um leito. E poderia ser de outra forma? (1976, p. 11)

Não se trata, portanto, de negar o que ele chama “hipótese repressiva”, mas de substituí-la por outra muito mais sofisticada e complexa, que se refere à economia geral dos discursos sobre o sexo – o que implica analisar os lugares e os pontos de vista desde onde se fala. Essa “colocação do sexo em discurso”, segundo Foucault, verifica-se através da vontade de saber que gera, por sua vez, produções de saber e, conseqüentemente, produções de poder que se exercem através da necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos, e não apenas pelo rigor de uma proibição. A esse conjunto de mecanismos ele nomeia “dispositivo de sexualidade”²². A sexualidade infantil, particularmente, é um dos elementos fundamentais através do qual se faz exercer esse dispositivo:

O mesmo ocorre com o sexo das crianças. Afirma-se frequentemente que a época clássica o submeteu a uma ocultação da qual só se libertou com os ‘Três ensaios’ e com as benéficas angústias do pequeno Hans. É verdade que desapareceu a antiga ‘liberdade’ de linguagem entre crianças e adultos, ou alunos e professores (...) Mas isso não significa um puro e simples silenciar. Não se fala menos de sexo, ao contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos. O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou se proíbe mencionar, a discrição exigida entre certos locutores, não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa, mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de coisas ditas nas estratégias de conjunto [...] Consideremos os colégios do século XVIII [...] O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortinas), os re-

22 “Dispositivo” é um conceito criado por Foucault que se refere à máquina abstrata de forças agenciadoras de poder, saber e ética. Encontra-se uma visão aprofundada desse conceito no livro de Deleuze (1990) *Qu’est-ce qu’un dispositif* (O que é um dispositivo).

gulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que a sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. (Ibid., p. 29-30, grifo meu)

Foucault argumenta ainda que essa “ortopedia discursiva” exerceu-se sobretudo através da instituição pedagógica, educadores, médicos, administradores e pais: “A partir do século XVII, o sexo das crianças e adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas” (p. 32). Especificamente a partir do século XIX, entretanto, “os pedagogos e os médicos combateram, realmente, o onanismo das crianças como uma epidemia a ser extinta [...] Foram alertados os pais e educadores, sendo entre eles semeada a suspeita de que todas as crianças eram culpadas” (p. 42).

Assim, como já havíamos mencionado quando da análise de Donzelot – que, aliás, acompanha nesse sentido o ponto de vista de Foucault –, é cada vez mais por meio da família que se faz exercer o poder sobre a sexualidade:

A separação entre adultos e crianças, a polaridade entre o quarto dos pais e o das crianças, a segregação relativa entre meninos e meninas, as regras estritas sobre cuidados com os bebês (amamentação materna, higiene), a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância sugeridos aos pais, as exortações, os segredos, os medos e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviços, tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis. (Ibid., p. 46)

Assim, opera-se um mecanismo que se insere progressivamente por meio de uma *scientia sexualis*. Nesse ponto específico, aliás, Foucault, longe de poupar a psicanálise²³, critica-a como um dos agentes fundamentais – ao lado da psiquiatria e da pedagogia – através do qual se faz exercer esse mecanismo de poder, o que aconteceria especificamente através dos seguintes métodos de produção de verdade: a prática da confissão da sexualidade; a etiologia sexual dos problemas mentais; a hipótese de uma latência intrínseca à sexualidade; o método da interpretação; e a medicalização que institui na sexualidade as categorias de normal e patológico.

Aliás, é parte fundamental dos conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo um mecanismo que Foucault chama “pedagogização do sexo da criança”:

Dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo ‘natural’ e ‘contra a natureza’, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais ‘liminares’, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo. (Ibid., p. 99)

23 Numa entrevista concedida em 1981 ao *Corriere della Sera*, vol. 6, nº 212, chamada “Lacan, o ‘Libertador da Psicanálise’”, ao ser perguntado se Lacan teria revolucionado a psicanálise, Foucault afirma: “Acho que Lacan teria recusado este termo ‘revolucionário’ e a própria ideia de uma ‘revolução’ em psicanálise. Ele queria apenas ser ‘psicanalista’. Isso supunha, aos meus olhos, uma ruptura violenta com tudo o que tendia a fazer depender a psicanálise da psiquiatria, ou a fazer dela um capítulo sofisticado da psicologia. Ele queria subtrair a psicanálise da proximidade da medicina e das instituições médicas, que considerava perigosa. Ele buscava na psicanálise não um processo de normalização dos comportamentos, mas uma teoria do sujeito”.

Embora não possamos concordar com uma generalização desse ponto de vista, parece-me que essas críticas precisam ser tomadas, efetivamente, como um perigo que ronda a psicanálise: o risco de ser tragada por essa estratégia de pedagogização tão cara à *scientia sexualis*. O alerta de Foucault nos aponta para um empuxo que visa reduzir as descobertas de Freud sobre a sexualidade infantil a um saber “a mais” sobre “O Sexo” e sobre “A Criança”.

Em relação a esse último aspecto, ou seja, aquele que aponta para um interesse cada vez maior da ciência pela infância, Sandra Corazza (2000), no livro *História da infância sem fim*, propõe a existência de um “dispositivo de infantilidade”, o qual consiste numa série de procedimentos discursivos que operam no sentido de constituir um “conjunto fantasmático da infantilidade”, ainda que seja pela via mais atual de problematizar o possível desaparecimento da infância. Ela propõe a seguinte questão:

Mas por que é que a infância prossegue sendo conceitualizada e falada como um estágio, uma etapa, uma condição que, à primeira vista, deve ser reprimida e superada para que possamos ir em direção a outros estágios, etapas, condições, tais como a puberdade, a adolescência, a adultez ou a velhice – os quais nos acostumamos a nomear por oposição àquela condição de infantil. (Corazza, 2000, p. 32)

Efetivamente, em relação ao discurso sobre a infância, o trabalho já mencionado de Bercherie evidencia, mais uma vez, como as descobertas da psicanálise foram prontamente fagocitadas pela psiquiatria, fazendo nascer o que ele chama de uma “clínica pedo-psiquiátrica”. Desde a segunda metade do século XIX, surgiram os primeiros tratados de psiquiatria infantil. A segunda geração desses tratados – sobretudo a partir da influência da concepção de “demência precoce” de Kraepelin – propôs uma distinção entre o campo do retardamento

e aquele da “demência precocíssima”. Alguns anos mais tarde, já sob influência de Bleuler, os psiquiatras passam a falar em “esquizofrenia infantil”. Mas, como assinala Bercherie, a pedo-psiquiatria propriamente dita só vai se definir de fato a partir da influência da psicanálise²⁴ – mais particularmente, de sua peculiar entrada nos Estados Unidos pela via do funcionalismo:

De fato, o que caracteriza esse novo período é a influência dominante que as ideias psicanalíticas exercem sobre a clínica infantil, ideias que vão, a partir de então, estruturar em grande parte seu percurso. A descoberta de que toda manifestação psicopatológica é o resultado de um conflito, e que esse conflito, em sua expressão atual no adulto, repete a história infantil do sujeito, adquire no quadro da clínica infantil uma ressonância muito própria. (Bercherie, 1983, p. 136)

Bercherie nos convence, por meio de exemplos notáveis – como Gesell e Kanner –, o quanto as transformações da psiquiatria infantil são tributárias do ponto de vista que se tem sobre a infância, seu desenvolvimento e seu papel na formação do adulto. Assim, ao contrário da concepção corrente no século XIX,

... o que vai permitir a formação da clínica pedo-psiquiátrica moderna é a constituição de uma verdadeira psicologia da criança e de seu desenvolvimento. Não somente a infância tem sua ordem própria de existência e de racionalidade, mas é sobretudo ela que esclarece, a partir de então, o devir do adulto. Fundada sobre uma ampla base empírica, mas também sobre uma conceitualização elaborada, oriunda da psicanálise, essa nova orientação

24 Exemplos dessa influência são os trabalhos de Ajuriaguerra, *Manual de psicopatologia infantil* e *Manual de psiquiatria infantil*.

psicológica serve de pano de fundo à pesquisa clínica em psiquiatria infantil há mais de meio século. (p. 141)

Do mesmo modo, podemos observar a influência da “visão psicanalítica sobre a criança” na psicologia do desenvolvimento e na educação, contribuindo para a criação de métodos psicodiagnósticos, observações lúdicas, testes de personalidade, etc.

Curiosamente, essa tomada da psicanálise pela cultura como uma produtora de saber sobre a criança, de modo geral, e sobre a sexualidade infantil, em particular, destoa significativamente da direção para a qual os avanços conceituais de Freud seguiram a partir de 1920. Lembremos mais uma vez a afirmação já citada de Nominé: “A psicanálise do adulto não nos ensina nada sobre a infância; o que ela permite é construir o infantil, que constitui o núcleo da neurose” (Nominé, 2001, p.13).

Deste modo, considero que, se, por um lado, é fundamental estarmos atentos e advertidos dos riscos que se nos apresentam as mais diversas incorporações da psicanálise nos dispositivos estabelecidos na contemporaneidade, por outro lado, não podemos concordar com a afirmação de Foucault de que Freud não marcou uma nova racionalidade. Ao contrário, parece que, se o século XIX empurrou a criança para “o sono da razão”, construindo uma fantasia de infância – correspondente a um ideal educativo que, como vimos, implica um projeto de suturar o hiato entre as “faculdades” e os “desejos”, como dizia Rousseau –, Freud, por sua vez, promove, através da descoberta do núcleo infantil da sexualidade, o despertar do desejo – desejo este que, sabemos, vai “além do princípio do prazer”.

A racionalidade após Freud – como afirma Lacan no título de seu texto “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (E:1957b) – é, portanto, uma racionalidade dividida, marcada pelo conflito entre *Eros* e *Thanatos*; e é a essa

marca que o conceito psicanalítico de infantil deve necessariamente nos remeter. Não nos esqueçamos de que é no texto “Além do princípio do prazer” (1920g) que Freud descreve a experiência do *Fort-da* – fundamental para problematizar a questão da repetição – que, aliás, ele articula com uma certa “pulsão de domínio”.

E quanto aos riscos de sermos tragados pela “fantasia de infância” que nos ronda? Quanto a este ponto, considero bastante pertinentes as colocações de Derrida num texto de homenagem póstuma a Foucault chamado “Fazer justiça a Freud” (1992). Ele coloca que realmente não é possível defender uma “pura invenção da psicanálise”, a invenção “de uma psicanálise que ainda imaginariam inocentemente enchapelada, com um elmo ou uma armadura completa, pulando para fora da história, após o corte epistemológico do cordão ou do umbigo do sonho” (p. 102). Na parte do texto relativa especificamente às críticas à psicanálise presentes na *História da sexualidade*, Derrida aponta exatamente para o ponto que nos interessa, e que se refere à problematização da dualidade poder/prazer a que, como vimos, se refere Foucault:

Deixando de lado a imensa questão do conceito de poder e do que mantém sua unidade presumida sob a dispersão essencial justamente lembrada por Foucault, reterei apenas um dos fios: ele conduziria àquilo que, em um certo Freud e no centro de uma herança, digamos, francesa (para abreviar) de Freud, não só não se deixaria objetivar pela problematização foucaultiana, como contribuiria para ela do modo mais determinante, mais eficaz, merecendo por isso ser inscrito do lado tematizante, mais do que do lado tematizado dessa história da sexualidade. Eu me perguntarei, então, o que Foucault teria dito, nessa perspectiva e se a tivesse considerado, não de ‘Freud’ ou ‘da’ psicanálise em geral – que, como o poder, não existe como um grande e único corpo central e homogêneo –, mas, por exemplo, de uma aventura como *Além do princípio do prazer*, de alguma coisa nas suas vizinhanças ou entre seus fios. (p. 106, grifo meu)

Assim, penso que a psicanálise possa tematizar a questão da sexualidade infantil, levando a sério a questão formulada por Foucault: “O que é que pedimos ao sexo, *além de seus prazeres possíveis*, para nós obstinarmos tanto?” (1976, p. 77, grifo meu). Desde o retorno a Freud operado por Lacan, sabemos que o “além do prazer” e o “poder dos impossíveis” refere-se ao conceito de gozo²⁵. E, como afirma Sauret (1998, p. 23), o infantil refere-se a esse “traço ineliminável de gozo que o sujeito deve ao fato de ser falante”.

A INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA: DESAPARECIMENTO OU GENERALIZAÇÃO?

Infância roubada, inocência perdida, encantamento negado, desaparecimento, morte da infância. Do ‘sentimento da infância’ ao ‘direito de infância’ contemporâneo: é necessário preservar o direito de ser criança, respeitar os direitos das crianças, construir na plenitude o sujeito social dos direitos infantis. (Corazza, 2000, p. 37)

Vladimir Nabokov, em uma passagem de seu polêmico romance *Lolita*²⁶ manifesta a ambiguidade contemporânea a respeito da infância de modo extraordinário, que vale a pena transcreever na íntegra:

25 Refiro-me aqui ao texto de Freud, “Além do princípio do prazer” (1920g), onde é trabalhado o conceito de pulsão de morte, o qual será retomado no ensino de Lacan pela via do gozo do Outro. Por outro lado, “O poder dos impossíveis” é abordado por Lacan no Seminário XVII – *O avesso da psicanálise* (1969-70).

26 No Seminário IX – A Identificação (1961-62) Lacan faz um breve comentário sobre *Lolita*: “Basta evocar a equivalência *girl-phallus* que a silhueta onipresente de Lolita pode fazer sentir. (...) A distância que existe entre o desabrochar completo do charme feminino e o que é propriamente o mecanismo, a atividade erótica de Lolita, parece-me constituir uma hiância total, a coisa mais fácil de se distinguir do mundo” (09/05/62).

Estrangulado pelos tabus, a psicanálise tentava seduzir-me com pseudoliberações de pseudolibidos. O fato de que para mim os únicos objetos de vibração amorosa eram as irmãs de Annabel, suas donzelas de honor, me parecia às vezes um prenúncio de demência. Outras vezes, dizia-me que era tudo uma questão de atitude, que na verdade nada havia de errado em que alguém se sentisse perdidamente fascinado por uma menininha. Seja-me permitido lembrar ao leitor que na Inglaterra, após a aprovação em 1933 da Lei sobre a Infância e a Juventude, entende-se como “menina” a criança do sexo feminino de mais de oito e menos de catorze anos (entre catorze e dezessete, passam a ser legalmente chamadas de “moças”). Já em Massachusetts, nos Estados Unidos, define-se tecnicamente como “criança delinquente” a que conta entre sete e dezessete anos. Hugh Broughton, um polemista que escreveu durante o reinado de James I, provou que Rahab iniciou-se na prostituição aos dez anos. Tudo isso é muito interessante, e eu ousaria dizer que o leitor já estará me vendo à beira de um ataque, espumando pela boca. Mas não, nem um pouco; estou apenas depositando, com uma piscadela marota, alguns pensamentos felizes no meu cofrinho de poupança. Vejamos outras fotografias. Aqui está Virgílio, que sabia cantar belas loas às ninfetas, mas provavelmente preferia um períneo de rapaz. Cá estão, reclinadas sobre fofas almofadas, duas nítidas irmãs pré-núbeis, filhas de Akhenaton e Nefertiti, seus corpos macios e morenos cobertos apenas de inúmeros colares de contas brilhantes, os cabelos curtos e os longos olhos cor de ébano intactos após três mil anos. Vejam agora essas noivas de dez anos, forçados a sentar-se no fascinum, o fálico marfim dos templos em que se estudam os clássicos. O casamento e a coabitação antes da puberdade são ainda hoje bastante comuns em certas províncias das Índias orientais. Na tribo dos Lepcha, velhos de oitenta copulam com meninas de oito, e ninguém se importa. Afinal de contas, Dante apaixonou-se loucamente por Beatriz quando ela tinha nove anos – uma menininha resplandecente, o rosto lindamente pintado, coberta de joias sobre a túnica vermelha

–, e isso se passou em 1274, em Florença, durante um banqueiro no alegre mês de maio. E, quando Petrarca se apaixonou loucamente por sua Laurinha, ela não passava de uma loura ninfeta de doze anos correndo ao vento, em meio ao pólen e à poeira, uma flor em fuga na bela planície que se avista das colinas de Vaucluse.

Mas sejamos recatadamente civilizados. Humbert fez rudo o que podia para ser bom. Esforçou-se mesmo, com todo o empenho. Tinha o maior respeito pelas crianças comuns, com sua pureza e vulnerabilidade, e em circunstância alguma atentaria contra a inocência de uma menina, caso houvesse o menor risco de encrenca. Mas como batia seu coração quando, no meio de um bando inocente, ele divisava algum pequeno demônio, ‘enfant charmante et fourbe’. (Nabokov, 1955, p. 21)

Pureza e vulnerabilidade, por um lado. Pequeno demônio, por outro. O mundo contemporâneo parece não mais saber como classificar a criança.

Ao longo de minha experiência como docente da disciplina Psicologia do Desenvolvimento, durante dez anos, na década de 90, pude perceber o aceleração da mudança pela qual o “sentimento de infância” – para ficarmos com a expressão cunhada por Ariès – vem passando nos dias atuais. Ano após ano, eu solicitava aos alunos que realizem uma pesquisa na mídia (fotos, reportagens, programas infantis, catálogos de lojas, propagandas comerciais, brinquedos, etc.) com o intuito de observar como anda a representação da infância atual. No início, o resultado da pesquisa era acompanhado de uma surpresa quase geral sobre como a infância estava se transformando e perdendo sua especificidade, o que gerava por parte dos alunos graus variados de indignação e até mesmo certa nostalgia em relação à própria infância.

Com o passar dos anos, entretanto, pude observar que já havia quase uma antecipação dos resultados encontrados: os alunos já sabiam que encontrariam crianças que se vestem como adultos, frequentam salões de beleza e festas notur-

nas, namoram, maquiavam-se, falavam palavrões, impõem suas vontades, pegam em armas, cometem crimes, praticam sexo, trabalham, traficam e consomem drogas. Ainda há, deve-se reconhecer, um certo julgamento negativo a respeito dessa situação. Essa negatividade revela-se, por exemplo, na condenação praticamente unânime em relação a casos de pedofilia. Cabe aqui, entretanto, uma ressalva quanto ao que é considerado pedofilia, já que o critério subjetivo dos alunos a respeito da idade a partir da qual uma “criança” sabe o que está fazendo veio diminuído substancialmente ao longo dos anos. Praticamente todos os alunos consideraram absurdo o texto da legislação brasileira que define como estupro a relação sexual de um homem maior de idade com uma menina de até 14 anos. Ao serem indagados, no entanto, sobre qual idade deveria constar no código penal, frequentemente se assustam ao entrar em contato com a própria perda subjetiva de critérios para definir o que é uma criança.

Essa minha experiência, embora não represente necessariamente uma realidade que possa ser generalizada, não deixa de ser reveladora de certa tendência que tem sido investigada por vários autores já há alguns anos.

Nessa linha de investigação, o livro já mencionado de Postman, *O Desaparecimento da infância* é considerado uma referência fundamental. Ele apresenta sua tese do seguinte modo:

Assim como a alfabetização fonética alterou as predisposições da mente em Atenas no século cinco a.C., assim como o desaparecimento da alfabetização social no século cinco d. C. ajudou a criar a mente medieval, assim como a tipografia aumentou a complexidade do pensamento – na verdade mudou o conteúdo da mente – no século dezois, assim também a televisão tornou para nós desnecessário distinguir a criança do adulto. Pois é de sua natureza homogeneizar as mentes. (1999, p. 132)

Essa tese é correlata, portanto, de sua hipótese de que a infância só pôde surgir num ambiente letrado e, portanto, dependente dos “princípios da informação controlada e da aprendizagem sequencial” (p. 86). Assim, o advento da televisão comercial e sua popularização – ao substituir a prevalência da palavra impressa pela imagem – representaria um “paradigma de uma estrutura social emergente que deve fazer ‘desaparecer’ a infância” (p. 89).

Sendo a televisão, segundo Postman, um meio de comunicação pictórico, e não linguístico, ele requer percepção, não concepção:

Ao contrário dos livros, que variam bastante em sua complexidade léxica e sintática e que podem ser graduados de acordo com a capacidade do leitor, a imagem de TV está disponível para todos, independente da idade. [...] Por isso é que, na verdade, não existe na TV programação infantil. Tudo é para todos. (Ibid., p. 93)²⁷

A posição de Postman é, nesse sentido, bastante radical, já que considera que a acessibilidade generalizada às informações – tanto no que se refere à forma, quanto ao conteúdo – recria as condições indiferenciadas de comunicação existentes nos séculos XIV e XV. Se com a alfabetização, por um lado, os segredos tornam-se acessíveis, por outro, essa acessibilidade exige um longo e complexo período de iniciação. Esse fato teria criado a infância moderna enquanto a fase da vida relacionada a um certo “não saber”. Havia, então, uma série de assuntos – tais como sexo e violência – que não diziam respeito às crianças:

27 A questão a respeito da influência – positiva ou negativa – da televisão no desenvolvimento infantil é bastante complexa e controversa. Não pretendo, nos limites desse trabalho, entrar nesse debate que exige, inclusive, fundamentos de outras áreas do conhecimento.

A convenção social exigia que se mantivesse uma distinção pública entre o mundo simbólico do adulto e da criança. [...] A moderação linguística por parte do adulto refletia um ideal social, isto é, uma disposição para proteger as crianças das atitudes rudes, sórdidas e cínicas tantas vezes implícitas na linguagem grosseira e obscena. Da parte das crianças, o comedimento refletia uma compreensão de que não estavam ainda autorizadas a expressar publicamente tais atitudes. (Ibid., p. 103)

O autor chega a afirmar que há uma certa hipocrisia necessária para a manutenção do “não saber” das crianças, considerando que “a melhor face da hipocrisia é, afinal de contas, um certo idealismo social” (p. 106). Assim sendo, o “saber a mais” possibilitado pela televisão estaria expulsando as crianças da infância.

Ao mesmo tempo, Postman considera que o desaparecimento da infância é correlato do desaparecimento da idade adulta, fazendo aparecer o que ele chama de “adulto-criança”, ou seja, uma longa fase indiferenciada e indiferente, condicionada pelo império da imagem.

Embora seja difícil contestar o fato de que a infância atual, em vários aspectos, esteja perdendo sua especificidade, penso que a análise realizada por Postman está longe de alcançar a complexidade deste fenômeno.

Se pudermos retomar a mesma linha de análise que realizamos anteriormente, este fenômeno deve ser compreendido no nível do discurso sobre a infância, assim como Foucault problematizou o discurso sobre a sexualidade. Nessa direção, o trabalho *História da infância sem fim* (2000) de Sandra Corazza pode nos ajudar sobremaneira. Ela propõe, com seu trabalho, não uma história da criança ou da infância, mas uma reflexão a respeito do aparecimento do que chama de “dispositivo de infantilidade”.

A autora parte, inicialmente, do discurso atual sobre o fim da infância, do qual Postman é o mais notável representante:

As sociedades ditas pós-industriais, entre suas violências, estariam cometendo mais esta: a de retirar da infância a possibilidade de ser infantil; e nossas lutas emancipatórias deveriam voltar-se com prioridade, no mínimo absoluta, contra essa modalidade de perversão em direção à libertação da infância, ao direito de ser criança, ao direito de ter preservados seus direitos infantis. (Corazza, 2000, p. 27)

Entretanto, em relação a esse discurso, ela coloca as seguintes questões:

Em que medida e com que forças o discurso da educação faz funcionar e mantém o dispositivo de infantilidade, contribuindo para assim fixar o ponto imaginário da ‘infância’ e a identidade ideal da criança, instaurados há quase quatro séculos por este mesmo dispositivo? [...] Em outras palavras: existiria uma ruptura histórica entre a ‘Idade da Infância’, a análise crítica do ‘Fim da infância’, e os anseios e práticas culturais em prol de uma ‘Infância sem Fim’? Ou todos estes mecanismos integram as grandes e descontínuas linhas históricas que tecem e enodam os poderes, saberes e verdades do dispositivo de infantilidade?

E ela acrescenta:

Essas dúvidas objetivam muito menos mostrar que o infantil não está desregado do que recolocar tal identidade numa nova economia de poder-saber-verdade no seio das sociedades contemporâneas [...] Qual o sentido do dispositivo de infantilidade em conexão com o fim-da-infância, em termos de suas relações com a verdade do sujeito ocidental, a qual parece objetivar uma infância-sem-fim, matriz da tecnologia política do poder de infantilidade? (Ibid., p. 29)

A partir dessas questões, sua proposta de trabalho é realizar uma análise do “poder infantilizador” que parece contar com

o conceito de infância como “um estágio, uma etapa, uma condição que, à primeira vista, deve ser reprimida e superada para que possamos ir em direção a outros estágios, etapas, condições, tais como puberdade, adolescência, adultez ou velhice” (p. 32). A história, portanto, é abordada a partir do discurso dobre a infância e da análise do “dispositivo de infantilidade” que, segundo Corazza, participa de uma estratégia mais ampla de dominação sobre o sujeito contemporâneo.

Essa abordagem inovadora da questão da infância permite à autora identificar a “Roda” como a “dobradilha” por excelência, o “eixo giratório” desse dispositivo. A “Roda” foi um mecanismo criado, no início da Modernidade, em resposta ao número notável de crianças abandonadas em lugares públicos: as chamadas “expostas”. O incômodo que a exposição de crianças passou a gerar no homem moderno – a ponto de tornar-se uma questão de Estado e de saúde pública – remete, como apontou Donzelot, a toda a problemática da família conjugal e seus desdobramentos no plano da sexualidade, do amor filial, do cuidado com as crianças, etc.:

A Roda consistia em um cilindro de madeira, incrustado em uma parede de pedra, onde era preso por um eixo vertical e fazia girar, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidas as crianças. Tal dispositivo permitia que, do lado de fora, pudesse ser colocada a exposta e, após um giro, esta passasse para dentro do estabelecimento, sem um contato direto entre quem estivesse em seu interior com quem estivesse no exterior, de modo que tanto o depositário quanto o recebedor não pudessem ver-se reciprocamente. (Ibid., p. 70)

A Roda é apontada exatamente como um dispositivo de transição entre a exposição e os mecanismos posteriores de controle das famílias – como propôs Donzelot – que foram centrando-se na administração e investigação da situação das mães e das crianças a partir de um controle médico e educa-

cional. A alta taxa de mortalidade de crianças que eram colocadas na Roda, entretanto, aponta para situá-la “menos como um mecanismo de salvação da vida infantil e mais como um mecanismo destinado ao governo dos costumes da população” (p. 94):

O corpo infantil somente pôde ser depositado na Roda em função do desbloqueamento da arte de governar em conexão com a emergência do problema da população. Corpo que daqui para a frente giraria, não só na Roda, mas também nas técnicas e táticas de governo que definiam a cada instante se ela deveria ou não ser responsabilidade do Estado, se era público ou privado, se era estatal ou não. [...] A exposição das crianças na Roda talvez tenha sido o início de uma operação eminentemente pedagógica, enquanto operação de administração das condutas e das contingências a que os indivíduos se viam sujeitos. (Ibid., p. 104-105)

O mecanismo da Roda, assim, pode ter sua função generalizada no corpo social, sendo, desse modo, emblemático da criação de um novo objeto discursivo: a infância. Esse “novo” objeto deverá, então, ser regularizado em seus aspectos normais para que possa ser tratado em seus aspectos anormais. O “infantil”, mais além da criança, passa a ser, então, “o suporte para intervenções estratégicas” tanto para as condutas das crianças quanto dos adultos. O poder do pai todo-poderoso, a quem era atribuído direito de vida e morte em relação aos filhos, é, aos poucos, substituído pelo biopoder e pelas técnicas políticas. Corazza afirma, nesse sentido, que “somente essa nova economia dos mecanismos de poder poderia ter produzido o chamado ‘nascimento da infância’, derivado do dispositivo de poder-saber da infantilidade, pensado a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas” (p. 119).

De fato, a ideia mais interessante que Corazza extrai dos argumentos desenvolvidos, é a de que o efeito do “dispositivo

de infantilidade”, ao longo dos séculos, produziu a “instância moderna ‘adultos-infantis’”. Ela explica:

Sujeição como transformação da subjetivação do indivíduo moderno, a qual, aqui, nessa primeira ruptura da infantilidade, consiste na submissão ao Outro pelo controle e pela dependência; sujeição realizada por todos os procedimentos de individualização e de modulação que o poder de infantilizar instaura, atingindo a vida cotidiana e a interioridade daqueles infantis que ele chama ‘seus sujeitos’. Essa identidade infantil é sujeitada pelo funcionamento do conjunto das instituições disciplinares, tais como a Família, o Quartel, a Igreja, a Escola, o Hospício, o Hospital, o Asilo, a Casa da Roda; e é consubstanciada em uma figura inequívoca: a do ‘infantil-dependente’, enquanto o ‘outro’ do ‘Adulto’: um infantil diferente, impróprio, diverso, desigual, distinto, dessemelhante, alterado, inexato, desavindo, malquisto, alheio, desgraçado, infortunado, desastrado, inconveniente; o infantil fora-da-norma, disforme, desconforme, desajustado, discrepante, desproporcionado, divergente, irregular; este infantil pequeno, acanhado, apoucado, dependente, subalterno, carente, assujeitado, deficiente, imaturo, inconstante, impróprio, errado, incerto, irregular, desproporcionado, injusto, pervertido; este infantil fugido alien, allius, forasteiro, estranho, esquisito, exótico, desgarrado, extraviado, desencaminhado, peregrino, errante, perdido, emigrado, proscrito; o infantil a ser expedido, remetido, enviado, despachado, desembaraçado, apartado, segregado, exilado, ganido, desterrado, degredado, deportado, expatriado para um país estrangeiro (ausland) – o País da Educação. (Ibid., p. 124)

A reprodução na íntegra desse longo trecho permite observar uma impressionante articulação entre sua tese e aquela sustentada por Lacan quando de sua intervenção no encerramento das Jornadas realizadas em 1967 sobre “As psicoses da criança”. Nessa ocasião, ele correlaciona o problema mais

intenso de nossa época com o fato dela ser “a primeira a sentir o novo questionamento de todas as estruturas sociais pelo progresso da ciência” (OE:1968d, p. 360). Em relação a essa especificidade da sociedade contemporânea, ele afirma:

Os homens estão enveredando por uma época que chamamos planetária, na qual se informarão por algo que surge da destruição de uma antiga ordem social, que eu simbolizaria pelo Império, tal como sua sombra perfilou-se por muito tempo numa grande civilização, para ser substituída por algo bem diverso e que de modo algum tem o mesmo sentido – os imperialismos, cuja questão é a seguinte: como fazer para que massas humanas fadadas ao mesmo espaço, não apenas geográfico, mas também, ocasionalmente, familiar, se mantenham separadas? (Ibid., p. 361)

E ele acrescenta: “O problema a que se trata de saber é como responderemos, nós, os psicanalistas: a segregação trazida à ordem do dia por uma subversão sem precedentes”.

E em relação ao problema específico de nossa época – a segregação – Lacan conclui:

Problemas do direito de nascimento, por um lado, mas também, no impulso de ‘teu corpo é te’, no qual se vulgarizou no início do século um adágio ao liberalismo, a questão de saber se, em virtude da ignorância em que é mantido esse corpo pelo sujeito da ciência, chegaremos a ter o direito de desmembrá-lo para a troca. Acaso não se discerne do que eu disse hoje a convergência? Haveremos de destacar pelo termo criança generalizado a consequência disso? (Ibid., p. 367)

Com Lacan, podemos compreender que a “entrada de um mundo inteiro no caminho da segregação” assinala para uma única via: nesse “admirável mundo novo” regido pelo dispositivo de infantilidade, “não existe gente grande”.

A clínica psicanalítica com crianças, entretanto, tem enfrentado, ao longo da história, as dificuldades inerentes ao risco de

se anular o conceito de "infantil", sobrepondo a ele a ideia de "infância" como fase da vida. Nesse caso, a psicanálise, em geral, certamente pode ser reduzida a "um murmúrio lucrativo"; e a psicanálise com crianças, em particular, a uma "pedagogização do sexo".

No próximo capítulo, vamos acompanhar as várias "direções" seguidas, desde Freud, pelos psicanalistas que se dispuseram a atender crianças.

O homem não é uma forma fixa e duradoura;
é antes um ensaio e uma transição, não é outra coisa senão a estreita e perigosa ponte
entre a Natureza e o Espírito
(Hermann Hesse, *O lobo da estepe*)

CAPÍTULO 2

O TRATAMENTO PSICANALÍTICO COM CRIANÇAS: DIREÇÕES

Deparamos com esse problema cada vez que nos ocupamos com crianças: a análise é então confrontada à sua própria representação da infância, e o peso de suas manifestações inconscientes se refletirá na orientação dada à cura; a criança e sua família interpelam o analista no que há de mais antigo como temores, defesas e angústia – é sem cessar levado a um plano em que se opera a confrontação da cada um ao problema do desejo, da morte e da lei.

(Manonni, *A criança, sua 'doença' e os outros*)

A POSSIBILIDADE DE ESTENDER O MÉTODO PSICANALÍTICO ao atendimento de crianças é tradicionalmente associada ao caso do pequeno Hans, caso princeps da psicanálise com crianças. Hans, entretanto, não foi o primeiro contato de Freud com o sofrimento infantil. Ele trabalhou mais de dez anos atendendo crianças em neurologia infantil, quando de seu retorno de Paris em 1886, o que certamente lhe deu um extenso conhecimento das patologias infantis.

Pudemos acompanhar, no capítulo anterior, como Freud rompeu corajosamente com o lugar comum de atribuir à puberdade um divisor de águas biológico entre a infância ino-

cente e a “era dos hormônios”. Embora mesmo nos textos após 1920 ele mantenha a ideia de um retorno da neurose infantil após o tempo de latência, vimos que esses diferentes “tempos” são norteados pela “premissa fálica”, operante na “organização da sexualidade” desde a primeira infância.

Essa tensão existente na obra de Freud – entre as diferenças relativas à sexualidade nas diversas fases da vida, por um lado, e o operador fálico universal, por outro – provocou interpretações divergentes entre os psicanalistas, sobretudo entre aqueles que se propuseram a receber crianças. Poderíamos dizer que, enquanto alguns priorizaram “o infantil”, como conceito correlato ao de fantasia inconsciente, outros privilegiaram “a infância” enquanto fase da vida na qual ocorre o desenvolvimento sexual que, posteriormente, será recalçado. Pode-se considerar Karl Abraham como o pioneiro desta leitura maturacional da obra de Freud:

Consideramos a primeira fase autoerótica do indivíduo como se achando ainda isenta de inibições instintivas, em função da ausência de quaisquer relações reais de objeto. No estágio do narcisismo com um objeto sexual canibalesco, a primeira evidência de uma inibição instintiva aparece sob a forma de ansiedade mórbida. [...] A terceira fase, cujo objetivo sexual constitui a incorporação de uma parte do objeto, é abandonada quando sentimentos de piedade e desgosto surgem no indivíduo [...]. Finalmente na fase do amor objetual verdadeiro, encontramos sentimentos sociais de um tipo elevado, que regulam a vida instintiva do indivíduo. (Abraham, 1927, p. 155)

E como destaca Laurent (1999):

Karl Abraham, convertido no herói e o porta-voz da psicanálise com crianças, pôs o acento sobre os estágios do desenvolvimento. Para ele, ficava claro que a psicanálise de uma criança consistia em tomá-la pela mão e fazer passar suas fantasias desde as organizações fantasmáticas pré-genitais até uma organização genital, reconstruindo o desenvolvimento da criança. A

questão do fim da análise com crianças ficava perfeitamente estabelecida, assim como sua finalidade: tratava-se de tomar uma criança imersa em um mundo de objetos parciais e conduzi-la a um mundo onde, a partir de sua relação ao falo, era edipizada. Este postulado de Abraham é uma constante no movimento psicanalítico. (1999, p. 26)

Assim, a psicanálise passou a ser dividida entre psicanálise de adultos e psicanálise de crianças²⁸, esta última possuindo, supostamente, métodos e objetivos próprios.

Procuraremos acompanhar, a seguir, como se desenvolveu esse debate – sobre o atendimento psicanalítico com crianças constituir ou não uma especificidade – e quais os seus atuais desdobramentos clínicos e teóricos.

PSICANÁLISE OU PEDAGOGIA? A CONTROVÉRSIA ENTRE ANNA FREUD E MELANIE KLEIN

‘Anna Freud, não sou muito mais forte do que o meu demônio? Não posso controlá-lo perfeitamente por mim mesma? Não acho que preciso de qualquer ajuda para isso’. Confirmei plenamente. Ela realmente mostrava-se muito mais forte, e sem a necessidade da minha ajuda. ‘Mas preciso, na verdade, da senhora’, comentou ela, depois de uma pequena pausa de meditação. ‘A senhora tem de me ajudar a não ser tão infeliz por precisar ser mais forte do que o demônio’. (A. Freud, 1926, p. 34)

A divergência entre Anna Freud e Melanie Klein a respeito da especificidade ou não da posição do analista na psicanálise

28 A própria Melanie Klein publica um livro em 1932 chamado *The Psycho-Analysis of Children*.

com crianças constituiu um dos principais embates da história da psicanálise.

O ponto principal de discórdia refere-se à possibilidade ou não de a criança fazer neurose de transferência, o que acaba se desdobrando numa discussão teórica sobre a precocidade do complexo de Édipo e do superego. Também em relação ao método lúdico introduzido por Klein, há divergências quanto a ele corresponder ou não integralmente ao método da associação livre. Além disso, enquanto A. Freud parece estar lidando com os pais da realidade, transformando-os, como diz Catherine Millot (1987), num “serviço permanente de informações”, Klein esclarece que se trata de uma realidade de outra ordem, ou seja, da ordem da fantasia.

Em 1926, A. Freud ofereceu um conjunto de cinco preleções intituladas “Introdução à técnica da análise de crianças”, publicadas posteriormente no livro *O tratamento psicanalítico de crianças* (1971). Nele, a autora apresenta suas considerações sobre o que chama métodos utilizados na análise de crianças:

Observamos que se torna necessário confrontar o histórico da moléstia da criança com as informações fornecidas pela família, em lugar de nos atermos exclusivamente aos dados relacionados pelo paciente; reconhecemos na criança um bom intérprete de sonhos e avaliamos a significação dos sonhos diurnos e dos desenhos de imaginação como coadjuvantes técnicos. Por outro lado, tive de informar que as crianças não se mostram inclinadas a exercitar a associação livre e, assim sendo, nos obrigam a procurar um substitutivo deste instrumento, o mais essencial na análise de adultos. (Ibid., p. 52)

Com efeito, o principal argumento em relação à especificidade da análise de crianças é o de que elas seriam seres imaturos e dependentes dos pais. Nesse sentido, segundo a autora, a decisão de trazer a criança é sempre dos pais, o que torna praticamente impossível obter seu consentimento para a

análise, fato este que é indispensável, contudo, para o início de uma análise com adultos. Desse modo, “falta no quadro clínico tudo aquilo que parece indispensável no caso do paciente adulto: a consciência de enfermidade, a decisão voluntária e a vontade de curar-se” (p. 22).

Essas dificuldades levam A. Freud a propor um período preliminar de preparação ou *treinamento* que, curiosamente, se parece em vários aspectos ao que Lacan chamará “entrevistas preliminares” – momento inicial que está presente em qualquer análise, independente da idade do sujeito. Essa “fase preliminar” proposta por A. Freud consiste fundamentalmente em manejos que tornem possível o estabelecimento da transferência e o aparecimento do sintoma queixa. A pergunta que persiste é a seguinte: não seriam essas condições necessárias para qualquer entrada em análise? Será que o consentimento consciente por parte do adulto ou sua queixa relativa ao sofrimento garante de antemão o estabelecimento da transferência e a emergência da função sintomática?

Num dos casos relatados, A. Freud afirma que teria provocado, com sua estratégia, “uma divisão dentro da personalidade da criança” (p. 31). Ora, é exatamente esta a função que Lacan aponta nas entrevistas preliminares: uma retificação subjetiva testemunhada pela emergência do sujeito dividido.

É verdade que a própria autora relativiza a especificidade desses manejos, afirmando que alguns casos de adultos também exigem tais procedimentos que amenizam as recomendações técnicas ortodoxas tais como prudência, comedimento, neutralidade, etc. Esses casos, entretanto, seriam exceções. Novamente, nos parece muito interessante observar o quanto em seu trabalho com as crianças – que supostamente pediria uma espécie de “licença poética” à verdadeira psicanálise – A. Freud parece aproximar-se mais do “ato analítico” do que quando enfatiza a crença no “ego forte” dos pacientes adultos.

Outro ponto insistentemente realçado que merece uma consideração mais afinada é o que se refere à memória, já que esse seria o aspecto onde residiria talvez a principal diferença entre adulto e

criança: à medida que a criança “acha-se tão envolvida pelo presente que o passado esvanece em comparação” (p. 39), ela não tem como contar por si mesma a “história da sua doença”. Assim, só restaria aos analistas de crianças informarem-se com os pais, ficando, deste modo, à mercê de suas versões. A questão da memória articulada à história da doença parece, aqui, desconsiderar a problemática da construção da fantasia que foi, entretanto, tão bem trabalhada em seu texto “A relação entre fantasias de flagelação e um sonho diurno”²⁹.

Por outro lado, A. Freud ressalta um aspecto bastante interessante que diz respeito justamente à fantasia:

Geralmente, é bastante fácil fazer com que crianças relatem os seus devaneios, uma vez que se tenha conquistado a confiança em outros assuntos. As crianças o relatam mais prontamente e se mostram claramente menos envergonhadas a respeito deles do que os adultos, que condenam os devaneios como algo ‘infantil’³⁰. Enquanto os adultos, a partir dessas motivações de pudor e de condenação, em geral só levam os seus devaneios para a análise numa etapa mais tardia e de forma hesitante, numa análise de crianças a sua aparição é frequentemente de grande valia durante os difíceis primeiros estágios. (1926, p. 43)

A questão da fantasia revela-se, com efeito, o ponto fundamental que está por trás das principais divergências entre A.

29 Esse texto, publicado originalmente no *International Journal of Psychoanalysis*, Vol. 4 (1923), foi publicado em 1999 na revista *Colección DIVA*, sob direção de Silvia Tendlaz. Ela comenta que “Anna Freud é admitida na Associação Psicanalítica de Viena através da leitura desse trabalho”, mas, posteriormente, verificou-se tratar de seu próprio caso clínico que foi, por sua vez, retomado por Freud em “Bate-se numa criança”.

30 No texto “Duas dimensões clínicas: sintoma e fantasia” (1983), Miller comenta exatamente esse aspecto, afirmando que o paciente (ele está se referindo aqui ao adulto) fala muito de seu sintoma, mas cala-se em relação à fantasia. Sua hipótese explicativa para tal fato é a de que a fantasia traz prazer, enquanto o sintoma gera desprazer, do qual o sujeito se queixa. Retomaremos essa questão na última parte deste capítulo.

Freud e Klein, quais sejam, a questão da transferência e o papel dos brinquedos. Ambos os aspectos dizem respeito à possibilidade de distinção entre realidade e fantasia, à problemática da regressão e das vivências infantis e à noção de representação e de linguagem que está em jogo.

Em relação ao primeiro aspecto, qual seja, o transferencial, é a própria Klein quem explicita este ponto em um trecho da introdução de seu livro *Psicanálise da criança*:

O início da análise infantil remonta a mais de duas décadas, à época em que Freud efetuou a análise do ‘pequeno Hans’. Esta primeira análise de uma criança foi de grande importância teórica [...] O êxito obtido no caso de uma criança de menos de cinco anos demonstrou que os métodos psicanalíticos podiam ser aplicados a crianças pequenas [...] Anna Freud foi levada, por suas descobertas, no que se refere ao ego da criança, a modificar a técnica clássica, e elaborou seu método de analisar crianças [...] Suas conclusões teóricas diferem das minhas em vários pontos fundamentais. *Em sua opinião, as crianças não desenvolvem uma neurose transferencial, de forma que não existe a condição fundamental para o tratamento psicanalítico. Essa opinião difere da minha. A experiência ensinou-me que as crianças podem perfeitamente produzir uma neurose de transferência* e que, exatamente como no caso dos adultos, surgirá uma situação transferencial, desde que empreguemos um método equivalente à análise de adultos, isto é, que evitemos qualquer medida pedagógica. (1932, p. 12, grifo meu)

Com efeito, A. Freud defende com veemência a ideia de que a criança não realiza neurose de transferência. Ela afirma:

A criança não se vê, como o adulto, pronta a produzir uma nova edição de suas relações amorosas porquanto, como se poderia dizer, a antiga edição não se encontra ainda esgotada. Os objetos originais, os pais, *são ainda*

reais e presentes como objetos de amor – não apenas na fantasia, como acontece com os neuróticos adultos; entre eles e a criança, todas as relações da vida cotidiana existem, e todas as suas gratificações e desapontamentos dependem, na realidade, desses pais. (1926, p. 60, grifo meu)

Assim, pelo fato de a criança não realizar a verdadeira neurose de transferência, seria igualmente impossível manter a neutralidade analítica, ou seja, a famosa analogia com a página em branco fica definitivamente abalada no atendimento psicanalítico das crianças. As dificuldades técnicas, portanto, devem-se, sobretudo, ao que A. Freud considera a “cena real das reações neuróticas”, que faz com que o psicanalista precise recorrer aos pais para obter as informações necessárias. Daí se declina um dos pontos mais problemáticos de sua posição, que diz respeito ao papel da educação no atendimento de crianças: para ela, o analista deve, a um só tempo, cumprir o duplo papel de analisar e educar; caso contrário, a análise poderia se tornar “um ‘passe’ para toda má conduta proibida pela sociedade” (p. 81).

Esse argumento deve-se ao fato de a autora considerar que a criança possui um Superego ainda fraco e dependente do mundo exterior, o que colocaria o analista diante de um dilema ético:

Seria admissível considerar a criança, somente devido ao fato de sua neurose e de sua análise, como emancipada prematuramente; e esperar dela próprias decisões importantes, tais como lidar, deste ponto em diante, com os impulsos que agora se colocam à sua disposição? Não saberia eu dizer de que fundamentos éticos poderia lançar mão a criança, quais os critérios para encontrar um caminho certo através de todos os apoios externos cancelados; a criança só poderia encontrar um único caminho mais rápido e mais conveniente – o da gratificação direta. Sabemos, no entanto, pela teoria analítica e pela sua prática

que, no próprio interesse de prevenir a neurose, é desejável que uma gratificação direta exagerada seja evitada, em qualquer estágio da sexualidade infantil, necessariamente perversa. (1926, p. 75)

A saída que resta ao analista, portanto, desse ponto de vista, é a de dirigir a criança – colocando-se em relação a ela no lugar de *Ego-ideal* –, já que se trata de um sujeito supostamente irresponsável. Essa questão remete a um debate fundamental, que ainda prossegue na clínica psicanalítica, que diz respeito ao tipo de responsabilidade com o qual estamos tratando em psicanálise.

Com efeito, a posição ética de A. Freud traduz-se na defesa da exigência de uma nova técnica para a psicanálise de criança. Essa nova técnica se deve, em parte, ao conhecimento pedagógico que deveria ser obtido pelo analista de criança, bem como a outra suposta especificidade: a impossibilidade das crianças pequenas aceitarem a regra fundamental da associação livre e a inviabilidade, nesse caso, do uso do divã. A dificuldade com a associação livre restringiria, por sua vez, as possibilidades de interpretação por parte do analista.

A discussão em torno da interpretação é, aliás, um dos pontos nodais de divergência com Klein, como ela mesma afirma no capítulo “A técnica da análise da criança pequena” de seu livro *Psicanálise da criança* (1932, p. 47):

Assim que o pequeno paciente tiver me deixado entrever seus complexos – quer através de seus jogos, desenhos ou fantasias, quer simplesmente por seu comportamento geral –, considero que a interpretação pode e deve ter início. Isto não contradiz a regra aprovada de que o analista deve esperar que a transferência se efetue antes de começar a interpretar, porque nas crianças a transferência se efetua imediatamente, e o analista muitas vezes terá provas imediatas de sua natureza positiva. Mas quando a criança manifesta timidez, ansiedade ou mesmo apenas uma certa desconfiança, sua conduta deve ser considerada como

um sinal de transferência negativa. E isso torna ainda mais imperioso que a interpretação se inicie o mais depressa possível, pois a interpretação reduz a transferência negativa do paciente, fazendo os afetos negativos retrocederem à situação e objetos originais.

Nessa passagem, fica claríssima a posição de Klein no que diz respeito à transferência e à interpretação estarem presentes no atendimento de crianças. Ela sustenta que a transferência, enquanto espinha dorsal do processo analítico, só pode se estabelecer quando a análise fica separada de sua vida familiar. O contato com os pais, portanto, deve ser o mínimo possível.

Da mesma forma, ela é bastante clara em relação ao psicanalista exercer uma influência educativa sobre a criança. No artigo “A técnica psicanalítica através do brincar – sua história e significado”, publicado em *Novas tendências na psicanálise* (1955), ela expõe seu ponto de vista a esse respeito: “Constituiu sempre parte da minha técnica não exercer influência educativa ou moral, mas unicamente o procedimento psicanalítico, o qual, sucintamente, consiste em compreender a mente do paciente e em comunicar-lhe o que se passa nela” (p. 34).

Nesse mesmo artigo, Klein explicita suas divergências em relação às posições de A. Freud, sobretudo no que se refere à técnica com brinquedos corresponder à associação livre. Para ela, “a brincadeira e as atividades diversas – de fato, todo seu comportamento – são meios de expressar o que o adulto expressa predominantemente por palavras” (p. 27). Ela sustenta essa tese com veemência, não obstante todos os argumentos em favor das diferenças existentes entre o “brincar” e o “falar”. Trata-se, efetivamente, de um posicionamento bastante importante que Klein mantém somente a partir da clínica, já que ela não contava com a noção de significativo que nos permite, hoje, sustentar sua tese.

A tese annafreudiana da fragilidade superegoica infantil é duramente combatida, opondo a ela a ideia de uma rigidez su-

peregoica, já que, na concepção kleiniana, “o superego surge em um estágio muito mais primitivo do que Freud supunha”. Tal conceito derruba o principal argumento de contraindicação da psicanálise para crianças, que, como vimos, preocupava A. Freud. A pergunta de cunho ético deixada por A. Freud – *Quais as consequências da análise numa vida ainda em processo de desenvolvimento?* – é retomada por Klein e respondida do seguinte modo:

Por mais que os padrões próprios a cada idade difiram um do outro, o atingi-los dependerá, em todos os casos, da mesma condição fundamental, ou seja, de um ajuste entre superego e o id e o consequente estabelecimento de um ego adequadamente vigoroso. A análise, favorecendo esse processo, segue e sustenta, etapa por etapa, o curso natural do crescimento da criança, ao mesmo tempo que regula as atividades sexuais infantis [...] Afetando, assim, em conjunto os fatores que se acham na origem de um desenvolvimento defectível, a análise também habilita a criança a expandir livremente o começo de sua vida sexual e de sua personalidade futura. (1932, p. 360, grifo meu)

O próprio Freud posicionou-se de modo bastante ambíguo frente a essa questão. Nas “Novas conferências introdutórias à psicanálise” (1933), Freud, por um lado, afirma que a psicanálise pode ser aplicada em crianças que sofrem de sintomas neuróticos, sem contraindicações. Por outro lado, ele defende o ponto de vista da filha de que, para isso, deveria haver uma adaptação técnica, já que o superego das crianças pequenas não estaria ainda formado. Reafirma, assim, as ideias annafreudianas a respeito das dificuldades com a associação livre e a especificidade da transferência devido à presença dos pais reais. Ao mesmo tempo, entretanto, ele faz questão de realçar que essas diferenças reduzem-se sensivelmente diante de adultos cujas características fortemente infantis exigem do analista as mesmas adaptações que são empregadas na análise com crianças.

O BRINCAR, A REALIDADE E A FANTASIA:
CONTRIBUIÇÕES DE DONALD WINNICOTT

O que quer que se diga sobre o brincar de crianças, aplica-se também aos adultos; apenas, a descrição torna-se mais difícil quando o material do paciente aparece, principalmente, em termos de comunicação verbal. Sugiro que devemos encontrar o brincar tão em evidência na análise de adultos quanto o é no caso de nosso trabalho com crianças. Manifesta-se, por exemplo, na escolha das palavras, nas inflexões de voz e, na verdade, no senso de humor. (Winnicott, 1971, p. 61)

A controvérsia teórica entre A. Freud e Klein produziu uma divisão política na IPA que se estendeu por várias gerações. Nesse cenário de disputas acirradas, surgiu o chamado “Grupo dos Independentes”, do qual Winnicott foi um grande expoente. Pediatra de formação, ele sempre priorizou o interesse pelo atendimento de crianças, enfatizando as relações entre elas e o ambiente que as cerca. Essa preocupação evidencia-se na relevância que ocupam, em sua teoria, as primeiras relações de dependência do bebê com a mãe.

Assim como a clínica de A. Freud e Klein, a de Winnicott também foi muito marcada pela experiência com crianças vítimas da guerra: refugiadas, órfãs, traumatizadas, etc. Suas contribuições conceituais, com efeito, são profundamente marcadas pela ideia central de que a relação da mãe com o bebê deve encontrar a justa medida entre a invasão excessiva e a ausência e o abandono. Daí advém um de seus conceitos mais conhecidos: o de “mãe suficientemente boa”. Outro conceito fundamental em sua obra é o de “objeto transicional”. Extraído de sua observação dos bebês, a noção de objeto transicional ganhou uma abrangência teórica e clínica muito importante para a direção do tratamento com crianças.

Em sua última obra, *O brincar e a realidade*, Winnicott retoma esse conceito, tal como o havia apresentado em 1951:

Introduzi os termos ‘objetos transicionais’ e ‘fenômenos transicionais’ para designar a área intermediária de experiência entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto, entre a atividade criativa primária e a projeção do que foi introjetado, entre o desconhecimento primário de dívida e o reconhecimento desta. Por essa definição, o balbúcio de um bebê e o modo como uma criança mais velha entoa um repertório de canções e melodias enquanto se prepara para dormir incidem na área intermediária enquanto fenômenos transicionais, juntamente com o uso que é dado a objetos que não fazem parte do corpo do bebê, embora ainda não sejam plenamente reconhecidos como pertencentes à realidade externa. (1971, p. 14)

A ideia de uma área intermediária entre a realidade interna e a externa — ou entre o subjetivo e o objetivo —, que é correlata da noção de “experiência ilusória”, é bastante fértil para pensar a questão da fantasia já que, com o desenvolvimento, os fenômenos transicionais tendem a se expandir “para todo o território intermediário entre a ‘realidade psíquica interna’ e o ‘mundo externo, tal como percebido por duas pessoas em comum’, isto é, por todo o campo cultural” (p. 19).

Winnicott faz questão de diferenciar o “objeto transicional” do “objeto interno” kleiniano, já que o primeiro supõe, ao contrário do segundo, a ideia de uma indistinção entre interno e externo.

Laurent (1999) comenta, a esse respeito, que “daí procede o interesse que Lacan reconhece pelo objeto transicional de Winnicott, ao mesmo tempo que rechaça tomá-lo numa consideração evolutiva” (p. 29)³¹.

31 De fato, no Seminário *A relação de objeto*, Lacan refere-se ao objeto transicional, afirmando: “O objeto, na medida em que é engendrado pela frustração, nos leva a admitir a autonomia da produção imaginária na sua relação com a imagem do corpo. É um objeto ambíguo, que está entre ambos, a propósito do qual não se pode falar nem de realidade, nem de irrealidade. É assim que se exprime com muita pertinência o Sr. Winnicott, mesmo que se deva lamentar o fato de, em vez de abordar o problema aberto pela introdução desse objeto na ordem simbólica, ele chegue a isso como que a contragosto” (SIV:1956-57, p. 129). No Seminário *A angústia* (SX:1962-63), Lacan afirma que o

Para Winnicott, enquanto intermediário, o objeto transicional está associado à ideia de “mãe suficientemente boa”:

A mãe suficientemente boa começa com uma adaptação quase completa às necessidades do bebê, e à medida que o tempo passa, adapta-se cada vez menos completamente, de modo gradativo, segundo a crescente capacidade de o bebê lidar com o fracasso dela. (1971, p. 25)

É, portanto, quando a mãe começa a faltar para a criança – ou, nas palavras de Winnicott, a desiludi-la – que ela pode desenvolver sua capacidade criativa. É neste sentido que ele enfatiza: “Não é o objeto, naturalmente, que é transicional. Ele representa a transição do bebê de um estado em que ele está fundido com a mãe para um estado em que está em relação com ela como algo externo e separado” (p. 30).

Quando tudo corre bem, ocorre paulatinamente uma evolução dos fenômenos transicionais para o brincar, daí toda a importância atribuída a essa atividade – a única, segundo o autor, na qual a criança ou o adulto “pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral” (p. 80).

Se essa concepção permite a Winnicott pensar o desenvolvimento infantil normal, é ela que permitirá, também, compreender o plano da patologia decorrente de uma falha nesse processo de separação – quando, por exemplo, a criança cria uma obsessão por determinado objeto com o objetivo de negar a separação dolorosa com a mãe.

Como deve proceder o analista nesses casos? Em primeiro lugar, Winnicott não vê inconveniente no fato de os próprios pais

objeto transicional foi o precursor do objeto *a*. Em 1967, ele retoma essa interlocução, afirmando: “Fomos os primeiros a situar com exatidão a importância teórica do chamado objeto transicional, isolado como traço clínico por Winnicott. O próprio Winnicott se mantém, para apreciá-lo, num registro de desenvolvimento. (...) O importante, contudo, não é que o objeto transicional preserve a autonomia da criança, mas que a criança sirva ou não de objeto transicional para a mãe” (OE:1968c, p. 366).

conduzirem o tratamento dos filhos, e cita vários casos em que recomendou tal atuação; entretanto, não se trata de uma generalização, pois tal procedimento seria recomendado apenas em casos especiais nos quais a família tem condições reais e emocionais de sustentar o atendimento.

Nos casos que necessitam ser atendidos pelo psicanalista, é fundamental que a criança brinque. Não para diferenciar a técnica da brincadeira daquelas utilizadas no atendimento de adultos, mas, ao contrário, devido à relevância que o brincar possui enquanto síntese da capacidade criativa do ser humano, em qualquer idade:

Se o terapeuta não pode brincar, então ele não se adequa ao trabalho. Se é o paciente que não pode, então algo precisa ser feito para ajudá-lo a tornar-se capaz de brincar, após o que a psicoterapia pode começar. O brincar é essencial porque nele o paciente manifesta sua criatividade.
(1971, p. 82)

Em consonância, neste sentido, com Klein, Winnicott considera fundamental deixar a criança livre entre os brinquedos para que possa entrar no estado de relaxamento próprio à “associação livre”, que permitirá ao analista “reconhecer e apontar a conexão (ou diversas conexões) existente entre os vários componentes do material da associação livre” (p. 82).

Outro aspecto clínico muito interessante apresentado em “O brincar e a realidade” é aquele que concebe a transferência como a capacidade de o paciente “usar o analista”. Esta ideia é extraída de sua concepção de “uso de objeto”, que se distingue da ideia clássica kleiniana de “relação de objeto”:

No ensinar, tal como aparece na alimentação de uma criança, a capacidade de usar objetos é aceita como evidente; mas, em nosso trabalho, é-nos necessário que nos preocupemos com o desenvolvimento e o estabelecimento da capacidade de usar objetos, bem como identificar, onde isso constitui

um fato, a incapacidade de usá-los sentida por um paciente. (Ibid., p. 122)

A capacidade de usar objetos é adquirida ao longo de uma sequência no desenvolvimento do sujeito, que inclui a “destruição do objeto” e a percepção de sua “sobrevivência”, o que se articula à questão da fantasia:

Devido à sobrevivência do objeto, o sujeito pode agora começar a viver uma vida no mundo dos objetos e, assim, vem a lucrar incomensuravelmente; mas o preço tem de ser pago na aceitação da destruição em progresso na fantasia inconsciente com respeito à relação de objeto. (Ibid., p. 126)

Especificamente na situação transferencial, o analista deve suportar a experiência da destrutividade por parte do paciente, para que este possa verificar a possibilidade de sobrevivência do analista. Esse processo vai permitir, então, ao paciente construir, através do analista, a capacidade de usá-lo. Trata-se de uma posição fundamental que viabiliza, inclusive, a finalização da análise, já que, segundo Winnicott:

... a partir desse momento, o objeto, na fantasia, está sempre sendo destruído. Essa qualidade de ‘estar sempre sendo destruído’ torna a realidade do objeto sobrevivente sentida como tal, fortalece o tom de sentimento e contribui para a constância de objeto. O objeto, agora, pode ser usado. (Ibid., p. 130)

Penso ser importante mencionar, ainda, uma contribuição técnica de Winnicott, especial para a clínica com crianças. Trata-se do “jogo do rabisco” (squiggle game) que consiste em pedir para a criança fazer traços numa folha de papel, os quais vão sendo completados pelo analista e pela criança, sucessivamente. Esse jogo – que faz parte do que ele chama “consulta terapêutica” – é um modo peculiar de fazer contato com a

criança ou, em outras palavras, estabelecer com ela uma comunicação. Neste sentido, ele pode ser utilizado como preliminar ao início do tratamento.

Num momento histórico em que o dogmatismo e a rigidez técnica imperavam na psicanálise, o exemplo de inventividade e posição ética de Winnicott foi indispensável para arejar e animar a experiência viva da clínica com crianças, enfatizando, ao seu modo, que a liberdade técnica³² de modo algum inviabiliza o rigor da orientação.

A CRIANÇA NA ESTRUTURA FAMILIAR: FRANÇOISE DOLTO E MAUD MANNONI

Os pais estão sempre implicados, de certa maneira, no sintoma trazido pela criança. (Mannoni, 1967, p. 97)

Até o momento, acompanhamos as principais direções da psicanálise anglo-saxônica, no que se refere à psicanálise com crianças. Na França, entretanto, o movimento deu-se de modo bastante diverso. Na história da psicanálise na França, Françoise Dolto é uma personagem central na prática clínica com crianças. Assim como Winnicott, Dolto era pediatra de formação, e seu interesse pela infância, portanto, é anterior à psicanálise.

Quando Dolto encontra Jacques Lacan, em 1938, estava prestes a defender sua tese sobre psicanálise e pediatria (1939). Em seu livro *Psicanálise e pediatria*, publicado apenas em 1971, ela realiza a “apresentação de um método”. O método a que ela se refere é a psicanálise, já que deixa claro não se tratar

32 Segundo Elizabeth Roudinesco e Michel Plon no *Dicionário de psicanálise* (1998, p. 785): “Sua técnica psicanalítica sempre esteve em contradição com os padrões da IPA. Winnicott não respeitava nem a neutralidade nem a duração das sessões, e não hesitava, na linhagem da herança ferencziana, em manter relações de amizade calorosa com seus pacientes, reencontrando sempre a criança neles e em si mesmo”.

apenas de sugestão. A diferença reside justamente no modo como o analista vai lidar com a situação transferencial:

A facilidade com que a criança pensa, vive imaginativamente conosco, nos fornece, pelos desenhos, o seu mundo interior, nos relata os seus sonhos, de que muitas vezes diz aos familiares não se recordar, nos confessa suas faltas ou nos conta espontaneamente segredos que não desvende a ninguém; essa facilidade e essa confiança são a base da nossa ação terapêutica. (1971, p. 133)

Dolto, ao contrário de Klein, não se atém à utilização de brinquedos no seu trabalho com as crianças, priorizando, ao contrário, uma linguagem comum, acessível a elas:

No percurso das nossas consultas hospitalares, não empregamos uma técnica de brinquedo que requeira uma instalação de que não dispomos. Resta-nos, pois, a conversação, tal como acabamos de defini-la, durante a qual procuramos escutar, olhar, observar, sem deixar escapar o mínimo detalhe, os gestos, expressões, mímica, palavras, lapsos, erros e desenhos espontâneos, aos quais, pessoalmente, recorreremos bastante. Pelos desenhos, com efeito, entramos no âmago das representações imaginativas do paciente, da sua afetividade, do seu comportamento interior e de seu simbolismo. Isso nos serve, depois de o termos tacitamente compreendido, para orientar as 'conversações' com as crianças e para elucidar o sentido de suas representações, quando elas são aberrantes. Nunca fazemos interpretações diretas nos desenhos. (Ibid., p. 132)

A ênfase na palavra acompanha todo o percurso teórico-clínico de Dolto, influenciada, nesse ponto, pela tese *princeps* de Lacan a respeito da primazia do significante. Essa posição define sua vertente interpretativa, bastante distinta da escola inglesa:

Os símbolos não servem como chaves de enigmas para os psicanalistas, como alguns gostariam de acreditar. O aparecimento de um símbolo não é suficiente, em si mesmo, para permitir uma conclusão de que se trata, inconscientemente, disto ou daquilo. É necessário o contexto, as descrições verbais com que a criança o rodeia, o papel que esse símbolo desempenha no jogo, no desenho, no sonho, na história narrada. (Ibid., p. 132)

A relação entre Dolto e Lacan sempre foi bem próxima do ponto de vista institucional. Eles participaram, junto com Daniel Lagache, da criação da Sociedade Francesa de Psicanálise, e em 1964, ela acompanhou Lacan na fundação da Escola Freudiana de Paris (EFP). Não obstante essa proximidade, Dolto nunca seguiu completamente os desdobramentos conceituais lacanianos³³, preferindo manter seus próprios termos e conceitos. Na entrevista que faz com Alain Manier em 1988, pouco antes de morrer, Dolto diz a respeito da relação com Lacan que nunca tinha sido sua amiga: "Mas apreciei muito as pessoas que eram analisadas por Lacan, porque ficavam, rapidamente, em pé de igualdade com as crianças".

Para Dolto, as crianças eram tomadas pelo discurso parental – que incluía ditos e "não-ditos" –, que remetia, por sua vez, ao complexo de Édipo dessas crianças, e respondia sintomaticamente a esse discurso. A saída para tal situação seria uma orientação no sentido de falar com as crianças – ainda que bem pequenas – sobre os aspectos que normalmente ficam na ordem do "não-dito" para que elas possam ter acesso à possibilidade de simbolizar os capítulos censurados da história familiar.

33 Essa divergência respeitosa fica evidenciada num diálogo que ocorre entre ambos a respeito dos estágios do desenvolvimento libidinal infantil, incluído na publicação do Seminário XI: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* de Lacan (SXI:1964a). Retomaremos este ponto no capítulo 3 do presente trabalho.

Num certo sentido, Dolto acredita ser possível um trabalho profilático, chegando a dedicar-se a programas de rádio e televisão nos quais respondia a dúvidas dos pais a respeito de seus filhos. Daquele trabalho surgiram os livros que popularizaram suas teses para além da prática no consultório: *Quando surge a criança* (1978) e *Quando os pais se separam* (1989). Em relação ao alcoolismo, por exemplo, Dolto afirma:

A prevenção do alcoolismo impõe toda uma compreensão da sociedade em relação à criança pequena. E afirmo que se pode fazer muita coisa, instaurando um atendimento de pais e filhos de até três anos como o fazemos da Casa Verde³⁴ – por exemplo, restituindo à mulher o gosto de viver como mulher, quando ela já vivia apenas como mãe esgotada pelo filho. (1989, p. 103)

Na EFP, Dolto oferecia sistematicamente um Seminário de Psicanálise de Crianças, estabelecendo constante interlocução com Maud Mannoni.

Mannoni, discípula de Lacan e também sua seguidora na EFP, tem uma contribuição importantíssima ao atendimento de crianças autistas e psicóticas, bem como àquelas consideradas débeis e/ou portadoras de alguma lesão orgânica³⁵. Ela antecipa, nesses casos, debates de notável atualidade como, por exemplo, o da impossibilidade de diferenciar a “verdadeira” da “falsa” deficiência a partir do traço de organicidade³⁶, já que o que importa para a constituição do sujeito é o lugar que a criança ocupa no desejo e na fantasia dos pais.

34 A Casa Verde era uma instituição criada por Dolto em 1979, onde moravam crianças de até três anos, acompanhadas dos pais.

35 Mannoni deixa uma marca indelével no tratamento de crianças autistas e psicóticas na escola experimental Bonneuil-sur-Marne, fundada em 1969.

36 Mannoni desenvolve largamente esse argumento no livro *A criança retardada e a mãe* (1964).

Em seu livro *A criança, sua “doença” e os outros*³⁷, Mannoni dialoga com Klein a partir de Lacan:

Lacan procurou precisar o alcance das ideias kleinianas: a dialética dos bons e maus objetos se traduz para ele na linguagem do desejo, liga-o ao duplo discurso inconsciente de que fala Freud [...] O objeto mau kleiniano situar-se-ia assim, para ele, em certo lugar no imaginário, entre os dois elos do discurso manifesto e do recalcado. É, sem dúvida, no campo da palavra que toda obra kleiniana ganharia assim em ser retomada; ela foi muitas vezes extraída de uma pretensa realidade da experiência vivida. Melanie Klein foi continuamente constrangida em seu trabalho pelo peso da influência behaviorista. É através de seus equívocos de exposição que se encontra a trama do que guiava no plano clínico – a saber, os efeitos, junto à criança, do jogo do significante. (1967, p. 18)

A convicção a respeito da importância de acompanhar o “jogo significativo” afasta-a de qualquer concepção moralista, que ela considera a “armadilha de uma ideologia pedagógica” (p. 20). Ela afirma, quanto a essa questão, que “toda intervenção normalizadora do adulto não pode senão fixar a criança num comportamento regressivo, que escolheu para ficar no que crê ser o desejo da mãe” (p. 31).

Assim, embora acompanhe Klein no que se refere ao restabelecimento da psicanálise com crianças contra o desvio pedagógico, ela recrimina, ao mesmo tempo, a oposição entre o “lúdico” e a palavra. Lembrando o texto de Freud (1908e), que compara a brincadeira à criação poética, Mannoni defende que tal oposição deva ser ultrapassada, “pois o jogo, numa

37 Mannoni escreve o livro *A criança sua “doença” e os outros* no ano em que havia organizado a “Jornada sobre as psicoses da criança” (1967), e está, portanto, profundamente tocada pelas questões impostas essa estrutura em particular. Lacan fará o pronunciamento de encerramento dessas jornadas em 22/10/1967, o qual teremos oportunidade de comentar neste trabalho.

análise [...] é um dos elementos ou acidentes do discurso que se mantém” (p. 22). O jogo da criança deve ser tomado, portanto, como “um texto a decifrar” (p. 24).

Neste sentido, a posição *técnica* de Mannoni, alinhada nesse ponto à de Dolto, é a de que não há a menor necessidade – na clínica psicanalítica com crianças – de se trabalhar obrigatoriamente com “caixa lúdica” ou um “arsenal de brinquedos”.

Mas a marca clínica que destaca Mannoni – criando, inclusive, uma linhagem de seguidores que a acompanharam neste caminho – é a da importância dada à presença dos pais na clínica com crianças. É certo que não se trata absolutamente – como propunha A. Freud – da presença dos “pais da realidade”, que precisariam ser orientados quanto a intervenções objetivas na vida da criança, ou que seriam tomados como informantes. Também não se trataria de recebê-los em análise. A proposta, então, é a de que se possa “pôr em palavras” os “não-ditos” familiares que aprisionam a criança numa determinada posição discursiva:

A palavra justa não é fácil de introduzir-se, pois ela conduz a mãe a seu próprio sistema de referências. Se respostas lhe devem permanecer vedadas, a criança terá dificuldade em introduzir a sua questão de outro modo que não pela desordem de seu comportamento. (Ibid., p. 32)

Deste modo, para ela, o sintoma apresentado pela criança “vem no lugar da palavra que falta” (p. 49); daí pode-se extrair consequências fundamentais para a direção do tratamento:

Uma cura psicanalítica apresenta-se como o desdobramento de uma história mítica. É possível reencontrar na história do indivíduo essa palavra da mãe, ligada a uma emoção corporal para a criança, que afirma o traumatismo, e permanece como uma marca de que o discurso do indivíduo conserva um indício. (Ibid., p. 38)

Mannoni esclarece, então, sua proposta clínica, posicionando-se de modo original no debate a propósito da transferência e do lugar que os pais devem ocupar no tratamento:

A questão não é a de saber se a criança pode ou não transferir para o analista seus sentimentos em relação aos pais com que vive ainda [...] a questão é chegar a sair a criança de certo jogo de equívocos que conduz com a cumplicidade dos pais. Isso não pode ser feito, a não ser se compreendemos que o discurso que se sustenta é um *discurso coletivo*; a experiência de transferência se faz entre analista, criança e pais. (Ibid., p. 100, grifo meu)

Daí a insistência para que os pais sejam escutados na presença da criança, e não em separado, para que se possa atribuir um sentido à situação vivida pela criança “como ressonância a certa história familiar” (p. 65). Do lado da mãe, isso permite abrir o acesso a uma situação simbólica, já que a “doença” da criança constitui “o lugar mesmo da angústia materna” (p. 64).

O ponto crucial que torna a posição de Mannoni problemática no que tange à direção do tratamento evidencia-se nas passagens de seu argumento nas quais ela traz sua concepção a respeito da fantasia como algo estritamente do campo da linguagem:

O fator traumatizante, tal qual possa entrever-se numa neurose, não é jamais um elemento real em si, mas o que foi dito ou silenciado pelo ambiente. São as palavras, ou a ausência delas, associadas à cena penosa que dão ao indivíduo os elementos que vão ferir-lhe a imaginação [...] O fantasma, isto é, o sintoma, aparece como um véu, cuja função é esconder o texto original ou o acontecimento perturbador. (Ibid., p. 38, grifo meu)

Ou, mais explicitamente: “*O fantasma é uma palavra*; esta palavra é, às vezes, perdida para a consciência sob os efeitos fantasmáticos que suscitou” (p. 47. grifo meu).

A ideia de que a fantasia é uma palavra é difícil de ser sustentada; e, mais ainda, sua sobreposição ao conceito de sintoma³⁸, sobretudo se tomarmos as articulações teóricas de Lacan a partir dos anos 1960, notadamente o conceito de objeto *a*. Veremos, ao longo dos próximos capítulos, como Lacan retoma o conceito de “fantasia fundamental” de Freud a partir justamente daquilo que remete ao infans, o impossível de dizer que faz parte da estrutura, e não a palavra “última”, “não-dita”, que nomearia a cena fantasmática do sujeito.

Embora, em larga medida, os argumentos de Mannoni acompanhem de modo bastante rigoroso o ensino de Lacan, em relação à fantasia algo não se sustenta e isto tem consequências decisivas em seu modo de conceber a clínica com crianças.

Não deixa de ser importante, entretanto, destacar seu posicionamento ético em relação à psicanálise, o que fica claro na obra *Amor, ódio e separação* (1993):

A perda do sentimento de onipotência – que se realiza através da experiência da agressividade – permite que os mecanismos de criação e imaginação sejam acionados. A área do jogo, que é justamente a da análise, tem uma função decisiva, por constituir o lugar onde o sujeito se interroga sobre o que ele é. Onde a confiança e a confiabilidade se encontram há um espaço potencial, um espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, um espaço que o bebê, a criança e o adulto podem preencher criativamente, brincando; é isso que

38 No texto “Duas dimensões clínicas: sintoma e fantasia” (1983), Miller enfatiza exatamente essa distinção: “Eis o que retomo. Que a fantasia está em outro lugar, diferente do resto dos sintomas, e que na direção da cura devemos contar com esta ideia segundo a qual o campo onde se produz a experiência analítica não é um campo unificado. Que o sintoma e a fantasia se situam em lugares diferentes” (p. 102). Retomaremos essa questão na última parte deste capítulo.

se transforma, posteriormente, na utilização oportuna da herança cultural. (Ibid., p. 122)

A “NOTA SOBRE A CRIANÇA” DE JACQUES LACAN

Na concepção elaborada por Jacques Lacan, o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar. (Lacan, 1969[1983a], p. 369)

Embora sejam inúmeras as referências feitas à criança ao longo de seu ensino³⁹, Lacan não deixou um texto publicado especialmente sobre o tema.

Em outubro de 1969, entretanto, Lacan entrega à psicanalista Jenny Aubry um manuscrito sobre a criança. Durante muitos anos, considerou-se tratar de duas notas, mas, posteriormente, verificou-se ser um texto único⁴⁰, conhecido como “Nota sobre a criança” (OE:1983a, p. 369).

Lacan inicia a “Nota” comentando o fracasso das “utopias comunitárias” – como já comentamos quando da apresentação do caso Zeti –, que pretendiam eliminar a família. Esse é um ponto muito importante, pois ele aponta para algo de “irredutível” na família. Pode-se eliminar a família burguesa tradicional, mas há algo de irredutível na estrutura familiar humana. A importância da família já havia sido realçada por Lacan no texto de 1938, “Os complexos familiares na formação do indivíduo”, como nos lembra Bernard Nominé na conferência “Estrutura da família edípica” (1997):

39 Em seu livro *Psicanálise e psiquiatria com crianças – desenvolvimento ou estrutura* (2001), Oscar Cirino realiza uma adaptação, para a edição brasileira dos Escritos, da pesquisa – “O significante criança nos Escritos” – desenvolvida por Anibal Leserre.

40 Jacques-Alain Miller explica esse equívoco no texto “A criança entre a mulher e a mãe” (1998).

Certamente, creio que podemos dizer que nesse primeiro texto sobre a família, encontramos o ponto de partida de uma teoria na qual o sintoma é um laço que constitui a família conjugal. A família conjugal se constitui com o sintoma. Esta é a tese que Lacan continuará desenvolvendo em suas duas notas a J. Aubry. (p. 13)

Efetivamente, Lacan afirmava naquele texto que “em todos os grupos humanos a família tem um papel primordial na transmissão da cultura” (OE:1983a, p. 30).

Na “Nota”, entendo que ele está sustentando a ideia de que há algo estrutural do humano, ineliminável, independente das transformações históricas pelas quais possa passar a família, ou de suas variações culturais. O que é fundamental, aqui, é a articulação dessa irreducibilidade com a transmissão. Há, portanto, no mínimo três elementos em jogo nessa estrutura: quem transmite, quem recebe, e aquilo que é transmitido. Em relação ao que é transmitido, Lacan é direto: “um desejo que não seja anônimo” – é o que ele nomeia de “constituição subjetiva” (p. 369).

Como afirma Marie-Jean Sauret (1998) no comentário que realiza sobre a “Nota”: “Não há necessidade de família para fazer filhos, mas para fazer sujeitos, sim” (p. 87).

É bastante interessante que numa nota sobre a criança, Lacan trate do sujeito. Podemos entender, portanto, que do lado de quem recebe a transmissão encontra-se a criança que, por receber um “desejo nomeado”, será, então, um sujeito.

Mais adiante, entretanto, ele afirma que a criança *realiza* a presença do objeto *a* na fantasia, saturando o modo de falta, qualquer que seja a estrutura clínica da mãe (p. 370). Poderíamos propor: a criança deverá passar de objeto *a* sujeito por intermédio da nomeação do desejo.

Mas Lacan aborda, inicialmente, o lado de quem transmite – o que ele chama de *funções*⁴¹ da mãe e do pai: “Da mãe, na medida

41 A ênfase que Lacan dá ao fato de que sejam funções é muito importante, na medida em que não se trata de personalizar “o pai” ou “a mãe”, nem do ponto de vista biológico, nem como “papéis”. Trata-se, antes de lugares na estrutura, como numa função matemática: $f(x)$.

em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei do desejo” (p. 369)

Do lado da mãe, é significativo que ele aponte para suas faltas, o que necessariamente coloca em relevo o desejo da mãe. Do lado do pai, novamente aparece o desejo mas, desta vez, orientado pela Lei. Lacan articula, então, o sintoma da criança a essa estrutura familiar. Comentando a “Nota”, Alicia Hartmann (1993) no texto “*En busca del niño en la estructura*” observa que, de entrada, Lacan indica a criança como quem sofre de um sintoma: “Este é um ponto importante a clarear, pois, interpretou-se isso confundido com a colocação de Mannoni do sintoma respondendo ao texto velado, ao discurso oculto, indicando a criança mesma como sintoma deste discurso” (p. 182, tradução minha). Lacan lembra que o sintoma, para a psicanálise, é o representante da verdade e afirma que, na criança, há duas possibilidades: ou o sintoma representa a verdade do casal parental, ou revela a verdade do objeto da fantasia materna. Essa última via é tradicionalmente associada à estrutura psicótica, embora Sauret comente que “ser o objeto do fantasma da mãe é uma condição necessária à sobrevivência da criança, mas não é uma condição suficiente para a efetuação do sujeito neurótico” (p. 89).

Mas voltemos à primeira possibilidade, aquela própria da estrutura neurótica, na qual a criança revela a “verdade do casal parental”. De que verdade se trata? Vários comentadores procuraram interpretar essa passagem tão importante.

É verdade que desde “Os complexos familiares”, Lacan já apontava para “o papel essencial da relação entre os pais” (OE:1938a, p. 89) na escolha neurótica. Entretanto, como ressalta Nominé (1997):

A verdade da relação entre os pais é que um faz do outro seu sintoma [...] A verdade do par familiar é, certamente, que ele não funciona bem e que claudica. [...] Logo, a

verdade do par familiar é que não há relação sexual, certamente há o sintoma e há filhos. Como a criança se arranja com essa verdade? Ela constrói um romance, o romance familiar, assim, ela arranja para que os significantes copulem. (p. 13)

Nominé está fazendo referência ao postulado desenvolvido por Lacan no final dos anos sessenta: “não há relação sexual”. Trata-se do efeito da castração simbólica na partilha entre os sexos, produzindo duas modalidades de gozo possíveis (“todo fálico” ou “não-todo fálico”), onde deve se inscrever o ser falante. Essa inscrição é chamada por Lacan de sexuação, e produz uma assimetria fundamental na relação entre o homem e a mulher. O que Nominé está destacando aqui, é o fato de que a referência de Lacan na “Nota” antecipa essas articulações, na medida em explicita a duplicidade da mulher na estrutura familiar. Por um lado, ela é tomada por um homem enquanto objeto causa de desejo (é o que permite, aliás, que o Pai seja vetorizado pela “lei do desejo”). Por outro lado, ela mesma, enquanto sujeito, toma a criança como objeto em sua fantasia, como explicita Lacan afirmando que a criança dá à mãe “aquilo que falta ao sujeito masculino: o próprio objeto de sua existência, aparecendo no real” (OE:1983a, p. 370).

Com efeito, essa questão da divisão da mulher foi muito bem trabalhada por Miller no texto “A criança entre a mulher e a mãe” (1998). Ele afirma:

A ênfase dada ao valor de substituto fálico da criança – ao seu valor de *Ersatz*, como diz Freud – se perde quando promove, de maneira unilateral, a função de preenchimento da criança e faz esquecer que esta criança não deixa de dividir, no sujeito feminino que está tendo acesso à função materna, a mãe e a mulher; a criança divide, no sujeito feminino, a mãe e a mulher. (p. 8)

A criança neurótica, portanto, é aquela para quem foi possível entrar em contato com a divisão da mãe, graças à mediação do desejo do pai/homem que a toma como mulher. Esse é o caso, segundo Lacan, “Mais acessível a nossas intervenções” (OE:1983a, p. 369). Como acrescenta Miller (1998), comentando essa passagem:

Quando o sintoma da criança diz respeito à vinculação do par pai/mãe, ele já está articulado à metáfora paterna, plenamente articulado à metáfora paterna, plenamente envolvido nas substituições e, portanto, as intervenções do analista podem prolongar o circuito e fazer com que essas substituições prossigam. (p. 8)

Assim, podemos concluir que embora Lacan indique precisamente a articulação entre o sintoma da criança e a relação dos pais, não nos parece que essa articulação possa ser verificada numa sobreposição exata entre a posição da criança e o discurso dos pais – ainda que se inclua aí os “não-ditos” desse discurso – como queria Mannoni, já que a correspondência de que se trata é, antes, aquela que permite ao sujeito neurótico se posicionar frente à estrutura furada do desejo, ou, em outras palavras, o modo como cada sujeito neurótico responde no nível da fantasia inconsciente ao fato de que “não há relação sexual”.

Deste modo, como enfatiza Sauret: “Não importa o que induza o pai ou a mãe, a resposta do sujeito é sempre do sujeito” (1998, p. 94).

A DEFESA PELA UNIDADE DA PSICANÁLISE: ROSINE E ROBERT LEFORT

Nosso debate convida a inverter a tão consagrada pergunta e colocar de que maneira se poderia sustentar que um praticante da psicanálise referido ao ensino de J. Lacan não receba uma criança. (Lessere, 1992, p. 11, tradução minha)

As concepções lacanianas a respeito do sujeito do inconsciente marcaram profundamente os alunos e analistas em formação que se interessavam pelo atendimento de crianças, bem como aqueles, como Françoise Dolto, que já tinham uma prática clínica com as mesmas.

Ora, como pudemos acompanhar, a própria Dolto e também Mannoni sustentaram a posição de que não haveria razão para contraindicar a “verdadeira psicanálise” – como dizia Klein – para as crianças:

A psicanálise de crianças não difere no seu espírito (na sua atenção) da psicanálise de adultos; mas o adulto, mesmo psicanalista, é muitas vezes constrangido quando aborda os problemas da infância pela ideia (as projeções imaginárias) que se faz deles. (O próprio Freud não esteve isento de erros nesse domínio). Todo estudo sobre a criança implica o adulto, suas reações e seus preconceitos. (Mannoni, 1967, p. 30)

Mas foi o trabalho do casal Rosine e Robert Lefort que efetivamente possibilitou a consolidação radical dessa posição. Eles clinicavam, nos anos cinquenta, em uma instituição que abrigava crianças órfãs e/ou abandonadas⁴² e entram em contato com as diversas respostas do sujeito, nas diferentes estruturas, frente a dificuldades objetivas semelhantes. Sobre isso, eles escrevem:

Certamente, o anonimato dos cuidados recebidos por essas crianças teve consequências flagrantes e impressionantes sobre seu aspecto e déficit-sócio-estaturponderal. Mas a estrutura que cada um delas apresenta não pode,

42 No Prefácio do livro *O nascimento do Outro* (1980), Rosine Lefort esclarece que esses casos foram atendidos na Fundação Parent de Rosan e “se inscreveram no quadro de uma pesquisa sobre as consequências da hospitalização de longa duração de crianças de pouca idade (hospitalismo), pesquisa desenvolvida no serviço de Jenny Aubry, de 1958 a 1963”.

em nenhum caso, ser atribuída a uma síndrome de hospitalismo ou outra. (Lefort, 1995, p.12)

Esses casos – conhecidos como “caso Nádia”, “Robert, o Menino Lobo”, “caso Marie-Françoise” e “caso Marisa” – possuem em comum a característica de estarem em contato direto com o psicanalista, sem a presença dos pais, o que tornou possível evidenciar aspectos importantes da transferência – sem a clássica interposição dos mesmos, tão enfatizada por Mannoni. Em relação a esse ponto da presença dos pais, Rosine Lefort afirma:

Para chegar a compreender esse discurso da criança, devemos, penso eu, antes de mais nada, nos distanciar do discurso de um dos pais – na maioria das vezes, dos dois. É, pois, com o discurso da criança que lidamos. Um discurso que está longe de ser o dos pais [...] O ensinamento de Lacan – no qual a referência à criança é quase uma constante – desprezou essas figuras parentais derrisórias que são postas em evidência, como todos sabem: o pai omissor, o pai assustador, etc. Não é isso que se refere nos tratamentos, mas ao Nome-do-Pai, à estrutura, e também à topologia, pedra angular da transmissão da psicanálise. (1992, p. 11, tradução minha)

Robert Lefort ressalta igualmente que, para além da biografia infantil, o que é fundamental – coerente com o ensinamento de Lacan – é o modo de presença que saber, gozo, objeto *a* e Outro (elementos estruturais mínimos) foram oferecidos ao sujeito.

Com efeito, como ressalta Marie-Jean Sauret: “Devemos aos Lefort ter *martelado* desde muito cedo que a criança é um analisante por inteiro” (1998, p. 31); ou, como eles insistem, um “analisando de pleno direito”. Em 1983, é fundado o Centro de Pesquisas sobre a Criança no Discurso Analítico (CEREDA)⁴³, cujo objetivo seria, fundamentalmente, fazer persistir as contri-

43 O CEREDA fazia parte da Fundação do Campo Freudiano, e foi uma iniciativa de Éric Laurent, Robert e Rosine Lefort, Jacques-Alain Miller e Judith Miller.

buições da psicanálise de crianças ao discurso analítico a partir do ensino de Lacan.

Na “Introdução à jornada de estudos do CEREDA”, Robert Lefort é contundente em relação à sua posição:

Não há especificidade na psicanálise de crianças. A estrutura, o significante e a relação com o Outro não concernem de maneira diferente à criança e ao adulto. É isto que faz a unidade da psicanálise. Nadia e Robert [os casos acima mencionados] são testemunhas disso. Nadia mostra a via de surgimento do sujeito pela longa volta que, em seu tratamento, ela faz de seu encontro necessário com o desejo, decompondo suas fases, estabelecendo o caráter fundamental do especular como linha divisória do que toca ao sujeito, linha divisória que se encontra também em toda análise de adulto. Quanto à psicose de Robert, por infantil que seja, como se diz, nem por isso deixa de esclarecer certos aspectos da psicose de Schreber, mas este esclarecimento é recíproco. (1992, p. 13, grifo meu, tradução minha)

Os Lefort centram seus argumentos – como antecipamos na Introdução deste trabalho – na defesa da ideia de que, para a psicanálise, não há adulto ou criança, há sujeito. Para além das questões relativas ao uso da língua propriamente dito, o sujeito da psicanálise é aquele estruturado pelo significante. Muitas das pretensas *adaptações* que alguns psicanalistas julgavam necessárias à prática com crianças são compreensíveis, ao se levar em conta a equiparação equivocada que é feita entre o “verbal” e a linguagem.

Na abertura da primeira Jornada Nacional da Rede CEREDA Argentina, em 1991, Aníbal Leserre comenta essa questão:

Não há diferença entre a análise de crianças e de adultos porque, qualquer que seja a idade, o sujeito desde o início está estruturado da mesma maneira, mais além do uso da língua. Trata-se de um sujeito estruturado pelo significan-

te, já que, para Lacan, a diferença no uso da língua não impede a localização na linguagem como tal. (1992, p. 11, tradução minha)

É preciso investigar, portanto, o que significa a estrutura da linguagem e como seria possível verificar a entrada da criança nesta estrutura, bem como a modalidade dessa entrada, que revela “sua emergência no significante ou a divisão própria a cada um entre o Outro da palavra e o objeto *a*” (Leserre, 1992, p. 12).

Em primeiro lugar, essa verificação ocorre apenas sob transferência, já que é sob transferência que se pode avaliar a posição na qual o Outro se encontra para cada sujeito: Outro absoluto e sem falhas, Outro indefinido e mutável ou excessivamente consistente – diferenças fundamentais para a realização do diagnóstico diferencial entre as estruturas clínicas neurose, psicose e perversão: “Sabe-se que o Outro pode não ser barrado, ou seja, não ser marcado pela falta, e aparecer como um, o um do gozo [esse seria o caso da psicose]. A criança pode também se propor como *a* para preencher o Outro na situação perversa” (Lefort, 1992, pp. 15-16, tradução minha).

E na neurose? Tomemos o “caso Marisa”, atendido por Rosine Lefort em 1951, e construído enquanto caso clínico em 1995. Trata-se de uma menina de 26 meses, mas com aparência de um ano, profundamente comprometida do ponto de vista motor e de desenvolvimento geral. O quadro de hospitalismo a descreve fenomenologicamente, mas está longe de indicar sua estrutura⁴⁴. Lefort vai acompanhando os movimentos do sujeito em relação ao Outro – que ela suporta via transferência – e sustenta que se trata de uma neurose, já que aparece, de modo muito claro, a “estrutura furada do Outro”. Ela afirma:

44 Retomaremos esse debate no capítulo 4 – “A insondável decisão do ser e o tempo”.

Todos os elementos da estrutura estavam ali; a transferência os revela: \$, o sujeito barrado, ligado ao objeto que busca, a, do qual faz o Outro portador e que, enquanto objeto separável que o desfalca, escreve-se A, e o falo faltante ($-\phi$) que não é o objeto, mas um significante e, como tal, aparecerá na análise [...] Marisa coloca, desde o começo, o Outro, seu objeto separável, e o significante fálico, elementos constitutivos da divisão estrutural do sujeito. (p. 19)

O diagnóstico, portanto, é realizado a partir exclusivamente dos elementos estruturais, passíveis de serem verificados a partir da posição que o sujeito coloca o analista.

A presença dos elementos estruturais, entretanto, não implica sua prévia articulação; ao contrário, caberá ao analista acompanhar o caminho do sujeito na estrutura. Este caminho deve passar, necessariamente, pela questão da passagem do infantil à “sexuação” – termo usado por Lacan, como dissemos, para designar a inscrição do sujeito na partilha entre os sexos a partir do significante fálico – ou, em outras palavras, como o sujeito vai se posicionar frente à castração.

Assim sendo, esse caminho inclui, necessariamente, a questão sobre o corpo real, o que não lhes passou despercebido. Ao contrário, no texto “Um ‘passo-a-mais’ entre a criança e o adulto: a estrutura do corpo”, Rosine Lefort (1991) explicita essa questão a partir do conceito lacaniano de “castração simbólica”:

Ora, ter um corpo só pode querer dizer tê-lo pelo Outro no significante: o corpo é o significado desse significante naquilo que Lacan definiu como ‘ponto de basta’ [...] Se a primeira dimensão do corpo próprio é o significante [...] é preciso que haja aí um significante, ao menos um, que não seja do Outro, isto é, o significante da falta, o $-\phi$, senão o significante do Outro equivale ao real do corpo do sujeito e de suas funções. (p. 20)

Trata-se da passagem do objeto *a* ao $-\phi$ – dois operadores fundamentais na teoria lacaniana de “constituição do sujeito”⁴⁵. Novamente nos deparamos com a questão que se apresenta desde Freud sobre a relação entre os objetos pulsionais e o operador fálico. Este ponto é fundamental, segundo os Lefort, para a compreensão do caminho do sujeito na estrutura, ou seja, a articulação entre o que convencionalmente era chamado desenvolvimento libidinal e a posição estrutural. Em relação ao “caso Marisa”, Rosine Lefort afirma:

Evidencia-se aqui, de fato, que a parte irrepresentável do objeto pulsional, quer dizer, o *a* no campo do real, longe de corresponder a uma lógica termo a termo, que fixaria o oral como aquilo que se ingere, o anal como o que se evacua, responde a uma lógica combinatória de diferentes objetos pulsionais, onde o acoplamento de um objeto com outro pode mudar sua função. (1995, p. 63)

Essa mudança de função se deve à passagem do objeto da demanda oral ou anal para o lugar vazio do significante fálico, que produz um resto: a voz para o oral e o olhar para o anal (p. 63). A passagem pelo significante fálico, produzindo como resto o objeto *a* que será tomado pelo sujeito em sua fantasia, é o que permite ao psicanalista, segundo os Lefort, diferenciar a estrutura neurótica da psicótica.

Assim, no texto “Sujeito do inconsciente e sujeito da psicose” (1989), eles afirmam que o que sustenta a estrutura neurótica é justamente essa passagem “não-toda” do Real para o Simbólico. Tomando o conceito freudiano de *Vorstellungsrepräsentanz*⁴⁶, explicam que, “na neurose, qualquer que seja o

45 Essa questão será tratada minuciosamente no capítulo 3 deste trabalho. Aqui, pretendo apenas apontar para sua relevância no debate sobre a clínica com crianças.

46 No *Vocabulário de psicanálise* (1967), Laplanche e Pontalis definem *Vorstellungsrepräsentanz* como: “Representação ou grupo de representações em que a pulsão se fixa no decurso da história do indivíduo, e por intermédio da qual se inscreve no psiquismo” (p. 588).

caráter impossível do objeto perdido, este pode ter uma representação imaginária, um *Repräsentanz*, uma instância representante” (p. 103). Por outro lado, no nível da *Vorstellung*, “esta nomeação é o passo significativo, ao nível fálico, com seu efeito pacificador em virtude do passo do buraco real ao buraco simbólico” (p. 103). Esse duplo status do objeto é o que permite ao neurótico sustentar sua posição subjetiva na fantasia: “O sujeito neurótico tenta reencontrar, a qualquer custo, o objeto perdido” (p. 104, tradução minha).

Fica claro, portanto, que a presença da fantasia inconsciente é o índice da estrutura neurótica e, portanto, trata-se de interrogar quais os efeitos de sua incidência clínica no tratamento com crianças.

O TEMPO DA FANTASIA E O FIM DA ANÁLISE: DEBATE ATUAL NO CAMPO LACANIANO

Na criança, como no caso do adulto, se trata de que o sujeito tenha construído suficientemente a fantasia que o anima, com a versão de objeto de que disponha segundo a idade que tenha. (Laurent, 1999, p. 41)

Ao longo desse percurso, acompanhando as principais direções seguidas pelos psicanalistas que não recuaram frente ao atendimento psicanalítico com crianças, podemos observar que a infância impõe um questionamento a respeito da relação do sujeito com aspectos como o corpo, os pais, o desenvolvimento, o tempo, etc. Tais questões nos remetem, forçosamente, à relação do sujeito com a realidade – o que, do ponto de vista da psicanálise, impõe uma reflexão sobre o conceito de fantasia e seus desdobramentos no que se refere às chamadas “relações de objeto”.

O ensino de Lacan, neste sentido, operou como um divisor de águas, já que permitiu aos seus seguidores sustentar uma

posição em defesa da unidade da clínica, a partir de sua concepção de sujeito do inconsciente e do diagnóstico estrutural. Quanto a esse efeito, Sauret (1998) observa:

Fora do campo lacaniano, os psicanalistas cederam à dupla tentação de biologicizar a pulsão e de identificar a causa com uma determinação *complementar*. Eles fizeram crer na ideia do neurótico segundo a qual, se o sujeito está *ferrado*, é culpa dos pais, de sua mãe, de suas deficiências orgânicas ou cognitivas, do que ele encontrou durante sua infância, da sociedade e até mesmo da interação de determinantes biopsicossociais. Em suma, a causa está no Outro: a falta é do Outro. (p. 30)

A partir de Lacan, entretanto, a questão pôde ir se deslocando do debate inicial sobre qual a especificidade da “infância” – que sustentava a polêmica entre Klein e A. Freud – para o debate sobre a especificidade do “infantil” (o lado objeto) na fantasia do sujeito neurótico em cada fase da vida. Seria apropriado, então, utilizar o termo “infantil” – na acepção própria à psicanálise – para o sujeito que está vivendo o período que a sociedade, a partir da modernidade, chama “infância”?

Essa é uma pergunta fundamental, que impõe uma precisão a respeito do conceito de neurose infantil. Michel Silvestre (1983), num artigo muito discutido entre os interessados nessas questões, intitulado “A neurose infantil segundo Freud”, posiciona-se claramente quanto ao que deveria ser a direção do tratamento psicanalítico com uma criança: permitir que ela faça sua neurose em paz. Isso porque o que se esperaria do atendimento psicanalítico com uma criança é que ela possa dar uma versão ao desejo da mãe:

A pergunta que a criança formula para si mesma é: *o que minha mãe deseja?* Para esta pergunta existe uma resposta, ainda que a criança a encontre pelo preço de uma neuro-

se. Pelo contrário, a pergunta que se formula àquele para quem a castração é a condição da sexualidade, seria a de Freud: *o que quer a mulher?* Aqui, precisamente, não há resposta, o significante falta. (p. 157, tradução minha)

Se, para Silvestre, a infância parece ser o tempo de construção da “neurose infantil” enquanto resposta do sujeito ao enigmático desejo da mãe – opondo-o ao enigma d’A Mulher – outros autores problematizam essa interpretação à medida que esclarecem que o desejo da mãe é enigmático justamente porque ela é “não-toda” mãe, isto é, ela é também uma mulher. Como vimos anteriormente, essa articulação é trabalhada tanto por Miller quanto por Nominé a partir da leitura que realizam da “Nota sobre a criança”. Do mesmo modo, Laurent (1999) afirma que, “a partir de 1969, para Lacan há uma questão preliminar a todo tratamento possível das crianças: a sexualidade feminina” (p. 39). E em relação à questão deixada por Silvestre quanto à ausência de resposta ao desejo feminino, Laurent enfatiza que a resposta neurótica é exatamente a fantasia: “Pelo fantasma [a criança] vai situar-se frente à sua mãe, e esta será para sua resposta construída ao o que quer uma mulher?” (p. 38).

Nesta mesma direção, Sauret (1998) identifica o conceito de “infantil” com o impasse no qual desemboca a “exploração infantil da relação com o Outro”:

É isso o infantil freudiano: os traços do gozo do Outro, o que há de gozo ineliminável que o sujeito deve ao fato, senão de falar, pelo menos de consentir no significante. São esses traços que Freud designará com o termo fixação, de além do princípio do prazer, de repetição, etc. É, ao mesmo tempo, a matriz das relações do sujeito com o Outro, matriz colorida por esses rastros. É, enfim, a solução ‘ao pai’ que o sujeito traz à crise infantil, incluindo as ditas fixações como índices do gozo, *solução que passa ao inconsciente como fantasma fundamental*. (p. 21, grifo meu)

A solução mediada pelo pai, ou seja, a solução neurótica, é, portanto, aquela que localiza o “infantil” – enquanto traço do gozo perdido – na fantasia fundamental. É o que permite a Sauret definir o infantil como “esse traço ineliminável do gozo que o sujeito deve ao fato de ser falante” (p. 23). Daí, também, pode-se compreender a função da fantasia:

Sustentar o desejo na direção do gozo em falta, ‘fixando’ a experiência que dele teve o sujeito; proteger do retorno desse gozo que ameaçaria o sujeito de aniquilamento (só existe sujeito dividido); permitir, contudo, a recuperação de fragmentos de gozo segundo o ‘traço de perversão’ do qual o fantasma encobre o rastro. (p. 22)

Há, entretanto, uma *falha* da fantasia em fazer corresponder o gozo ao significante, e esta falha é representada pelo sintoma: “Quando o fantasma fica abalado, o sintoma se inflama, fartando-se de gozo, nutrindo-se com o fracasso do fantasma” (p. 22).

Essa dupla via da análise – sintoma e fantasia – foi minuciosamente trabalhada por Miller em seu texto: “Duas dimensões clínicas: sintoma e fantasia” (1983). A tese fundamental que ele pretende sustentar é a de que “a oposição entre sintoma e fantasia é também uma oposição entre significante e objeto, na medida em que o que prevalece no sintoma é sua articulação significativa” (p. 96).

Daí ele extrai uma primeira consequência clínica: trata-se de propor que o sintoma é prevalente no início da análise, enquanto a fantasia prevalece no fim. Um dos indícios clínicos que permitiriam sustentar esta tese é a constatação de que os pacientes costumam falar muito de seu sintoma, mas calam-se quanto à fantasia. Isso se deveria, segundo Miller, ao fato de o sintoma produzir desprazer, e o sujeito vem queixar-se justamente deste sofrimento. A fantasia, ao contrário, é definida como “uma máquina para transformar gozo em prazer” (p.

102), enfatizando sua íntima relação com os devaneios e as “fantasias masturbatórias”. Em relação a essas últimas, deve-se considerar também os aspectos inibitórios do relato, gerados pela vergonha relativa a seu conteúdo perverso. Outro aspecto clínico enfatizado é o fato de que os sintomas podem ser interpretados, ao contrário da fantasia:

A interpretação é, fundamentalmente, interpretação de sintomas. Pode-se dizer que minha tese é a seguinte: a interpretação nunca é da fantasia fundamental. A fantasia fundamental não é objeto de interpretação por parte do analista, é um objeto de construção. (p. 103)

Embora essa tese de Miller – separando, de um lado, sintoma, desprazer, entrada em análise e interpretação, e de outro, fantasia, prazer, fim de análise e construção – tenha a inconveniência de parecer um tanto quanto esquemática, ela, de fato, parece caracterizar, sob o ângulo por ele privilegiado, a análise com adultos.

Tomando este princípio como verdadeiro, é preciso verificar se tal esquema valeria também para a análise com crianças. Lembremos a observação de A. Freud sobre essa questão: “As crianças o relatam [os devaneios] mais prontamente e se mostram claramente menos envergonhadas a respeito deles do que os adultos, que condenam os devaneios como algo ‘infantil’”. Em adultos, ao contrário, ela parece ter encontrado a mesma constatação: “Os adultos, a partir dessas motivações de pudor e de condenação, em geral só levam os seus devaneios para a análise numa etapa mais tardia e de forma hesitante”.

Ora, de fato, podemos constatar a facilidade com a qual as crianças entram num mundo de fantasias – que inclui seu analista – por meio dos jogos, desenhos, brincadeiras, etc. O próprio Miller alude ao fato de Freud equiparar o brincar infantil com a fantasia do adulto. Por outro lado, retomemos também a observação frequente, por parte dos analistas que

atendem crianças, de que essas raramente se queixam de um sintoma. Em geral, quem se queixa são os pais.

Estaríamos, então, diante de uma inversão? As crianças entrariam em análise via fantasia? E, neste caso, poderia se supor que elas sairiam via sintoma? Por que razão as crianças não se envergonham de suas fantasias e não se queixam de seus sintomas? Trata-se de questões relevantes que atestam para uma sutileza clínica e teórica.

É em torno dessas questões que conduzem à problemática da fantasia que se centra o debate atual sobre a clínica com crianças no campo lacaniano. Com efeito, há um avanço significativo, já que, se inicialmente era discutida a viabilidade ou não de se analisar crianças, o que está em jogo agora é a necessidade de uma formalização sobre o fim de análise com crianças. Em relação a esses aspectos, aliás, Lessere (1992) afirma:

Se se trata de especificidade, a desejável é a de poder localizar a criança em relação particular ao sintoma e à fantasia. Uma direção diferente à de perder-se no conceito de desenvolvimento, cujo suposto implícito é que o adulto está desenvolvido, enquanto que uma criança está em desenvolvimento, gerando a ilusão de que a estrutura vai constituir-se, e não que já está constituída. Questão que deixa colocada *as controvérsias no ponto de final de análise com crianças mais além dos fins de fato, na medida em que o analisante se encontra com o gozo sexual*. (p. 13, grifo meu)

Em relação à questão do gozo sexual, Colette Soler (1994), no texto “A criança e o desejo do analista”, afirma:

É verdade que nem a prova da castração, nem o gozo das pulsões parciais esperam o número de anos, mas eles deixam, pelo menos em parte, aberta a questão da sexualidade propriamente dita. Eu entendo por isso o encontro com o outro sexo, onde a falta da castração não

é o único determinante, onde está em jogo o encontro real de uma resposta de gozo, que para a criança resta a vir, não antecipável. (p. 11, tradução minha)

No mesmo texto, aliás, Soler também menciona a maior maleabilidade imaginativa da criança, relacionando-a à questão da fantasia fundamental. Sua posição é a seguinte:

A fala irresponsável da criança – precisaria introduzir aí nuances segundo as idades – é solidária de uma fronteira fluida entre a fantasia, eu não digo o fantasma, e a realidade. Convém medir o que implica, para a psicanálise com as jovens crianças, a dimensão fabulatória. Acreditamos, desde Melanie Klein, que a aptidão lúdica da criança favorece a emergência fantasmática. Sem dúvida. Mas essa maior liberdade fabulatória, que confunde às vezes o analista, é o estigma de um defeito na constituição da realidade, a qual supõe, no dizer de Freud, uma dessexualização, e nos termos de Lacan, uma extração do objeto de onde o fantasma tomará consistência, ao mesmo tempo que a realidade. O sujeito como efeito de significação, sendo resposta do real, a liberdade aqui evocada [...] é o índice de uma inconsistência, de uma posição da criança incompletamente decidida em direção ao gozo. Contraprova: a consistência do fantasma no adulto limita e orienta, de modo muito estrito para cada um, suas capacidades imaginativas. (p. 11, tradução minha)

Trata-se de uma passagem bastante complexa, que envolve várias questões: a da responsabilidade para a psicanálise, a da distinção e/ou inter-relação entre devaneio e fantasia inconsciente, e, fundamentalmente, da decisão em relação ao gozo.

A questão do encontro com o gozo sexual também é mencionada por Sauret quando debate a questão da “exploração da estrutura” – termo correlato ao dos Lefort quando se referiam ao “caminho do sujeito na estrutura”. Sauret (1998) menciona uma expressão de Marc Strauss sobre a “idade do

gozo”, diferente da “idade do organismo”, que seria “o único elemento suscetível de particularizar esse sujeito correlacionado com a infância” (p. 25).

Com efeito, Strauss (1996); no texto “O mito, a satisfação e o impasse”, realiza uma análise do caso Hans a partir dos avanços lacanianos sobre a função paterna, na qual enfatiza que as soluções encontradas por Hans diante do impasse edípico “manifestam uma estrutura combinatória onde a configuração significativa se renova enquanto fundamentalmente permanece a mesma, o impasse do começo voltando a se encontrar no final” (p. 8, tradução minha). Este impasse gira em torno de saber “qual objeto ao redor do qual vai constituir-se para o sujeito uma realidade” (p. 13). A saída do impasse edípico, que possibilita a passagem de criança a homem, é articulada – do mesmo modo que encontramos em Sauret – ao significante paterno presente na estrutura, não obstante as carências efetivas do pai no nível imaginário:

A passagem de criança a homem não tem nada de natural, nada contínuo nem instintual. A passagem requer uma operação que implica, em seu conjunto, a ordem simbólica. Uma operação que é um salto. Uma mudança de natureza. Porque se trata de passar do falo imaginário ao domínio simbólico. Claro está que não nego a puberdade como momento biológico, mas, na ordem da subjetividade, da verdade, a puberdade biológica é secundária em relação a esse salto simbólico. (p. 99)

O que esses autores estão enfatizando, portanto, é que, na presença do significante paterno na estrutura, esse salto se faz possível. Nas palavras de Sauret, “um tempo para compreender o que resulta do instante de ver constituído pelo confronto com o gozo” (p. 23). E ele acrescenta, trazendo novamente a questão colocada por Lessere sobre o “encontro com o gozo sexual”: “Isolemos um único momento de concluir: aquele em que o sujeito comparece ao encontro fixado pela estrutura

com o parceiro sexual – encontro que ele pode evitar” (p. 23).

Com efeito, em relação a esse ponto, Sauret (1998) dialoga com Soler, afirmando:

Se o sujeito correlacionado com a infância é considerado pelo psicanalista como contável pelo que ele diz [...] esse sujeito continua inocente no que diz respeito ao gozo enquanto ele não tiver tomado, por sua conta, o parricídio pelo qual ele se humaniza e enquanto ele não tiver concluído sobre as consequências do complexo de Édipo em relação ao gozo. Vocês podem adivinhar a implicação para a direção da análise: certamente permitir ao sujeito ir conforme seu ritmo, deixar inacabado, como diz Colette Soler, o que ainda está por vir. Mas orientando-se em uma direção [...] *permitindo-lhe, no fim, reconhecer que nunca foi inocente*, que a falta é de estrutura, que só há sujeito quando ele a toma sobre si. Potencialmente, ele já é culpado: é o que sustenta o psicanalista para que, por sua vez, o sujeito possa vir a assumi-la, objetivá-la e não encarná-la como objeto. (p. 24, grifo meu)

Aliás, a questão da decisão em relação ao gozo, problematizada por Soler – que toca, além do aspecto da fantasia, a definição de ato e o tema da decisão –, é também comentada por Alicia Hartmann (1993). Ela enfatiza o aspecto lógico do ensinamento de Lacan, apontando que o valor de verdade das marcas de incompletude do Outro “sofrerá o destino do indecidível (segundo Gödel). Mas essa é uma busca que não se esgota na infância”⁴⁷ (p. 219).

47 Em seu brilhante texto “Análise terminável e interminável I” (2003), Tânia Mara Costa Pinto trabalha exatamente essa questão. Ela afirma: “Kurt Gödel (1906-1978), matemático tcheco mais tarde naturalizado americano, ficou famoso por ter provado o ‘teorema da indecidibilidade’ ou ‘teorema da incompletude’, conhecido como ‘teorema de Gödel’. A prova de Gödel, publicada em 1931 (...) demonstra que, após considerar todos os sistemas formais, é impossível encontrar um sistema que seja completo e consistente. Para toda consistente formalização existiriam verdades que são improváveis com esse sistema.

Abre-se, assim, um leque de questões a respeito da relação entre o que é “fixado pela estrutura” com aquilo que pode ou não “ser evitado” e o que pode ser decidido no que se refere ao gozo – que, em última instância, diz respeito ao sintoma neurótico e à fantasia que o sustenta. Com efeito, como sustenta Laurent (1999), retomando a questão complexa da responsabilidade que havia sido mencionada por Soler:

Lacan deixa aberta uma questão: existe algo que separa a criança da pessoa grande; certamente não é a idade, nem o desenvolvimento, tampouco a puberdade. No fundo, o que separa a criança da pessoa grande é a ética que cada um faz de seu gozo. A *grande personne* é aquela que se faz responsável de seu gozo. (p. 41)

Ora, se o que possibilita o salto da criança para o adulto, na estrutura neurótica, é o encontro com o parceiro sexual, constatamos que essa distinção não pode basear-se apenas na idade cronológica.

Daí se segue que, mesmo se um sistema é não contraditório e suficientemente completo, há nele uma expressão indecidível, demonstrando que é impossível capturar toda a verdade de um sistema. Assim, há um ponto indecidível de verdade sobre o número que convive consistentemente no sistema, não o torna inválido, e quanto mais se avança em novos resultados, descobertos a partir desse ponto indecidível, novos indecidíveis aparecem” (p. 24).

Depois que o homem aprendeu a dar nome a todas as partes de seu corpo, esse corpo o inquieta menos. Atualmente, cada um de nós sabe que a alma nada mais é que a atividade da matéria cinzenta do cérebro. A dualidade da alma e do corpo estava dissimulada por termos científicos; hoje isso é um preconceito fora de moda que só nos faz rir. Mas basta amar loucamente e ouvir o ruído dos intestinos para que a unidade da alma e do corpo, ilusão lírica da era científica, imediatamente se disfaça.

(Milan Kundera, *A insustentável leveza do ser*)

CAPÍTULO 3

A BOLSA OU A VIDA? A ESCOLHA FORÇADA E O SUJEITO

Se o que Freud descobriu, e redescobre com um gume cada vez mais afiado, tem algum sentido, é que o deslocamento do significante determina os sujeitos em seus atos, seu destino, suas recusas, suas cegueiras, seu sucesso e sua sorte, não obstante seus dons inatos e sua posição social, sem levar em conta o caráter ou o sexo; e que por bem ou por mal seguirá o rumo significante, como armas e bagagens, tudo aquilo que é da ordem do dado psicológico

(Lacan, *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache*)

HURBINEK

Hurbinek era um nada, um filho da morte, um filho de Auschwitz. Aparentava três anos aproximadamente, ninguém sabia nada a seu respeito, não sabia falar e não tinha nome: aquele curioso nome, Hurbinek, fora-lhe atribuído por nós, talvez por uma das mulheres, que interpretara com aquelas sílabas uma das vozes inarticuladas que o pequeno emitia, de quando em quando. Estava paralisado dos rins para baixo, e tinha as pernas atrofiadas, tão adelgadas como gravetos; mas os seus olhos, perdidos no rosto pálido e triangular, dardejavam terrivelmente vivos, cheios de

busca de asserção, de vontade de libertar-se, de romper a tumba do mutismo. As palavras que lhe faltavam, que ninguém se preocupava em ensinar-lhe, a necessidade da palavra, tudo isso comprimia seu olhar com urgência explosiva: era um olhar ao mesmo tempo selvagem e humano, aliás, maduro e judicante, que ninguém podia suportar, tão carregado de força e de tormento.

Ninguém, salvo Henek: era meu vizinho de cama, um robusto e vigoroso rapaz húngaro de quinze anos. Henek passava metade de seus dias junto ao catre de Hurbinek. Era maternal mais do que paternal: é bastante provável que, se aquela nossa precária convivência tivesse continuado por mais de um mês, Hurbinek aprenderia a falar com Henek; certamente mais do que com as meninas polonesas, demasiado doces e demasiado fúteis, que o embriagavam de carícias e de beijos e evitavam-lhe a intimidade.

Henek, ao contrário, tranquilo e obstinado, sentava-se junto à pequena esfinge, imune à autoridade triste que dela emanava; levava-lhe comida, ajustava-lhe as cobertas, limpava-o com mãos habilidosas, desprovidas de repugnância; e falava-lhe, naturalmente, em húngaro, com voz lenta e paciente. Após uma semana, Henek anunciou com serenidade, mas sem sombra de presunção, que Hurbinek “dizia uma palavra”. Que palavra? Não sabia, uma palavra difícil, não húngara: alguma coisa como mass-klo, matisklo. De noite ficávamos de ouvidos bem abertos: era verdade, do canto de Hurbinek vinha de quando em quando um som, uma palavra. Não sempre exatamente a mesma, para dizer a verdade, mas era certamente uma palavra articulada; ou melhor, palavras articuladas ligeiramente diversas, variações experimentais sobre um tema, uma raiz, sobre um nome talvez.

Hurbinek continuou, enquanto viveu, as suas experiências obstinadas. Nos dias seguintes, todos nós o ouvíamos em silêncio, ansiosos por entendê-lo, e havia entre nós falantes de todas as línguas da Europa: mas a palavra de Hurbinek permaneceu secreta. Não, não devia ser uma mensagem, tampouco uma revelação: era talvez seu nome, se tivesse tido a sorte de ter um nome; talvez (segundo uma de nossas hipóteses) quisesse dizer “comer” ou “pão”;

ou talvez “carne” em boêmio, como sustentava, com bons argumentos, um dos nossos, que conhecia essa língua. Hurbinek, que tinha três anos e que nascera talvez em Auschwitz e que não vira jamais uma árvore; Hurbinek, que combatera como um homem, até o último suspiro, para conquistar a entrada no mundo dos homens, do qual uma força bestial o teria impedido; Hurbinek, o que não tinha nome, cujo minúsculo antebraço fora marcado mesmo assim pela tatuagem de Auschwitz; Hurbinek morreu nos primeiros dias de março de 1945, liberto, mas não redimido. Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras. (Primo Levi, 1997)

A ENTRADA NO MUNDO DOS HOMENS

Foram esses jogos de ocultação que Freud, numa intuição genial, produziu, a nosso ver, para que neles reconheçêssemos que o momento em que o desejo se humaniza é também aquele em que a criança nasce para a linguagem. (Lacan, E:1953a, p. 320, grifo meu)

Como se conquista a entrada no mundo dos homens? O que é preciso fazer para, como diz Lacan, humanizar o desejo? Sob certo ângulo, não seria exagerado afirmar que a possibilidade de uma transmissão, além daquela que se dá através da hereditariedade genética, é o que confere à dimensão humana sua especificidade. A artificialidade da norma social (Canguilhem, 1943), na medida em que nos afasta da natureza, só é possível de ser sustentada a partir do fato de que algo pode ser passado, transmitido através das gerações.

Assim, o conjunto de criações humanas que chamamos cultura pode ser pensado como uma herança simbólica e, neste contexto, fica evidente o papel crucial que a linguagem exerce na especificação do que significa sermos humanos. O fato de que não há ser humano fora da linguagem revela, por um lado, seu caráter fundante de um outro nível de relações –

mediadas –, para além daquelas existentes entre organismos e meio ambiente. Por outro lado, a linguagem que se transmite é, por sua vez, o próprio meio de transmissão da herança simbólica, o que fica muito evidente nos trabalhos de Levi-Strauss (1949) a respeito das estruturas elementares de parentesco, onde também se esclarece a função do sobrenome no sentido de marcar um lugar simbólico e sexual na estrutura familiar e social.

Em relação à função de transmissão inerente à linguagem, é bastante relevante a distinção feita por Saussure entre língua e fala, pois, se por um lado temos a língua como aquilo que já está dado, ou seja, algo que cada novo indivíduo recebe pronto ao nascer, por outro, a fala, sendo a vertente individual da linguagem, inclui aí a dimensão da criação desse indivíduo, na medida em que ele tem o poder de criar a partir do código estabelecido, ao qual deve se submeter para se fazer compreender por seus pares. A dimensão da fala, entretanto, afeta aquela da língua, transformando-a continuamente. Nota-se, aí, uma interessante relação entre o universal, representado pela língua, e o particular da fala, que coloca, de entrada, uma questão fundamental: o que cada um faz com sua herança simbólica?

A partir da psicanálise, no entanto – notadamente da leitura da obra de Freud operada por Lacan –, podemos ter acesso a outro nível de transmissão, para além daquele mencionado anteriormente. Preliminarmente digamos que, através da linguagem, o inconsciente passa. Ou seja, o inconsciente não é um objeto ou um fato orgânico. Tampouco seria algo das profundezas da mente: o inconsciente está na superfície – estruturado como uma linguagem, ou seja, segundo a estrutura da metáfora e da metonímia. Dizer que o inconsciente passa exige, logicamente, a presença do Outro enquanto lugar de endereçamento da mensagem. Não há inconsciente sem Outro; ou, na máxima lacaniana: o inconsciente é o discurso do Outro.

A própria descoberta do inconsciente só foi possível graças ao gênio de Freud que, subvertendo a clínica médica, propôs-se a escutar o que a histérica tinha a dizer sobre seu sintoma, abrindo, desse modo, as portas para que o desejo pudesse aparecer. Fale mais sobre isso! – este único imperativo da psicanálise que define a regra fundamental da associação livre – é, de certa forma, um convite à transmissão que o analista faz ao analisante: fale mais, fale outra vez, lembre outra cena, conte de novo aquela história... No entanto, é nos tropeços que algo da verdade do sujeito passa, através ou apesar dos enunciados. No tropeço, no erro, ou seja: nos atos falhos, nos lapsos, nos esquecimentos, nos sintomas que incomodam, nos sonhos desconcertantes e em tudo aquilo que Freud chamava “formações do inconsciente”.

Em psicanálise, entretanto, de nada vale um sintoma, um sonho, um ato – mesmo que falho –, se não passar pelo desfile dos significantes. O sintoma, nesse sentido, só é formação do inconsciente se puder ser tomado enquanto mensagem dirigida ao Outro, o que quer dizer, rigorosamente, que o inconsciente é sempre uma hipótese a ser testada, sob transferência, no artifício do dispositivo analítico. Isso não significa, entretanto, que o inconsciente seja inefável⁴⁸ ou intransmissível; ao contrário, localizá-lo no nível da linguagem possibilita a formalização de sua lógica peculiar, o que apenas faz aumentar a exigência em relação àqueles que o experimentam e que, a partir daí, devem dar as provas de sua existência.

Poderíamos dizer que a psicanálise seria, então, uma experiência de transmissão na qual o sujeito, supondo carregar sua herança simbólica como enviado do Outro, vai, aos poucos,

48 Faço referência, aqui, ao que diz Lacan (OE:1964d) no “Ato (a) de fundação da EFP”, de 21/6/1964, na “Seção de recenseamento do campo freudiano”: “Ela fará a atualização dos princípios dos quais a prática analítica deve receber, na ciência, seu estatuto. Um estatuto que, por mais singular que afinal seja preciso reconhecê-lo, *nunca seria o de uma experiência inefável*” (p. 238, grifo meu).

ele mesmo escrevendo sua própria mensagem, ainda que de forma invertida? Mas então, teríamos que questionar qual o destino da mensagem recebida? Em que lugar o sujeito a coloca?

Lembremos o que afirma Lacan na “Nota sobre a criança”:

A função de resíduo, sustentada (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades, realça o *irredutível de uma transmissão* – que é de outra ordem que a da vida conforme a satisfação das necessidades –, mas que é de uma *constituição subjetiva*, implicando a relação de um desejo que não seja anônimo. (Lacan, 1983a, p. 369, grifo meu)

A concepção de sujeito, portanto, em Lacan, está evidentemente ligada à questão da transmissão, e é sob este prisma que iremos, inicialmente, abordá-la.

Uma das definições possíveis da palavra “transmissão”, na língua portuguesa, nos remete à questão topológica, ou seja, de algo que passa de um lugar para outro. O verbo transmitir, por sua vez, além de reforçar o sentido de passagem, ainda indica – no sentido do envio – a relação da transmissão com a mensagem. Será que, quando se trata da constituição de um sujeito, a carta sempre chega a seu destino? Como se recebe o Nome-do-Pai, essa passagem/bilhete que dá acesso ao simbólico?

A clínica nos demonstra, em nosso cotidiano, que é essa a questão com a qual o neurótico tem que se haver em seu processo de análise, ou seja, que ele não tem escolha, a não ser a de responder pela frase que começou antes dele e – quem sabe? – poder escrevê-la com uma pontuação inédita.

Outro ponto bastante interessante refere-se à importância de precisarmos de que ordem é essa transmissão. Lacan é bastante explícito no Seminário V: *As formações do inconsciente* (1957-58) quanto ao fato de que a função paterna não se exerce no nível do comportamento, ou da presença ou não do pai. Eis um exemplo que me colocou diante dessa necessidade de precisão – e que, de resto, traz também um desdobramento desse tema da transmissão

num outro enfoque, ou seja, o da possibilidade (e limite) de transmitir a própria psicanálise para além da experiência psicanalítica propriamente dita.

No Centro Universitário onde lecionava, fui procurada por um grupo de alunas do curso de Fonoaudiologia que iriam apresentar um caso clínico cuja queixa referia-se a um atraso significativo no processo de aquisição da linguagem. A partir da anamnese do caso em questão, as alunas puderam verificar que havia um histórico um tanto conturbado em relação ao menino. Ele era o quarto filho do casal, o terceiro do sexo masculino. Seu nascimento foi prematuro, e por isso ficou um mês na maternidade até receber alta. Quando finalmente foi para casa, sua mãe pegou uma pneumonia e precisou de internação, também durante um período longo, durante o qual o menino foi cuidado pelos avós paternos. Acontece que, durante esse período, foi descoberto um câncer nesse avô, e quando finalmente a mãe teve alta do hospital, os pais ficaram com pena de tirar o menino da casa dele, temendo por sua saúde. Com o tempo, o avô se recuperou, mas o menino continuou *sendo criado pelos avós* – que, na verdade, moram no mesmo quintal da casa dos pais e dos outros irmãos.

A partir desses dados, as alunas passaram a fazer uma série de hipóteses da causa psicogênica do sintoma apresentado, baseando-se nos rudimentos da teoria psicanalítica com que puderam entrar em contato durante o curso: o menino teria sido rejeitado pela mãe, sentir-se-ia excluído do restante da família, estaria no lugar de *salvador do avô*, etc. Só que, para surpresa geral, ficaram sabendo que o irmão mais velho dessa criança – cujo histórico de nascimento e criação não apresentava, aparentemente, nenhuma semelhança com o do irmão mais novo – já havia frequentado a clínica da faculdade, alguns anos antes, pelo mesmo sintoma.

Em entrevistas com os pais, receberam a informação de que, na verdade, todos os homens da família – incluindo os tios e primos paternos – apresentavam, em menor ou maior grau, o mesmo sintoma: atraso na aquisição de linguagem. (Inclusive, um quinto filho, nascido após o paciente em questão, também estava come-

çando a apresentar o mesmo sintoma). Os pais disseram que, ao comentar o caso com o pediatra, este recomendou que fosse feito um estudo genético do caso. Essa era a demanda das alunas em relação a mim: elas deveriam ou não encaminhá-lo para um estudo genético? Além de mim, elas também consultaram a professora de genética da faculdade que, curiosamente, lhes afirmou não haver relato na literatura científica de atraso de aquisição de linguagem causado por herança genética, a não ser em função de alguma síndrome que, entretanto, seria composta por outros sintomas mais graves e evidentes associados.

As alunas estavam bastante desconcertadas, já que sua hipótese ambientalista havia caído por terra (pois os meninos haviam sido criados em ambientes diferentes), e parecia que a hipótese inatista do pediatra também estava se desmoronando. Como explicar o mistério dessa marca que se repetia? Foi muito ilustrativo esse caso, pois na reunião clínica na qual o apresentaram, as alunas puderam se dar conta dessa outra ordem de transmissão. Ao contrário do que pudesse parecer, o fato de esse menino que era *criado pelos avós* ser também portador dessa marca simbólica (mesmo que sintomática) dos homens da família, longe de excluí-lo, inseria-o nessa série. O sintoma, para além de qualquer dado ambiental, marcava-o não apenas enquanto sujeito desejante, mas também enquanto homem. Ou seja, essa marca – cujo histórico desconhecemos nesse caso – pôde ser transmitida para esse menino que, afinal, justamente por ser tomado como filho desse pai, foi suposto poder *salvar* o avô.

Por outro lado, também posso testemunhar que, através do trabalho que essas alunas realizaram nesse caso, algo do analítico pôde ser transmitido a elas, quando relatei um caso de minha própria clínica. Tratava-se de um homem de trinta anos cujo sintoma era “ser médico”, profissão na qual ganhava muito dinheiro, sustentava a família num padrão elevado, mas que consumia todo o tempo de sua vida e com a qual não se satisfazia, deixando-o extremamente infeliz e angustiado (um martírio – como ele dizia). Esse homem pertencia a uma família de médicos (o pai, o irmão,

os tios, todos médicos). O interessante é que parece que essa escolha profissional passou por ele, pois, apesar de desde a adolescência sempre dizer que não iria fazer medicina, acabou cumprindo seu destino oracular quase sem querer, ou melhor, mesmo não querendo (mas – quem sabe? – desejando). Eu disse, então, para as alunas, que pediria a esse analisante que providenciasse um exame genético. Quem sabe não seria encontrado o gene da medicina? Através desse chiste, houve um *passe-de-sentido* que relativizou minimamente a crença apaziguadora que elas depositavam na genética.

O sujeito do inconsciente, subvertido pela linguagem e capturado na dialética do desejo, é, na verdade, um assujeitado à estrutura do Outro. Assujeitado, mas não escravo, pois que desse Outro ele deve separar-se, parir-se, engendrar-se, criar-se, enfim.

Acompanhemos, então, a teorização lacaniana a respeito da constituição do sujeito desde os primeiros Seminários, passando por novas articulações, até a elaboração do conceito de objeto *a*.

FORMAÇÃO⁴⁹ DO EU (JE): DA INSUFICIÊNCIA À ANTECIPAÇÃO

Há uma espécie de encruzilhada estrutural onde devemos acomodar nosso pensamento, para compreender a natureza da agressividade no homem e sua relação com o formalismo de seu eu e de seus objetos. Essa relação erótica, em que o indivíduo humano se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo, eis aí a energia e a forma donde se origina a organização passional que ele irá chamar de seu eu. (E:1948a, p. 116)

49 O termo *formação* escolhido por Lacan alude ao termo alemão *Bildung*, utilizado por Hegel. Sobre essa influência hegeliana na obra de Lacan, veja-se o livro de Bertrand Ogilvie, *Lacan, a formação do conceito de sujeito* (1987); o de Slavoj Žižek, *O mais sublime dos histéricos* (1989); e o texto de Paulo Arantes, “Hegel no espelho do dr. Lacan” (2002). Essa questão também é tratada com profundidade no texto de Christian Dunker “A questão do sujeito: construção, constituição e formação” (2002).

Os Seminários de Lacan iniciam-se após a grande ruptura na IPA francesa encabeçada por Daniel Lagache, em 1953, desembocando na fundação da Sociedade Francesa de Psicanálise. Nessa época, é bom lembrar, Lacan já se utilizava das sessões curtas, o que lhe trazia muitos problemas institucionais. Então, no mesmo ano de 1953, Lacan escreve o famoso “Discurso de Roma”, com críticas duríssimas ao modo de se fazer psicanálise na época. É neste contexto, e fortemente influenciado pela linguística de Saussure e Jakobson⁵⁰, bem como pelo estruturalismo de Levi-Strauss – sobretudo *As estruturas elementares do parentesco*, publicado em 1949, mesmo ano da apresentação da versão final do “Estágio do espelho” –, que Lacan inicia, através de seus Seminários, sua cruzada intitulada “de retorno” a Freud.

No primeiro ano (SI:1953-54), ele trabalha a transferência e a resistência; no segundo (SII:1954-55), a noção de inconsciente; no terceiro (SIII:1955-56), as psicoses. Vemos aí um percurso pelos escritos técnicos de Freud e pela chamada metapsicologia. É nesse contexto que Lacan desenvolve suas primeiras formulações sobre o sujeito do inconsciente, utilizando o pronome francês *Je* (Eu) para distingui-lo de *moi* (eu), tradicionalmente utilizado para referir-se ao ego. Com este recurso, Lacan propõe uma subversão em relação às leituras mais comuns da obra freudiana vigentes na ortodoxia psicanalítica da época, sobretudo no que se refere às concepções de eu baseadas numa distinção simplista e ingênua entre as categorias de sujeito/objeto, interno/externo, ilusão/realidade, etc. Tal subversão reflete-se forçosamente numa crítica ao de-

50 As ideias de Saussure que influenciaram Lacan, como a da arbitrariedade do signo linguístico, estão reunidas no Curso de linguística geral (1916). O texto de Jakobson “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia” (1954), em que desenvolve as ideias de contiguidade e similaridade articulando-as à metonímia e à metáfora, foi fundamental para a tese de Lacan de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, a partir da correlação da metáfora com a condensação e a metonímia com o deslocamento.

sevolvimentismo biologicista dominante na psicanálise e na necessidade de formalizar a distinção estrutural entre o sujeito neurótico e psicótico a partir da relação com o simbólico, ou seja, com a linguagem.

A questão da antecipação, ou seja, de algo que ocorre *antes* da maturação biológica, está presente, entretanto, desde o início do pensamento de Lacan, e será fundamental para a elaboração do conceito de sujeito do inconsciente⁵¹. Essa ideia já era amplamente defendida por Lacan nos textos da década de 1940, tais como “A agressividade em psicanálise” (E:1948a) e “Formulações sobre a causalidade psíquica” (E:1946a), apresentando-se de modo explícito no texto “O estágio do espelho como formador da função do eu” (E:1949a), cuja primeira versão havia sido publicada no *Cahier des Arts* em 1945⁵². Desse texto, destaco algumas passagens cruciais que explicitam essa questão:

Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem [...] A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estado infans parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro, antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito. (E:1949a, p. 97)

O ponto a ser analisado nesse momento, portanto, é o da passagem do infans ao que Lacan denomina “função de sujeito”. Vejamos como Lacan formula essa passagem:

51 Ogilvie (1987), mostra como desde a tese de 1932 a questão do sujeito e sua determinação está presente no pensamento epistemológico de Lacan.

52 Uma primeira versão desse texto foi apresentada em 1936.

Esse desenvolvimento é vivido como uma dialética temporal que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo: *o estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação* – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade, que chamaremos ortopédica – e para a armadura assim assumida de *uma identificação alienante que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental*. (E:1949a, p. 100, grifo meu)

Esse momento de antecipação de uma certeza, constituindo um sujeito, será chamado por Lacan “encruzilhada estrutural” no texto sobre “A agressividade em psicanálise”:

Essa relação erótica, em que o indivíduo humano se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo, eis aí a energia e a forma donde se origina a organização passional que ele irá chamar seu eu. Essa forma se cristalizará, com efeito, na tensão conflitiva interna ao sujeito, que determina o despertar de seu desejo pelo objeto do desejo do outro. (E:1948a, p. 116)

Ora, é na década de 1950 que essa “encruzilhada estrutural” será formalizada em termos da tese da primazia do significante e da ordem simbólica. Essa ideia de uma antecipação (S1) que só pode ser significada depois (S2) é fundamental para a sustentação da tese *princeps* de Lacan de que “o significante é o que representa o sujeito para outro significante”. O conceito lacaniano de sujeito, neste sentido, não pode ser apreendido numa concepção nominalista da linguagem, pois exige a concepção de uma cadeia significante onde o sentido desliza insistentemente, porém inapreensível.

A referida precipitação subjetiva da insuficiência à antecipação exige a formalização a respeito da *matriz simbólica*,

mais precisamente elaborada por Lacan no famoso “Seminário sobre a carta roubada”. Neste texto, a partir do conto de Edgar Allan Poe, ele procura demonstrar sua tese de que “é a ordem simbólica que é constituinte para o sujeito [...] a determinação fundamental que o sujeito recebe do percurso de um significante” (E:1955b, p. 14). Trata-se, portanto, de formalizar a “estrutura da determinação”: “O programa de que se trata para nós, portanto, é saber como uma linguagem formal determina um sujeito. Mas o interesse de tal programa não é simples, já que o sujeito só o cumprirá colocando *algo de si*” (p. 47).

Evidencia-se, assim, a necessidade de se articular a determinação significante de modo a não recair em outro determinismo linguístico⁵³. Assim sendo, a teoria lacaniana do sujeito exige uma formalização sobre o ato, incluindo aí, como vimos, uma nova forma de pensar a temporalidade. Se a estruturação do sujeito fosse única e exclusivamente determinada pela sucessão diacrônica, ela excluiria o sujeito do ato que o constitui; excluiria, desse modo, o algo de si.

A implicação do ato na sujeição humana às condições do simbólico está presente desde Freud no texto “Introdução ao narcisismo” (1914c). Sabemos que a escrita desse texto marca uma virada fundamental em sua obra, implicando um deslocamento da dualidade pulsional até então pensada como pulsões de autoconservação versus pulsão erótica para uma polarização entre as pulsões do eu e as pulsões objetais. Essa virada trará uma série de implicações teóricas e clínicas que inclui desde a teoria sobre a identificação até a questão da

53 Novamente fazemos referência ao trabalho de Ogilvie (1987): “Dizer que a linguagem é a causa do sujeito, e que por esse motivo um inconsciente estruturado como uma linguagem determina sua natureza até no fato de que esta lhe escapa, é ligar o sujeito não mais apenas à verdade, mas, em primeiro lugar, à ilusão. O sujeito não é mais autor, ou o destinatário privilegiado da verdade, mas é simplesmente o seu lugar, na medida em que ser de linguagem uma de suas características, entre outras, é o se colocar a questão da verdade, que só tem em si mesma esta dimensão factual” (p. 126).

escolha de objeto. O fundamental, entretanto, para a questão específica que estamos tratando, é a ideia de que o Eu humano precisa se constituir para que possa ser investido libidinalmente. Esta pressuposição lógica é explicitada por Freud na seguinte passagem:

Que relação pode existir entre o narcisismo, de que agora tratamos, e o autoerotismo, que descrevemos como um estado primário da libido? [...] A hipótese de que no indivíduo não existe, desde o início, uma unidade comparável ao eu é absolutamente necessária. O eu tem que ser desenvolvido. Ao contrário, as pulsões autoeróticas são primordiais. *Para constituir o narcisismo deve-se agregar ao autoerotismo algum outro elemento, um novo ato psíquico.* (p. 2019, grifo meu)

Em seu Seminário I: *Os escritos técnicos de Freud* (1953-54), Lacan retoma essa passagem preciosa que Freud, no entanto, não desenvolve, para demonstrar a articulação necessária entre imaginário e simbólico na constituição do sujeito, incluindo aí a questão da estrutura:

A *Urbild*, que é uma unidade comparável ao eu, constitui-se num momento determinado da história do sujeito, a partir do qual o eu começa a assumir suas funções. Isso equivale a dizer que o eu humano se constitui sobre o fundamento da relação imaginária. A função do eu, escreve Freud, deve ter *eine neue psychische... Gestalt*. No desenvolvimento do psiquismo, aparece algo de novo, cuja função é dar forma ao narcisismo [...] Enfim, se lhes indiquei, da última vez, que a função imaginária continha a pluralidade do vivido do indivíduo, vou lhes mostrar que não se pode limitá-lo a isso – por causa da necessidade de distinguir as psicoses e as neuroses. (p. 137)

A formalização do *ato psíquico* realizado pelo sujeito no momento mesmo de sua constituição, com implicações decisivas inclusive no que se refere à modalidade estrutural de sua relação com a linguagem, não pode ser pensada – como já mencionamos – senão a partir de uma formalização do tempo diversa daquela que se refere apenas à sucessão cronológica. A concepção lacaniana de sujeito, portanto, desde o início de seu ensino, não pode ser pensada sem sua formalização sobre o “tempo lógico”, incluindo a noção de ato. Só há possibilidade de acompanharmos a ideia de um sujeito a um só tempo insuficiente e antecipado, determinado e determinante – e que só terá acesso ao seu ato fundante *a posteriori* (*Nachträglich*), quando este já estiver perdido – se levarmos em conta a “asserção da certeza antecipada”⁵⁴.

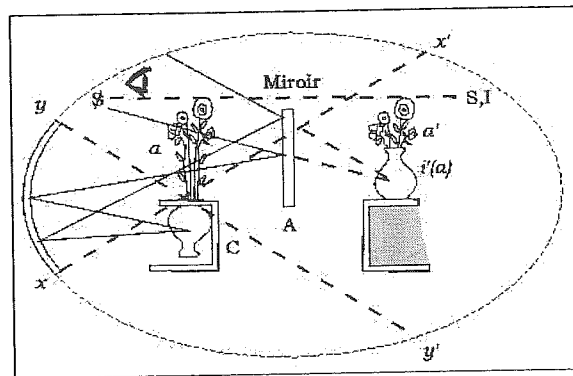
O conceito de narcisismo em Freud é retomado, então, a partir do famoso esquema óptico do buquê invertido⁵⁵. Lacan toma essa referência levando a sério uma indicação do próprio Freud na “Interpretação dos sonhos” (1900a), quando diz que o aparelho psíquico poderia ser comparado a um microscópio complicado de aparelho fotográfico. Lacan, ironicamente, diz que pretende simplificar as coisas, utilizando-se de um experimento colegial que mostra como o espelho côncavo inverte a imagem, produzindo uma ilusão de ótica. Esse esquema poderia ser tomado como uma metáfora da indissociação entre o real e o imaginário. No caso específico do ser humano, entretanto, é preciso introduzir a dimensão simbólica, e ele o faz através da introdução de um segundo espelho (plano), produzindo então o “esquema dos espelhos conjugados”:

54 A questão do tempo será desenvolvida no capítulo 4, onde será discutida a “insondável decisão do ser”.

55 Para uma melhor compreensão do “esquema ótico”, pode-se consultar as obras de Marc Darmon, *Ensaio sobre a topologia lacaniana* (1994), ou de Alfredo Eidelsztein, *Modelos, esquemas y grafos em la enseñanza de Lacan* (1992).

Podemos supor agora que a inclinação do espelho plano é comandada pela voz do outro. Isso não existe no nível do estádio do espelho, mas é, em seguida, realizado pela nossa relação com outrem no seu conjunto – a relação simbólica [...] É a relação simbólica que define a posição do sujeito como aquele que vê. É a palavra, a função simbólica que define o maior ou menor grau de perfeição, de completude, de aproximação do imaginário. A distinção é feita nessa representação entre o *Ideal-Ich* e o *Ich-Ideal*. O ideal de eu comanda o jogo de relações de que depende toda a relação a outrem. E dessa relação a outrem depende o caráter mais ou menos satisfatório da relação imaginária. (SI:1953-54, pp. 164-165)

Figura 1 – Esquema óptico

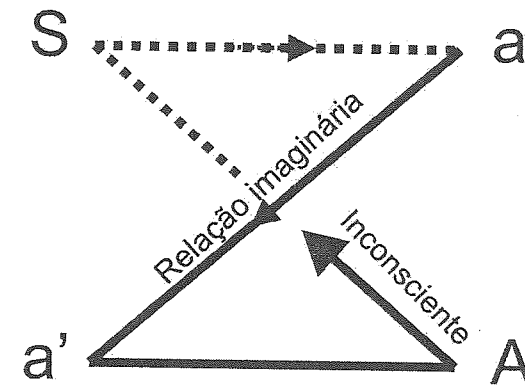


A respeito do espelho plano, Lacan esclarece que “o desejo do homem é o desejo do outro. É exatamente isso que está expresso no modelo pelo espelho plano” (p. 172). Entretanto, o ponto fundamental no qual ele insiste diz respeito à posição do olho no esquema. A imagem só poderá ser vista, unificada por assim dizer, se o olho estiver bem posicionado, quer dizer, o olho remete à própria posição do sujeito. A questão que se coloca, então, é a de como se dá esse “posicionamento do olho” na estrutura, o que exigirá de Lacan uma formalização

sobre a primazia do simbólico na estruturação da subjetividade humana.

No Seminário II: *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1954-55), Lacan propõe o esquema L justamente para “ilustrar os problemas levantados pelo eu e o outro, pela linguagem e a fala” (p. 306).⁵⁶

Figura 2 – Esquema L



O esquema mostra fundamentalmente que a relação com o semelhante é atravessada pelo Outro. A elaboração do conceito do Outro como o lugar do simbólico é, portanto, correlata àquela que irá definir a posição do sujeito na estrutura. Alguns anos mais tarde, no texto “Observações sobre o relatório de Daniel Lagache” (E:1960a), Lacan retoma o rigor dessa formalização a partir de sua definição de que o inconsciente é o discurso do Outro:

Mas o lugar que a criança ocupa na linhagem segundo a convenção das relações de parentesco, o prenome, talvez, que já a identifica ao avô, os funcionários do registro civil

⁵⁶ Retomaremos o esquema L no capítulo 5, quando tratarmos do conceito de fantasia.

e até o que nela denotará seu sexo, aí está algo que se preocupa muito pouco com o que ela é em si: pois ela que apareça hermafrodita para ver só! Isso, como se sabe, vai muito mais longe [...] sua existência já é sustentada, inocente ou culpada, antes que ela venha ao mundo [...] É por isso mesmo que haverá, grosso modo, um erro de pessoa, isto é, quanto aos méritos dos pais, em seu Ideal do Eu, ao passo que, no velho processo de justificação no tribunal de Deus, o novo homenzinho retomará um dossiê anterior a seus avós: sob a forma do Supereu deles. Observações de Freud onde só é preciso buscar o efeito e o campo da fala e da linguagem com os níveis ótimos que poderíamos apontar num esquema topológico [...] Ainda mais profundamente repercute aqui, coisa de que temos a experiência segura, o desejo dos pais. Mas essa é precisamente a questão que nós mesmos descortinamos, da determinação do desejo pelos efeitos, no sujeito, do significante. (p. 660)

Esse lugar pré-existente no desejo do Outro marca, desse modo, um sujeito que se constitui como ausência, já que sua consistência, desde o estádio do espelho, é dada a partir de um desconhecimento fundamental daquilo que o determina. A questão que se colocará a partir daí é a de como esse sujeito evanescente por definição poderá unir seu desejo à lei que o constituiu. Para tanto, será preciso estabelecer uma articulação da teoria sobre a constituição do sujeito com o complexo de Édipo, tal como Freud o definiu, e que procuraremos acompanhar a seguir.

CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: A LÓGICA EDÍPICA

De que se trata a metáfora paterna? Há, propriamente, no que foi constituído por uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, no lugar da mãe. Veremos o que quer dizer esse no lugar da, que constitui o ponto axial, o nervo motor, a essência do progresso representado pelo complexo de Édipo.

(Lacan, SV:1957-58, p. 186)

Na última aula do Seminário sobre as psicoses, oferecido entre 1955 e 1956, Lacan abre a perspectiva de releitura do complexo de Édipo freudiano, a qual trabalhará nos dois anos seguintes⁵⁷. Lacan alerta sobre a impropriedade de tomar o complexo de Édipo apenas em seus elementos imaginários, e anuncia que o pai tem um elemento significante. E acrescenta: “Não digo que o Nome-do-Pai seja o único de que possamos dizer isso. Podemos isolar esse elemento cada vez que aprendemos alguma coisa que é, propriamente falando, da ordem simbólica” (SIII:1955-56, p. 354).

Retomar o Édipo em termos simbólicos e articulá-lo à constituição subjetiva será a tarefa de Lacan no Seminário IV: *A relação de objeto* (1956-57), e desembocará na formulação dos “três tempos do Édipo” no Seminário V: *As formações do inconsciente* (1957-58).

Iniciemos pelo Seminário IV: Lacan está fortemente influenciado pela publicação de *A estrutura dos mitos* (1956), de Levi-Strauss. A partir do encontro com Levi-Strauss, Lacan pode finalmente articular sua tese do sujeito estruturado como uma linguagem com a premissa freudiana da universalidade do complexo de Édipo.

Mas não podemos deixar de mencionar o volume *La psychanalyse d'aujourd'hui*, também do ano de 1956, que funciona como uma espécie de inspiração às avessas por conter, num mesmo volume, as teses desenvolvimentistas e inatistas de uma psicanálise biológica e adaptativa, especialmente no que se refere ao mote da moda: “as relações objetais”. Antes desse volume já haviam sido lançados na Inglaterra os volumes *Progressos da psicanálise* (1952) e *Novas tendências da psicanálise* (1955), com textos de Melanie Klein, Paula Heiman, Joan Riviere, etc., ambos com prefácio de Ernest Jones.

57 Nos Seminários *A relação de objeto* e *As formações do inconsciente*.

Esses autores são os principais interlocutores de Lacan no Seminário IV. É com enorme respeito que ele se refere, embora de modo extremamente crítico, a Klein, Jones e Winnicott, tomando-os realmente como interlocutores, analisando suas teorias e considerando-os dignos de respostas consistentes. Isso está presente em todo o Seminário, mas sobretudo, e de modo explícito, no que se refere à tese de Ernest Jones a respeito da privação. Essa tese é desenvolvida em 1927, no texto *The early development of female sexuality*, e faz parte de um extenso debate ocorrido na IPA a partir da segunda metade dos anos 1920 e começo dos anos 1930 a respeito da sexualidade feminina.

Basicamente, esses autores opunham-se à tese freudiana da premissa fálica e do complexo de castração no que se refere à mulher. No texto de Jones, ele parte da seguinte questão: qual seria o correspondente do complexo de castração masculino, no caso da mulher? Sua tese principal baseia-se no conceito de *aphanisis*, que se referiria ao medo – este sim, universal – da perda do desejo. Ambos os sexos temeriam a *aphanisis*, e ele introduz o termo *privação* para designar esse horror, verdadeira origem do sentimento de culpa e do superego. Assim, ele propõe a fórmula *Privação = Frustração*. A castração seria apenas uma derivação masculina da privação do desejo.

Há, nessa concepção, uma proporção absoluta entre as soluções do complexo de Édipo em ambos os sexos: ou se escolhe o sexo correspondente ao destino anatômico e biológico, ou o objeto incestuoso do sexo oposto, determinado pelo instinto. Não há a menor necessidade lógica de manter a premissa fálica freudiana. É a essa teoria, fundamentalmente, que Lacan se oporá e que reformulará ao longo do Seminário IV⁵⁸.

Para responder a esses interlocutores, ele propõe um retorno ao texto freudiano no que se refere à premissa fálica e ao

58 Sobre esse ponto, veja-se meu trabalho anterior, *Feminilidade e experiência psicanalítica* (2001), especialmente o capítulo II: “IPA: a proporção entre os sexos”.

complexo de castração. A questão central que Lacan tratará no Seminário IV será exatamente essa: a retomada do falo como objeto privilegiado da estruturação simbólica e sexual humana – para ambos os sexos –, fora da cadeia desenvolvimentista dos objetos parciais. O falo não é um ponto de chegada na escala maturacional, mas o ponto articulador da estrutura simbólica. Nesse sentido, o falo é um significante, e importa à medida que falta à mulher.

É pela via da *Penisneid* (inveja do pênis) que a mulher desloca seu interesse do pai para outro homem, desejando deste um filho. A criança é colocada, então, pela mulher, no lugar do falo perdido. A partir daí, Lacan coloca a questão fundamental do Seminário: “Em que momento a criança é capaz de perceber que o que sua mãe deseja nela, satura e satisfaz nela é a sua imagem fálica? Que possibilidade tem a criança de ter acesso a esse elemento relacional?” (p. 56). “Em que momento o sujeito descobre a falta (do falo)? Quando e como ele faz essa descoberta?” (SIV:1956-57, p. 179).

Todo esse Seminário é uma tentativa de Lacan de responder a essa questão e extrair suas consequências para o sujeito e para a psicanálise. Note-se que não é possível falar da relação da criança com a mãe sem articulá-la com os impasses que a sexualidade feminina revela ao sujeito humano. Vejamos o encaminhamento que Lacan oferece a essas questões.

A falta de objeto é algo dado pela estrutura. O significante marca a presença do homem no mundo, produzindo a morte do objeto instintivamente condicionado e o acesso direto à realidade do meio ambiente. Lacan utiliza-se da famosa metáfora da hidroelétrica para falar da presença do significante no mundo: “A energia só começa a ser levada em conta a partir do momento em que vocês a medem” (p. 43). Assim, a linguagem, essa usina que já está pronta, não apenas funda as relações e leis de parentesco que formam a base da cultura, mas também é através dela que essas leis são transmitidas ao longo das gerações. É nesse sentido que Lacan ressalta a ordem

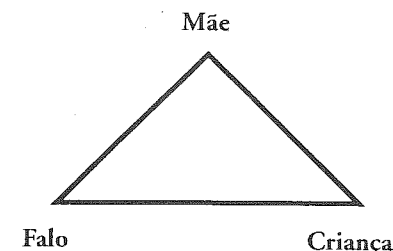
simbólica como autônoma e logicamente anterior a cada novo nascimento. Essa marca simbólica promove uma inadequação da sexualidade humana a um objeto instintivamente estabelecido. É sob esse prisma que Lacan retoma nesse Seminário o esquema L: a relação do sujeito com o Outro se interpõe à relação imaginária entre o eu e o objeto. Existe uma tensão fundamental no centro da relação sujeito-objeto, tal como havia sido proposto por Freud desde o “Projeto de uma psicologia para neurólogos” (1895i), e também nos “Três ensaios para uma teoria sexual” (1905d), quando menciona que o objeto de que se trata no ser humano é sempre um objeto a ser reencontrado, e, neste sentido, um objeto perdido: a realidade está sempre em oposição fundamental em relação ao que é procurado pela tendência.

Assim, Lacan critica duramente as ideias de um objeto ideal, adequado e complementar ao sujeito. Eis seu postulado: não existe objeto harmonioso; ao contrário, a mola da relação do sujeito com o mundo é justamente a falta de objeto. Daí deduz-se que o desenvolvimento infantil é um desenvolvimento crítico, pois os objetos ditos pré-genitais são sempre tomados como outra coisa além do que são, ou seja, são trabalhados pelo significante.

Como pensar a relação de objeto a partir deste dado da estrutura? Lacan dirá que o objeto tem uma função de complementação com relação a um furo na realidade: objeto/falta.

É sobre esse fundo de ausência que o falo se presentifica como objeto privilegiado do desejo humano. Sua presença é ainda mais evidente quando nos referimos aos seres humanos que não possuem, ou seja, as mulheres. A *Penisnied*, ou o desejo da mulher pelo falo, será fundamental para entendermos as sutilezas da relação entre a mãe e a criança. Toda a dialética do desenvolvimento gira em torno do falo (que não é o pênis), pois o falo é sempre o terceiro elemento presente na relação aparentemente dual entre a mãe e a criança. A essa estrutura, Lacan denomina *tríade imaginária*.

Figura 3 – Tríade Imaginária



A partir desta tríade, Lacan propõe, subvertendo a tese de Jones, três categorias da falta de objeto:

Figura 4 – Quadro das categorias da falta de objeto

Categoria	Falta	Objeto
Frustração	Dano imaginário	Real
Privação	Falta real	Simbólica
Castração	Dívida simbólica	Imaginária

Compreende-se, sem muito esforço, que o objeto da frustração seja real – por exemplo, o seio. Do mesmo modo, podemos entender (e isso responde a Jones) que o objeto da castração seja imaginário, pois o falo não é o órgão, e é por isso que ela diz respeito também à mulher. Um pouco mais difícil é acompanhar que o objeto da privação seja simbólico. Daí Lacan nos auxiliar com o clássico exemplo da biblioteca: “É à medida que definimos pela lei o que deveria estar ali que um objeto falta no lugar que é seu, pois no real não falta nada” (SIV:1956-57, p. 38).

Retomemos a questão central do Seminário, ou seja, a da falta materna: “Existe sempre na mãe, ao lado da criança, a

exigência do falo, que a criança realiza ou simboliza mais ou menos. Já a criança que tem sua relação com a mãe não sabe nada disso" (p. 56). Aí está toda a dificuldade, pois para que a criança apreenda a privação materna é preciso, como vimos, que ela simbolize o real. Encontramos, então, o primeiro desdobramento da questão da falta materna: como a criança, o sujeito é levado a simbolizar o real? Como a frustração introduz a ordem simbólica?

A resposta é: a criança só tem acesso a isso depois de uma época de simbolização. Mas como ela se dá? Grande parte desse Seminário é dedicada exatamente à construção dos andaimes teóricos que articulam a entrada da criança no mundo simbólico e, neste sentido, o objeto fetiche e o objeto fóbico são chamados como paradigmas do modo como o ser humano lida com a falta.

É através do quadro das categorias da falta que ele tentará articular como se dá essa entrada no simbólico. Quais são os passos, então, dessa simbolização?

Temos, em primeiro lugar, o que Lacan chamará "tempo zero" do problema, ou a premissa do jogo.

Trata-se da instituição do símbolo puro, da presença ou ausência. A dinâmica que ocorre entre esse tempo zero e o tempo um é o que Lacan denomina "a dialética da frustração", que se refere à primeira idade da vida: "Trata-se do conjunto de impressões reais vividas pelo sujeito num período em que sua relação com o objeto real está centrada na imago do seio materno" (p. 62). Toda questão é saber como, a partir dessa relação primitiva do sujeito com o objeto real (seio), a partir desse rumor e furor das pulsões, algo como uma ordem pode se estabelecer. É interessante notar, pois isso é de fundamental importância, que não há, nesse momento, constituição do outro para o infans, razão pela qual Freud o nomeia autoerotismo. A mãe representa, aqui, esse puro sujeito da exigência simbólica (dado da estrutura), simples lugar onde pode se manifestar a presença e a ausência. Assim, podemos entender que

a mãe é o agente da frustração, e não o objeto primitivo, tal como na teoria kleiniana.

A introdução do par presença-ausência é o primeiro elemento da ordem simbólica. Está longe de ser suficiente para constituí-la, mas é a condição necessária para que ela possa existir.

Ao longo desse jogo aparentemente dual entre a criança e a mãe, algo se passa. Lacan questiona sobre o momento de abertura para os elementos introdutórios de uma dialética na relação mãe-criança. A própria condição estrutural de presença-ausência articula para a criança o registro do apelo, que já é o começo da ordem simbólica. Mas o que ocorre se, ao apelo do sujeito, a mãe não responde mais (ou só responde a seu critério)? Aqui ocorre uma mudança fundamental que se articula à constituição do outro: a mãe torna-se potência. Mais do que isso, ela é suposta onipotente, e o acesso aos objetos depende da mãe. Estes objetos, até então objetos de satisfação, tornam-se, deste modo, objetos do dom. Assim, tudo que vem da mãe como respondendo ao apelo é dom, isto é, algo além do objeto. O dom é, então, signo de amor. A partir daí, Lacan enuncia a famosa frase: amar é dar o que não se tem. Pois o eixo do amor não está no objeto, mas naquilo que o objeto não tem.

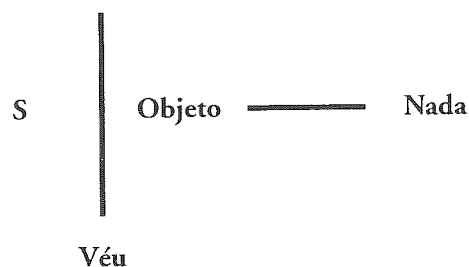
A mudança fundamental que essa dialética opera é a seguinte: a mãe torna-se real e os objetos, simbólicos. A questão que se coloca agora é outra: o que afetará essa onipotência materna? Lacan formula essa questão da seguinte forma: "Em que momento a criança pode sentir-se despossuída de algo que exige da mãe, percebendo que não é ela quem é amada, mas uma certa imagem?" (p. 72). Como se inscreve o terceiro termo imaginário, que é o falo para a mãe – ou, em outras palavras: como a criança percebe que a mãe é afetada em sua potência, ou seja, desejante? Este ponto preciso articula-se ao segundo tempo, o da privação. Ocorre uma dupla decepção imaginária: a própria criança não é o único objeto da mãe, ou seja, é insu-

ficiente, e a mãe é, por sua vez, privada ela mesma desse objeto.

Assim é possível entender que o objeto fálico é importante na medida em que falta à mãe. Lacan articula esse momento com o estádio do espelho, pois a relação com a imagem do outro dá ao sujeito não apenas a ilusão de completude que é fonte de júbilo para a criança, mas também é através dela que o sujeito pode realizar, num segundo tempo, que algo pode lhe faltar.

É nesse contexto que podemos entender o que Lacan articula como “a função do véu” (p. 153). O véu, ao encobrir a falta, faz supor o objeto lá onde não há nada. O objeto é, deste modo, suposto para além do véu. Esse é o contexto no qual Lacan convoca as perversões, especialmente o fetichismo: o objeto fetiche, por representar o falo como ausente se constitui como paradigma da relação do ser humano com o objeto.

Figura 5 – Esquema da “função do véu”



O objeto fetiche articula-se, portanto, precisamente com esse tempo da constituição simbólica em que o sujeito tem que se deparar com a privação materna. Do mesmo modo, é em relação a essa mãe faltosa e desejante que Lacan articula a função do objeto fóbico.

As questões relativas ao posicionamento sexual também dependerão das possíveis saídas dessa encruzilhada. Lacan a denomina, nesse Seminário, “borda do Édipo”, que consiste em assumir o falo como significante, instrumento da ordem simbólica das trocas. É preciso que algo aconteça para que a criança passe desse furo no real, que define a privação, para um terceiro tempo, o tempo da castração, no qual se cumpre a função normativa do complexo de Édipo. Vimos que, para que algo falte no real, já foi necessário realizar-se aí uma introdução simbólica. Mas isso não é suficiente. A criança não sai dessa encruzilhada sozinha. Não o faz porque, se por um lado, o que mais teme é ser devorada por essa mãe insaciável, por outro é isso que mais deseja. Por isso, é preciso que o Pai intervenha como quarto elemento, que salva o sujeito da angústia mortificadora.

O terceiro tempo, então, é o da castração. No que ela consiste? Exatamente na ascensão do falo materno como objeto simbólico. Para tanto, é preciso aceitar perdê-lo para depois poder recebê-lo simbolicamente: “É à medida que seu próprio pênis é momentaneamente aniquilado que a criança é prometida a ter acesso a uma plena função paterna” (p. 373).

A função paterna é, portanto, uma experiência metafórica, pois tem uma dimensão de substituição e de criação de sentido⁵⁹. É essa *Metáfora Paterna* que possibilita a transposição do Édipo. Assim, Lacan diz: “Se o complexo de Édipo significa algo é que a mãe passa a ser considerada em função do pai” (p. 408), e isso porque o pai é aquele que goza legitimamente da mãe. A respeito da função normativa do complexo de Édipo, Lacan coloca que é preciso situar-se corretamente com relação à função do pai. Assim, ele diz que tudo que se passa nas neuroses é feito para suprir uma dificuldade, até mesmo uma

59 Tal como Lacan articula em “Instância da letra”: “É na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão” (E:1957b, p. 519).

insuficiência na maneira como a criança lidou com o Édipo. Podemos dizer, então, que para o Lacan de 1957, a neurose é uma suplência à insuficiência paterna. Há a clara expectativa de que esse pai cumpra plenamente sua função de doador do objeto simbólico, mesmo que ele às vezes falhe.

O caso Hans é considerado exemplo dessa fórmula: “O objeto fóbico é o elemento em torno do qual vão guiar as significações que formarão uma *suplência* ao que faltou no desenvolvimento do sujeito, ou seja, tem uma *função de metáfora*” (p. 411, grifo meu).

É nesse sentido que Lacan realiza sua minuciosa análise desse caso, que ilustra os tempos lógicos da entrada da criança no simbólico nesse momento do seu ensino.

Hans vinha jogando muito bem seu jogo imaginário de presença/ausência com a mãe. Ele era tudo pra ela, frequentava sua cama, acompanhava-a ao banheiro, etc. Era seu verdadeiro apêndice, a ponto de Lacan chamá-lo “Hans – o fetiche” (pois ele está colocado pela mãe como metonímia do falo).

Então, ocorrem duas coisas:

1) Ele começa a se masturbar; portanto, seu pênis torna-se real, o que estabelece uma comparação entre o ser o falo da mãe e ter um pênis real, marcado pela insuficiência.

2) Nasce sua irmã Hanna, o que faz com que ele fique excluído – seja ejetado, pela irmã, da relação com a mãe.

Esses são os dois pontos fundamentais que fazem com que a Fobia seja desencadeada. Ele se dá conta da privação materna, mas não consegue sair dessa situação sozinho. É nesse ponto que seu pai não comparece, não o ameaça.

Hans desenvolve, então, o medo por cavalos. São dois medos:

- 1) de que caiam;
- 2) de que mordam.

Lacan alerta que o cavalo é um significante, não tem uma significação unívoca.

A partir da instauração da fobia, Hans forja uma série de mitos que constituíram uma transição da dialética imaginária do jogo intersubjetivo com a mãe em torno do falo para o jogo da castração (já que o pai aí faltou).

O cavalo é um significante que tem papel polarizador, pontua o mundo exterior por signos. Ele tem medo, ao mesmo tempo, de cair desse lugar que ocupa para a mãe – ou de *não preencher a banheira*, como revela uma de suas clássicas fantasias –, mas também tem medo da mordida da mãe.

Há uma passagem bastante significativa em torno das calcinhas da mãe, na qual desvia o olhar e sente nojo, ou seja, não se apegava a esse objeto, não o toma como o falo materno. Se o fizesse, seria um fetichista. Quando a mãe usa as calças, elas não são repugnantes pois, aí, elas cumprem sua função.

Hans consegue, por fim, encontrar uma suplência para esse pai que se obstina a não querer castrá-lo. Primeiro, ele fantasia um serralheiro que desparafusa a banheira e lhe fura o ventre. Depois, numa outra fantasia, o bombeiro lhe desparafusa o traseiro e lhe dá outro.

Deste modo, nos diz Lacan, a mãe é demolida e é o pai quem é convocado a desempenhar o papel de perfurador. Mas, embora Hans seja um heterossexual, ele sempre estará marcado por uma escolha objetal atípica em que as mulheres serão como irmãs/filhas, e ele será dominado por elas. Deste modo, ele continuaria, em certo sentido, identificado com o desejo da mãe.

Mas se a fobia é um modelo que se estende às outras neuroses; e se, como diz Lacan, a neurose é uma questão formulada pelo sujeito no nível de sua existência, então se impõe a seguinte questão: existe mesmo esse pai real que é capaz de cumprir plenamente sua função de converter em moeda simbólica a falta real da mãe insaciável?

É no ano seguinte, no Seminário dedicado às formações do inconsciente, que o conceito de *Metáfora Paterna* ganha uma formalização teórica mais consistente: a metáfora do *Nome-do-Pai* explica como o pai torna-se portador da lei. Ela é:

... a metáfora que substitui este Nome no lugar propriamente simbolizado pela operação da ausência da mãe. Cada um dos termos é cuidadosamente pesado. O Nome não substitui o desejo da mãe, mas um lugar. Este lugar tem que, ele próprio, ter sido primeiramente simbolizado. Ele foi pela ausência da mãe, ou seja, a experiência do Fort-da. (SV:1957-58, p. 166, grifo meu)

Vejamos, então, como Lacan articula essa passagem de lugar – e, portanto, essa transmissão – que a metáfora paterna opera.

Colocar a função do pai no nível da metáfora implica uma referência a um *passo-de-sentido*, ou, como diz Lacan em relação ao chiste – que remete também à dimensão da metáfora –, “a dimensão para além do significante como aquilo através do qual vocês procuram expressar alguma coisa, e através do qual, apesar de tudo, expressam sempre uma coisa diferente” (p. 93). Sendo da ordem da metáfora, portanto, o pai é um significante que substitui outro significante: o pai vem no lugar da mãe. O que isso quer dizer?

É muito interessante notar que, no Seminário V, Lacan articula o pai enquanto mediador, quer dizer, a lei em si já está dada no mundo antes dele. É neste sentido que se pode entender o que ele chama “lei materna”, posto que a mãe é um ser falante. A criança está, então, num primeiro momento, assujeitada ao capricho articulado do Outro materno, que, entretanto, no vaivém do par presença-ausência já torna possível a transmissão preliminar de um lugar – fálico – em relação ao qual a criança possa estabelecer uma primeira e fundante identificação. Ocorre que ocupar esse lugar de suposto objeto de desejo da mãe seja necessário, mas está longe de ser suficiente para constituir um sujeito.

Assim, um novo passo se impõe, e é aí que entra a mediação: para que a criança possa atingir o para-além do desejo do Outro, faz-se necessária essa mediação realizada pela posição paterna na ordem simbólica. A lei deve passar pelo pai: “A demanda *endereçada* ao Outro, caso seja transmitida como convém, será encaminhada a um tribunal superior” (p. 198, grifo meu). Ou seja, se, por um lado, o pai enquanto mediador transmite a lei que está no mundo para o sujeito, por outro é a mãe quem encaminha a mensagem que lhe é dirigida ao tribunal superior que o pai representa.

Para articular essa passagem, Lacan propõe três tempos lógicos do complexo de Édipo, formalizando a temporalidade que vinha sendo trabalhada desde o ano anterior.

No primeiro tempo, o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é o objeto de desejo da mãe. O pai, aqui, existe na realidade mundana, ou seja, corresponde à lei do simbólico. No segundo tempo, o pai aparece como uma presença privadora ao se oferecer enquanto o suporte, ou melhor, como portador da lei. Trata-se de remeter a mãe a uma lei que não é a dela (o tribunal superior). O próximo passo implica propriamente uma passagem, uma transmissão no sentido literal (como vimos no dicionário), pois a lei que estava a priori no mundo, e da qual o pai é agora o portador, deverá ser incluída no campo do Outro. O pai desse terceiro tempo, que é aquele da castração, é conceituado nesse momento do ensino de Lacan como pai potente, ou seja, “que é capaz de dar à mãe o que ela deseja, e pode dar porque o possui” (p. 200).

Se observarmos a fórmula da metáfora paterna, tal como Lacan a apresenta no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1958a), vemos que aquilo que o pai potente tem e passa é o falo – enquanto significação possível para o significante da falta do Outro [S(A)].

Figura 6 – Metáfora Paterna

$$\frac{\text{N.P.}}{\text{D.M.}} \quad \frac{\text{D.M.}}{x} \longrightarrow \text{N.P.} \left(\frac{A}{\Phi} \right)$$

Em outras palavras, o falo do qual o pai é portador fará uma suplência simbólica à falta representada pelo enigma (x) do desejo da mãe. Nesse momento da teoria, é a mãe desejante de falo (uma mãe histérica, em termos freudianos) que instaura o pai real como agente da castração. Assim, retomando os comentários que fiz sobre o Seminário IV, eu diria que o que passa na metáfora paterna é a significação fálica, como no passo-de-sentido, quando Lacan se refere ao chiste.

Mas, se cabe ao pai transmitir o falo simbólico enquanto o que faz suplência à falta de objeto do desejo, cabe, entretanto, ao sujeito recebê-lo. Quanto a isso, Lacan é bem claro: “Vocês sempre constatarão, na experiência, que o *sujeito posicionou-se de uma certa maneira*, num momento de sua infância, quanto ao papel desempenhado pelo pai no fato de a mãe não ter o falo” (grifo meu). Ou ainda, em relação ao segundo tempo do Édipo:

A fase a ser atravessada coloca o sujeito na situação de *escolher*. Ponham também esse escolher entre aspas, porque o *sujeito é tão passivo quanto ativo nisso*, pela simples razão de que não é ele quem manipula as cordinhas do simbólico. A frase foi começada antes dele, foi começada por seus pais. (SV:1957-58, p. 191-192, grifo meu)

O que implica, portanto, esse consentimento do sujeito em receber a lei do pai? Abre-se aqui uma importante discussão a respeito da escolha do sujeito, não obstante a determinação significante dada pela estrutura⁶⁰.

Conforme avança em sua elaboração teórica, Lacan vai tornando cada vez mais precisa a questão sobre a determinação do sujeito e sua relação ética com a margem de liberdade do sujeito na estrutura, e que posteriormente será tratado no plano da “causação do sujeito”. Esse trabalho, como sabemos, irá levá-lo, anos mais tarde, a conceber o conceito de objeto *a*.

CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: A DIALÉTICA DO DESEJO

Pois em Hegel, é ao desejo, à *Begierde*, que compete a responsabilidade pelo mínimo de ligação que o sujeito precisa guardar com o antigo conhecimento, para que a verdade seja imanente à realização do saber. A astúcia da razão significa que o sujeito, desde a origem e até o fim, sabe o que quer. É aí que Freud reabre, na mobilidade de onde saem as revoluções, a junção entre verdade e saber. Pois nela se vincula o desejo ao desejo do Outro, mas nesse circuito reside o desejo de saber. (Lacan, 1960c, p.817)

Há uma grande controvérsia sobre a partir de que momento Lacan começa a utilizar-se da topologia em sua obra. Existe, entretanto, um acordo geral sobre o chamado “grafo do desejo” que começa a ser construído no Seminário V e conclui-se no Seminário VI: *O desejo e sua interpretação* (1958-59) e no texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo” (E:1960c)⁶¹. Com a construção do grafo, pode-se verificar um deslocamento da

60 Essa questão será tratada em seus pormenores no capítulo 4, “A insondável decisão do ser e o tempo”.

61 O próprio Lacan chama o grafo de “pequena superfície topológica” na primeira aula do Seminário sobre a angústia (1962).

constituição do sujeito para uma formalização sincrônica e o início de uma topologia do sujeito que passa, entretanto, por uma dialética. No Seminário V verifica-se uma transição para uma formulação topológica que torna indissociáveis as categorias de espaço e tempo. Notadamente a partir do Seminário VI, Lacan não mais menciona os tempos do Édipo, como o fizera nos Seminários IV e V.

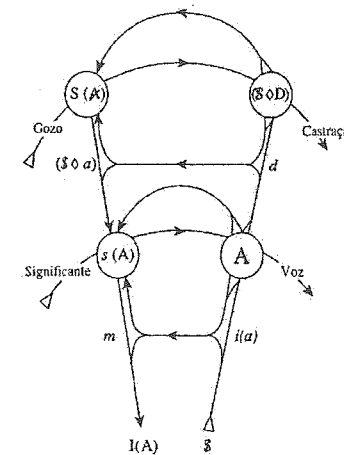
As famosas frases de Lacan “o inconsciente é o discurso do Outro” e “o desejo é desejo do Outro” (grifo meu) remetem diretamente à questão da determinação:

Pois aí se vê que a insciência que o homem tem de seu desejo é menos insciência daquilo que ele demanda do que insciência a partir da qual ele deseja. E é a isso que corresponde nossa formulação de que o inconsciente é discurso do Outro, onde se deve entender o ‘de’ no sentido do ‘de’ latino (determinação objetiva). Mas acrescentando também que o desejo do homem é o desejo do Outro, onde o ‘de’ fornece a determinação chamada pelos gramáticos ‘subjativa’, ou seja, é como Outro que ele deseja. (E:1960c, p. 829)

O “grafo do desejo” será um esforço de formalizar – a um só tempo – essas duas determinações, sem as quais não se pode conceber uma teoria do sujeito em psicanálise: por um lado, temos que levar em conta a determinação objetiva que se refere à lei da linguagem, que é universal e constituinte do inconsciente; por outro, temos a determinação subjetiva que remete à posição do sujeito e sua estratégia particular de desejo⁶².

62 A partir do Seminário V, Lacan inicia a construção do grafo, que se apresentará sob várias versões. Aqui será apresentada a versão final do grafo, tal como aparece no texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo” (E:1960c).

Figura 7 – Grafo do desejo completo



Para a construção inicial do grafo, Lacan partiu de sua clássica articulação do inconsciente freudiano com a cadeia de significantes. A estrutura do sujeito remete, por sua vez, a um corte dessa cadeia que ele nomeia “descontinuidade do real”: “O eu (*Je*) advém como sujeito que se conjuga pela dupla aporia de uma substância verdadeira que se abole de seu saber e de um discurso onde é a morte que sustenta a existência” (Lacan, E:1960c, p. 816). Há uma explícita referência à metáfora freudiana do retorno ao inanimado, “a margem além da vida que a linguagem assegura ao ser pelo fato de que fala” (p. 817). Assim, é pela linguagem que o ser se engaja em uma posição de sujeito cuja relação com o desejo será definida a partir dessa articulação pelo significante.

Observa-se, assim, uma simultaneidade entre os dois eixos que estarão sempre presentes no grafo: o diacrônico (que se refere ao deslizamento da cadeia) e o sincrônico (que se refere ao corte). O cruzamento desses dois eixos é chamado *point*

de capiton, definido como “o ponto pelo qual o sujeito para o deslizamento antes indefinido da significação” (p. 820). Os diversos planos do grafo, portanto, não podem ser vistos como sucessões no tempo, mas como simultaneidades presentes na posição do sujeito que aparece na diacronia da fala. Nesse sentido, o grafo refere-se ao sujeito neurótico – submetido á castração, e cujo desejo está regulado pela fantasia.

No primeiro patamar do grafo, verifica-se a dependência da identificação imaginária à cadeia significante. Assim, pode-se apreender que não há uma anterioridade do eu (imaginário) em relação ao significante. Nesse momento, Lacan ainda opera com a distinção entre o Eu (*Je*) do discurso e o eu (*moi*), sendo este uma metonímia da significação do primeiro. O circuito imaginário que representa a identificação do eu ao outro semelhante oculta a identificação primeira ao traço.

Ainda no texto “Subversão do sujeito” (E:1960c), a noção de traço unário – extraída da expressão freudiana *einzigster Zug*⁶³ – é retomada para articular a incidência do significante que aliena o sujeito na identificação primeira que tem um efeito duplo: a formação do Ideal de eu [I(a)] e a imagem que se fixa no eu ideal [i(a)].

Simultaneamente à formação do eu como metonímia da significação do sujeito, verifica-se outro efeito da determinação significante: lá onde a demanda se desgarra da necessidade – pelo fato de ter que forçosamente passar pelo desfile dos significantes – esboça-se o desejo. Daí Lacan extrai a consequência importantíssima de que “a sexualidade leva o rastro de uma rachadura pouco natural”, o que remete evidentemente ao conceito freudiano de pulsão. No terceiro plano de desdobramento implicado pela determinação objetiva, portanto, encontram-se as modalidades pulsionais do sujeito (oral, anal,

63 Esse conceito será retomado por Lacan de modo detalhado no Seminário IX: *A identificação* (1961-62), que será comentado na próxima parte deste trabalho.

etc.), articuladas pela demanda (\$ $\mathcal{D}$). Se o lugar do Outro (A) como moinho de palavras corresponde, no inconsciente, ao lugar da demanda, o instante metafórico de significação [s(a)] corresponderá, nesse nível, à ausência de significação ou ao significante de uma falta no Outro [S($\mathcal{A}$)]. No terceiro patamar do grafo, portanto, o ponto da mensagem faz aparecer no Outro uma falha do significante para revelar o ser.

No nível do desejo, a falha do significante é significada pelo neurótico como castração, produzindo – como vimos anteriormente – o significante fálico como operador estrutural que simboliza a interdição ao gozo, fazendo de uma impossibilidade estrutural uma proibição. Assim, a castração rege o desejo como uma defesa de ultrapassar um limite no gozo, e a angústia aparece como o afeto mediador entre desejo e gozo. Em outro nível, a resposta do sujeito neurótico é a fantasia enquanto tentativa de calcular o gozo perdido ao falar ou, subjetivamente, medir a falta de ser.

O esforço de formalização implicado no grafo do desejo consiste num avanço fundamental para pensarmos a questão da estrutura em termos de uma constituição subjetiva. Certamente, quando Lacan faz menção ao termo constituição, está se opondo à ideia de um sujeito inato que remeta a uma materialidade biológica. Coerente com as teses baseadas no pensamento marxista de excentração social do sujeito, Lacan propõe um sujeito causado pela materialidade excêntrica do significante.

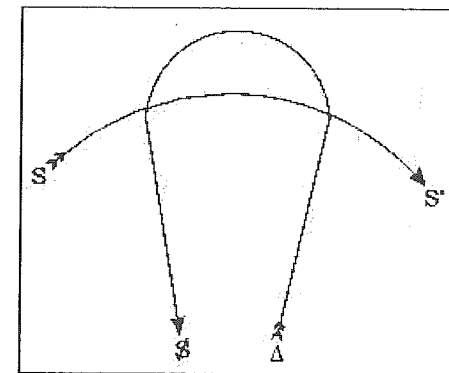
Os múltiplos sentidos do verbo “constituir” – “arvorar-se”, “formar-se”, “criar-se”, “aparecer aos olhos de muitos como”, “nomear”, “eleger” – implicam justamente essa passagem de algo que não existia num dado momento e que passa a existir a seguir. O substantivo “constituição”, por sua vez, refere-se ao “ato, processo ou efeito de constituir”, mas também ao “conjunto dos elementos que constituem algo, composição” (Houaiss, 2001, p. 813). O problema epistemológico, que a psicanálise com a descoberta do inconsciente colocá, é o de

como conceber o arvorar-se de um sujeito que, embora não tenha outra consistência que não lógica, deve ser pensado, entretanto, a partir de uma materialidade: trata-se de um sujeito subvertido. Já pudemos acompanhar como, à medida que Lacan não concebe a linguagem como representação da natureza, propondo que “o significante é o que representa um sujeito para outro significante”, é possível pensar uma subjetividade que emerge dessa cadeia. A presença da linguagem e o ato da fala implicam como efeito – simultâneo a outras funções possíveis – a emergência do sujeito do inconsciente.

Entendo a proposta de Lacan, coerente com essas reflexões, da seguinte forma: a partir de um conjunto de elementos dado pela estrutura – estrutura esta, note-se, que é furada, já que ela implica uma falta do significante para nomear a si mesmo –, há um ato que constitui um sujeito. Este sujeito, que só pôde ser constituído a partir do lugar do Outro (o tesouro dos significantes), deverá, por sua vez, construir sua relação objetiva com a realidade (as famosas relações de objeto) a partir de sua matriz fantasmática (ou seja, de sua subjetividade).

O grafo do desejo é, desta forma, uma síntese das ideias de Lacan até esse momento de seu ensino, e parece já anteciper de modo extraordinário algumas formulações posteriores. Qual seria, então, o conjunto de elementos necessários ao ato que constitui esse sujeito? Em primeiro lugar, a estrutura fundamental da cadeia significante, que implica necessariamente uma diacronia, ou seja, uma sucessão temporal que tende ao infinito. Por isso, o eixo diacrônico não basta para a articulação subjetiva, já que haveria aí uma fuga eterna de sentido. É preciso, portanto, incluir aí, além do princípio da sucessão, aquele da escansão. A partir desses dois princípios, Lacan propõe que se opere com a bateria mínima de dois significantes (os elementos mínimos da estrutura). Do encontro do ser de necessidade com esses elementos mínimos é que se constitui o sujeito.

Figura 8 – Grafo do “encontro com a linguagem”



Em relação a esse ponto de encontro com a linguagem (o lugar do Outro), Lacan dirá na primeira aula do Seminário VI:

É porque o sujeito se dirige a um sujeito ao qual sabe falando, ao qual ouviu falar [...] É porque tem algo que jogar como jogo significante, como moinho de palavras, que o sujeito deve aprender bem cedo que esta é uma via estreita por onde devem submeter-se todas as manifestações das necessidades para serem satisfeitas. (SVI:1958-59)

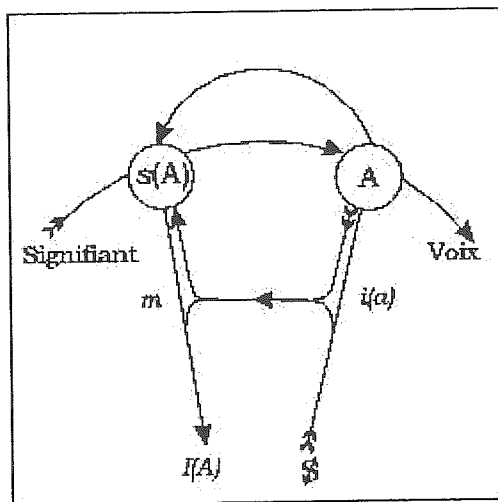
O moinho de palavras, como deixa bem claro Lacan, não tem a ver com o código, mas com a suposição de uma significação: a criança não tem que saber *a priori* o significado das palavras para entrar na linguagem; daí a importância da distinção que Lacan propõe entre signo (aquilo que representa algo para alguém) e significante (o que representa um sujeito para outro significante).

O ato do sujeito de aceitar ou não essa partida, esse jogo mínimo, será fundamental, já que, como vimos, o grafo refere-se ao sujeito neurótico. Ao entrar no sistema, o gozo, ob-

serve-se, fica de fora do mesmo: o gozo é interdito a quem fala. Embora esse seja um fato da estrutura e, portanto, valha para todo ser falante, independente da estrutura clínica, o que Lacan vai articular no grafo do desejo é o modo particular como o neurótico subjetiva, com a fantasia, essa falta estrutural. Ao aceitar a submissão ao significante, o sujeito a um só tempo descompleta o Outro e conta-se a si mesmo como falta a ser. Aqui Lacan faz um comentário importantíssimo sobre a psicose: o psicótico contentar-se-ia com esse Outro prévio, cujo lugar consistiria numa combinatória cujo esgotamento é possível – daí toda a problemática da constituição subjetiva na psicose, já que o sujeito deve justamente descompletar essa combinatória “por ter, ao mesmo tempo, que se contar ali e desempenhar uma função apenas de falta”.

Assim é que, no grafo, o sujeito barrado se transpõe de sua extremidade para sua partida. Ao topar a partida, o sujeito tem que se haver com a mensagem que se afirma num jogo retroativo (*après-coup*).

Figura 9 – Primeiro patamar do Grafo do desejo



Trata-se da identificação primária, marca de sua relação com o Outro, tal como aparece no Seminário VI: “Não é sequer necessário que a criança fale ainda para que essa marca, posta pela demanda sobre a necessidade se exerça no nível dos gritos alternantes” (SVI:1958-59). Na segunda aula desse mesmo Seminário, em 1958, ele afirma que “a mãe, como onipotente, não fornece apenas o seio, mas o signo”. Do mesmo modo, em “Subversão do sujeito”, em 1960, coloca: “O dito primeiro decreta, legifera, sentencia, é oráculo, confere ao outro real sua obscura autoridade” (E:1960c, p. 820). O traço unário, como vimos, é aqui colocado como o significante insígnia desse fantasma de onipotência do Outro, o qual deverá ser refreado pela lei.

Todos os desdobramentos posteriores que encontramos no grafo são desdobramentos lógicos que remetem ao que Lacan chamou *dialética do desejo*: “O sujeito em cada etapa transforma-se naquilo que era, e só se anuncia ‘ele terá sido’ no futuro anterior” (p. 820).

A apresentação dessa lógica no Seminário VI é notável, e Lacan o demonstra articulando suas consequências sucessivas para o sujeito: nessa experiência de linguagem “há chamado ao outro como presença, sobre o fundo de um sentido de ausência”. Aí está implicado o primeiro encontro com o desejo enquanto desejo do Outro, que – sob a forma do enigmático *Che vuoi?* – representa a aparição do superego em sua vertente do imperativo contido no Ideal do eu: “Ante a presença primitiva do desejo do Outro como obscuro, o sujeito está sem recurso”. Trata-se, nesse encontro com o obscuro desejo do Outro, da experiência traumática em relação à qual o sujeito terá que se defender. É a relação imaginária que permite ao sujeito remediar a posição indefensável em relação ao desejo do Outro: por um lado, o sujeito se defenderá – como já vimos – com seu eu; por outro, com sua fantasia – “lugar de saída, de referência por onde o desejo vai aprender a situar-se” (SIV:1958-59, aula 1) –, que regula a estratégia do desejo.

O sujeito neurótico, portanto, é aquele que identifica a falta do outro à sua demanda, demanda esta que toma função de objeto em sua fantasia para ocultar a angústia provocada pelo desejo do Outro.

... o momento de um fading ou eclipse do sujeito, estreitamente ligado à *Spaltung* ou fenda que ele sofre por sua subordinação significante. Isso é o que simboliza a sigla (\$*a*), que introduzimos sob a forma de um algoritmo que, não por acaso, rompe o elemento fonemático constituído pela unidade significante até seu átomo literal. É que ele é feito para permitir um sem-número de leituras diferentes, multiplicidade admissível desde que o falado continue preso à sua álgebra⁶⁴.

No texto “Subversão do sujeito”, Lacan já anuncia certas articulações que prenunciam a construção do conceito de objeto *a*. Essas articulações dizem respeito exatamente a essa relação do sujeito com o objeto no nível da fantasia:

A própria delimitação da ‘zona erógena’ que a pulsão isola do metabolismo da função é obra de um corte que se beneficia do traço anatômico de uma margem ou uma borda: lábios, ‘cerca dos dentes’, borda do ânus, sulco peniano, vagina, fenda palpebral e até pavilhão da orelha. Observe-se que esse traço do corte é não menos evidentemente preponderante no objeto descrito pela teoria analítica: mamilo, cíbalo, falo, fluxo urinário. (Lista impensável, se não lhe forem acrescentados, conosco, o fonema, o olhar,

64 Essa questão que é fundamental para que seja possível acompanhar os avanços de formalização realizados por Lacan, que dizem respeito justamente a esses dois elementos – o fonemático e o álgebra –, é trabalhada no artigo de Luiz Carlos Nogueira, Helena Bicalho e Jair Abe, “As duas vertentes clínicas: significante e objeto *a*” (1994): “A formalização alcançada pelo escrito matemático nos autoriza a pensar o escrito psicanalítico ao redor das letras – S1, S2, \$, *a* –, pois a articulação S1-S2 remete ao plano sintático, enquanto que \$ e *a* remetem ao plano semântico da direção do tratamento” (p. 342).

a voz – o nada.) Pois porventura não vemos que a característica ‘parcial’, justificadamente acentuada nos objetos, não é aplicável por eles serem parte de um objeto total, que seria o corpo, *mas por só representarem parcialmente a função que os produz?* Traço comum a esses objetos em nossa elaboração: *eles não têm imagem especular ou, dito de outra maneira, alteridade.* Isso é o que lhes permite serem o ‘estofo’, ou, melhor dizendo, o forro, sem, no entanto, serem o avesso do próprio sujeito tomado por sujeito da consciência. Pois esse sujeito, que acredita poder ter acesso a si mesmo ao se designar no enunciado, não é outra coisa senão um objeto desse tipo. Perguntem ao angustiado com a página em branco, e ele lhes dirá quem é o excremento de sua fantasia, (E:1960c, p. 831-832, grifo meu)

EXTRAÇÃO DO OBJETO: A TOPOLOGIA DA FANTASIA

Aquilo em direção a que hoje vou conduzi-los é a uma consideração não da origem, mas da posição do sujeito. (Lacan, J. 1962)

Os avanços teóricos ocorridos ao longo do ensino de Lacan, sobretudo a partir do conceito de objeto *a*, que ele considera, modestamente, sua única criação na psicanálise, promoveram uma transformação bastante relevante exatamente quanto à questão da relação sujeito/objeto na psicanálise. No Seminário XI (1964a), dedicado aos quatro conceitos fundamentais da psicanálise (inconsciente, transferência, pulsão e repetição), Lacan dirá que “a verdade do sujeito, mesmo quando ele está em posição de mestre, não está nele mesmo, mas [...] num objeto velado por natureza” (p.13).

A constituição do sujeito é, portanto, retomada em termos de uma topologia radical (a que Lacan chamará *posição do sujeito*), que resulta de duas operações lógicas articuladoras da relação do sujeito com o Outro: a alienação e a separação, tal como Lacan o formula no Seminário XI. Note-

-se que o conceito de objeto *a* definido logicamente como *objeto causa de desejo* – que irá, inclusive, retomar a questão da determinação do sujeito pela via da questão da causa – foi formalizado no ano anterior, quando Lacan proferiu o Seminário dedicado à angústia. A partir daí, podemos acompanhar uma reformulação bastante importante nas proposições lacanianas acerca da constituição do sujeito, sobretudo no que se refere ao lugar da castração simbólica. O rastro teórico, entretanto, que permitirá a formulação do conceito de objeto *a* pode ser seguido de modo mais evidente se o tomarmos a partir do Seminário sobre *A identificação* (SIX:1961-62), momento em que Lacan, embora ainda o nomeie “objeto do desejo”, já está esboçando as condições de sua sustentação puramente lógica e topológica na medida em que tal objeto não pode mais ser confundido com o outro imaginário.

Nesse Seminário, Lacan retoma – pela via da função da identificação no ser humano – a questão sobre qual é o estatuto do sujeito do qual trata a psicanálise e como ele se constitui. Trata-se, como ele anuncia, de uma via lógica que se passa essencialmente no nível da estrutura. Na aula de 20/12/1961, ele explicita sua proposta de trabalho, indagando: onde está o sujeito? Estaria na individualidade radical real ou no próprio jogo significante, sendo apenas “sujeito do discurso, arrancado de alguma forma da sua imanência vital”? Seu projeto, então, será o de mostrar “como se articula a função do sujeito em algum lugar que não seja em um ou outro desses polos, mas jogando entre os dois”. Ou, como ele explicita: “É nesse abraço estrutural de alguma coisa inserida radicalmente na individualidade vital com a função do significante que nós estamos na experiência analítica”.

Acompanhamos, assim, todo o esforço de Lacan no sentido de dar consistência ao conceito de real e articular os efeitos do aparecimento do significante no real. Ele o fará

retomando os três tipos de identificação tal como Freud o propõe em 1921 no capítulo sétimo de “Psicologia das massas e análise do eu”: o primeiro remeteria à identificação ao pai pela via da incorporação, tal como ele havia apresentado em “Totem e tabu” (1912-13); o segundo refere-se à identificação ao traço (*einzigster Zug*), como no caso da tosse de Dora; e o terceiro seria a identificação típica das massas, decorrente do fato de os indivíduos colocarem um mesmo objeto exterior no lugar de Ideal do eu.

O objetivo de Lacan é elaborar as leis da identificação significativa diferentemente da identificação imaginária do estádio do espelho. Ele propõe, então, a retomada desses tipos de identificação numa lógica temporal implicada na topologia⁶⁵, já que a gênese do significante é agora reformulada a partir da noção de corte: “O significante é o corte, e o sujeito e sua estrutura, trata-se de fazê-lo depender disso”. É a “inserção do significante no real: é porque o real nos apresenta superfícies⁶⁶ naturais que o significante pode entrar nele” (aula de 30/5/1962). Esse momento original de corte corresponde à gênese do traço unário (*einzigster Zug*) que, por remeter à unidade distintiva (*Einzigkeit*) – diferentemente do *einheit*, que é a unidade unificante da totalidade da qual trata a filosofia –, faz aparecer a gênese da diferença. Lacan utiliza-se do famoso paradoxo de Russel⁶⁷ para

65 Essa relação entre o tempo e o espaço é tratada por Marc Darmon no prefácio de seu livro *Ensaio sobre a topologia lacaniana* (1994), a partir da frase de Freud *Wo Es war, soll Ich werden*: “Lá onde isso estava, pode-se dizer, lá onde se estava, deveremos fazer com que se entenda, é meu dever que eu venha a ser. Lacan traduz assim a frase de Freud, mostrando que esse lugar é um lugar de ser, um lugar de *ex-sistência* [...] Ele deve se reconhecer em seu lugar, lá onde seu desejo se articula, ou seja, reconhecer no Outro esse buraco deixado pelo recorte do objeto. Essa operação implica uma topologia mais sutil que a simples oposição entre exterior e interior, o sujeito está no Outro em exclusão interna [...] esse sujeito não está mais lá senão sob a forma de traço, lá onde se está, deixando uma vacuidade para o sujeito a advir” (p. 7).

66 Para a Topologia que é a ciência que estuda as propriedades fundamentais e invariantes das figuras, as superfícies são tomadas como “espaços topológicos”.

67 Nicola Abbagnano (1979) em *História da Filosofia* – vol XIII explica o paradoxo de Russel: “a classe de todas as classes que não se contém a si próprias como elementos (chamemos-lhe K) é ou não um elemento de si mesma? Se K está contido em si mesmo,

questionar o princípio de identidade aristotélico, já que o significante define-se por não ser idêntico a si mesmo, ou seja, por sua distinção: “É enquanto pura diferença que a unidade em sua função significante se constitui”. A esse respeito, Lacan afirma que “o *einzigster Zug* é o que dá sustentação a essa função (significante), seu valor, seu ato e seu princípio [...] É o significante que decide, é ele que introduz a diferença como tal no real” (aula de 06/12/1961). Ao contrário do significante, portanto, o real é o que retorna sempre no mesmo lugar.

Será esse *traço unário* que dará sustentação a toda a cadeia de significantes que a partir desse momento inaugural constitui o “coração falante do sujeito que chamamos de inconsciente” (10/1/1962): “O sujeito se constitui ou não como portador desse traço unário” (28/2/1962). Lacan retoma aqui as três modalidades da falta trabalhadas no Seminário IV (privação, frustração, castração) com uma nova articulação lógica⁶⁸. A privação – que deve ser definida como um objeto que falta em seu lugar – passa agora a ser indissociável da função do sujeito que a introduz:

É porque há um sujeito que se marca a si mesmo ou não com um traço unário, que é 1 ou -1, que pode haver um -a [...] Só o sujeito pode ser esse real negativizado por um possível que não é real. O -1 constitutivo do *ens privativum*, nós o vemos ligado à estrutura mais primitiva de nossa experiência inconsciente. (aula de 28/02/1962)

A privação enquanto primeiro passo que constitui o sujeito como *rejeição original* só poderá ser significada *a posteriori*, a par-

conterá uma classe que se contém a si própria como elemento e, portanto, não será ‘a classe das classes que não se contém a si mesmas como elementos’. Se K não está contido em si mesmo, entra assim na coleção das classes que não se contém a si próprias como elementos e deverá portanto estar contido em si mesmo. Em qualquer dos casos, obtém-se uma contradição.” (p.251).

68 Mais uma vez, sublinhamos aqui ao fato de que, nos anos 1950, Lacan estava se referindo à lógica do significante a partir da estrutura da linguagem, enquanto a partir dos anos 1960, trata-se da lógica dos conjuntos e da estrutura matemática.

tir da dimensão da *frustração* que introduz o eu como imagem fundadora do desejo. Essa é a consequência lógica do fato de que o simbólico (aqui colocado como o Outro e o discurso) já está aí desde sempre. Assim, a subjetividade deve passar necessariamente por esse desvio do Outro chamado “demanda”:

Nessa relação primeira do sujeito naquilo que ele projeta atrás de si *nachtraglich* apenas pelo fato de se engajar por sua fala, a princípio balbuciante, depois lúcida, até mesmo confusional, no discurso comum, o que ele projeta atrás do seu ato, é aí que se produz esse algo em direção ao qual temos a coragem de ir, para interrogá-lo em nome da fórmula *wo es war, soll ich werden*. (aula de 17/01/1962)

Lacan sustenta que a constituição do sujeito seja indissociável da função da demanda, sendo a *pulsão* – desde que articulada em um esquema gramatical – a primeira modificação do real em sujeito. A partir daí, pode-se apreender a aparente contradição entre diferença e repetição, já que a mesmice da pulsão se inscreve sempre como distinta. Para tentar representar esse aparente paradoxo, Lacan recorre à topologia do toro. Trata-se de uma estrutura esburacada, ou seja, círculos plenos que dão a volta em torno do buraco – batizado por ele “nada fundamental” –, inaugurando, desse modo, uma distinção entre interno e externo. Lacan pretende demonstrar que a estrutura do toro é equivalente à do sujeito:

Na medida em que o sujeito percorre a sucessão das voltas, ele necessariamente se enganou de um na sua conta, e vemos aqui reaparecer o -1 inconsciente, em sua função constitutiva [...] A volta que ele não pode contar é a que ele faz ao fazer a volta do toro.

Eis, portanto, a propriedade estrutural do sujeito:

... ainda que ele tenha dado só uma volta, ele simplesmente deu duas, a saber: a volta do círculo pleno do toro e, ao mesmo tempo, a volta do círculo vazio; e que, assim, essa volta que falta na conta é justamente isso que o sujeito inclui nas necessidades de sua própria superfície [...] que a subjetividade não poderia apreender senão por meio de um desvio: o desvio do Outro. (aula de 07/03/1962)

Figura 10 – Toro (Demanda e desejo)

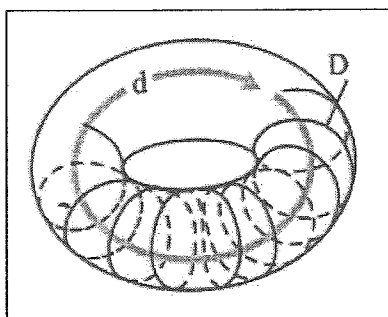
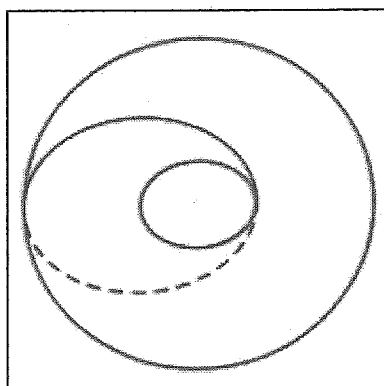
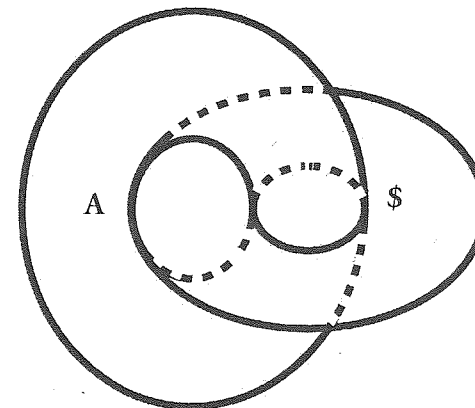


Figura 11 – Toro com “oito interior”



Na medida em que esses uns da demanda devem desviar-se necessariamente pelo Outro e, ao mesmo tempo, na proporção da impossibilidade estrutural do Outro para responder à demanda, se constrói o vazio do desejo: “O desejo para o sujeito é esse algo que ele tem que constituir no caminho das demandas” (aula de 28/03/1962). Esse é o sentido que ganha a *castração* nesse momento do ensino de Lacan, ou seja, que a própria impossibilidade no nível do Outro torna-se o objeto do desejo do sujeito na fantasia. É essa dependência do desejo neurótico – esse alguém “que se engaja como sujeito” – em relação à demanda do Outro que Lacan propõe representar com o “abraço simbólico dos dois toros”: “... a demanda do sujeito corresponde ao objeto *a* do Outro e o objeto *a* do sujeito torna-se a demanda do Outro [...] O que o neurótico visa, como objeto, é a demanda do Outro; o que o neurótico demanda é *a*, o objeto do Outro” (aula de 30/05/1962).

Figura 12 – Entrelaçamento dos Toros (\$ e A)



A castração, então, implica uma conclusão lógica por parte do sujeito de algo que já estava antecipado na estrutura desde o início, já que o Outro enquanto significante da lei e suporte

do desejo apresenta-se como metáfora da interdição: “Dizer que o Outro é a lei ou que é o gozo enquanto proibido é a mesma coisa”. O falo é aqui articulado como o *medium* entre a demanda e o desejo; é ele que dá a medida desse campo da demanda que “humaniza pela lei o modo de relação do desejo com seu objeto” (aula de 30/05/1962). Lacan introduz a expressão *função fálica*, que diz respeito à castração original, para designar exatamente esse momento da constituição do objeto:

É enquanto o significante tem de redobrar seu efeito ao querer se designar a si mesmo que o sujeito surge como exclusão do próprio campo que ele determina, não sendo, então, nem aquele que é designado, nem aquele que designa, não obstante o ponto essencial: que isso só se produz em relação com o jogo de um objeto, primeiro como alternância de uma presença e de uma ausência [...] Sem dúvida, falamos de um objeto oral, anal etc. [...] mas esse objeto não permanece como objeto da necessidade. É pelo fato de ter sido tomado no movimento repetitivo da demanda, no automatismo de repetição que ele se torna objeto do desejo [...] É justamente nesse momento que o seio real se torna não objeto da alimentação, mas objeto erótico [...] É justamente porque o objeto se torna reconhecível como significante de uma demanda latente que ele toma valor de um desejo que é de um outro registro [...] É o fato dessa transmutação que se trata de apreender, *o fato dessa transmutação é a função do falo*. (aula de 03/05/1962)

Assim, a função do objeto *a* na dinâmica psíquica é estruturar o processo progressivo-regressivo que constitui a relação do sujeito com sua realidade psíquica. Nas últimas aulas do Seminário sobre a identificação, Lacan esboça a elaboração lógica do que ele chama “objeto constitutivo do ser humano”, definido aqui como objeto da castração⁶⁹. A castração

69 Na aula de 20/06/1962, Lacan chama o objeto *a* “objeto lacaniano”.

é colocada – para usar a expressão de Lacan – no coração da estrutura, já que ela ordena e constitui o mundo como objetual, justamente no ponto onde a significação falha. Essa relação do sujeito do inconsciente com o objeto do desejo será, então, sustentada pela fantasia fundamental, definida como a “fórmula da organização subjetiva”, já que é a partir dessa ligação paradoxal entre *\$* e *a* em função do corte estrutural que se pode constituir a realidade. Com efeito, a realidade fantasmática – embora encoberta pelo engodo da imagem narcísica que forja uma totalidade especular lá onde está presente um objeto não especularizável – orienta a história do sujeito a partir desse *ponto secreto* da fantasia.

O esforço de formalização e construção conceitual elaborado por Lacan em seu Seminário sobre a identificação será plenamente realizado nos dois Seminários subsequentes: *A angústia* (1962-63) e *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964a). Como já havíamos mencionado, esse início da década de 1960 gera uma modificação fundamental da teorização lacaniana a respeito da constituição do sujeito e sua determinação, tal como fica claro nessa afirmação: “Todo o corte do sujeito, aquilo que no mundo o constitui como separado, como rejeitado, lhe é imposto por uma determinação não mais subjetiva, indo do sujeito para o objeto, mas objetiva, do objeto para o sujeito” (SIX:1961-62, aula de 23/05/1962).

Evidentemente, a determinação objetiva em questão não diz respeito aos objetos da *realidade material*, mas ao objeto *a*, que no Seminário sobre a angústia (mais especificamente na aula de 16/01/1963) será finalmente chamado, exatamente por essa razão, “objeto causa de desejo”. Lacan comenta nessa aula as dificuldades que a noção de causa produziu nos progressos da epistemologia, tanto no que se refere às possíveis reduções às causas físicas quanto às metafísicas. Ele pretende, com isso – “à luz da nossa ciência” –, restabelecer o estatuto justo da causa. Assim, ele afirma:

O objeto *a* deve ser concebido por nós como causa do desejo [...] Essa função do objeto, na inovação topológica estrutural que ela exige, seria perfeitamente sensível nas formulações de Freud, e notadamente naquelas concernentes à pulsão [...] Por um lado, há a oposição expressa dos dois termos äusseres, externo, exterior, e inneres, interior. É determinado que o objeto deve situar-se no exterior e, por outro lado, que a satisfação da tendência só consegue realizar-se na medida em que ela se reúne com alguma coisa que deve ser considerado no interior do corpo. É aí que ela encontra sua *Befriedigung*, sua satisfação [...] O que eu introduzi como função topológica serve para formular que o que convém introduzir aqui para resolver esse enigma é a noção de um exterior antes de uma certa interiorização; do exterior que se situa aqui em a antes que o sujeito, no lugar do Outro, se apreenda [...] É a esse exterior, a esse lugar do objeto antes de toda interiorização, que essa noção de causa pertence. (SX:1962-63, aula de 16/01/1963)

Ao deslocar a questão da determinação para a noção de “causa”, Lacan cria um novo conceito que permite avançar em relação ao paradoxo entre objetividade e subjetividade que, como vimos, acompanhou todas as suas articulações sobre a “constituição do sujeito” desde a década de 1940. Esse conceito, que é correlato ao objeto *a*, é a “objetividade”: “O *a*, o objeto dos objetos, objeto para o qual nosso vocabulário promoveu o termo de objetividade na medida em que se opõe ao de objetividade” (aula de 08/05/1963, grifo meu).

Essa “tripa causal” que é o objeto *a*, Lacan tratará de mostrar como se forma. A revisão sobre a constituição do sujeito operada por Lacan no Seminário X aponta para uma “estruturação irreduzível” que implica o surgimento de algo no campo do objeto – em termos de uma topologia que se expressa nas operações de alienação e separação. Trata-se do corte operado pelo significante, que acarreta a *extração do objeto a*: o sujeito, diz Lacan, “se inscreve como um quociente, ele é marcado

pelo traço unário do significante no campo do Outro. Há um resto, no sentido da divisão, um resíduo. Este resto é o *a*”:

Figura 13 – Esquema da divisão subjetiva I

A	S
\$	$\bar{A}$
<i>a</i>	

Entretanto, na aula do dia 06/03/1963, Lacan opera uma inversão em relação à primazia do objeto em relação ao sujeito:

Figura 14 – Esquema da divisão subjetiva II

A	S
<i>a</i>	$\bar{A}$
\$	

Essa primazia indica, como esclarece Lacan, que na relação constitutiva do sujeito mítico com o Outro, há um irreduzível do sujeito:

O *a* é justamente o que representa o sujeito de modo real e irreduzível. Neste resto, então, enquanto é a queda da operação subjetiva, digamos, reconhecemos nele, estruturalmente, em uma análise calculadora, o objeto perdido; é com isso que lidamos, por um lado no desejo, por outro na angústia. Defrontamo-nos com isto na angústia, logicamente, anteriormente ao momento em que nos defrontamos com isso no desejo.

A angústia, portanto, tem exatamente uma função mediadora entre gozo e desejo, como explicita Lacan na aula de 13/03/1963. Assim, a angústia é o sinal da antecipação do sujeito do desejo que emerge frente ao enigma demanda do desejo do Outro. É a isso que Lacan chama “castração original”, que constitui o objeto *a* por intermédio do desejo do Outro. “A angústia vem, portanto, constituir-se, tomar lugar numa relação além deste vazio de um tempo primeiro, se posso dizer, da castração”. E é por isso, diz Lacan nesta mesma aula, “que o sujeito tem somente um desejo quanto a esta castração primeira: retornar a ela”.

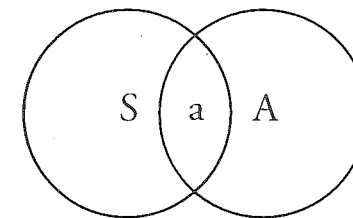
O ponto fundamental, portanto, que Lacan está fazendo avançar nesse Seminário com o conceito de objeto *a* é o de que é o próprio sujeito quem cai como objeto ao se constituir. É a esse momento de castração original que se relaciona a angústia primordial, momento em que, na hiância do desejo do Outro, o próprio sujeito cai como objeto perdido. No ano seguinte, no Seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964), Lacan afirma a esse respeito:

O sujeito traz a resposta da falta antecedente de seu próprio desaparecimento, que ele vem aqui situar no ponto da falta percebida no Outro. O primeiro objeto que ele propõe a esse desejo parental cujo objeto é desconhecido é sua própria perda – *Pode ele me perder?* A fantasia de sua morte, de seu desaparecimento, é o primeiro objeto que o sujeito tem a pôr em jogo nessa dialética, e ele o põe, com efeito. (SXI:1964a, p. 203)

De fato, no Seminário XI, Lacan dá mais um passo em seu esforço de formalização, a partir da teoria dos conjuntos e dos famosos “diagramas de Euler/Venn”. Os movimentos de alienação e separação – definidos como movimentos de “causação do sujeito” – são equiparados às operações lógicas de reunião e interseção⁷⁰.

70 Para acompanharmos o esforço de formalização realizado nesse momento por Lacan são imprescindíveis algumas noções elementares de teoria dos conjuntos. Tais noções são chamadas “conceitos primitivos”, e se referem às definições de conjunto, elemento e per-

Figura 15 – Esquema da “causação do sujeito”



A operação de alienação implica numa “escolha forçada” representada pelo “ou” (*vel*)⁷¹ da reunião, tal como Lacan ex-

tinência. Segundo Castrucci (1974), “a ideia de *conjunto* é intuitivamente a da linguagem comum, também dada pela palavra *coleção* e, às vezes, *classe ou sistema*” (p. 21). Os conjuntos são designados por letras maiúsculas. Os elementos “que se supõem sempre distintos dois a dois entre si serão indicados por letras minúsculas [...] Com o símbolo ‘C’ (devido a Peano), indicaremos a expressão ‘pertence a’” (p. 21). Outras definições fundamentais são as de conjunto vazio, que é o conjunto que não tem elemento (cuja notação é $\emptyset$) e a de conjunto-universo (U), que é “um conjunto ao qual pertencem todos os elementos com os quais estamos trabalhando” (p. 24). A partir dessas definições, é possível acompanharmos as operações entre conjuntos. A primeira delas é a *Reunião*: “Dados dois conjuntos A e B (subconjuntos de U), chama-se *reunião* de A e B ao conjunto constituído pelos elementos que pertencem a A ou a B” (p. 35). A notação para essa operação é $A \cup B$, que é igual a $\{x \in U / x \in A \vee x \in B\}$, onde $\vee$ representa o conectivo disjuntivo “ou”. Na reunião, portanto, os elementos pertencentes aos dois conjuntos não são contados duas vezes. A outra operação é a *Interseção*: “Dados dois conjuntos A e B (subconjuntos de U), chama-se *interseção* de A e B ao conjunto dos elementos que pertencem a A e a B” (p. 36). Em relação ao diagrama (tal como Lacan o utiliza), Castrucci esclarece que “tem a vantagem intuitiva da visualização das propriedades. No caso em que se usam somente círculos, são chamados de *Euler* ou *Venn*”.

71 Colette Soler, no texto “O sujeito e o Outro II” (1997), explica que há dois vel clássicos. O primeiro é o vel exclusivo: “Quando x é verdadeiro, y deve ser falso. E quando x é falso, y deve ser verdadeiro para que o vel seja satisfeito. No entanto, x e y não podem ser ambos falsos, nem ambos verdadeiros, pois nesse caso o vel não é satisfeito”. O outro tipo de vel é o da união, no qual ele pode também ser satisfeito quando x e y forem ambos verdadeiros. Dessa forma, esse vel não é exclusivo. “O terceiro vel que Lacan discute é um tanto raro, e ele vai associá-lo com sua expressão ‘escolha forçada’. É um vel em que, na realidade, tem-se muito pouca escolha, porque um dos dois termos é sempre excluído” (pp. 59-60), conforme o exemplo de Lacan: “A bolsa ou a vida?” Em se escolhendo a bolsa, perde-se ambos, só restando, portanto, uma alternativa.

põe no texto “Posição do inconsciente” (E:1964b): “Essa reunião é tal que o vel que dizemos da alienação só impõe uma escolha entre seus termos ao eliminar um deles, sempre o mesmo, seja qual for sua escolha”. Em relação à segunda operação, ele afirma: “A forma lógica que essa segunda operação vem modificar dialeticamente chama-se, na lógica simbólica, interseção [...] Por essa via, o sujeito se realiza na perda em que surgiu como inconsciente, mediante a falta que produz o Outro” (pp. 856-857).⁷²

A questão da “escolha”, bem como a da temporalidade incluída nessas operações, será debatida no próximo capítulo, “A insondável decisão do ser e o tempo”.

Considero importante, entretanto, para finalizar as elaborações aqui apresentadas e evidenciar a relevância desse avanço de formalização de Lacan – desde suas colocações relativas à “formação do eu” até as que se referem à “extração do objeto *a*” – retomar o caso Hans a partir dessas novas formulações conceituais. Como podemos situar a angústia de castração a partir da lógica das operações de alienação e separação? Lembremos da questão que havíamos colocado em relação ao caso, tal como ele foi trabalhado no Seminário IV: “Existe mesmo esse pai real que é capaz de cumprir plenamente sua função de converter em moeda simbólica a falta real da mãe insaciável?”

72 Helena Bicalho e Jair Abe, no texto “As estratégias da transferência: suas incidências da direção da análise com crianças” (1991), mostram que Lacan, ao utilizar os conectivos da lógica clássica (disjunção e conjunção) para escrever o matema da fantasia $\$a$, propõe uma correspondência entre o cálculo sentencial e a lógica das classes: “Ao nível da história da Lógica, é possível fazer uma articulação entre o cálculo sentencial, o diagrama de Venn e a teoria dos conjuntos. Este vazio que obtivemos por convenção ao nível de uma variação do diagrama de Euler-Venn reaparece ao nível da teoria dos conjuntos, através da construção dos números naturais proposta por Von Neumann. Nesta construção, é o conjunto vazio que define o zero, e a partir daí será parte da construção de cada número natural” ($0 = \emptyset$; $1 = \{\emptyset\}$; etc.). No uso heurístico desta operação, a interseção aparece na relação do sujeito ao Outro (...) como o vazio faz parte dos números naturais. É lá que desliza o desejo”.

Considero que o caso Hans seja precioso para pensarmos a relação entre a angústia e o objeto *a*, pela via da construção do objeto fóbico. Quais seriam as consequências dessas novas formulações para pensá-lo, considerando que pode ser considerado paradigmático da problemática edípica infantil?

Retomemos duas afirmações de Lacan, colhidas em momentos distintos de seu ensino:

1) Seminário IV: *A relação de objeto*: “A fobia não é de modo algum a angústia. *A angústia é algo que é sem objeto*. Os cavalos saem da angústia, mas o que eles portam é o medo. O medo concerne sempre a alguma coisa articulável, nomeável, real.” E acrescenta: “O medo é, aparentemente mais tranquilizador que a angústia” (p. 252, grifo meu).

2) Seminário X: *A angústia*: “... é falso dizer que a angústia é sem objeto. A angústia tem um outro tipo de objeto” (p. 83, grifo meu).

Esse “outro tipo de objeto” implica diferenciá-lo do falo. Há, portanto, dois tipos de objeto, como fica explicitado na aula de 09/01/1963: um objeto intercambiável, localizável, situável (que Lacan atribui à “função sociológica do falo”), e outro objeto privado, incomunicável, que é correlativo da fantasia fundamental.

O que torna o caso Hans interessante é justamente a possibilidade de articulação entre esses dois planos da relação objetal humana através da correlação entre angústia e fobia representada por sua “coisinha”.

Logo na primeira aula do Seminário X, Lacan faz alusão ao caso Hans, justamente quando articula a função da angústia entre o desejo e a inibição narcísica. Ele diz: “O cavalo do pensamento, diria eu tomando emprestado ao pequeno Hans o objeto de sua fobia, o cavalo do pensamento que, por um tempo, se imaginava ser o que arrasta o coche da história, de repente se encabrita, fica louco, cai”.

Essa observação remete a um fato clínico pouco mencionado no caso Hans – o fato de que sua fobia provoca uma inibição, um impedimento, tão comum no transtorno de pânico – que o deixa bem perto da mãe. Tal sutileza revela aspectos fundamentais relativos à economia de gozo do sujeito neurótico.

Em relação a esse impedimento, Lacan afirma, ainda na primeira aula:

O impedimento que aparece está ligado a esse círculo que faz com que, pelo mesmo movimento com o qual o sujeito avança para o gozo, isto é, para o que está mais longe dele, encontre essa fratura íntima muito próxima, de quê? De deixar-se levar por sua própria imagem, pela imagem especular. Essa é a armadilha.

Percebe-se aí um jogo fundamental entre mais e menos, longe e perto, mais próximo e mais longe, que remete diretamente à nova articulação entre tempo e espaço que Lacan articulou. Na aula do dia 05/12/1962, ele conclui:

O ponto ao qual chegamos agora e que também jamais foi explicado de maneira satisfatória até aqui, é como ocorre que seja por esta via regressiva que o sujeito seja levado a um tempo que somos forçados a situar historicamente como progressivo. Há aqueles que, colocados diante deste paradoxo de saber como é remontando até a fase oral que se destaca a relação fálica, tentaram fazer-nos crer que, depois da regressão, seria preciso retomar o caminho em sentido contrário, o que é absolutamente contrário à experiência. Jamais se viu uma análise, por exitosa que se a supusesse, no processo da regressão, passar novamente pelas etapas contrárias, como seria necessário se se tratasse de algo como de uma reconstrução genética. Ao contrário, *é na medida em que são esgotadas até seu termo, até o fundo do prato, todas as formas de demanda, até a demanda zero, que vemos no fundo aparecer a relação da castração.* A

castração se encontra inscrita como relação ao limite deste ciclo regressivo da demanda. É isso que se trata de compreender topologicamente. (grifo meu)

Essa reformulação em relação ao modo de compreender a castração é essencial para acompanharmos o modo como a angústia será articulada ao objeto *a*: “É que a angústia”, diz Lacan, “não é o sinal de uma falta, mas de algo que é preciso que se chegue a conceber neste nível redobrado por ser o defeito deste apoio da falta”. Ainda nesta aula, encontramos a seguinte questão:

O que é que provoca a angústia? Contrariamente ao que se diz, *não é o ritmo nem a alternância da presença-ausência da mãe*, e o que prova é que este jogo presença-ausência, a criança se compraz em renová-lo; esta possibilidade da ausência, é isso a segurança da presença. O que há de mais angustiante para a criança é que justamente esta relação sobre a qual ela se institui pela falta que a faz desejar, esta relação é mais perturbada quando não há possibilidade de falta, quando a mãe está todo o tempo em cima, especialmente a lhe limpar o cu [fazendo alusão ao Hans], modelo da demanda que não poderia falhar. (grifo meu)

No caso específico do pequeno Hans, faz-se necessário interrogarmos a separação em seus pormenores. Na aula do dia 23/01/1963, Lacan é bastante preciso a esse respeito: “A separação característica no início, aquela que nos permite abordar, conceber a relação, não é a separação com a mãe. O corte de que se trata não é esse entre a criança e a mãe”.

O que é revivido, então, pelo sujeito neurótico a cada volta da demanda é esse momento que Lacan curiosamente chama “cessão do objeto”. Esse ponto é fundamental, pois coloca a separação no nível de uma decisão, um ato do sujeito. O que é paradigmático deste ato, segundo Lacan, é o que ele chama “dialética do desmame” ou “dialética da separação”, que,

segundo ele, é metafórico do funcionamento do “complexo de castração”. O desmame é paradigmático, pois a mama é um objeto “destacável”, separado do organismo da criança.

Assim, é a criança quem cede o seio e a angústia, diz Lacan, fica do lado da mãe.

Voltemos, então, ao pequeno Hans. Na aula do dia 05/12/1962, Lacan afirma: “A pretensa angústia seria ligada à interdição pela mãe das práticas masturbatórias, [o que] é vivido, percebido pela criança, *como presença do desejo da mãe se exercendo a seu respeito*” (grifo meu).

Note-se que entre o enigma do desejo da mãe e a construção do sintoma fóbico opera-se a passagem do objeto privado e incomunicável da angústia para o objeto localizável, situável, fálico. A fobia, neste sentido, oferece uma significação fálica e intercambiável para a perda que é anterior; ou, em outras palavras, transforma a perda em falta ($a \Leftrightarrow -f$).

O caso do pequeno Hans é paradigmático dessa relação entre a angústia, sintoma e desejo, como afirma Lacan na aula do dia 12/06/1963:

Se o sintoma é o que dizemos, ou seja, está implicado por inteiro nesse processo de constituição do sujeito, na medida em que ele tem que se fazer no lugar do Outro, a implicação da causa no advento do sintoma, como o defini há pouco, é parte legítima desse advento. Isso quer dizer que o sintoma é o resultado. O efeito é o desejo.

Teríamos, então, a angústia do lado da causa, a inibição (desejo) do lado do efeito e o sintoma como resultado. Mas o problema, segundo Lacan, é que o desejo é um efeito estranho, já que é um efeito que não tem nada de efetuado. “O desejo, tomado nessa perspectiva, situa-se essencialmente como uma falta de efeito”. O desejo, assim, está sempre encoberto pela inibição, como o demonstra claramente a fobia do pequeno Hans.

De certo modo, curiosamente, podemos propor que, com os avanços que Lacan realiza no Seminário X a respeito da constituição do sujeito, sobretudo a partir da conceitualização do objeto a , é possível voltarmos à leitura freudiana que, sob essa nova perspectiva, já não parece tão contraditória com a leitura lacaniana do Seminário IV. O pai é, a um só tempo, presente e ausente. Não há propriamente em Hans uma falha na função paterna, a não ser aquela que aponta para a incompletude da estrutura. O pai que funciona, no nível da estrutura, é aquele que permite à criança extrair da angústia sua certeza.

Na última aula do Seminário X, Lacan anuncia que no próximo ano falará sobre “os nomes do pai” – seminário que, como sabemos, não ocorreu. Quanto a isso, ele adianta:

Não é por nada que, no mito freudiano, o pai intervém da maneira a mais evidentemente mítica como sendo aquele cujo desejo submerge, esmaga, se impõe a todos os outros. Será que não há aqui uma contradição evidente com esse fato dado pela experiência que, por sua via, é justamente outra coisa que se opera, a saber, a normalização do desejo nas vias da lei? Mas será que isso é tudo? A necessidade mesma que nos é tornada sensível pela experiência, e até pelos fatos muitas vezes pesados, para nós, da carência da função paterna, será que a necessidade da manutenção do mito não atrai nossa atenção para outra coisa, para a necessidade de articulação do apoio, da manutenção de uma função que é esta, que o pai não é causa *sui*, mas sujeito que foi bastante longe na realização do seu desejo para reintegrá-lo à sua causa, qualquer que ela seja.

Concluimos, então, esse capítulo, mais uma vez interrogando a função do pai na estrutura, pois sua definição mostra-se realmente fundamental – como o caso Hans o revela, bem como o caso *Zeti*, apresentado na Introdução – para a direção do tratamento psicanalítico com crianças.

De manhã escureço
De dia tardo
De tarde anoiteço
De noite ardo.

A oeste a morte
Contra quem vivo
Do sul cativo
O este é meu norte

Outros que contem
Passo por passo:
Eu morro ontem

Nasço amanhã
Ando onde há espaço:
– Meu tempo é quando.

(Vinícius de Moraes, *Poética*)

CAPÍTULO 4

A INSONDÁVEL DECISÃO DO SER E O TEMPO

É possível que eu tenha logrado êxito, recentemente, em ter um primeiro vislumbre de uma coisa nova. O problema que me confronta é o da 'escolha da neurose'. Quando é que uma pessoa fica histérica, em vez de paranoide? (Freud, 9/12/1899)

... ao devolver a causalidade da loucura à insondável decisão do ser em que ele desconhece sua libertação, a armadilha do destino que o engana quanto a uma liberdade que ele não conquistou, não estou formulando outra coisa senão a lei de nosso devir... (Lacan, 1946a, p. 179, grifo meu)

A PARTIR DO PERCURSO QUE REALIZAMOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO do sujeito ao longo do ensino de Lacan — até a elaboração do conceito de objeto *a* e da formalização dos movimentos de alienação e separação —, impõe-se uma reflexão sobre o diagnóstico estrutural na infância que é tributária da própria concepção de sujeito subjacente, já que a estrutura clínica diz respeito a uma certa posição do sujeito na linguagem.

Se partimos da premissa de que realizamos com crianças a verdadeira psicanálise, sem nenhuma forma de antídoto que

pasteurize e previna os efeitos da *peste* (como Freud uma vez a chamou), então não podemos excluir dessa clínica a chamada “função diagnóstica” que orienta o psicanalista ao longo da direção do tratamento.

A questão a respeito da função diagnóstica na clínica com crianças remete, forçosamente, a três aspectos que precisam ser analisados: o diagnóstico psicanalítico propriamente dito, o conceito de estrutura clínica em sua correlação ao de sujeito, e a questão da “insondável decisão do ser”.

O DIAGNÓSTICO ESTRUTURAL

... qual é a configuração especial da relação com a mãe, com o pai e com o falo que faz com que a criança não aceite que a mãe seja privada, pelo pai, do objeto de seu desejo? [...] Existem graus, é claro, e essa relação não é a mesma na neurose, na psicose e na perversão. (Lacan, SV:1967-68, p. 192)

Que algo da ordem de um diagnóstico seja da alçada do psicanalista implicaria a realização de um psicodiagnóstico? Por outro lado, como se posiciona a psicanálise frente à nosografia psiquiátrica? Essas questões tornam-se ainda mais relevantes à medida que atendemos sujeitos definidos pela cultura e pela psicologia como um ser “em desenvolvimento”.

Tomemos, inicialmente, a questão pelo lado do psicodiagnóstico. Em seu texto “A questão da análise leiga” (1926e), Freud afirma que a psicanálise é uma parte da psicologia, defendendo a tese de que não médicos possam exercê-la. Evidência, porém, o fato de que a psicologia oficial, embora dividida em várias facções, não pode explicar alguns processos psíquicos fundamentais como o sonho, pois desconsidera a existência do inconsciente. Vemos o quão paradoxal é a relação entre psicanálise e psicologia.

Em termos históricos, sabemos que o advento do psicodiagnóstico psicométrico teve um papel fundamental na

formação da identidade profissional do psicólogo, até então lutando para desvincular-se da medicina de um lado e, de outro, da filosofia. Ele aparece de forma sistematizada após a Segunda Guerra Mundial, aproveitando dos grandes avanços obtidos na padronização de testes de inteligência, personalidade e aptidão⁷³. Seu objetivo é o de estabelecer características genéricas do comportamento humano, o que acaba deslocando o par tradicional saúde-doença para o par normal-anormal, segundo padrões estatísticos.

Paralelamente a esses avanços da psicologia enquanto ciência independente, desdobravam-se as correntes teóricas da psicanálise. Por contingências históricas, o cenário principal era a Inglaterra, para onde Freud tivera que fugir durante a guerra e Melanie Klein avançara no trabalho com crianças.

Na década de 1950, aparecem as primeiras tentativas de unir os avanços da psicologia com os da psicanálise. Tomarei como exemplo a psicanalista de orientação kleiniana Aberastury, que na época escreveu o livro *A psicanálise da criança*. No capítulo sobre “A entrevista inicial com pais”, ela adverte que os pais veem o psicanalista como juiz, e, portanto, fornecem dados *incorretos* sobre a criança. Por isso, o psicanalista deve tentar aliviar-lhes a angústia e a culpa. A seguir, ela fornece os dados básicos a serem conhecidos, quais sejam: o motivo da consulta, a história da criança, o relato de um dia de sua vida, a relação dos pais entre si e com os filhos, etc. Algo muito importante em relação à forma da entrevista: ela afirma que a entrevista deve ser dirigida, com um roteiro pré-estabelecido, para que os pais atenham-se a falar de seus filhos, e não a fazer confidências pessoais. Assim, o objetivo de que os pais falem apenas sobre a criança não pode ser abandonado em nenhum momento do tratamento. Além disso, a autora aconselha que

73 Sobre essa questão, vale a pena ler o texto de Jacques Lacan “A psiquiatria inglesa e a guerra” (1947a) In: *A querela dos diagnósticos*. Zahar, Rio de Janeiro, 1989. Este artigo foi publicado originalmente na revista *L'Évolution psychiatrique*, 1947, vol. 1.

se registre minuciosamente os dados para que depois seja possível compará-los, e sugere várias perguntas com o intuito de burlar a censura inconsciente dos pais. Quanto à história da criança, seria necessário saber sobre lactância, aquisição da linguagem, andar, dormir, controle esfinteriano, doenças, sexualidade, escolaridade, etc.

Percebe-se, com clareza, nessa tentativa de sistematização de Aberastury, uma preocupação objetivista no sentido de testar ou contestar o discurso dos pais com a realidade ou a verdade sobre o que acontece à criança. Ao mesmo tempo, nota-se uma preocupação com o desenvolvimento adequado da criança, baseando-se, de um lado, nos avanços e descobertas das teorias psicológicas, e de outro, na evolução das fases e posições definidas por Melanie Klein. A suposição básica é a de que problemas de percurso nesse âmbito podem gerar transtornos no desenvolvimento global da criança.

A entrevista com os pais é dirigida e seletiva *a priori*, pois já se estabeleceu de antemão que o “objeto” de análise é a criança, o que nos indica uma posição bastante curiosa do psicanalista. Afinal, como podemos saber *a priori* quem é o paciente antes mesmo de escutarmos quem nos procura?⁷⁴ Se, pelo contrário, tomarmos a escuta analítica como o único critério clínico possível, não se trata mais, então, de aliviar as angústias e culpas dos pais, como coloca Aberastury, mas sim do que o analista pode ou não escutar a partir do que lhe é relatado.

A leitura de Aberastury evidencia, assim, o quanto essa abordagem – ao decidir a partir do fenômeno a quem deve escutar – mostra-se paradoxal, inclusive à proposta freudiana de direção do tratamento. No texto “Conselhos aos médicos no tratamento psicanalítico” (1912e), podemos encontrar os fundamentos do que Freud considera ser a posição da analista.

74 Sobre esse ponto, veja-se o livro de Michele Faria, *Introdução à psicanálise de crianças: o lugar dos pais*. São Paulo: Hacker Editora, 1998.

Em primeiro lugar, Freud diz que não se deve anotar nada durante as entrevistas para que se mantenha a atenção flutuante. Ele critica com veemência a aparência de exatidão dos protocolos detalhados. Em seguida, Freud compara a postura do analista com a de um cirurgião que deve silenciar seus afetos, inclusive a compaixão humana, possibilitando, em suas palavras, “praticar a ação segundo todas as regras da arte”. Articula, então, a regra fundamental dessa arte, ou seja, a associação livre: falar tudo o que passar pela cabeça, sem censura ou objeção lógica. O analista nada deve fazer para conseguir um relato sistematizado.

Por último, ele adverte quanto ao que mais tarde Lacan chamará “resistência do analista”: “o médico não deve substituir, com sua própria censura, a seleção a que o paciente renunciou, já que a cada uma das representações não vencidas no médico corresponde um ponto cego em sua percepção analítica” (1926e).

Com efeito, é a partir dessa posição definida por Freud que o analista poderá formular suas hipóteses diagnósticas. No texto “Sobre o início do tratamento” (1913c), Freud afirma que a “função diagnóstica” em psicanálise diz respeito ao que ele chama “tratamento de ensaio”, a que Lacan denominará “entrevistas preliminares”. É desse texto a clássica comparação entre a psicanálise e o jogo de xadrez, em que apenas os inícios e os finais podem ser objetos de uma exposição sistemática. Do que se trata no início? Em primeiro lugar, decidir se o caso é ou não analisável. Em “A análise leiga” (1926e), Freud retoma esse ponto, dizendo que um caso só é para análise quando se trata de uma neurose.

O tratamento de ensaio apresenta, portanto, dentre outras, uma motivação diagnóstica. Quanto a distinguir a neurose da parafrenia, os psiquiatras, segundo Freud, não vacilam, mas erram frequentemente, pois a aparência exterior do caso pode confundir. Já temos um esboço de distinção entre fenômeno e estrutura. O erro diagnóstico apresenta um caráter ético, pois se o caso for uma psicose, o médico não pode manter a promessa de cura. Em 1924, no texto “Neurose e psicose”, Freud atribui a distinção

entre neurose e psicose ao estatuto da relação do eu com a realidade. Enquanto a psicose é provocada por uma negação da realidade, a neurose diz respeito a um “não querer saber nada sobre ela”. A realidade de que se trata é a que diz respeito ao recalque, ou seja, a castração. No caso da neurose, Freud diz que, a esse pedaço de realidade, o neurótico atribui uma significação simbólica.

Esses pressupostos serão retomados por Lacan ao longo de sua obra, sobretudo a partir da década de 1950, quando ele propõe um retorno a Freud que, como vimos, realmente fazia-se necessário. A posição de Lacan, nesse momento, é bastante influenciada pelo conceito de estrutura, e aparece na sua obra em, pelo menos, três níveis. Em primeiro lugar, a estrutura da linguagem, que é o que está em jogo quando o analista escuta o discurso do paciente. O próprio dispositivo analítico, por sua vez, é também uma estrutura. Senão, vejamos: quando alguém procura um analista, está em busca de respostas aos seus sofrimentos. O analista é, portanto, colocado num lugar de suposto saber a que Lacan chama Outro, lugar esse que só pode ser encarnado a partir do enlace transferencial. Pela presença do analista que, no entanto, não responde desde o lugar de saber, o paciente atualiza em seu discurso sua condição de sujeito desejante. Nas entrevistas preliminares, é essa postura analítica que possibilita que a queixa apresentada pelo paciente possa transformar-se em enigma, questão para o sujeito.

Finalmente, o terceiro nível no qual a estrutura aparece é o diagnóstico. O diagnóstico estrutural, que possibilita diferenciar a estrutura neurótica da psicótica e da perversa, é realizado através da modalidade de relação que o sujeito estabelece com o Outro que o analista encarna no dispositivo analítico. Esse diagnóstico é realizado no plano simbólico, ou seja, através do discurso do paciente.

Em seu texto “Mais-além dos fenômenos” (1986), François Leguil esclarece que o que se pode esperar de um diagnóstico é “que ele só diga as maneiras como se repartem, na estrutura, os efeitos de uma confrontação com o enigma do desejo do Outro, e não as que permitem dividir os fenômenos em função de modelos dados” (p. 61). Portanto, o diagnóstico em psicanálise é deslocado

do sintoma para a lógica da fantasia, e só serve, como diz Leguil, “para visar a causa, numa iniciativa necessária à própria orientação do psicanalista” (p.62). Assim, “um diagnóstico, *diférentement de uma etiqueta, é um dos meios de se orientar num tratamento*” (p. 69, grifo meu).

Lacan desenvolve o conceito de estrutura clínica a partir do diálogo constante que manteve com a psiquiatria de sua época, desde sua tese de 1932. Neste sentido, é a partir da experiência da loucura que ele procura encontrar os fundamentos do psiquismo não mais nos pressupostos orgânicos, mas a partir justamente da noção de sujeito do inconsciente. Acompanhamos como, nessa busca, Lacan passa inicialmente por Hegel⁷⁵ até encontrar na linguística estrutural o substrato material de sua conceituação de sujeito.

Esse seu diálogo com a psiquiatria é explicitado no texto já citado no capítulo anterior “Formulações sobre a causalidade psíquica”, no qual Lacan tem como interlocutor fundamental o psiquiatra Henri Ey a partir de sua teoria organicista da loucura. Nesse texto, Lacan desenvolve uma defesa da “causalidade psíquica” da loucura, evidenciando que a “crença delirante” inscreve-se no plano da “razão” humana, já que “toda loucura é vivida no registro do sentido [...] A linguagem humana, esse instrumento de sua mente, é atravessada de ponta a ponta pelo problema da verdade” (E:1946a, pp. 166-167)⁷⁶.

Será, porém, no Seminário III: As psicoses (1955-56) que Lacan formalizará o conceito de estrutura clínica a partir dos modos de negação da falta apresentados na obra de Freud (*Verwerfung* [Forclusão], *Verdrängung* [Recalque] e *Verleugnung* [Desmentido]).

75 Embora um Hegel, como se sabe, profundamente enviesado pelo curso de *Kojève*.

76 Lacan faz, nesse texto, um comentário a respeito da passagem de *Meditações* de Descartes, quando este menciona a loucura, antecipando, desse modo, um debate que ocorrerá anos mais tarde entre Foucault e Derrida exatamente sobre essa passagem. A questão a respeito da relação entre a loucura e a razão humana tem relação intrínseca com o debate sobre a realidade e a fantasia. Retomaremos essa questão no capítulo seguinte sobre “A construção da fantasia”.

Nos anos seguintes, como vimos, o recalcque que é próprio da estrutura neurótica será articulado à *Metáfora Paterna* e, mais tarde, ao conceito de Nome-do-Pai. É digna de nota, portanto, a saída original que Lacan oferece como alternativa à psicopatologia organicista tradicional – sobretudo se levarmos em conta as posições posteriores da antipsiquiatria e de Foucault em *História da loucura*. Lacan não nega a existência da psicose – antes, subverte a própria noção de psicopatologia.

Assim, num momento histórico fértil a críticas ferozes à construção social da loucura, bem como à estigmatização e condenação daí advindas (e que, certamente, são relevantes), Lacan, longe de rejeitar os termos forjados ao longo da história da psiquiatria (neurose, psicose, perversão), generaliza-os para todo o humano. Opera-se, portanto, a partir do conceito de estrutura clínica, uma torção fundamental no que diz respeito à questão da normalidade, já que o *pathos* é trazido à tona a partir de sua irredutibilidade humana.

O conceito de estrutura clínica, portanto, é indissociável da noção lacaniana de sujeito do inconsciente enquanto causado pelo significante, e é, neste sentido, um conceito generalista e minimalista. Trata-se, entretanto, de um operador clínico fundamental, já que esse mínimo diz respeito, a um só tempo, à determinação universal da linguagem no ser falante (a alienação) e ao modo particular de resposta a esse universal. O modo como o sujeito se posiciona em relação à estrutura universal da linguagem é o que define, portanto, sua condição estrutural, e é o que permite sustentar, também, a ideia de uma “escolha” pela estrutura. Assim sendo, Nesse sentido, não há possibilidade de efetuar uma profilaxia estrutural, e é mesmo o caso de se pensar se tal procedimento seria desejável, já que não há, por assim dizer, uma hierarquia entre as estruturas. Trata-se, tão-somente, de três respostas distintas à alienação inexorável do ser humano na linguagem.

O diagnóstico diferencial, portanto, sendo a modalidade diagnóstica específica da psicanálise, não pode estar ausente na clínica com crianças. Aliás, no diálogo atual com a psiquiatria, a noção

de estrutura clínica torna-se ainda mais relevante, já que a ideia da psicose na infância foi banida do DSM. Sobre a pretensa negação da questão etiológica presente na atual medicina baseada em evidências, ergue-se o edifício dos “transtornos geralmente apresentados na infância e na adolescência”, que encobrem, na realidade, o antigo organicismo embutido nos “transtornos globais de desenvolvimento”. Reduzir o *pathos* na infância a um transtorno de desenvolvimento é, portanto, um retrocesso clínico com o qual a psicanálise não pode compactuar.

O diagnóstico estrutural, ao contrário do psiquiátrico, não é um rótulo, e deve servir tão somente para orientar a direção do tratamento psicanalítico. Além disso, a estrutura particular do sujeito no universal da linguagem não é determinante de sua singularidade subjetiva. Especificamente no caso da estrutura neurótica – a respeito da qual estamos tratando neste trabalho –, o que define a singularidade é algo construído pelo próprio sujeito: a fantasia. A lógica da fantasia, portanto, é o que permite ao sujeito realizar sua trajetória na estrutura.

A EXPLORAÇÃO DA ESTRUTURA

O primário, por sua estrutura, só funciona por um tudo ou nada do traço. Além disso, ludibriado em sua apreensão, é para esse traço que ele ‘regride’ (Lacan, 1967, p. 354).

Desejo aqui fazer alguns apontamentos que ajudem a sustentar a posição de que a estrutura clínica – tal como Lacan a definiu – diz respeito à resposta de um sujeito frente ao encontro do ser vivo com o significante e, neste sentido, define-se precocemente. A estrutura clínica, desta forma, define uma certa relação do sujeito com o significante, fazendo com que o desenvolvimento humano se dê *na* estrutura⁷⁷.

77 A esse respeito, Luiz Carlos Nogueira (1997) afirma: “É a operação da marca o que diferencia a estrutura neurótica da psicótica. Para se fazer História é preciso que a marca da metáfora apareça. [...] Desta forma é possível que se inicie um movimento lógico de

Há, portanto, duas questões fundamentais em jogo nessa discussão que merecem ser analisadas separadamente: a primeira diz respeito à insondável decisão, ou seja, o “algo de si” que faz com que o sujeito esteja implicado em sua operação de causação; a segunda, à sua precocidade. Argumenta-se frequentemente que a ideia de uma antecipação no nível da estrutura implicaria um determinismo reducionista, já que não se poderia imaginar uma escolha num momento tão prematuro de desenvolvimento.

Se pudermos extrair as consequências do que foi analisado até o momento a respeito da constituição do sujeito, defendendo que seja possível – sem almejar uma síntese totalizante – ultrapassar a aparente contradição acima mencionada entre a precocidade e a decisão.

Analisemos, primeiramente, o aspecto da resposta antecipada do sujeito e sua relação com a história de vida.

A crítica assídua que Lacan realiza ao longo de todo o seu ensino quanto ao desenvolvimentismo – que abrange desde os psicólogos inatistas, passando pela psicanálise kleiniana, a *ego psychologie* e não poupa Jean Piaget⁷⁸ – não implica, do meu ponto de vista, uma negação do real das transformações físicas pelas quais o sujeito passa no percurso de uma vida, nem tampouco minimiza os efeitos subjetivos de tais transformações⁷⁹.

A estrutura é da ordem da antecipação e, portanto, é precoce. O que isso quer dizer? Que não há desenvolvimento? Que o indivíduo é sempre o mesmo? Que seu destino já está traçado desde o primeiro ano de vida? Com efeito, essas questões são da maior relevância, e evidentemente não escaparam

produção onde a repetição se faça ato e não *actin-out* (produção de objetos pelo imaginário sem retroação)”.
 78 Muitos autores contemporâneos vêm trabalhando essas questões. Dentre eles, destaco o livro de Lajonquière, *De Piaget a Freud* (1997), no qual afirma: “Entre o ‘organismo’ e a ‘mente’ não há isomorfismo, nem relação de causa-efeito, nem uma estrambólica unidade psicossomática: entre eles medeia uma relação de luta” (p. 19).

79 O prefixo *trans* implica, justamente, a ideia de passagem, movimento

a Lacan, que em vários momentos ao longo de seu percurso conceitual volta a esse ponto: qual o lugar e o estatuto da passagem do tempo no humano? Como articular o que passa, o transitivo, com o que é sempre o mesmo?

Tratando exatamente desta questão, Sauret propõe uma distinção bastante pertinente:

Sem dúvida o termo pueril (*enfantin*) designa o que do indivíduo se desenvolve; o termo sujeito designa a resposta do real ao encontro do significante; o termo infantil (*infantile*) designa expressamente o que da criança não se desenvolve: um traço de perversão, se podemos chamar assim esse traço ineliminável de gozo que o sujeito deve ao fato de ser falante. (1998, p. 22)

Observe-se que o autor está se referindo ao *indivíduo*, sendo o sujeito uma especificidade desse indivíduo. A questão fundamental que se coloca, portanto, é a de que a psicanálise opera com o sujeito do inconsciente, a-sujeitado à estrutura da linguagem, seja qual for sua estrutura clínica (psicose, perversão ou neurose). Não deve escapar ao psicanalista, entretanto, o desafio de enfrentar as possíveis inter-relações entre os três termos.

Tal problemática a respeito do que é transitório, transitivo no humano e o que não se transforma é crucial, inclusive, para se pensar o conceito de cura em psicanálise. A própria ideia da operação transferência implica uma passagem do sintoma queixa para o sintoma analítico na aposta de que se possa, através do ato analítico, incidir na fantasia, ou seja, na relação do sujeito com o objeto causa de desejo. Operar na economia do gozo do sujeito é a pretensão nada modesta da psicanálise. Há, entretanto, um limite, um incurável: não se pode curar o sujeito da estrutura; não se pode pretender curá-lo de sua relação fundamental com a linguagem.

Desta maneira, é preciso, forçosamente, discriminar o que é da ordem da posição do sujeito na estrutura do que é da ordem da “exploração da estrutura”, para usar um termo caro a Sauret:

O impasse na exploração da relação com o Outro caprichoso (que devora ou deixa cair) não implica nenhuma saída natural ou algum desenvolvimento: é o impasse que ‘impõe’ a fazer apelo a um elemento da estrutura exterior à relação com o Outro materno, o pai [...] Explorar a estrutura leva um tempo real. (1998, p. 22, grifo meu)

O elemento da estrutura exterior ao Outro é o que possibilita que o sujeito entre em contato com a falta. Neste sentido, o giro radical operado por Lacan a partir da conceituação do falo como o significante que descompleta o campo do Outro é, segundo os Lefort (1995), fundamental para a clínica com crianças:

... implica não um desenvolvimento que deixaria na expectativa de maturação do *infans* toda a articulação do fenômeno analítico, mas uma estrutura que é a do significante, na qual a criança é imersa desde antes de seu nascimento e na qual ela se humaniza. (p. 9)

Como articular a estrutura na qual o *infans* se estrutura com a exploração dessa estrutura? Ao longo do ensino de Lacan, desde os textos da década de 1940, podem ser destacadas muitas passagens que apontam para esse aparente paradoxo de modo extraordinariamente insistente e coerente. Eis um ponto que parece acompanhar todos os momentos de sua elaboração teórica. Em relação às primeiras identificações, por exemplo, ele dirá em “Formulações sobre a causalidade psíquica”: “As primeiras escolhas identificatórias da criança, escolhas ‘inocentes’, não determinam outra coisa, com efeito – à parte as patéticas ‘fixações’ da neurose –, senão essa loucura pela

qual o homem se crê homem” (E:1946a, p. 189).

Lacan explicita, assim, como as “primeiras escolhas” não apenas “conquistam a entrada no mundo dos homens”, mas também regem, por assim dizer, todos os momentos de “desenvolvimento” da criança, que ele chama “metamorfoses instintivas” no texto “Agressividade em psicanálise”:

Como não conceber que *cada grande metamorfose instintiva a escandir a vida do indivíduo irá novamente questionar sua delimitação*, feita da conjunção da história do sujeito com o impensável inatismo de seu desejo [...] Eis porque nunca o eu do homem é redutível à sua identidade vivida. (E:1948a, p. 116, grifo meu)

Ainda a respeito do “arcaísmo da subjetivação”, Lacan, nesse mesmo texto, presta um tributo importante a Melanie Klein:

Foi somente a sra. M. Klein que, trabalhando com a criança bem no limite do surgimento da linguagem, ousou projetar a experiência subjetiva nesse período anterior [...] Ao nos mostrar a primordialidade da ‘posição depressiva’, o extremo arcaísmo da subjetivação de um *Kakon*, Melanie Klein alarga os limites em que podemos ver em ação a função subjetiva da identificação e, particularmente, permite-nos situar como totalmente original a formação primária do supereu. (E:1948a, pp. 117-118)

Assim, a novidade trazida por Lacan quanto à constituição do sujeito implica necessariamente uma reformulação a respeito das relações entre diacronia e sincronia. Destacando a cadeia de significantes como a célula elementar da constituição do sujeito, essas duas funções são enfatizadas: a primeira remete ao fato da significação dar-se sempre sob um efeito retroativo na metonímia da fala. No entanto, como ele destaca em “Subversão do sujeito”: “a estrutura sincrônica é mais oculta, e é ela que nos leva à origem. É a metáfora como aquilo em que se

constitui a atribuição primária com que a criança, de um só golpe, desvinculando a coisa de seu grito, eleva o signo à função do significante” (E:1960c, p. 820). Lembremos que, no primeiro grafo – que representa justamente o encontro do ser de necessidade com a cadeia significante –, destacam-se dois pontos de cruzamento: o A (grande Outro), “que é um local (mais lugar do que espaço)”, e o s(A), significado do Outro, “que é um momento (mais escansão do que duração)”. Explicita-se aí, justamente, a ideia do tempo como sucessão (metonímia) e escansão (metáfora), tal com havia sido articulado em “Instância da letra no inconsciente” (E:1957b). É essa lógica que articula simultaneamente escansão e sucessão que Lacan tentava transmitir:

É em todas as fases genéticas do indivíduo, *em todos os graus de realização humana em sua pessoa, que encontramos esse momento narcísico no sujeito*, num antes em que ele deve assumir uma frustração libidinal e num depois em que ele transcende a si mesmo numa sublimação normativa [...] Essa concepção faz-nos compreender a agressividade implicada nos efeitos de todas as regressões, de todos os abortamentos, de todas as recusas do desenvolvimento típico do sujeito, e especialmente no plano da realização sexual ou, mais exatamente, *no interior de cada uma das grandes fases determinadas na vida humana pelas metamorfoses libidinais, cuja grande função a análise demonstrou: desmame, Édipo, puberdade, maturidade ou maternidade, ou mesmo clímax involutivo*. (E:1948a, p. 121-122, grifo meu)

Essa questão da relação entre a chamada “história do sujeito” (metonímia) e a atribuição primária (metáfora) será um ponto recorrente no percurso teórico lacaniano que o forçará a desenvolver uma conceituação sobre o tempo com profundas consequências clínicas, sobretudo no que se refere à questão da construção da fantasia (como veremos no capítulo seguinte).

Em “Observações sobre o relatório de Daniel Lagache”, encontramos mais uma crítica à ideia de um desenvolvimento do sujeito na psicanálise, o que ele chama “um genetismo que só pode ser sempre o mesmo, já que é um erro”:

Mas, sem dúvida, nada pode ensinar-lhes coisa alguma, *já que eles nem sequer acusam o golpe que sua ideia do desenvolvimento recebe das chamadas realidades do hospitalismo*, onde, no entanto, os cuidados prestados aos bebês não conseguem revelar outra carência senão o *anonimato* em que eles se distribuem [...] Mas esse lugar do sujeito original, como haveria este de encontrá-lo na elisão que o constitui como ausência? Como reconheceria ele esse vazio como a Coisa mais próxima, mesmo escavando-o de novo no seio do Outro, por nele fazer ressoar *seu* grito? Antes, ele se comprazera em encontrar ali as marcas de resposta que tiveram o poder de fazer de seu grito um apelo, as marcas onde se inscreve a onipotência da resposta. Não é a toa que essas realidades são chamadas de insígnias. O termo, aqui, é nominativo. É a constelação dessas insígnias que constitui para o sujeito o Ideal de Eu. (E:1960a, pp. 685-686, grifo meu)

Ainda quanto a esse ponto, lembremos que os Lefort (1995) abrem uma discussão importantíssima a respeito da relevância clínica da distinção entre fenômeno e estrutura na direção do tratamento a partir do relato do atendimento de uma menina de 26 meses com estrutura neurótica – o famoso “caso Marisa”. Essa criança, como já mencionamos, apresentava as características típicas da “síndrome de hospitalismo”, descrita por Spitz e comentada, como vimos, por Lacan. No capítulo intitulado “Diagnóstico, estrutura e hospitalismo”, os Lefort defendem a diferença entre o quadro descritivo e a estrutura clínica em jogo. Eles afirmam:

Dão-nos testemunho disso as diferenças entre quatro crianças: Nádia, Robert, Marie-Françoise e Marisa, que permaneceram muito tempo no hospital e passaram todas por análises. Certamente, o anonimato dos cuidados recebidos por essas crianças teve consequências flagelantes e impressionantes sobre seu aspecto e déficit sócio-estaturó-ponderal. Mas a estrutura que cada uma delas apresenta não pode, em nenhum caso, ser atribuída a uma síndrome de hospitalismo ou outra. A síndrome aparece como um elemento acrescentado posteriormente, referente a um déficit das relações, mas em nada como um fator etiológico na estrutura desses sujeitos infans, de sua emergência respectiva no significante ou da divisão própria a cada um entre o Outro da palavra e o objeto a. (p. 12, grifo meu)

No texto “Posição do inconsciente” (1960-64), Lacan articula logicamente essa divisão inaugural – que remete, como vimos no capítulo anterior, às operações de “causação do sujeito” – com os níveis sincrônico e diacrônico:

Efeito de linguagem, por nascer dessa fenda original, o sujeito traduz uma sincronia significante nessa pulsação temporal primordial que é *fading* constitutivo de sua identificação. Esse é o primeiro movimento. Mas o segundo, havendo o desejo feito seu leito no corte significante em que se efetua a metonímia, a diacronia (chamada ‘história’) que se inscreveu no *fading* retorna à espécie de fixidez que Freud atribuiu ao voto inconsciente (última frase da *Traumdeutung*). (E:1964b, p. 848)

Há uma passagem, no Seminário XI (1964a), que explicita essa questão a partir da ideia de que “o desenvolvimento se anima inteiramente pelo acidente, pelo tropeço da *rique*” (p. 65). Afirma ainda que “toda a originalidade da análise é de não centrar a ontogênese psicológica nesses pretensos *estádios* – que não têm, literalmente, nenhum fundamento captável no desenvolvimento observável em termos biológicos” (p. 64).

Ainda no Seminário XI há uma pergunta feita por Françoise Dolto (como antecipamos no capítulo 2) que merece ser citada, dada a precisão conceitual da resposta:

F.D: Não vejo como, para descrever a formação da inteligência antes dos três ou quatro anos, poderíamos deixar de lado os *estádios*. Penso que, para as fantasias de defesa e de velamento da castração, de par com as ameaças de mutilação, precisamos nos referir aos *estádios*.

Resposta: ‘A descrição dos *estádios*, formadores da libido, não deve ser referida a uma pseudo-maturação natural, que permanece sempre opaca. Os *estádios* se organizam em torno da angústia de castração. O fato copulatório da introdução da sexualidade é traumatizante – aí está um *fisgamento de vulto* –, e tem uma função organizadora para o desenvolvimento. (SXI:1964a, p. 65, grifo meu)

A questão da angústia de castração nos remete, inevitavelmente, ao complexo de Édipo, e neste sentido, as transformações elaboradas por Lacan ao longo de seu ensino exigem também uma reformulação sobre como conceber a estruturação edípica, como vimos anteriormente. É preciso, efetivamente, discriminarmos o “tudo ou nada” do Édipo – enquanto operador lógico da cultura – dos “tempos do Édipo” vivenciados diacronicamente pela criança.

Desde o Seminário I, Lacan já afirmava que o complexo de Édipo designa uma “*reformulação identificatória do sujeito*” (p. 118, grifo meu). Do mesmo modo, referindo-se ao esquema R no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1955-56), Lacan já fazia uma referência explícita aos chamados *estádios* pré-edipianos, afirmando que “não são inexistentes, mas analiticamente impensáveis”. Acrescentava, ainda, que as relações de tal esquema referiam-se, portanto, às “fases pré-genitais, *tal como ordenadas na retroação do Édipo*” (E:1958a, p. 561, grifo meu).

A questão da retroação é, entretanto, retomada de modo mais preciso em “Posição do inconsciente” (E:1964b): “*O nachträglich, ou a posteriori*, segundo o qual o trauma se implica no sintoma, mostra uma estrutura temporal de ordem mais elevada”. Do mesmo modo, no Seminário XI, Lacan afirma:

O mau encontro central está no nível do sexual. Isto não quer dizer que os estágios tomam uma coloração sexual que se difundiria a partir da angústia de castração. É, ao contrário, porque essa empatia não se produz que se fala de trauma e de cena primitiva. (SXI:1964a, p. 65, grifo meu)

Há, portanto, um *a priori* traumático que oferece as condições de possibilidade para uma posterior implicação no sintoma. Lacan, notadamente a partir dos anos 1960, passa a relacionar a função paterna a essa “atribuição primária” referente, como vimos no capítulo anterior, ao traço unário. E de modo realmente explícito, afirma no Seminário XVII: *O avesso da psicanálise* (1969-70), que “o significante mestre (S1), ao ser emitido na direção dos meios do gozo que são aquilo que se chama o saber (S2), não só induz, mas determina a castração” (p. 82, grifo meu).

Faz-se necessário, a partir dessas colocações, avançarmos em relação a um ponto fundamental: se o significante mestre determina a castração, ou seja, a “divisão própria a cada um entre o Outro da linguagem e o objeto *a*” – como vimos anteriormente –, então será preciso interrogar novamente a resposta do sujeito.

A lógica da fantasia é o operador conceitual que permitirá articular o nível da fixação (e também da ficção) com a variabilidade do destino, como teremos oportunidade de trabalhar no próximo capítulo.

Pudemos acompanhar, então, a complexa imbricação entre o “tudo ou nada de traço” – que provoca a extração do objeto *a* e a constituição do sujeito –, em relação ao qual não

há desenvolvimento possível, e a “cadeia indefinida de significações que se chama destino” (SX:1962-63, aula de 12/12). Interroguemos, agora, a questão da decisão e das “escolhas” do sujeito, pela via do ato.

SONDANDO O ATO DE DECIDIR

Não há nada de mais mistificador que falar do tempo a torto e a direito.
(SIX:1961-62, aula do dia 09/05/1962)

Como pudemos acompanhar nas articulações sobre o sujeito realizadas no capítulo anterior, a noção de constituição tal como Lacan a propõe exige a noção de ato. É interessante destacarmos novamente o sentido da palavra *constituição*: “Ato, processo ou efeito de constituir”. O sujeito se constitui articulado com sua causa positivada na fantasia como mais de gozar – tentativa de calcular um resgate para o objeto perdido no encontro traumático com o enigmático desejo da mãe. À medida que Lacan avança em formalização, fica cada vez mais claro que os tempos lógicos articulam-se numa topologia que, por sua vez, implica simultaneidade – o que já se revela no grafo do desejo e explicita-se, como vimos, nas operações de causação do sujeito: alienação e separação.

Retomemos, então, a questão do impasse da constituição subjetiva – o impasse do *infans* – pelo viés do tempo, já que a diferenciação cultural entre criança e adulto remete, como vimos no início, ao imaginário de uma continuidade temporal. É exatamente esta continuidade que a psicanálise poderá questionar a partir de sua concepção de sujeito. Para podermos avançar nessas questões, faz-se necessária uma retomada da concepção de tempo para a psicanálise.

Em “Recordar, repetir, elaborar” (1914g), Freud diz que algumas lembranças só podem ser compreendidas *a posteriori* (*Nachträglichkeit*). O tempo, assim, é só depois, après-coup.

As reformulações conceituais operadas por Lacan a partir do resgate desse conceito freudiano atingem de modo irreversível uma das ideias mais caras à clínica kleiniana: a regressão – como Lacan afirma no Seminário I: *Os escritos técnicos de Freud*:

Há conexão entre a dimensão imaginária e o sistema simbólico, na medida em que aí se inscreve a história do sujeito, não a *Entwicklung*, o desenvolvimento, mas a *Geschichte*, ou seja, aquilo em que o sujeito se reconhece correlativamente no passado e no futuro [...] O passado e o futuro precisamente se correspondem. E não é em qualquer sentido – não no sentido que vocês poderiam acreditar que a análise incha, a saber, do passado ao tempo futuro. Ao contrário, na análise, justamente por que a técnica é eficaz, isso caminha na boa ordem – do futuro ao passado. (SI:1953-54, p. 184)

No ano seguinte, no Seminário sobre *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, Lacan é ainda mais explícito na crítica ao modo linear como o conceito de regressão vinha sendo tomado – em contraponto com uma ideia de progressão – fazendo uma alusão explícita à criança: “A regressão não existe [...] Existe no plano da significação, e não no plano da realidade. Na criança, fica suficientemente demonstrado por esse simples reparo – ela não tem muito recuo para regredir” (SII:1954-55, p. 136).

Essa crítica severa é trazida justamente na aula onde trata do aparelho psíquico e da diferença estrutural entre neurose e psicose, criticando duramente a diferenciação entre psicose na criança e no adulto:

Durante décadas, recusava-se a pensar que pudesse haver na criança verdadeiras psicoses – procurava-se vincular o fenômeno a certas condições orgânicas [...] Se falamos legitimamente de psicoses na criança é porque, como

analistas, podemos dar um passo além dos outros na concepção de psicose. (SII:1954-55, p. 135)

Lacan retoma, então, o conceito de retroação para contrapô-lo exatamente a essa ideia de regressão – com a qual opera a escola inglesa –, como fica claro na retomada que faz desse conceito no Seminário V: “As formações do inconsciente” (1957-58), defendendo, como vimos, uma leitura estrutural do complexo de Édipo contra a abordagem desenvolvimentista daquela escola. Ele propõe, portanto, a ideia da retroação contra as “exigências do passado temporal”.

Com efeito, o conceito de *forclusion* – utilizado por Lacan para designar o termo freudiano *Verwerfung*, que, segundo ele, caracteriza a estrutura psicótica – implica forçosamente a noção de tempo. No *Dicionário de psicanálise* de Elizabeth Roudinesco e Michel Plon (1998) encontramos que esse termo foi proposto inicialmente por Édouard Pichon, em 1928, no artigo “Sobre a significação psicológica da negação em francês”, tomando emprestado do discurso jurídico o adjetivo “forclusivo”, que se refere a um direito *não exercido no momento oportuno*⁸⁰. Como diz Lacan no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1955-56),

... seja qual for a identificação pela qual o sujeito assumiu o desejo da mãe, ela desencadeia, por ser abalada, a dissolução do tripé imaginário [...] Sem dúvida, a adição do inconsciente adverte o sujeito *desde muito cedo* de que, na impossibilidade de ser o falo que falta à mãe, resta-lhe a solução de ser a mulher que falta aos homens. (E:1958a, p. 572, grifo meu)

80 No dicionário Houaiss encontramos: “privação de uma faculdade ou de um direito por não executá-los no tempo devido” (p. 1371).

Ora, a ideia de antecipação associada ao *a posteriori* está presente, como vimos, desde o início do ensino de Lacan. Sua concepção de tempo lógico foi apresentada pela primeira vez no texto "O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada" (E:1945a). A partir de um sofisma⁸¹, coloca-se um enigma que só poderá ser solucionado a partir de escansões que produzem uma temporalidade lógica⁸²: diante de três prisioneiros, apresentam-se cinco discos, sendo que *três brancos e dois pretos*. O diretor lhes anuncia que será colocado um disco nas costas de cada um, de modo a que seja possível ver o disco dos companheiros, mas não se possa ver o seu. Será libertado aquele que descobrir primeiro qual a cor de seu próprio disco. O primeiro raciocínio que se poderia fazer, de saída, seria o seguinte: se o prisioneiro A visse dois discos pretos nos companheiros, logo, por exclusão, seu disco seria branco (já que só há dois pretos). Entretanto, o que ele vê são dois discos brancos, e assim, cria-se um paradoxo: já que suas chances de ser preto ou branco continuam as mesmas, cria-se um indecível. O único modo de apreender algo sobre a cor de seu disco é interrogar como os outros o veem, observando a reação deles. O que torna o jogo mais interessante é pensar que cada um dos prisioneiros está, por sua vez, fazendo esse mesmo raciocínio de A. De acordo com o primeiro raciocínio lógico, se houvesse dois discos pretos, o portador do disco branco certamente já teria saído. Se ninguém saiu imediatamente é porque ninguém viu dois pre-

81 Segundo Mora (1975): "Sofisma ou falácia é uma refutação aparente (refutação sofisticada) e também um silogismo aparente (silogismo sofisticado), mediante os quais se quer defender algo falso e confundir o opositor" (tradução minha).

82 Segundo Roudinesco (1993): "Lacan tomara conhecimento desse sofisma durante uma noite, em fevereiro de 1935, na casa de Sylvain Blodin. Foi lá que encontrou pela primeira vez André Weiss, o qual lhe contou a história sem lhe dar a solução (p. 188)". Ainda segundo Roudinesco, no texto sobre o tempo lógico, Lacan "lançava-se de saída num ataque à concepção sartriana da liberdade tal como acabava de exprimir-se em *Huis clos* (Entre quatro paredes), cuja primeira representação tivera lugar em 27 de maio de 1944" (p. 189).

tos nas costas dos companheiros. Mas, como vimos, o prisioneiro A está vendo que os outros dois são brancos; portanto, só ele mesmo poderia ser preto. Ainda seguindo essa lógica, o sujeito pensa que, se ele fosse preto, os outros dois, seguindo o mesmo raciocínio, se saberiam brancos e sairiam. Assim, a própria hesitação dos outros faz com que o sujeito perceba que ele também é branco. Todos seguem essa mesma lógica e fazem simultaneamente o movimento de sair. Isso provoca uma escansão que suspende a ação. O sujeito deduz, então, que se os outros tiveram intenção de sair, ele deve ter concluído errado. Mas como os outros igualmente recuam, por estar fazendo o mesmo raciocínio, cada um conclui que estava certo e deve precipitar-se a sair rapidamente. Saem, então, os três simultaneamente.

Com esse sofisma, Lacan propõe que, a partir das duas escansões, três tempos se delimitam: o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir:

Isolam-se no sofisma três *momentos da evidência*, cujos valores lógicos irão revelar-se diferentes e de ordem crescente. Expor sua sucessão cronológica ainda é espacializá-los segundo um formalismo que tende a reduzir o discurso a um alinhamento de sinais. Mostrar que a instância do tempo se apresenta de um *modo* diferente em cada um desses momentos é preservar-lhes a hierarquia, revelando neles uma descontinuidade tonal, essencial para seu valor. Mas captar na *modulação* do tempo a própria função pela qual cada um tem desses momentos, na passagem para o seguinte, é reabsorvido, substituindo apenas o último que os absorve, é restabelecer a sucessão real deles e compreender verdadeiramente sua gênese no movimento lógico. (E:1945a, p. 204)

Assim, o instante de ver é simultâneo ao tempo para compreender, só se separando dele pela primeira escansão; e o momento de concluir, por sua vez, é simultâneo ao ato.

Se o tempo de compreender, necessário, não puder ser atravessado, ele cristaliza-se justamente no atributo ignorado do sujeito. É a pura reciprocidade, que faz com que o sujeito fique com a conclusão errada, aprisionado no imaginário.

Sobre essa questão, Colette Soler dirá, no texto "O tempo em análise", que "o sujeito em Lacan é algo lógico, não é algo vivido ou que se esteja vivendo". Além disso, acrescenta:

A lógica (que Lacan utiliza) inclui o tempo [...] A ideia do texto sobre o tempo lógico é que, ao contrário do que acontece quando estamos na lógica clássica, as escansões temporais fazem parte das operações do sujeito. Dito de outra forma, existe um tempo intrínseco ao sujeito. Poderíamos chamá-lo de tempo de produção do sujeito (03/08/1983).

Ainda quanto a esse aspecto, Eric Porge, no livro *Psicanálise e tempo*, cita a versão do texto sobre o tempo lógico de Lacan publicada no *Cahiers d'Art*, na qual ele diz:

Longe de trazer um dado de experiência externa ao progresso lógico, as escansões suspensivas (referindo-se, aqui, ao recuo dos prisioneiros a partir do posicionamento dos outros, após a primeira assertiva) nada mais representam que as instâncias do tempo integradas ao processo lógico, registradas na sua conclusão e que se desenvolvem numa verdadeira experiência lógica para verificá-lo. (Porge, 1994, p. 31)

A respeito do momento de concluir, Lacan afirma:

Não é em razão de uma contingência dramática, da gravidade do que está em jogo, ou da emulação do jogo que o *tempo urge*; é na urgência do movimento lógico que o sujeito precipita simultaneamente seu juízo e sua saída, a modulação em que a tensão do tempo inverte-se na tendência ao ato que evidencia aos outros que o sujeito concluiu. (E:1945a, p. 206, grifo meu)

Urgência e ato são, portanto, elementos indissociáveis dessa escolha forçada entre o ser e o sentido, na qual o que Lacan chama *fator letal* da alienação faz parir (separare), ou seja, engendrará um sujeito. Trata-se, portanto, de extrair as consequências dessa urgência, que se traduz num ato de conclusão, para a concepção de sujeito com a qual estamos operando em psicanálise. O tempo de compreender, nesse sentido, é um tempo que só se produz *a posteriori*, ou seja, a partir da própria conclusão. Nesse sentido, estendê-lo indefinidamente não deixa de ser também uma decisão que pode implicar, no caso do sofisma, em permanecer aprisionado. Desde muito cedo: pois a suspensão do ato já é, em si, uma decisão.

Quando Lacan avança no sentido de uma formalização topológica, articulando o próprio conceito de significante à noção de corte, torna-se ainda mais evidente a articulação dos três tempos que se delimitam *nachträglich* a partir da duplicação do corte (escansões) na estrutura, revelando uma sincronia que já se pressentia na ideia de antecipação. Veja-se o que ele diz a respeito no Seminário sobre *A identificação*:

Por que o significante, em sua encarnação corporal, isto é, vocal, sempre se tem apresentado a nós como de essência descontínua? Não tínhamos, então, necessidade da superfície; a descontinuidade o constituía. A interrupção no sucessivo faz parte de sua estrutura. Essa dimensão temporal faz parte do funcionamento da cadeia significante que articulei primeiramente pra vocês como sucessão, tem como consequência que a escansão introduz um elemento a mais além da divisão, a interrupção modulatória, *ela introduz a pressa que eu inseri enquanto pressa lógica* [grifo meu]. É um velho trabalho, *O tempo lógico*. O passo que tento fazê-los dar já começou a ser traçado, é aquele onde se enlaça a descontinuidade com o que é a essência do significante, a saber, a diferença [...] Mesmo a repetir o mesmo, o mesmo, ao ser repetido, se inscreve como distinto. Onde está a interpolação de uma diferença? Residirá ela somente no

corte – é aqui que a introdução da dimensão topológica, para além da escansão temporal, nos interessa – ou nesse algo de outro que chamaremos de simples possibilidade de ser diferente [...] Ou seja, que a diferença está no corte, ou na possibilidade sincrônica que constitui a diferença significante. (SIX:1961-62, aula de 16/05/1962).

Em vários momentos de seu ensino, pode-se acompanhar essa ênfase colocada na “pressa lógica” da estrutura, que define *a priori* os momentos subsequentes. Essa concepção é fundamental para encaminharmos um ponto delicado que frequentemente se presta a mal-entendidos: a antecipação exigida pelo encontro marcado que impõe uma escolha forçada entre o ser e o sentido – escolha essa fundante do sujeito em sua excentricidade lógica com a causa de seu desejo – determina a entrada na estrutura e a modalidade de relação do sujeito com o significante. O determinismo estrutural, nesse sentido, é minimalista, já que, se por um lado, ele aprisiona o sujeito numa certa relação com a linguagem (já que não há como um ser humano estar fora desse mínimo, seja qual for sua estrutura clínica), por outro há uma “margem de liberdade” bastante ampla na estrutura para que o sujeito possa tomar suas decisões e fazer suas “escolhas” a partir das contingências e vicissitudes do que costumamos chamar “história”.

Esse ponto relativo ao que chamo “mínimo de estrutura” é crucial para a sustentação do argumento que estou desenvolvendo, já que tanto o “estruturalismo”, enquanto movimento da história de pensamento, quanto sua tomada particular na psicanálise de orientação lacaniana se prestaram a críticas no sentido de uma generalização que prioriza o universal em detrimento da contingência histórica – no caso, por exemplo, da antropologia – e das peculiaridades dos estágios ou fases – no caso da psicanálise.

É importante ressaltar, portanto, que, do meu ponto de vista, no que se refere especificamente à psicanálise, tomar o

conceito de estrutura clínica nesse sentido do universal incorre numa simplificação. O conceito de estrutura clínica em Lacan está bem longe de apagar a singularidade – pelo contrário, trata-se da ideia de uma estrutura aberta⁸³ que privilegia a resposta de cada um pela via do ato.

Evidentemente, não se trata de dizer que, desde que o traço inscreveu-se no ser vivo – provocando a extração do objeto *a* no campo do Outro, o assujeitamento ao intervalo significativo e a recuperação da perda de gozo provocada por essa operação no nível da fantasia inconsciente –, todo o seu destino já está definido, sua história escrita.

A “decisão fundante”, desse modo, gera a série contingencial que escreverá a cada momento o destino do sujeito, a partir do que Lacan chamou “voltas da demanda”, sendo que, a cada momento crucial do sujeito, ele encontrará o real que o causou:

O ponto ao qual chegamos agora, e que também jamais foi explicado de maneira satisfatória até aqui, é como ocorre que seja por esta via regressiva que o sujeito seja levado a um tempo que somos forçados a situar historicamente como progressivo. Há aqueles que, colocados diante deste paradoxo de saber como é remontando até a fase oral que se destaca a relação fálica, tentaram fazer-nos crer que, depois da regressão, seria preciso retomar o caminho em sentido contrário, o que é absolutamente contrário à experiência [...] Ao contrário, é à medida que são esgotadas até seu termo, até o fundo do prato, todas as formas de demanda, até a demanda zero, que vemos no fundo aparecer a relação da castração. *A castração se encontra inscrita como relação ao limite deste ciclo regressivo da demanda.* É isso que se trata de compreender topologicamente. (SX:1962-63, grifo meu)

83 A lógica do “não-todo” desenvolvida por Lacan a partir dos anos 1970 aponta justamente para uma sofisticação formal dessa ideia de estrutura aberta.

E é por isso que, embora Lacan sempre se refira à determinação – já que o sujeito não pode ser causa de si mesmo –, ele é igualmente incisivo quanto às “escolhas” e “decisões” do sujeito. Curiosamente, entretanto, no Seminário XI, ele diz que “o sujeito está condenado”: “A alienação consiste nesse vel que condena o sujeito a só aparecer nessa divisão [...] que, se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, de outro ele aparece como afânise” (SXI:1964a, p. 199).

A questão da decisão, portanto, coloca-se no nível da separação, embora essa operação inclua, logicamente, a própria alienação⁸⁴. Como nos alerta Soler:

O sujeito da alienação no Seminário 11 não é um sujeito novo [...] É um sujeito que perdeu seu ser e está dividido. O que realmente é novo no Seminário 11 é a introdução da separação. A introdução da alienação é nova somente no nível lógico [...] *A alienação é o destino. Nenhum sujeito falante pode evitar a alienação.* É um destino ligado à fala. Mas a separação não é destino. A separação é algo que pode ou não estar presente, e aqui Lacan evoca um velle, em francês um vouloir, em inglês a want, um querer. Isso é muito semelhante a uma ação pelo sujeito. *A separação requer que o sujeito “queira” se separar da cadeia significante* [grifo meu]. Mas há uma condição, no campo do Outro, para que ocorra a separação, já que aqui trata-se de um Outro a quem falta alguma coisa: a separação tem uma condição: o encontro com a falta do desejo. (1997, p. 62-63)

No livro *O desejo do psicanalista – Liberdade e determinação em psicanálise* (2000), Diana Rabinovich desenvolve

84 É importante precisar que se faz necessária uma distinção quanto aos modos de alienação segundo as estruturas clínicas. Os esquemas propostos por Lacan, a partir dos círculos de Euler, tal como vimos no capítulo 3, referem-se à estrutura neurótica, na qual a alienação não vai sem a separação.

uma extensa discussão sobre essa questão. Novamente ela aponta para o jogo etimológico que Lacan realiza com o termo separare, que remete a engendrar-se, mas também ao *pars*, ou seja, a parte, o objeto. Assim, se a liberdade que está em jogo na alienação é a liberdade do “desaparecimento” – da morte –, o querer que se encontra do lado da separação é da ordem do “desejo do desejo” do Outro: “Pode o Outro me perder?”.

Neste sentido, segundo Rabinovich, a ética da psicanálise não pode ser de modo algum confundida com o determinismo absoluto do estoicismo ou do cristianismo. Ela afirma:

... este é o ponto que permite operar em psicanálise, que nossa determinação seja contingente. Contingência que nos permite assumir nossa causação, porque, se nossa causação fosse absolutamente necessária, não haveria psicanálise, não seria possível se livrar do Seja feita tua vontade! referente ao Outro [...] Apesar disso, pode-se ir ou não ao encontro marcado. (2000, p. 123)

Ainda em relação à ênfase na decisão do sujeito, Rabinovich assinala a predominância, em Lacan, da função da “perda buscada” em contraponto ao luto, “cujas consequências clínicas são extremamente importantes e mais do que evidentes na psicanálise com crianças” (p. 137). Assim, ela nos indica que:

A separação implica uma posição ativa do sujeito a respeito de sua perda. Ao brincar com a perda do que ele é como objeto causa para o Outro, o surgimento do desejo do Outro fará deste o lugar onde o fantasma se instalará, reunindo o produto da alienação, o \$ com o *a*, o produto da separação. (2000, p. 138)

A meta da psicanálise, então, “é que o sujeito obtenha certa margem de liberdade em relação ao lugar que ocupou como objeto do desejo como desejo do Outro” (p. 145).

Faz-se necessário, a partir dessas considerações, interrogar a lógica da fantasia – o que faremos no próximo capítulo – a partir da seguinte indicação de Lacan: “A fantasia constitui o enquadre da realidade: isso é aí evidente! E seria também impossível de deslocar, *não fosse a margem deixada pela possibilidade de exteriorização do objeto a*” (SX:1962-63, grifo meu).

Ascensão

Depois que iniciei minha ascensão para a infância,
Foi que vi como o adulto é sensato!
Pois como não tomar banho nu no rio entre pássaros?
Como não ascender ainda mais até na ausência da voz?
(Ausência da voz é infância, com t, em latim.)
Pois como não ascender até a ausência da voz –
Lá onde a gente pode ver o próprio feto do verbo – ainda
sem movimento.
Aonde a gente pode enxergar o feto dos nomes – ainda
sem penugens.
Por que não voltar a apalpar as primeiras formas de
pedra. A escutar
Os primeiros pios dos pássaros. A ver.
As primeiras cores do amanhecer
Como não voltar para onde a invenção está virgem?
Por que não ascender de volta para o tartamudo!

(Manuel de Barros, *Tratado geral das grandezas do ínfimo*)

CAPÍTULO 5

A CONSTRUÇÃO DA FANTASIA: O LUGAR DO INFANTIL

O valor da psicanálise está em operar
sobre a fantasia.

(Lacan, 1968d[1967], p. 364)

O CONCEITO LACANIANO DE FANTASIA FUNDAMENTAL enquanto enquadre da realidade responde a uma questão antiga e polêmica na psicanálise, qual seja, a da possibilidade de distinção entre realidade e fantasia. Tal como mencionei na Introdução deste trabalho, a partir do ensino de Lacan pode-se compreender a virada teórica realizada por Freud do trauma à fantasia, como a substituição da infância – no nível da cronologia – pelo infantil – enquanto lugar. A passagem do infantil à estrutura implica, como vimos, uma operação que deixa um resto inacessível ao saber inconsciente. É, entretanto, a partir da lógica da fantasia que o sujeito pode construir uma ficção sobre a causa de seu desejo.

O conceito de fantasia, sabemos, confunde-se com a própria invenção da psicanálise – desde que Freud se dá conta dos limites de sua “teoria da sedução”. É também a questão da fantasia – e sua conjunção e/ou disjunção com o conceito de realidade – que oferece a arena onde ocorrem os principais embates quanto ao atendimento psicanalítico com crianças.

É nesse contexto que a ideia lacaniana de fantasia fundamental permite um avanço muito significativo para o encaminhamento desse debate, como veremos a seguir. Ao longo do seu ensino, Lacan procurou extrair das questões freudianas uma possível formalização da fantasia fundamental, trazida, então, para o nível da estrutura. Trata-se – como já vimos nos capítulos precedentes – de encaminhar a problemática da estruturação da realidade, já que o saber instintivo está perdido para o ser humano. A partir dessa consequência da incidência do significante, será preciso reformular a questão da relação de objeto, incluindo aí a pulsão.

Ora, nessa perspectiva fica evidente por que Lacan critica duramente a ideia kleiniana das protofantasias, pois a Outra cena (cena primária) jamais poderia ter sido anterior ao significante, já que ela mesma é um efeito do significante. Frequentemente, aliás, Lacan retoma o caso do Homem dos Lobos – no qual Freud se debate sobre a realidade da cena primária – para tratar essa questão. Em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” ele afirma: “Não se trata, na anamnese psicanalítica, de realidade, mas de verdade”:

Freud exige uma objetivação total da prova quando se trata de datar a cena primária, mas supõe, sem mais aquela, todas as ressubjetivações do acontecimento que lhe pareçam necessárias para explicar seus efeitos a cada volta em que o sujeito se reestrutura, isto é, tantas reestruturações do acontecimento quantas se operem, como se exprime ele *a posteriori*. (E:1953a, p. 257, grifo meu)

A noção do *a posteriori* será fundamental para encaminhar a questão da construção da fantasia e sua relação com a memória. No Seminário II, Lacan trabalha minuciosamente os níveis da percepção, da memória e da realidade – retomando os esquemas freudianos na *Entwurf* na *Traumdeutung* –, re-

lacionando-os com sua proposta de “formação do eu” a partir do esquema ótico e, finalmente, construindo o Esquema L, que, como vimos no capítulo 3, articula a função imaginária do eu com o discurso do inconsciente.

A partir dessa formalização, Lacan propõe uma diferenciação entre memória e rememoração, nos seguintes termos:

Não há, em todo caso, nenhuma razão para identificar essa memória, propriamente definível da substância viva, com a *rememoração, agrupamento e sucessão de acontecimentos simbolicamente definidos, puro simbólico a engendrar, por sua vez, uma sucessão [...]* Não é o que vem depois que é modificado, porém tudo o que está antes. Temos um efeito do só depois – *nachträglich*, como Freud o expressa – específico da estrutura da memória simbólica, ou seja, da função da rememoração. (SII:1954-55, p. 234, grifo meu)

A clínica psicanalítica, portanto, é o que permite ao sujeito construir sua fantasia fundamental a partir da rememoração, da reestruturação e da ressubjetivação, possibilitadas pelas “voltas” provocadas pelo automatismo de repetição ou, em termos lacanianos, o deslocamento significante. Essa questão remete aos pontos que foram tratados no capítulo anterior, referentes tanto à questão da estruturação psíquica quanto à questão da margem de liberdade. Se a fantasia é, por um lado, uma ressubjetivação ocorrida sob transferência, está, por outro, determinada pelas leis da linguagem que regulam a relação do sujeito com o objeto. Há, portanto, na fantasia, um nível estrutural necessário e outro que é contingente.

No nível estrutural, a fantasia é, nesse momento do ensino de Lacan, *uma montagem do imaginário pelo simbólico*, como fica claro no “Seminário sobre a carta roubada” de 1955, texto onde ele articula o automatismo de repetição freudiano com a matriz simbólica determinante do sujeito.

A partir de sua tese fundamental de que no ser humano o objeto é sempre perdido, Lacan retoma o jogo do *Fort-Da*⁸⁵ para mostrar que é “no ponto zero do desejo que o objeto humano sucumbe à captura que, anulando sua propriedade natural, passa desde então a sujeitá-lo às condições do simbólico” (E:1955b, p. 51). Aliás, em relação ao *Fort-Da*, Lacan já havia dito em “Função e campo da fala e da linguagem”: “*Fort! Da!* É realmente já em sua solidão que o desejo do filho do homem torna-se o desejo de um outro, de um alter ego que o domina e cujo objeto do desejo é, doravante, seu próprio sofrimento” (E:1953a, p. 320).

O *Fort-Da* passa a ser tomado, então, por Lacan como o paradigma da relação de objeto determinada pelo par presença-ausência próprio da “negatividade material” do significante – e será retomado em todos os desdobramentos posteriores que ele elabora no conceito de “fantasia fundamental”.

O primeiro desses desdobramentos é a articulação da fantasia com uma frase que modula as escolhas do sujeito, frase essa cujas leis são aquelas da determinação simbólica. Podemos en-

85 O jogo do *Fort-Da* foi apresentado por Freud em 1920 no texto “Além do princípio do prazer”. Ele já havia se interessado pela compulsão das crianças em atirar objetos no texto “Uma lembrança de Goethe em *Poesia e verdade*” (1917). Nesse momento, porém, ao lado dos sonhos traumáticos e da transferência, tal jogo é uma manifestação da repetição – conceito que Freud trabalha para sustentar sua concepção de pulsão de morte. Trata-se de um jogo que Freud observou em seu netinho de 18 meses: a criança tinha o costume de atirar objetos fora de seu alcance de vista e pronunciar o som “o-o-o”, que foi interpretado por Freud como *fort* (fora). Freud percebeu que se tratava de um jogo inventado pela criança quando o viu brincar com um carretel, pronunciando o mesmo som quando esse se afastava, e um alegre *da* (aqui) quando reaparecia. Embora Freud interprete o carretel como representante da “presença-ausência” materna, ele, ao mesmo tempo, considera a possibilidade de tratar-se da própria criança – hipótese que será bastante explorada por Lacan a partir do Seminário X (1962-63). Afirma Freud em uma nota de rodapé: “Durante o longo tempo em que a criança havia permanecido só, havia achado um jeito de fazer-se desaparecer a si mesma. Havia descoberto sua imagem em um espelho que chegava quase até o chão, e então havia se agachado de modo a fazer com que sua imagem desaparecesse de seu olhos; isto é, ficar ‘fora’” (Freud, 1920g, p. 2512).

contrar essa ideia sobretudo no texto “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, no qual Lacan insiste no fato de que as articulações lógicas representadas na encenação onírica – que remetem à cena fantasmática – são homólogas às do discurso. E ele acrescenta: “Entre o significante enigmático do trauma sexual e o termo ao qual vem a substituir numa cadeia significante atual, passa a centelha que fixa num sintoma a significação inacessível ao sujeito” (E:1957b, p. 522).

No Seminário IV, Lacan reafirma sua posição quanto à relação imaginária ser essencialmente alienada, já que desconhece a relação entre o Sujeito e o Outro. Ele toma, então, o texto “Bate-se numa criança” como paradigma da “frase fantasmática” – na qual o sujeito está a um só tempo presente como agente e como objeto –, e que só pode ser construída sob transferência, já que é esta que possibilita colocar em jogo o nível do Outro em relação ao qual o neurótico nada quer saber.

Mais uma vez, o aspecto estrutural da retroação é enfatizado, em detrimento de uma possível hipótese regressiva:

O importante é que constatamos aí, de saída, uma perspectiva histórica que é retroativa. O sujeito formula e organiza uma situação primitiva dramática a partir do ponto em que estamos na análise, de uma maneira que se inscreve na sua palavra atual e no seu poder de simbolização presente. É assim que encontramos, pelo progresso da análise, o que se apresenta como a coisa primitiva, a organização primordial mais profunda. (SII:1956-57, p. 117)

Observe-se que encontramos também aqui essa espécie de contraponto entre a “organização primordial” e a “simbolização presente”, já que se trata sempre de uma “produção fantasística”. Nesse momento, essa produção pode ser tratada no nível de uma sintaxe, uma *montagem gramatical* na qual estão presentes três elementos: aquele que se submete, o agente e o sujeito. Esse último, é claro, está presente sempre de forma excentrada, já

que não podemos nos esquecer que o sujeito do inconsciente é o assujeitado. O que a frase irreduzível “Bate-se numa criança” revela, portanto – no terceiro tempo da construção da fantasia – é, na verdade, a posição estrutural do sujeito frente ao Outro.

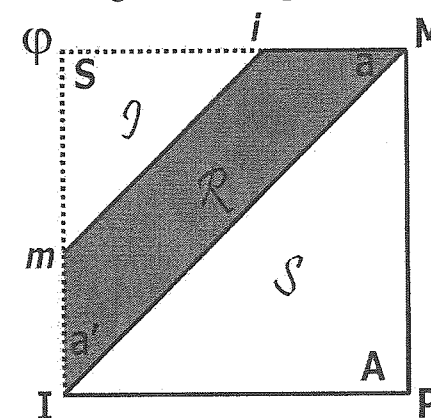
A fantasia, assim, é formulada como uma produção de linguagem que revela, a um só tempo, o assujeitamento estrutural à realidade do significante e a produção do sujeito na tentativa de responder à falta do Outro, tomada como demanda endereçada a ele. Lá onde não há referência na realidade, lá onde falta o saber sobre o que não há⁸⁶, o sujeito cria o objeto, positivando a falta que o constituiu. Assim, embora seja essa a lógica que sustenta o sujeito em toda a sua existência, modelando suas escolhas ao longo da vida, a fantasia, por outro lado, é construída na análise, já que a entrada em análise supõe a passagem para uma linguagem artificial que subverte o sujeito. Retomaremos essa questão mais adiante.

Nesse ponto exato em que Lacan se encontrava no que diz respeito à questão da fantasia, é fundamental nos referirmos ao texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1955-56), no qual ele elabora a fórmula da metáfora paterna que fornecerá – como vimos no capítulo 3 – o paradigma da constituição do sujeito do fim dos anos 1950 a partir de uma leitura estrutural do Édipo freudiano. Trata-se, então, para Lacan, de incluir a função paterna e o falo em seu esquema L, já que o “Complexo de castração” é tomado como o operador estrutural por excelência. Ele constrói, então, o “duplo ternário” que chamará “esquema R”, que “representa as linhas de condicionamento do perceptum ou, em outras palavras, do objeto, na medida em que essas linhas circunscrevem o campo da realidade, bem longe de apenas dependerem dele” (E:1958a, p. 559).

86 A partir dos anos 1970, podemos acrescentar que a fantasia responde ao “não há relação sexual” que a estrutura presentifica pelo fato de *A Mulher* ser “não-toda” fálica.

A realidade é, portanto, para o neurótico, estruturada a partir de dois triângulos: o primeiro formado pelo eu (*m*), a imagem especular (*i*) e a imagem fálica (ϕ); o segundo formado pelo Ideal de eu (*I*), o significante do objeto primordial (*M*) e o Nome-do-Pai (*P*):

Figura 22 – Esquema R



O *Nome-do-Pai*, portanto, é o significante que possibilita a sustentação da realidade, a partir da significação fálica, para o enigmático desejo da mãe; o que significa dizer que a realidade, enquanto correlata da fantasia, é sustentada pelo *Nome-do-Pai*, ordenador das relações de objeto no ser humano. O falocentrismo aqui retomado é, como nos lembra Lacan, “condicionado pela intrusão do significante no psiquismo humano” (E:1958a, p. 561), que orienta o desejo e ordena a partilha dos sexos a partir do complexo de castração.

Essa concepção fornecerá o modelo de cura analítica explicitado por Lacan no texto “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”: “A fantasia, em seu uso fundamental, é aquilo mediante o qual o sujeito se sustenta no nível de seu desejo evanescente porquanto a própria satisfação da demanda lhe subtrai seu objeto” (E:1958d, p. 643). Ou seja, a análise

é o que possibilita ao sujeito o reconhecimento do desejo enquanto evanescente no nível da “falta a ser”.

Entretanto, a partir dos anos 1960, como pudemos acompanhar nos capítulos precedentes, Lacan começa a trazer à tona a questão pulsional que havia ficado negligenciada pela tese da primazia do simbólico e do significante fálico (universal) como operador estrutural. A dialética do desejo, então, embora ordenada pelo falo enquanto significante é, ao mesmo tempo, regulada pela fantasia enquanto montagem pulsional. É exatamente esse aspecto que será tratado no texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo” (E:1960c), no qual se dá um passo fundamental para a elaboração da estrutura da fantasia inconsciente, trazida agora no nível da álgebra. Reafirmando que um estudo profundo da fantasia só pode situar-se na experiência analítica, Lacan propõe ligá-la ao momento de eclipse do sujeito sofrido por sua subordinação ao significante.

Gostaria de retomar um ponto fundamental, mencionado no capítulo 3, para tratarmos, agora, especificamente a questão da fantasia. Trata-se da seguinte afirmação de Lacan:

Isso é o que simboliza a sigla (\$*a*) que introduzimos, sob a forma de um algoritmo que, não por acaso, *rompe o elemento fonemático* constituído pela unidade significante até seu átomo literal. É que ele é feito para *permitir um sem-número de leituras diferentes*, multiplicidade admissível desde que o falado continue preso à sua álgebra. (E:1960c, grifo meu)

E acrescenta: “Esse algoritmo e seus análogos [...] não são significantes transcendentais; são os *índices de uma significação absoluta* que parecerá apropriada à condição da fantasia” (E:1960c, p. 830, grifo meu).

A questão que se nos coloca é a de como conciliar o “sem-número de leituras” com uma “significação absoluta”. Propo-

nho que a chave para compreender essa passagem esteja justamente na ruptura com o elemento fonemático em favor da álgebra. Lacan traz à tona algo que havia ficado negligenciado até então em seu ensino: a noção de objeto parcial. Essa parcialidade, entretanto, longe de ser entendida como “a parte de um todo”, é tomada num sentido completamente inovador, qual seja, o de que os objetos são parciais em relação à função que os produz, ou seja, eles são, digamos, parcialmente necessários. O que Lacan está articulando aqui é exatamente esse aspecto da demanda que não é satisfeito através dos objetos da necessidade; esse hiato que resta é o que chamamos “desejo”. Há, portanto, uma anterioridade lógica do desejo em relação à castração, o que faz com que ele proponha – como vimos no capítulo 3 – a existência de duas Leis: a Lei da “não satisfação universal” e o *Nome-do-Pai*, que “une o desejo à Lei”.

Assim, a própria pulsão é, nesse sentido, efeito do corte operado pelo significante que “distingue a pulsão da função orgânica que ela habita” (E:1960c, p. 831). É porque o grito da necessidade deve passar necessariamente pelo Outro, enquanto tesouro dos significantes, que o corpo pode ser recortado, delimitando as zonas erógenas. A demanda do Outro, então, resumida na frase *Che vuoi?*, passa a ser o paradigma propriamente dito da pulsão. Esse será um aspecto fundamental para a compreensão do algoritmo da fantasia como a resposta neurótica, ou “uma espécie de cálculo” (p. 835)⁸⁷ do que faltaria para ter acesso ao gozo. Nesse sentido, a fantasia enquanto

87 Essa questão do “cálculo” foi bastante trabalhada por Christian Dunker no livro *O cálculo neurótico do gozo* (2003): “A expressão *cálculo* costuma remeter à realização de uma medida ou a um conjunto de operações sobre números e símbolos algébricos na matemática ou na lógica. O termo *calculus* referia-se originalmente a uma pequena pedrinha utilizada para marcar tais operações, como as que se vê nos ábacos orientais. Uma pedra que acabou por metaforizar e condensar o conjunto das operações que ela permitia realizar. É nesse sentido de condensado ou precipitado que o termo *cálculo* aparece ainda no vocabulário da medicina. Esta pedra de gozo é o que Lacan apontava como crucial na análise do sintoma” (p. 15).

resposta ao $S(\mathcal{A})$ ⁸⁸ resolve a antiga questão freudiana a respeito do aspecto a um só tempo prazeroso e defensivo da fantasia, tal como explicita Lacan no Seminário VIII: *A transferência*:

A análise descobriu, como sabemos, que aquilo com que o sujeito tem a ver é o objeto da fantasia, na medida em que este se apresenta como o único capaz de fixar um ponto privilegiado naquilo a que é preciso chamar, com o princípio do prazer, uma economia regulada pelo nível do gozo. (SVIII:1960-62, p. 239)

Pois se a fantasia é o modo de o neurótico se proteger na falta do Outro, ela é, por outro lado, o que possibilita que o gozo seja alcançado (via falo) “na escala invertida da lei do desejo”:

O neurótico, de fato, histérico, obsessivo ou, mais radicalmente, fóbico, é aquele que identifica a falta do Outro com sua demanda, Φ com D . Daí resulta que a demanda do Outro assume a função de objeto em sua fantasia, isto é, que sua fantasia reduz-se à pulsão: ($\$D$). Por isso é que o catálogo das pulsões pôde ser organizado no neurótico. (E:1960c, p. 838)

É importante destacarmos que vemos aí um início de formalização que desembocará, em seguida, no conceito de objeto a . Embora ele ainda esteja relacionado aos objetos pulsionais, Lacan propõe que é o próprio sujeito quem está, na fantasia fundamental, ocupando o lugar de objeto. Surpreende também, a antecipação de uma precisão conceitual – que será explicitamente tratada, como já mencionamos, apenas no Seminário X (1962-63) – que é a não especularização do objeto a : “É a esse objeto inapreensível no espelho que a imagem especular dá sua vestimenta” (E:1960c, p. 832).

88 Veja-se o lado esquerdo superior do “grafo do desejo”, apresentado na p. 175 do capítulo 3.

A fantasia, portanto, é “simultaneamente flexível e inextensível” (p. 841) graças a seu duplo aspecto: um, alcançável pela linguagem, e outro, estranho à linguagem⁸⁹. Quanto a esse último, Lacan dedicará os próximos anos a formalizá-lo. Já no Seminário VIII, Lacan aponta para a diferenciação entre o objeto a e o falo enquanto operador que possibilita a realização das trocas. Esse aspecto será exaustivamente tratado no Seminário X – como já foi mostrado –, e será retomado de modo muito significativo no Seminário XIV: *A lógica da fantasia* (1966-67). Em 1961, Lacan afirma:

O objeto verdadeiro, autêntico, de que se trata quando falamos de objeto, não é de modo algum apreendido, transmissível, cambiável. Ele está no horizonte daquilo em torno do que gravitam nossas fantasias. E, no entanto, é com isso que devemos fazer objetos que, por seu lado, sejam cambiáveis. (SVIII:1960-61, p. 240)

Mas é no Seminário IX (1961-62) que Lacan avança de modo significativo em sua busca do estatuto próprio do objeto do desejo, a partir da fantasia fundamental. Ele está trabalhando – como vimos no capítulo 3 – a função do corte na constituição do sujeito. A inscrição do traço, lembremos, é algo da ordem de um corte que promove, no ser humano, o apagamento dos rastros que possibilitam, no animal, uma relação de objeto instintivamente condicionada. Esse corte, portanto, opera efeitos indeléveis tanto no nível do sujeito quanto no do objeto: “O sujeito, enquanto marcado pelo significante, é, propriamente, na fantasia, *corte de a*” (aula de 16/05/1962).

Neste sentido, ele reformulará as articulações dos modelos ópticos, já que há algo que escapa à especularização. É nesse ponto que Lacan retoma o que ele chama “folclore analítico” – o jogo do *Fort-Da*. Nada desse jogo poderia ser compreendido

89 Veja-se a nota 23 do capítulo 3 (176), a respeito dessas duas vertentes.

sem o “desaparecimento do objeto” que precede sua reaparição. Em outras palavras, o significante engendra o intervalo necessário para a extração do objeto e o aparecimento efêmero do sujeito do inconsciente.

Na aula de 24/01/1962, Lacan é bastante explícito:

O que é o objeto *a*? Coloquemos em seu lugar a pequena bola de pingue-pongue, isto é, nada, o que quer que seja, qualquer suporte do jogo de alternância do sujeito no *Fort-Da*. Aí vocês veem que não se trata estritamente de nada além da passagem de *a+* ao *a-*. *Trata-se não simplesmente da presença, nem da ausência do pequeno a, mas da conjunção dos dois, do corte* [grifo meu]. É da disjunção do *a+* e do *a-* que se trata, e é aí que o sujeito vem se alojar como tal.

No ano seguinte, em seu Seminário sobre “A angústia”, Lacan novamente relaciona o *Fort-Da* ao objeto *a*, tomando-o como o paradigma da fantasia fundamental como resposta à angústia provocada pela demanda do Outro, “um engodo da estrutura fantasmática do neurótico que permitiu dar esse primeiro passo que se chama pulsão” (SX:1962-63, aula de 12/12).

É também essa articulação que podemos acompanhar de modo mais elaborado no Seminário XI:

Quando Freud percebe a repetição no brinquedo de seu neto, no *Fort-Da* reiterado, pode muito bem sublinhar que a criança obstrui o efeito do desaparecimento de sua mãe fazendo-o agente dele – este fenômeno é secundário [...] Pois o jogo do carretel é a resposta do sujeito àquilo que a ausência da mãe veio criar na fronteira de seu domínio – *a borda de seu berço* –, isto é, um fosso em torno do qual ele nada mais tem a fazer senão o jogo do salto. *Esse carretel não é a mãe reduzida a uma bolinha* [...] Se é verdade que o significante é a primeira marca do sujeito, como não reconhecer aqui que o objeto ao qual essa

oposição se aplica em ato, o carretel, é ali que devemos designar o sujeito.⁹⁰ *A este objeto daremos ulteriormente seu nome de álgebra lacaniana – o a minúsculo* [grifo meu]. (SXI:1964a, p. 63)

Ao lado do jogo do *Fort-Da*, Lacan revisita o caso do “Homem dos Lobos” como uma “imagem exemplar do que é o pequeno *a*” na fantasia fundamental “quando ela pode se aproximar do campo externo, do campo daquilo dentro do qual uma simetria pode permitir o erro especular” (SIX:1961-62, aula de 20/06). Mas o importante, afirma Lacan, “é que o que ele vê, em sua fantasia, é \$, ele mesmo, na medida em que ele é corte de *a*. Os *pequenos a* são os lobos”.

A cena entrevista pela “janela aberta” que aparece no sonho revela esse “quadro” que é próprio da “função da fantasia, sob seu modo mais angustiante”. Esta, então, “não é outra coisa senão a catatonia do sujeito, da criança enfeitiçada, fascinada pelo que ela vê”. E pode-se acrescentar: “Que se trate de alguma coisa que faça eco a esse polo que definimos como aquele de gozo, isso parece inquestionável” (SX:1962-63, aula de 29/05).

No Seminário XI, Lacan esclarece que “não é só que o sujeito seja fascinado pelo olhar desses lobos. É que o olhar deles, fascinado, é o próprio sujeito” (1964a, p. 237).

É o que permite finalmente a Lacan articular a fantasia com esse corte que “faz parir” a um só tempo o sujeito e o objeto em sua relação de ex-centricidade fundamental. Esse mínimo de estrutura é o que permite ao sujeito orientar-se no nível do gozo e do desejo, construindo sua singular “realidade psíquica”:

90 Lacan está fazendo referência, nesse momento, à nota de Freud em “Além do princípio do prazer” (1920g), já citada neste capítulo.

A dimensão do significante, o que é senão, se querem, um animal que na perseguição de seu objeto é preso em alguma coisa tal que a perseguição desse objeto deva conduzi-lo a um outro campo de traços onde a própria perseguição não toma mais, desde então, senão valor introdutório. *O fantasma, o \$ em relação ao a toma aqui valor significante da entrada do sujeito neste algo que vai levá-lo a esta cadeia indefinida de significações que se chama destino.* Pode-se dele escapar indefinidamente, a saber, que isso que se trataria de reencontrar é justamente o começo, como ele entrou nesse negócio de significante. (SX:1962-63, aula de 12/12, grifo meu)

Mas há ainda um passo a ser dado, que se refere à necessidade que Lacan percebe de formalizar a fantasia como uma escrita, já que ela tem relação com o impossível de nomear, ou seja, o Real. No Seminário XIV: *A lógica da fantasia* (1966-67), Lacan retoma mais uma vez o caso do “Homem dos Lobos”, dizendo que “a associação livre nos conduz sobre o plano da estrutura de rede em uma dimensão que não é a da realidade, mas a da *verdade*”. Trazer à tona a questão da verdade é profundamente instigante, dada a complexidade de como esse conceito é tratado na obra de Lacan. Neste caso específico, o essencial, segundo Lacan, é saber “de que modo o sujeito pôde articular essa cena em significantes, quer dizer, verificá-la em todo seu ser e por seu sintoma, isto é, como pode articulá-la em significantes” (aula de 7/12/1966). A questão, dirá Lacan, é indagar a relação da verdade ao significante.

Ora, mas o que significa deslocar o debate do plano da realidade para o da verdade? Podemos entender que a questão que sempre norteou a teorização lacaniana a respeito da fantasia, numa viva interlocução com pistas deixadas por Freud – ou seja, a necessidade de oferecer uma formalização da realidade no nível da estrutura da linguagem –, é agora deslocada para um projeto de matemização cujo principal objetivo é a transmissão do registro do *real*. Esse projeto é explicitado no texto de resumo do Seminário XIV: “a lógica que nos propusemos supõe não haver outra entrada para o sujeito no real senão a fantasia” (OE:1969a,

p. 326). E também no texto “Da psicanálise em sua relação com a realidade” (1967):

... é pelo gozo que a verdade vem resistir ao saber. É isso que a psicanálise descobre naquilo a que chama sintoma, verdade que se faz valer no descrédito da razão. Nós, psicanalistas, sabemos que a verdade é a satisfação a que o prazer só se opõe na medida em que ela se exila no deserto do gozo. [...] A realidade, em vista disso, é comandada pela fantasia como aquilo em que o sujeito se realiza em sua própria divisão. (OE:1968c, p. 357)

Temos, então, de um lado, a questão do significante; de outro, a questão da verdade. A articulação entre esses dois aspectos será proporcionada exatamente pela lógica da fantasia.

Em primeiro lugar, Lacan reafirma que a estrutura da fantasia é a estrutura do significante e retoma o Seminário IV a respeito da relação imaginária ser essencialmente alienada, pois desconhece a relação entre o Sujeito e o Outro. Aqui, entretanto, ele avança no sentido de indicar “em que essa relação se articula em termos propriamente lógicos (revelando radicalmente a função do significante)”.

A função do significante exclui o princípio aristotélico da identidade (uma coisa é sempre igual a si mesma), já que, ao contrário, a definição do significante é exatamente a de não poder significar-se a si mesmo. Não há, portanto, universo do discurso, já que o que constitui a cadeia é justamente um significante “a mais”, incontável. Essa definição é trazida como um axioma que põe em jogo a questão da identidade. Aqui encontramos novamente uma referência ao Seminário IX sobre a identificação quanto à função do traço unário como fundante da cadeia significativa. Por outro lado, para formalizar a afirmação de que não há universo do discurso, Lacan recorre ao paradoxo de Russel: “O catálogo de todos os catálogos exclui a si mesmo”.

Neste ponto, é dado um passo fundamental, articulando a lógica com a função da escrita. Para demonstrar logicamente

que não há universo do discurso, Lacan recorre ao “axioma da especificação”⁹¹ de Russel, a partir do qual se pode extrair a conclusão de que existe uma escrita lógica para a impossibilidade, ou seja, não é o mesmo o que se escreve e o que se diz. Na aula de 07/12, ele afirma que é exatamente a relação entre a lógica e a escrita o que permitirá àquela enfrentar o problema da verdade, demonstrando, assim, a importância da passagem da lógica proposicional fundada por Aristóteles – que ficava no plano da enunciação – para a lógica formal que se constrói no nível da escrita. O princípio aristotélico da não contradição colocava a questão da verdade no nível da realidade: “É impossível que exista um homem que não seja mortal, se sabemos que todo homem é mortal.” Algo é ou não é (sendo impossível a existência de duas proposições contraditórias). A lógica formal permite “escrever o impossível”, dado que o quadro lógico das implicações escreve ligações em que se verifica o “valor de verdade”, e não a realidade das proposições.

A fantasia, assim, constitui-se como a referência do sujeito, lá onde não há referência – já que a linguagem não tem referência na realidade. Nesse sentido, embora seja essa a lógica que sustenta o sujeito neurótico, enquanto montagem, a fantasia é construída na análise, pois a entrada em análise supõe a passagem da linguagem comum a uma linguagem artificial que marca a singularidade da construção fantasmática sob transferência.

91 “A todo conjunto A e a toda condição $S(x)$ corresponde um conjunto B, cujos elementos são precisamente aqueles x de A para os quais se cumpre a função $S(x)$.” Ou seja: o que define o conjunto está fora dele:

$B = \{x \in A; S(x)\}$

Ex: $A = \text{homens}; S(x) = \text{ser casado}; B = \text{“homens casados”}$

Entretanto, e se $S(x)$ for: $x \in E' x$

$B = \{x \in A; x \in E' x\}$

Então: $y \in B$ se $y \in A$ e $y \in E' y$

Questão: B pertence a A?

Paradoxo: “Há pelo menos um conjunto B que não pertence à classe original A”

Assim sendo, a fantasia é a escrita do impossível, pois tal como no paradoxo de Russel, ela escreve a impossibilidade da relação sexual, a impossibilidade da relação de objeto, ou seja, ela aponta, inexoravelmente, para aquilo que quer ocultar: a falta estrutural do significante para nomear o ser.

É tarefa fundamental, portanto, discriminar o nível lógico da fantasia de sua construção em análise. No nível lógico – como Lacan desenvolveu desde o Seminário IX –, o instante da fantasia é o que estabelece a topologia própria ao sujeito neurótico, permitindo a montagem da realidade. A fantasia é, neste sentido, correlata ao momento da constituição do sujeito no qual um ato produz a separação e o cálculo da demanda no nível do desejo. É essa particularidade estrutural, que fixa o sujeito num sentido, que dizemos ser própria da neurose. Essa propriedade neurótica é esclarecida por Lacan, quando afirma:

A resposta ao *que sou eu?* não é nenhuma outra coisa de articulável, da mesma forma em que lhes disse que nenhuma demanda é suportada. Ao *que sou eu?* não há outra resposta no nível do Outro que o *deixa-te-ser*. E toda precipitação dada a essa resposta, qualquer que seja ela no nível da dignidade, criança ou adulto, não passa de *eu fujo ao sentido deste deixa-te-ser*. (SVIII:1960-61, p. 239)

Essa fixação, entretanto, deixa entrever uma margem de liberdade que permite ao sujeito construir suas ficções e realizar sua trajetória na estrutura. Essa indicação é fundamental, já que justamente essa possibilidade de trânsito, de transição – que está implícita no termo “travessia” – é visada pelo ato analítico, via operação transferência. A própria transferência necessita dessa mobilidade do sujeito, já que produz um primeiro deslocamento – ou retificação subjetiva, como costumamos dizer – que engloba o analista na fixidez da fantasia.

O que existe em comum entre o *Fort-Da* do garotinho de 18 meses, o cavalo de Hans, o olhar dos lobos do “Homem

dos Lobos” ou a cauda do abutre de Leonardo é a lógica da tentativa que cada um faz para posicionar-se subjetivamente a partir da falta estrutural do Outro. Por outro lado, é fundamental para a clínica levarmos em conta que: “... esse jogo dos significantes, com efeito, não é inerte, já que é animado,”⁹² em cada partida particular, por toda história da ascendência dos outros reais que a denominação dos Outros significantes implica na contemporaneidade do sujeito” (E:1958a[1956], p. 558).

Em relação ao jogo dos significantes e à contemporaneidade do sujeito, penso ser muito esclarecedor o texto de Freud “Os escritores criativos e as fantasias” (1908e). A tese central desenvolvida nesse texto é a de que as fantasias dos adultos correspondem aos jogos infantis, sendo, em realidade, uma substituição a eles. Poderíamos dizer que há uma mesma estrutura nos jogos e nas fantasias. As diferenças observadas entre a explícita satisfação que as crianças extraem dos jogos infantis e a aparente vergonha com a qual os adultos tratam seus devaneios devem-se, muito mais, às exigências sociais de seriedade e coerência a que esses últimos são submetidos. Aliás, a que são submetidos especificamente em nossa sociedade – devemos acrescentar, tendo em vista a pesquisa que realizamos no primeiro capítulo deste trabalho.

Mais uma vez, Freud sublinha a íntima relação entre a fantasia e o tempo, discriminando três tempos:

O trabalho psíquico se enlaça a uma impressão atual, a uma ocasião do presente suscetível de despertar um dos grandes desejos do sujeito; apreende regressivamente, a partir deste ponto, a lembrança de um acontecimento passado, quase sempre infantil, e no qual ficou satisfeito

92 É essa precisão que permite a Laurent (1991) afirmar: “Na criança, como no caso do adulto, trata-se de que o sujeito tenha construído suficientemente o fantasma que o anima, com a versão de objeto que dispõe segundo a idade que tem” (p. 32).

tal desejo, e cria então uma situação referida ao futuro em que apresentará como satisfação de tal desejo o sonho diurno ou fantasia, o qual leva então em si os traços de sua procedência da ocasião ou da lembrança. *Assim, pois, o passado, o presente e o futuro aparecem como enlaçados no fio do desejo que passa através deles.* (1908e, p. 1345, grifo meu)

É, portanto, com o fio do desejo que o sujeito borda a tela de sua fantasia, e é também esse o fio que o analista deve puxar, seja qual for a idade do sujeito falante.

Toda criança quer
Toda criança quer crescer
Toda criança quer ser um adulto
E todo adulto que
E todo adulto quer crescer
Para vencer e ter acesso ao mundo
E todo mundo quer
E todo mundo quer saber
De onde vem, pra onde vai
Como é que entra, como é que sai
Por que é que sobe, por que é que cai
Pois todo mundo quer
(Péricles Cavalcante, CD *Pé com pé*, Palavra
Cantada)

MOMENTO DE CONCLUIR

DIREÇÃO DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO: DA FANTASIA DE INFÂNCIA AO INFANTIL NA FANTASIA

Há algo que separa a criança do adulto. Seguramente, não é a idade; seguramente, não é o desenvolvimento, nem tampouco a puberdade. No fundo, *o que separa a criança do adulto é a ética que cada um faz de seu gozo.*

(Laurent, 1999, grifo meu)

A O LONGO DE NOSSO PERCURSO, ACOMPANHANDO O ENSINO de Lacan, pudemos formalizar o conceito de fantasia fundamental como “motor da realidade psíquica” ou, em outras palavras, “o enquadre da realidade”, ou ainda “montagem do desejo”. Articular, portanto, uma teoria sobre o sujeito e sua particularíssima relação de objeto, a partir da psicanálise, implica necessariamente tocar a questão da lógica da fantasia e sua construção. Do mesmo modo, Lacan enfatiza com muita veemência o fato de que a clínica psicanalítica é aquela que opera “sobre a fantasia”. Operar sobre a fantasia, esta é, no meu entender, a política da direção do tratamento sustentada pelo desejo do psicanalista, qualquer que seja a idade cronológica do sujeito, não obstante as possíveis especificidades estratégicas e táticas que se imponham na direção do tratamento com crianças no mundo contemporâneo.

A formulação lacaniana que discrimina esses três planos da direção do tratamento psicanalítico nos permite compreender que muitas das questões trazidas pela clínica com crianças, deve-se, justamente, a uma sobreposição da política, da estratégia e da tática. No texto “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”, Lacan debate exatamente o problema da liberdade de ação do psicanalista.

O analista é “sempre livre quanto ao momento, ao número e também à escolha” de suas intervenções – isto é, no plano tático (E:1958d, p. 549). Quanto aos princípios que regem o poder implicado no manejo da transferência, entretanto, o analista encontra um limite: “O analista dirige o tratamento [...] não deve de modo algum dirigir o paciente (p. 529). Trata-se de um ponto fundamental que nos orienta quanto à inviabilidade de confundir a psicanálise com qualquer prática re-educativa. A política da psicanálise, portanto, é aquela que, sustentada pelo desejo do psicanalista, permite ao sujeito lidar com a impossibilidade – estrutural – do saber alcançar a verdade toda. O manejo da transferência, entretanto, supõe um cálculo, um planejamento estratégico para que se possa operar. Daí se pode acompanhar a afirmação contundente de Lacan:

Os sentimentos do analista só têm um lugar possível nesse jogo: o do morto; e que, ao ressuscitá-lo, o jogo prossegue sem que se saiba quem o conduz. Eis por que o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática. Vamos adiante. O analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele faria melhor situando-se em sua falta-a-ser do que em seu ser. (E:1958d, pp. 593-594)

Dessa forma, é o plano político que possibilita diferenciar o analista do *Mestre*, A tentação de colocar-se como Mestre está – com acompanhamentos – sempre presente na psicanálise com crianças, graças à tendência que essa clínica provoca, de “ressuscitar” os sentimentos do analista, embaraçado com sua própria fantasia de infância.

Assim, como enfatiza Silvia Tendler (in Laurent, 1999), a questão que se coloca no tratamento psicanalítico com crianças é a de que “o sujeito não é fruto de um desenvolvimento, *ainda que modifique ao longo do tempo o ‘uso de sua fantasia’*”. Ela acrescenta ainda, nesta mesma via, que a psicanálise de uma criança “não pode ser considerada como a ante-sala do tratamento quando adulto” [grifos meus].

Em relação, especialmente, à infância contemporânea, a psicanálise mais uma vez é convocada a dar respostas precisas e éticas às questões inéditas que surgiram desde que a criança – que no mundo moderno povoava a fantasia obscena (fora da cena) de cada um – passou a ocupar o lugar central da cena explícita em que se transformou nossa sociedade atual.

É nesse sentido que penso ser possível analisar os impasses e as resistências verificados na condução do tratamento de *Zeti*, apresentado na Introdução deste trabalho.

A “BOLA FORA” DE *ZETI* E AS DEFESAS DA ANALISTA

Não é permitido ao analista amar o paciente. O que de saída exclui qualquer teoria da maternagem ou, inclusive, da paternagem, que não deve confundir com operar, em certo momento, em função da metáfora paterna, como forma da direção da cura e não enquanto expressão de um sentimento pessoal. (Rabinovich, 2000, p. 144)

O tempo de elaboração que pude atravessar entre a interrupção e a retomada da análise de *Zeti* me possibilitou destacar alguns pontos cruciais na direção desse tratamento, cujo manejo transferencial, tal como se deu na época, considero problemático. A partir do percurso conceitual e das questões debatidas neste trabalho, destacarei três aspectos fundamentais, visando uma transmissão mais clara das sutilezas implicadas em cada um, embora seja evidente a articulação presente entre eles.

- a. A fantasia de infância: sobrepor criança e sujeito
- b. A posição da analista sustentada no Pai: sublinhar a castração
- c. Construção da fantasia: a bola como versão de objeto *a*

O primeiro aspecto que julgo relevante para o entendimento do que ocorreu na direção desse tratamento é o que aponta para a sobreposição entre criança e sujeito por parte da analista. Houve, no meu entender – como já adiantei na Introdução –, uma oscilação entre as posições de *Mestre* e de psicanalista. Isto fica claro quando a analista se deixa identificar com o significante *psico* trazido pela mãe. As respostas do lado *Mestre* revelam um desejo de *cuidar* da criança. Mas a questão que se coloca é: de que criança se trata? Evidentemente, trata-se da criança que povoa a “fantasia de infância” da analista e, neste sentido, essa resposta não é outra coisa senão aquilo que Lacan chamou “resistência do analista”. O analista resiste à análise justamente por estar, ele próprio, atravessado por sua fantasia fundamental; ele resiste, portanto, com seu narcisismo, tamponando o objeto *a* com seu Ideal – no caso, o Ideal de criança “bem cuidada”.

Apesar desse núcleo de resistência, entretanto, foi possível sustentar uma escuta que provocou a emergência do sujeito do inconsciente. Já na primeira entrevista, aparecem vários elementos que indicam a disposição do sujeito para a análise: em primeiro lugar, a demanda aparece através do significante *ajuda*, articulado a *dificuldade*. Há, portanto, o reconhecimento de um sofrimento e um pedido, literalmente, de ajuda. Sabemos, entretanto, que isso não é suficiente para que uma análise ocorra. Ora, Zeti, para além do pedido de ajuda, formula uma questão subjetiva, através de seu sintoma, que antecipa de modo surpreendente sua posição fantasmática.

O sintoma “prender/soltar o cocô” é metaforizado no desenho da casa com uma janela aberta e outra fechada. Mais além da metáfora, contudo, o que se pode descortinar aí é outra janela: a da fantasia fundamental, que emoldura o desejo e

a Outra cena inconsciente: um anão e uma gigante. Observe-se, também, a significação que o sujeito dá à sua castração: a *perna curta* (- ϕ) é, em seguida, deslocada para *perna errada* [i(a)], revelando a ferida narcísica vivida no nível da identificação imaginária.

A entrada no dispositivo analítico da associação livre – como já pudemos indicar – tornou possível “jogar” com a castração no registro do simbólico, fazendo com que o gozo condensado no sintoma pudesse ser deslocado para o gozo do sentido. Gozar com a produção de sentido é condição necessária – embora não suficiente – para o trabalho analítico e tem, dentre outros, um efeito de entusiasmo que frequentemente possibilita uma saída da inibição.

Foi o que aconteceu com *Zeti* durante o período em que ele propôs o jogo de *força*. Ele jogava e brincava com os significantes, articulando as “mutilações” e as “falhas” da imagem corporal com o nível da linguagem: já não se tratava mais de *perna errada*, mas da *palavra errada*, que é a palavra que não alcança adivinhar o que o Outro quer. Nesse contexto, é possível verificar sua entrada em análise a partir do enganche transferencial singular que amarrrou sua posição fantasmática com a questão do desejo feminino e da filiação: *filia* (sic) *da puta*.

Considero essa uma primeira retificação subjetiva que é correlata à entrada em análise, e que se torna visível através da passagem do sintoma queixa (prender/soltar o cocô) para o sintoma analítico, que é sempre uma questão (qual o meu lugar diante de uma mãe/mulher desejante?). Evidentemente, como já mencionei, houve nesse momento uma remissão do sintoma queixa.

A entrada do sujeito em análise abriu a via do desejo inconsciente, possibilitando que ele trouxesse, enquanto neurótico, o endereçamento ao Pai. A partir do ato falho realizado no jogo de força – pais no lugar de *país* – decido, junto com ele, “convocar o pai”. Eis o segundo aspecto que considero relevante para a compreensão das dificuldades apresentadas na direção desse tratamento. Evidentemente, não se trata de julgar essa intervenção no nível técnico – que visaria estabelecer se é certo ou errado chamar um

dos pais, ou ambos, sozinhos ou em conjunto —, mas de poder calcular tal decisão do ponto de vista estratégico num determinado caso. O que considero problemático, nesse caso em especial, é que o apelo ao pai visava antes uma orientação política equivocada do que uma estratégia feliz. Havia, por parte da analista, uma suposição de poder apaziguador no pai. O pai, digamos assim, seria o que faltava para que o menino pudesse ser “bem cuidado”.

Com efeito, como já antecipei na Introdução deste trabalho, meu percurso analítico e teórico, na época, não me permitiram operar a partir do reconhecimento de uma impossibilidade estrutural do lado do pai. Ora, pudemos acompanhar, do mesmo modo, como a leitura lacaniana do “caso Hans” precisou ser revista a partir dos avanços conceituais relativos à constituição do sujeito e à castração. Nesse sentido, Strauss (1998) afirma, em relação a Hans:

Tomando como modelo a análise de Lévi-Strauss, a configuração significativa se renova enquanto fundamentalmente permanece a mesma, o impasse do começo voltando-se a encontrar no final. O estatuto desse impasse e suas séries anteriores, até as relações por vir de Hans com seus companheiros na vida, com as mulheres e com a criação, são ordenadas por Lacan. Ele as coloca em relação com o defeito inaugural e suas consequências em cascata. Esta leitura permanece tão esclarecedora como atual, a condição de referi-la a outra impossibilidade de estrutura, à qual Lacan só dará pelo desenvolvimento mais tarde. (p. 8, tradução minha)

A saída do impasse no qual Hans se encontrava — que é, aliás, típico da estrutura neurótica — se dá, como vimos, através da construção da famosa “fantasia da banheira”. Se essa fantasia — como sublinha Lacan — possibilita, por um lado, uma escolha heterossexual, por outro não deixa de situá-lo numa posição passiva e, neste sentido, feminina. Na entrevista que Herbert Graf (o “pequeno Hans”) dá a Francis Rizzo para a revista *Opera News*, em

1972⁹³, ele conta que praticamente criou a profissão de diretor de ópera, inexistente na época. Em relação a essa criação, ele afirma: “Sempre achei que o diretor de cena é, ou deveria ser, o ‘homem invisível’ da ópera. A natureza do seu trabalho é ficar atrás do palco e deixar a luz se projetar sobre seu trabalho” (p. 15). Pode-se pensar que Hans ficou sustentado na imagem narcísica suportada por sua fantasia que não pôde ser atravessada.

O neurótico, portanto, é o sujeito que deve criar uma solução para o impasse gerado pela impossibilidade estrutural do lado do pai, impasse este ao qual a fantasia vem responder. Essa perspectiva não estava presente quando escolhi o pai para “suportar o meu ato”. Ao contrário, havia uma esperança de que o pai pudesse dar conta do que estava “faltando” na estrutura. Que o sujeito endereçasse a “carta de amor” ao pai — homóloga ao amor de transferência que sustenta o “equivoco do sujeito suposto saber”⁹⁴ — é mesmo o que se poderia esperar da neurose. O analista, entretanto, deveria visar, com seu ato, o que Lacan chamou de *a-mour*. O amor castrado que não almeja o Um porque sabe que entre o homem e a mulher “não há relação sexual”. É talvez exatamente por essa visada equivocada, torna-se ainda mais instigante compreender, a posteriori, o efeito que ela provocou.

A “carta ao pai”, assim, longe de oferecer uma resposta no nível do saber (S2), apontou — a partir da ausência de resposta — para a castração simbólica que remete ao incurável da estrutura. Nesse sentido, visando a “toda-potência” de um pai doador, ela permitiu, para o sujeito, abrir a via da *Père-version*⁹⁵. O pai, enquanto operador lógico, é o que permite articular a pulsão à escrita da

93 Essa entrevista foi publicada na revista da “Escola Letra Freudiana”, ano XVII, nº 24, com tradução de Paloma Vidal.

94 Faço referência, aqui, ao texto de Lacan *La méprise du sujet supposé savoir* (1967), traduzido por “O engano do sujeito suposto saber”.

95 Faço referência aqui à afirmação de Lacan no seminário RSI (1974-75): “Um pai só tem direito ao respeito, senão ao amor, se o dito amor, o dito respeito, estiver, *père*-vertidamente orientado, isto é, feito de uma mulher, objeto *a* que causa seu desejo” (p. 23).

fantasia ou, em outras palavras, permite que o pulsional faça laço com a Lei. Desta forma, podemos entender que a “carta ao pai” funcionou como uma “Carta [*Lettre*] ao Pai”, a letra que, como um passaporte, possibilitou a dialetização que permitiu colocar em jogo a fantasia em termos de lugares e posições.

Esse é, então, o terceiro aspecto que deve ser considerado no caso *Zeti*: o da construção da fantasia. A *passagem* pelo pai transmuta o objeto pulsional anal “cocô” no objeto “olhar”, conforme nos ensina Lacan no seminário sobre a Angústia. O jogo de bola passa a ser encenado, com todos os elementos da estrutura da fantasia. *Zeti* plantava-se diante do buraco do gol, em posição de defesa. A analista, atacante, deveria lançar a bola, a qual ele, por sua vez, teria que segurar. Em sua defesa não podia haver furos.

Como diz um canção popular, *Zeti* “estava mais angustiado que um goleiro na hora do gol”. A fantasia de “defender todas as bolas”, entretanto, cumpria a função de defesa frente à angústia, sustentando-o num lugar narcísico, sem faltas, desde onde ele podia gozar do controle de seu olhar sobre o objeto (a bola), num risco obsessivamente calculado. É notória a correspondência dessa montagem de *Zeti* à função de domínio que Freud denuncia estar presente no jogo do Fort-Da. A montagem fantasmática permite, assim, ao sujeito neurótico posicionar o Ideal (*Zeti*, o grande goleiro do time para o qual o pai também é torcedor) de modo a encobrir o objeto, cuja presença geraria a angústia.

Nesse contexto, o ato falho – *essa BOSTA não vai mais sair daqui* – é revelador da articulação entre o sintoma e a fantasia, via castração. A pontuação da analista, entretanto, é subjetivada por *Zeti* como uma ferida narcísica, e o sujeito recua à sua posição inicial de “erro”. O corte operado pela analista, naquele momento, não foi suficientemente calculado. Tratou-se, aqui, de um erro tático que provocou uma passagem ao ato: ele mesmo, como já dissemos, foi ejetado da transferência como dejetos do Outro.

Curiosamente, parece ter havido, da parte da analista, uma inversão que inviabilizou, ao menos naquelas circunstâncias, a continuidade da análise: lá onde o desejo do analista deveria estar

orientado para a “não-relação sexual” foi suposta uma especificidade na direção política do “sujeito-criança” submetido ao discurso dos pais, o que se traduziu no chamado ao pai da realidade – que surtiu, como vimos, um efeito inesperado.

Com efeito, frente ao campo fantasmático que pôde se abrir a partir daí, trazendo à tona a vertente do objeto, a analista angustiou-se. O corte foi, antes, uma tentativa de recuperação do que supunha ser sua “tarefa” – no nível do “furor interpretativo” próprio dos iniciantes –, do que propriamente um ato analítico. Aqui, teria sido importante que o cálculo incluísse uma advertência a respeito da problemática da destituição subjetiva na clínica com crianças. Embora seja evidente que no caso *Zeti*, encontramos uma “versão do objeto *a*” – para usar a expressão de Laurent – seria necessário ainda esperar o tempo de trabalho analítico suficiente para que o sujeito pudesse separar o Ideal desse objeto, deixando-o cair. Ao precipitar seu “salto da pequena área” – como disse Lacan –, a analista provocou, inadvertidamente, uma travessia selvagem da fantasia. Sem a fantasia para defendê-lo, só restou a *Zeti*, enquanto neurótico, agarrar-se ao Eu. E a bola teve que esperar alguns anos para ser relançada.

A TRAJETÓRIA DO SUJEITO NA TOPOLOGIA DA FANTASIA: MONTAGEM DA FICÇÃO E FIXAÇÃO DE GOZO

A angústia de castração é como um fio que perfura todas as etapas do desenvolvimento. Ela orienta as relações que são anteriores à sua aparição propriamente dita – desmame, disciplina anal etc. Ela cristaliza cada um desses momentos numa dialética que tem por centro um mau encontro. Se os estágios são consistentes, é em função de seu registro possível em termos de mau encontro. (Lacan, SXI:1964a, p. 65)

O caso *Zeti* é bastante representativo das questões que se colocam, atualmente, no tratamento psicanalítico com crian-

ças, as quais dizem respeito, justamente, ao tempo em que a criança se encontra em sua trajetória fantasmática.

Em primeiro lugar, parece-me importante relativizar a afirmação de que as crianças são mais imaginativas, menos inibidas em relação aos devaneios e, portanto, menos fixadas em sua fantasia fundamental. É preciso relativizar essa afirmação – como adiantei no capítulo 5 –, levando-se em conta que as respectivas identidades de adulto e criança são, em grande parte, tributárias da fantasia de infância de determinada época. Vários autores sublinham exatamente essa mesma “infantilidade” no homem medieval: analfabeto, espontâneo, submetido às funções corporais, desinibido em relação ao corpo e às palavras etc. Por outro lado, não são poucos os que evocam a “adulter” da criança contemporânea metropolitana: bem comportada, com gestos e fala articulados, pouco imaginativa e fixada em jogos de computador. Postman chega a citar pesquisas médicas que revelam a antecipação da puberdade nas meninas nos últimos anos, supostamente decorrente da superexposição a estímulos eróticos. É certo que, de modo geral, encontramos na clínica essa tendência: as crianças trazendo as fantasias mais prontamente que os adultos. Mas seria esse um fato de estrutura, um divisor de águas suficientemente rigoroso, no qual poderíamos nos basear na condição de psicanalistas?

Outro ponto que me parece frágil como argumento, do ponto de vista da psicanálise, se não for muito bem fundamentado, é aquele que aponta para o encontro com o chamado “real do sexo”, ou a realização do “ato sexual” como um momento de fixação da fantasia. Novamente nos deparamos com o risco de tomar como fatos de estrutura características de uma determinada cultura ou sociedade, incluindo aí a diferença entre classes no capitalismo. Sabemos o quão variável é a idade com a qual os sujeitos iniciam-se na vida sexual genital, e em muitos casos, durante a história da humanidade e mesmo no mundo contemporâneo, esse início ocorre, inclusive, antes

mesmo da puberdade⁹⁶. Além do mais, a partir do ensino de Lacan, sabemos que o encontro com o real do sexo implica em que sujeito se defronte com a estrutura do “não-todo”. Trata-se, portanto, mais uma vez, de questionarmos a possibilidade de a criança ter acesso à questão do gozo feminino⁹⁷.

Como deixamos indicado na apresentação que fizemos sobre o debate em relação ao tempo da fantasia, vários autores têm discutido sobre essa questão, no campo lacaniano, durante os últimos vinte anos. De fato, encontramos um consenso quanto às consequências dos desdobramentos teóricos de Lacan, a partir dos anos 1970, apontarem para a articulação da função paterna com a lógica do “não-todo”. Desde a “Nota sobre a criança”, como acompanhamos, Lacan inicia a formalização dessa assimetria dos lugares materno e paterno para a criança. Mas é efetivamente no Seminário XX: Mais, ainda (1970-71) que Lacan explicita que, frente à criança tomada como objeto, a mãe está do lado homem. Em outras palavras, a mãe toma a criança no mesmo lugar desde onde é tomada pelo homem. Essa é o paradoxo da mãe – tão bem trabalhado, como vimos, por Miller e Nominé: ser a um só tempo mãe e mulher. No seminário RSI, Lacan atribui essa visada do pai à

96 Nominé, no texto “A adolescência ou a queda do anjo” (2001), faz referência aos casos em que as crianças – por circunstâncias sociais, por exemplo – não ocupam um lugar no narcisismo dos pais, condição necessária à própria condição de criança: “Se a criança não é investida dessa maneira, como é o caso nos subúrbios das grandes cidades do Terceiro Mundo, ela é abandonada na rua e rapidamente colocada a serviço do gozo. Não há, então, adolescência; as meninas se tornam prostitutas e os meninos se armam, tornando-se assassinos a serviço de fulano ou beltrano” (p. 37).

97 Embora não seja o tema deste trabalho, é importante ressaltar que vários autores têm trabalhado sobre a questão do re-encontro com a falta na adolescência. Destaco o trabalho de Sonia Alberti *Esse sujeito adolescente* (1999), no qual a autora afirma que a adolescência implica assumir que o Outro é castrado. No texto “O adolescente, o discurso do Mestre e o discurso do Analista” (2001), ela afirma: “Digo que a adolescência é uma escolha do sujeito. Ele pode escolher atravessá-la ou não. A única forma de concebemos o sujeito como responsável, na contramão que a psicanálise impôs à ideologia do século XIX, é atribuímos a ele a responsabilidade, exemplarmente pleiteada por Althusser, pela escolha de seu *phatos*” (p. 49).

mulher como aquilo que interdita a mãe para a criança. É o que ele chama de *Père-version*, como mencionei no caso Zeti.

Assim, podemos sustentar que a questão d' *À Mulher* está presente desde o início da constituição do sujeito. "O mau encontro sexual [como Lacan enfatiza] está no nível do sexual. Isto não quer dizer que os estágios tomam uma coloração sexual que se difundiria a partir da angústia de castração." E ele relaciona esse mau encontro à fantasia fundamental: "É, ao contrário, porque essa empatia não se produz que se fala de trauma e de cena primitiva" (1979 [1964], p. 65). Aliás, em relação à pretensa divisão criança/adulto pela via de uma suposta inocência, Lacan afirma:

Desde os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud pôde colocar a sexualidade como essencialmente polimorfa, aberrante. O encontro de uma pretensa inocência infantil foi rompido. Essa sexualidade, por se impor tão cedo, eu quase diria cedo demais, nos fez passar depressa demais pelo exame do que ela representa em sua essência. É, a saber, que em relação à instância da sexualidade, todos os sujeitos então em igualdade, desde a criança até o adulto – que eles só têm a ver com aquilo que, da sexualidade, passa para as redes da constituição subjetiva, para as redes do significante –, que a sexualidade só se realiza pela operação das pulsões, no que elas são pulsões parciais, parciais em relação à finalidade biológica da sexualidade (1979 [1964], p. 167, grifo meu).

Rosine Lefort (1995) ressalta, igualmente, na construção do "caso Marisa", que a questão da sexualização é colocada para o sujeito precocemente, já que este termo refere-se "à passagem da pulsão à sexualidade, ou ainda, da passagem do objeto *a* da pulsão ao significante fálico da sexualidade" (p. 151). E Lefort inclui, nessa passagem, o diagnóstico diferencial, já que "no caso de ausência de tal significante, o sujeito, seja qual for o sexo, só pode votar-se como objeto *a* ao serviço sexual da mãe

e ser apenas o objeto de seu gozo fora do significante" (p. 149). A sexualização, portanto, é correlata à estrutura neurótica, o que permite a ela concluir, a partir do percurso analítico de Marisa, que "se *À Mulher* não existe, tampouco exista *À Menina*" (p. 161).

Nominé (2001), discutindo a lógica do que Freud chamava "período de latência", lembra que, "quando criança, o sujeito já escolhera, em sua fantasia, seu parceiro e seu modo de gozo". Mas ele acrescenta: "Foi certamente a angústia de castração que, em determinada época, deu um basta a tudo isso e instaurou o período de latência, para que não se estabelecesse o laço entre o gozo fornecido pelo aparelho corporal, o aparelho psíquico já existente e o objeto de amor" (p. 40). Nos casos em que, por circunstâncias históricas, sociais ou pessoais, a latência – ou, em termos lacanianos, o tempo de intervalo entre o gozo e o saber – é anulada, a infância acaba abruptamente.

O encontro faltoso com o real do sexo, portanto, é algo contingente – que pode ser precipitado ou evitado –, indefinido do ponto de vista cronológico, e que "quando" e "se" ocorrer, tem, para o sujeito, o caráter de um *Unheimlich* – para usar o termo de Freud –, algo a um só tempo estranho e familiar que reedita as configurações fantasmáticas do sujeito. O sujeito, dessa forma, passa ao ato sexual com sua fantasia. É como entendemos a afirmação de Lacan:

Aquilo que foi, se repetido, difere, tornando-se tema a ser reeditado. Diante do ato como aquilo que é o que quer dizer, toda passagem ao ato só se opera em contra-senso. [...] É por exacerbar essa exigência ao ato que somos o primeiro a pronunciar corretamente aquilo que se sustenta mal num enunciado irrefletido, mas corriqueiro: o primado do ato sexual. Ele se articula pela distância de duas fórmulas. Primeira: não existe ato sexual – subentenda-se: que tenha peso para afirmar no sujeito a certeza de que ele é de um sexo. Segunda: só há ato sexual, implicando: do qual o pensamento tem razão de se defender, já que

nele o sujeito se fende – conforme a estrutura da fantasia.
(OE:1966-67, p. 326)

Outro ponto fundamental a ser considerado é a necessidade de distinguir o algoritmo da fantasia ($\$0a$), enquanto hipótese epistêmica, da sua construção sob transferência. Qualquer sujeito neurótico em análise, independentemente de sua idade cronológica, terá que construir o lugar do infantil em sua fantasia fundamental. O que não significa, por um lado, que ele não estivesse sendo sustentado pela fantasia antes do tratamento. Por outro lado, contudo, isso também não significa dizer que a fantasia já estivesse dada *a priori*, pronta para ser desvelada pela interpretação – como podemos argumentar a partir do caso do Homem dos Lobos. Aliás, advertiu Freud, não podemos discriminar a história da neurose da história do tratamento.

Penso, nesse sentido, que é preciso discriminar alguns aspectos da fantasia que às vezes são confundidos ou sobrepostos. Em primeiro lugar, nunca será excessivo repetir: a *construção* da fantasia se dá em análise, sob transferência, independente da idade do sujeito. Outra coisa diferente é o momento em que o sujeito encontrava-se – antes da relação transferencial – em sua *montagem* fantasmática e que, provavelmente, terá claudicado, por alguma razão, levando a uma emergência sintomática. A montagem fantasmática, contudo, só é possível num sujeito que, tendo se posicionado na estrutura neurótica, está submetido à *lógica da fantasia* – aquela que, segundo Lacan, faz com que

... o neurótico, de fato, histérico, obsessivo ou, mais radicalmente, fóbico, é aquele que identifica a falta do Outro com sua castração. Daí resulta que a *demand do Outro assume a função de objeto em sua fantasia* [grifo meu], isto é, que sua fantasia reduz-se à pulsão ($\$0D$). Por isso é que o catálogo das pulsões pôde ser organizado no neurótico (E:1960c, p. 838).

Podemos depreender, portanto, que a fantasia fundamental, possibilitada pela extração do objeto *a* do campo do Outro, é simultânea ao momento princeps de constituição subjetiva. Assim, a criança do *Fort-Da* já está inscrita na lógica da fantasia, no sentido de uma primeira montagem que permite ao sujeito lidar com a falta estrutural. Essa é a razão pela qual Lacan articula o “carretel” ao objeto *a*. Do mesmo modo, é essa mesma lógica que dá suporte às “fantasias sexuais infantis”, sobretudo aquela do falicismo materno – indicando, mais uma vez, a articulação entre falo e falta que torna possível a organização do catálogo das pulsões. É, também, o que permite a Lacan, no seminário “A lógica da fantasia”, defini-la como a superfície primordial, já que o desejo é a essência da realidade. Para o neurótico, em qualquer idade, só há realidade do desejo e, portanto, realidade fantasmática.

Embora a lógica da fantasia esteja presente desde a origem do sujeito, é preciso acompanhar, sob transferência, em que momento ele se encontra na organização do catálogo das pulsões, como mostra a fórmula $\$0D$. Quando recebemos alguém em análise a partir de seu sintoma, precisamos verificar como ele está respondendo, com sua fantasia, ao que ele supõe ser a demanda do Outro.

Essa é a razão pela qual alguns autores escrevem $\$0D$ como a fórmula por excelência da fobia – momento no qual o sujeito está “fazendo sua neurose” –, ou seja, montando uma fantasia de tipo histérico ou obsessivo. A fobia é, nesse sentido, um paradigma da neurose e um importante sinal de diagnóstico estrutural. E ela é também definida, como lembra Sauret, como uma “placa giratória” entre a histeria e a neurose obsessiva. A ficção fóbica precede, desse modo, a fixação nas versões fantasmáticas que são correlatas à solução do impasse Édipo, como demonstra o caso Hans.

Elas são assim escritas por Lacan no Seminário VIII: A transferência (1960-61):

- Fantasia histérica

$$\frac{a}{-\phi \diamond A}$$

Na histeria, o objeto metafórico substitui sua castração imaginária em relação ao Outro.

- Fantasia obsessiva

$$A \diamond \phi (a, a', a'', a''')$$

Na neurose obsessiva, os objetos de desejo correspondem a certas equivalências a partir do *j* como unidade de medida.

Essa exploração da estrutura, como chamou Sauret, ou o caminhar na estrutura, dos Lefort, implica, portanto, uma *trajetória* fantasmática pelo circuito pulsional – já que o objeto *a*, por apresentar tão somente uma consistência lógica, é passível de ser substituído. Trata-se, evidentemente, de um trajeto orientado pelo *Nome-do-Pai*, cuja direção, portanto, está definida *a priori*, o que permite a criação das “versões de objeto *a*”, segundo a “idade de gozo” do sujeito. Com efeito, como Lacan transmitiu, o desenvolvimento humano é “a viagem que vai do nascimento até a morte. E em qualquer ponto que se esteja nessa suposta viagem, a estrutura [...] quer dizer, a relação a um certo saber, *ela não muda de direção*” (SXXI:1973-74, grifo meu). A montagem ficcional, desse modo, também está aberta às contingências dos encontros do real.

A trajetória fantasmática do sujeito, como procuramos evidenciar, não pode ser sobreposta à construção da fantasia sob transferência, e muito menos ao atravessamento da fantasia no fim da análise, embora ambas – construção e atravessamento – incluam a possibilidade de transitar – o que envolve, necessariamente, se levar em conta como o sujeito está localizando o gozo em sua trajetória. O tempo que a trajetória consome para cada um, portanto, é indissociável – como Lacan o demonstra através do cross-cap – dessa localização do sujeito e do objeto *a*.

A construção da fantasia, contudo, implica o acréscimo de um elemento “a mais”: o analista. Este é um ponto importante, pois considero demasiado modesta a ideia de reduzir a presença do analista a uma simples testemunha, enquanto a criança “faz sua neurose em paz” (Silvestre, 1983). Será que, efetivamente, um sujeito precisa de um analista para fazer sua neurose? Será que os mecanismos do aparelho psíquico envolvidos na criação de sintomas não são suficientes para realizar muito bem esse trabalho? É possível se falar em “paz” numa estrutura clínica cujo fundamento é o conflito entre instâncias psíquicas que respondem a interesses diversos? É possível se falar em “paz” sob transferência, quando Lacan utiliza termos bélicos para formalizar os princípios de seu poder?

Ora, a neurose que é feita em análise é o que Freud chamou de *neurose de transferência*. Penso, portanto, que a presença do analista é necessária para, no mínimo, dirigir o tratamento no sentido da construção da fantasia. Em relação a esse ponto, na clínica com crianças, Laurent comenta que é preciso que o analista se assegure das versões fantasmáticas que permitem que a criança tenha localizado o gozo, “de uma ficção que permita à criança responder à pergunta sobre o gozo da mãe, sobre o gozo de uma mulher” (p. 42).

Mas é o próprio Lacan quem indica a consequência da presença do analista para a criança no Seminário sobre a transferência. Ele está, mais uma vez, enfatizando o fato de que a entrada na linguagem implica que o sujeito lide com a falta, que é própria do significativo. O exemplo trazido é o das crianças que perguntam sem parar sobre o significado das coisas, apontando para a falha da linguagem em significar. Lacan lembra que essas perguntas só podem levar a criança ao *o que sou eu?* – questão que terá distintos encaminhamentos, dependendo se a criança for ou não analisada:

Mas se não o for [analisada] – e não está em seu poder sê-lo há tanto tempo assim –, colocando-se em questão sob a forma *quem sou eu?* ele esconde o fato de que se perguntar o que se

é quer dizer nada além da etapa da dúvida sobre o ser, pois ao simplesmente formular assim sua questão, ele cai em cheio na metáfora, só que não se dá conta disso. Para nós, analistas, é um mínimo nos lembrarmos disso, a fim de lhe evitar renovar esse erro antigo [...] e impedi-lo de responder, por exemplo, eu sou uma criança. (SIX:1960-61, p. 238)

A advertência, portanto, é para que o analista não tampe a questão “*quem sou eu?*” com a resposta “*uma criança!*”, já que essa resposta é própria, afirma Lacan, da “repressão psicologizante”. Além disso, ela leva no mesmo embrulho “o mito do adulto, que seria, supostamente, alguém que não é mais criança – fazendo, assim, abundar novamente essa espécie de moral que sustenta uma pretensa realidade na qual, na verdade, ele se deixa levar sem questionamento por todos os tipos de trapagens sociais” (p. 238). E ele prossegue: “Da mesma maneira, o *eu sou uma criança*, não esperamos nem pela psicanálise nem pelo freudismo para que sua fórmula se introduzisse como um espartilho destinado a fazer se manter ereto aquilo que, por algum motivo, se encontrasse numa posição um pouco bizarra” (p. 238). Qual deveria ser, então, a resposta do analista? Continuemos com Lacan:

O que me faz precipitar-me como criança é o evitamento da verdadeira resposta, que deve começar bem mais cedo que qualquer outro termo da frase. A resposta ao *que sou eu?* não é nenhuma outra coisa de articulável, da mesma forma em que lhes disse que nenhuma demanda é suportada. Ao *que sou eu?* não há outra resposta no nível do Outro que o deixa-te ser. *E toda precipitação dada a esta resposta, qualquer que seja ela na ordem da dignidade, criança ou adulto, não passa de eu fujo ao sentido deste deixa-te ser* [grifo meu]. O que está em questão em toda pergunta formulada não está no nível do que sou eu?, mas no nível do Outro, e sob a forma que a experiência analítica nos permite revelar, do que queres? [...] A análise descobriu que aquilo com que o sujeito tem a ver é o objeto da fantasia, na medida em que este se apresenta como o único capaz de fixar um ponto privilegiado naquilo a que é preciso

chamar, com o princípio do prazer, uma economia regulada pelo nível do gozo. (SIX:1961-62, p. 239)

Eis, portanto, a proposta ética de Lacan quanto à posição do analista frente aos sujeitos de todas as idades.

O QUE PODE O DISPOSITIVO ANALÍTICO FRENTE AO DISPOSITIVO DE INFANTILIDADE?

A questão que podemos levantar é a do limite entre a análise e a reeducação, quando seu próprio processo é norteado por uma solicitação preponderante de suas incidências reais. (Lacan, E:1958d)

No momento de concluir, gostaria de retomar a questão central que se impõe aos psicanalistas que não recuam frente à criança desde o início da história da psicanálise: há especificidade na escuta psicanalítica de crianças? A resposta, do meu ponto de vista, é, a um só tempo, não e sim.

Se, como psicanalistas, sabemos que o não – enquanto processo de negação – sempre implica numa lógica que inclui a afirmação, somos forçados a reconhecer que o próprio fato da pergunta ser colocada já traz, no mínimo, o reconhecimento de uma questão a ser tratada. Para “fazer trabalhar” essa questão, portanto, há que se ultrapassar dialeticamente o plano maniqueísta regido pelo sim ou não. É importante lembrar que a psicanálise nos ensina outra lógica que permite avançar o plano das dicotomias, mas que, entretanto, exige que seja formalizada.

A psicanálise com crianças, desta maneira, nos convida a precisar que a proposição para nomear seus aparentes paradoxos não poderia ser da ordem de uma “universal negativa” – “para toda *criança* não há especificidade” – que contrariasse uma “universal afirmativa” – “para toda *criança* há especificidade”. Antes, a escrita mais apropriada seria aquela que impõe uma dupla negação, de modo coerente com a lógica do “não-todo”

– “não existe *criança* para a qual não haja especificidade”. Isso porque não existe a exceção necessária à existência do conjunto “para todo x”, o que nos remete, forçosamente, à lógica do “não-todo”. Tal lógica deve-se ao fato de que a estrutura, em psicanálise, é furada, à medida que inclui sempre a singularidade.

Se concordarmos que “A Criança” não existe enquanto um objeto natural, mas que se trata do efeito de um discurso, proponho, então, trabalharmos a questão da criança a partir exatamente da ferramenta que Lacan nos deixou, ou seja, a produção dos quatro discursos, tal como ele os escreveu no Seminário XVII: *O avesso da psicanálise* (1969-70).⁹⁸

A partir das questões trabalhadas no primeiro capítulo, podemos acompanhar que o aparecimento do “sentimento da

98 A escrita dos discursos é elaborada a partir justamente de um diálogo com Foucault, que havia, no ano anterior, oferecido um seminário chamado “O que é um autor”, no qual Lacan esteve presente. O discurso é o que faz laço social e, portanto, é da ordem do semblante, já que ele procura oferecer um “tratamento” simbólico e imaginário para o gozo fora da linguagem. Assim, em qualquer discurso há sempre um resto não assimilável. Lacan afirma, dessa forma, que nem tudo é linguagem na estrutura, e esse resto é exatamente o objeto *a*. Suas quatro fórmulas são compostas a partir dos elementos mínimos da estrutura do humano (*S1*, *S2*, *\$* e *a*) e de quatro lugares fixos: o agente, o outro, a produção e a verdade.

agente → outro
verdade // produção

Os quatro discursos são associados por Lacan aos três “impossíveis” de Freud (governar, educar e analisar), aos quais ele acrescenta mais um: o “fazer desejar”. O impossível é relacionado, então, ao Real em jogo (o resto de gozo condensado no *a*) presente em qualquer laço social, embora em lugares diferentes.

- Governar (Discurso do Mestre): $\underline{S1} \rightarrow S2$
 $\$ // a$
- Educar (Discurso do Universitário): $\underline{S2} \rightarrow a$
 $S1 // \$$
- Analisar (Discurso do Analista): $a \rightarrow \$$
 $S2 // S1$
- Fazer desejar (Discurso da Histérica): $\$ \rightarrow \underline{S1}$
 $a // S2$

infância” corresponde ao ideal moderno depositado na educação. Vimos como o imperativo “eduque-se!” estende seus territórios para além dos limites da infância propriamente dita. Assim, por um lado, o “dispositivo de infantilidade” passa a ser um dos principais instrumentos de controle e domínio da subjetividade no mundo capitalista. Por outro lado, o lugar que a criança passa a ocupar no narcisismo dos pais na família burguesa é o que dá suporte, na vida privada, ao investimento de desejo nos filhos, que passam a ser depositários dos ideais de sucesso que só poderão ser alcançados através da educação. O “tempo para se educar” corresponderá, então, ao tempo da passagem, da transição entre o infans e o chamado “adulto” – o sujeito formado, educado, maduro, desenvolvido e adaptado.

Para o bem ou para o mal, o Discurso Universitário cria a criança no lugar de objeto, deixando o sujeito no lugar de algo que será produzido pelo saber. Reconhecemos aí, inclusive, algumas vertentes da própria psicanálise que, a exemplo de Anna Freud consideram a clínica com crianças como orientada por essa “produção” de um sujeito, em versões mais ou menos pedagógicas.

Saber → Criança
Mestre // Sujeito

Ora, mais além do saber colocado na criança, o aparecimento do significante “Criança” – com suas múltiplas significações – é rapidamente absorvido pelo Discurso do Mestre, que passa a agenciar, a partir de então, um saber *sobre* a “Criança”. A consequência mais explícita de tal agenciamento é o aparecimento de uma série de disciplinas e especialidades cujo objeto de conhecimento é “A Criança”: a pedagogia, a pediatria, a pedopsiquiatria e, do outro lado da moeda – enquanto sintoma revelador da verdade da criança no lugar de objeto –, a pedofilia como a “patologia” temida por provocar horror. A psicologia infantil, bem como a psicologia do de-

envolvimento, também são consequências *a posteriori* desse discurso.

É importante ressaltar que o aparecimento desse saber específico, evidentemente, não é algo que tenha, em si, qualquer conotação negativa. Pode-se mesmo inferir, ao contrário, que ele trouxe algumas conquistas importantes no plano do conhecimento humano de modo geral e, mais particularmente, possibilitou a um certo grupo de seres humanos uma proteção “a mais” na sociedade ocidental, a partir da modernidade.

Os chamados “direitos das crianças” – que se encontram no centro do debate atual sobre a situação da criança contemporânea – talvez sejam o caso mais explícito de avanços sociais trazidos pelos conhecimentos construídos nos últimos séculos sobre a infância. Com efeito, vários psicanalistas têm se dedicado, nos últimos anos, a pensar uma interlocução possível entre os campos da psicanálise e do direito e, embora a complexidade dessas questões exceda os limites do meu trabalho, creio importante deixar indicada a relevância de se avançar em relação aos pontos de convergência e/ou divergência quanto às concepções de ato e de responsabilidade nesses dois campos.

Ato e responsabilidade, lembremos, são pontos cruciais no debate atual sobre o fim da análise com crianças. Ora, se cabe à psicanálise a tarefa de furar o tonel do saber sobre “A Criança”, não é de modo algum visando um retrocesso em relação às conquistas dos direitos das crianças, mas para que tais conquistas possam ser sustentadas e legitimadas a partir de uma ética que inclua o sujeito do inconsciente – aquele que não tem idade, que não se desenvolve e não envelhece –, o qual se encontra recalcado no Discurso do Mestre.

O que me parece problemático e arriscado, portanto, é, enquanto analistas, partirmos da premissa “toda criança”, ou seja, tomarmos o significante criança como o S1 (significante mestre) que nomeia um conjunto universo (Criança), o qual, por sua vez, reclama um saber apropriado para significá-lo

(S2): a criação de técnicas e métodos próprios – como queria Anna Freud. Estaríamos, nesse caso, no nível do Discurso do Mestre, no qual, como vimos, a verdade do sujeito do inconsciente está sob a barra do recalque:

$$\begin{array}{ccc} \text{Criança} & & \text{Psicanálise da criança} \\ \hline \$ & // & a \end{array}$$

O que aparece nesse matema, sob a barra, é a escrita da fantasia (\$0a), que tenta burlar a impotência da produção em alcançar a verdade. Parece-me pertinente propor, portanto, que seja a “fantasia de infância” do psicanalista que sustenta “A Criança” no lugar de significante mestre, bem como a invenção da especificidade da “psicanálise de criança” no lugar do saber.

Lidar com a lógica do “não-todo”, que é a lógica própria da psicanálise – como Lacan pôde formalizar –, implica uma outra relação entre particular e universal. Assim, a questão da especificidade ou não precisa ser encaminhada de outro modo. No nível do universal da estrutura da linguagem, a criança, enquanto ser falante, encontra-se submetida à ordem do significante, que, na particularidade da estrutura neurótica, implica a lógica da fantasia.

Entretanto, é importante sublinhar que o universal de que se trata refere-se ao sujeito do inconsciente, ou seja, à resposta singular que só pode ser recuperada e construída na análise de cada um. Neste sentido, a defesa da unidade na clínica psicanalítica é, na verdade, uma defesa em favor da singularidade. Não se trata, nesse caso, do “Um” do universal, mas do “um a um”, ou seja, o traço cuja marca indelével pode ser verificada, sob transferência, uma vez despidas as identificações imaginárias que a recobrem.

É nesse nível que podemos prescindir da idade civil enquanto um guia regente da direção do tratamento de

qualquer sujeito. Em outras palavras, no nível da política, a psicanálise é sempre a mesma, e é por isso que Lacan insiste no fato de que, em relação à política, não há liberdade para o psicanalista. Acrescente-se a isso a idéia original de que a resistência à análise está do lado do psicanalista, o que desloca para a questão do seu desejo a problemática clássica da analisabilidade, que inclui a controvérsia a respeito da viabilidade de se analisar crianças (como vimos no segundo capítulo deste trabalho).

O que se pode apreender desse posicionamento de Lacan, no que diz respeito aos princípios que regem o poder transferencial é, em primeiro lugar, que se trata de uma política, ou seja, de uma direção ou orientação visando uma finalidade. No caso da psicanálise, trata-se da relação do sujeito com a lei da castração que orienta o desejo, articulando-o com sua causa na sustentação da fantasia. Por outro lado, para fazer valer essa orientação política, o analista precisa de estratégias e táticas, que são termos originalmente procedentes da “arte militar”. Como já pudemos indicar, a dimensão bélica não está ausente dos princípios que regem o manejo da transferência: não há pacifismo sob transferência. Aliás, a insistência do aspecto bélico nas análises com crianças é uma prova clínica contundente da presença da transferência.

A liberdade, certamente existente, encontra-se – nos ensina Lacan –, em primeiro lugar, no nível da estratégia. Ainda assim, ela é menor nesse nível do que no plano tático. Este, sim, é o plano no qual o analista tem maior liberdade. No nível da estratégia, há certa margem para que possamos coordenar nossas ações, planejar movimentos, explorar condições favoráveis, utilizar subterfúgios etc. Mas onde encontramos maiores possibilidades de criação e invenção é no que diz respeito à tática, ou seja, o nível do *savoir-faire*, o qual implica procedimentos, manobras e habilidades que visem a eficácia. De nada adianta estarmos bem orientados e com um bom planejamento se na “hora H” não soubermos como agir. É

preciso, entretanto, não esquecer que, em psicanálise, esse “agir” não se refere ao conjunto de técnicas e procedimentos que se possam reproduzir sistematicamente, mas, antes, ao ato analítico. Quanto a esse ponto específico, aliás, faço minhas as palavras precisas de Marie-Jean Sauret (1998):

Sem dúvida, é a vertente ‘contra a psicanálise’ que justifica usos como o jogo, o desenho etc., que fazem acreditar em uma prática específica com as crianças. Mas, de um lado, com o adulto também é preciso criar as condições da psicanálise [...] E ousaria dizer que, se um analista rivesse a convicção que deveria ‘plantar bananeira’ para autorizar a tarefa analisante, ele faltaria a seu ato ao não ousá-lo. Sem dúvida, é essa audácia que confere à prática de Jacques Lacan seu estilo: essa audácia é a mesma do ato. Por outro lado, qualquer que seja a ‘ginástica’ necessária, o que é visado continua o mesmo: a instauração, senão a restauração, da capacidade de ato, lado analisante dessa vez. (p. 43)

A “ginástica” tática, bem como o cálculo estratégico, como vimos, deve ser sustentada pelo desejo do psicanalista que rege a política da direção do tratamento, visando, no mínimo, a construção da fantasia. Ao não responder à questão o que sou eu? com uma criança! – como nos indica Lacan –, o analista possibilita um giro de discurso que posiciona o sujeito do inconsciente no lugar do agente. Se tomarmos o giro do Discurso do Mestre para o Discurso da Histórica como uma possível representação da entrada em análise, podemos pensar na relação da fantasia com a verdade, já que, no Discurso da Histórica, é o objeto que ocupa o lugar da verdade:



No Discurso do Mestre, o saber inconsciente aliena o sujeito que ocupa, então, o lugar da verdade: sua impotência em alcançar o objeto produzido em sua fantasia. A entrada em análise provoca a histericização do discurso, o que significa que a transferência possibilita a produção de um saber sobre o objeto colocado no lugar da verdade.

Podemos entender, assim, que a construção da fantasia em análise é possível graças a essa suposição de um saber (o equívoco do sujeito suposto saber) sobre o gozo, sobre o trauma, enfim, sobre o infantil (*infans*) impossível de dizer. Assim, quando o analista não tampona com sua própria fantasia de infância a questão “*que sou eu?*”, ele permite a emergência do sujeito do inconsciente que poderá construir sua resposta singular para o *infantil* estrutural. O analista que sustenta com seu desejo a operação transferência – a qual possibilita essa construção – deve levar em conta, evidentemente, a trajetória fantasmática do sujeito no circuito pulsional.

A prerrogativa do Discurso do Analista, entretanto, é a de suportar que há, por estrutura, uma impotência entre a produção de saber sobre o *infans* e a verdade do gozo⁹⁹. Há, neste sentido, uma especificidade do Discurso do Analista no que diz respeito ao “tratamento possível” para o “impossível” do gozo. Só é possível tratar o *infans* por um saber que se acrescenta ao Real, um saber no lugar da verdade:

$$\frac{a}{\text{Saber}} \rightarrow \frac{\$}{SI}$$

O saber no lugar da verdade revela que a verdade tem estrutura de ficção. Assim, o saber que se acrescenta ao real implica num ato criativo por parte do sujeito. Quanto ao tratamento

99 Representada pela notação: // .

do real pelo simbólico – que chamamos “psicanálise” –, podemos formalizar que o percurso analítico é o que permite, na melhor das hipóteses, a passagem da fixação da fantasia fundamental para outra ficção, agenciada pela causa do desejo.

$$\$ \diamond a \Rightarrow a \rightarrow \$$$

Essa é a lógica que podemos apreender da frase de Lacan: “Recorrer ao “não-todo”, isto é, aos impasses da lógica, é mostrar a saída fora das ficções de mundanidade, fazer outra ficção do real, isto é, do impossível que o fixa pelas estruturas de linguagem” (SXVII:1969-70, p. 117).

Assim, se a fantasia é o que fixa o real, a análise deve operar – como enfatizou Lacan – na “margem de liberdade” que permite ao sujeito “colocar a bola em jogo”, como vimos no caso Zeti. Não cabe ao analista, portanto, determinar *a priori* o percurso que cada analisante poderá realizar, tampouco o tempo que vai precisar para realizá-lo. Independente da idade – na estrutura neurótica –, o analista opera, com a transferência, sobre a fantasia. E em todos os casos, trata-se de orientar o tratamento no sentido de responsabilizar o sujeito pelo seu gozo – o que é completamente diferente de culpabilizá-lo.

E é nesse sentido que podemos dizer que o dispositivo analítico é uma resposta subversiva ao dispositivo de infantilidade. Como poderíamos entender a aposta ousada de Lacan de que o Discurso do Analista é o único que pode fazer obstáculo ao Discurso do Capitalista, senão pela via de que a análise é o que possibilita ao sujeito sair da condição genérica de criança à qual todos estão submetidos, enquanto objetos de gozo e consumo? Comentando os efeitos da análise, a partir do laço social, Sauret (1998) propõe algo muito importante:

Convém visar além da restauração da capacidade de amar e trabalhar, que é uma das primeiras formulações de Freud sobre o fim do tratamento. Esse é, não raro, o primeiro

resultado obtido com o sujeito correlacionado com a infância que demonstra o caráter antissegregativo da psicanálise e que demonstra, ao mesmo tempo, que a criança encontra na psicanálise um meio eficaz para lutar contra os efeitos nefastos do discurso que domina o campo social contemporâneo, esse misto de capitalismo e ciência. Esse resultado me parece tanto menos negligenciável quando, em relação ao Outro da ciência, nós somos todos objetos: o que Lacan designava com o termo 'infância generalizada'. *Essa constatação confere à psicanálise com as crianças – a psicanálise simplesmente – uma aposta política.* (p. 44, grifo meu)

É certo que não podemos prometer que todos os sujeitos, no fim de suas análises, se tornem escritores criativos. O que não impede que a aposta da análise seja, sempre, pela via da criação. Dessa forma, contrariando a produção em série do Mercado que nos impõe a generalização da infância, só nos resta, enquanto psicanalistas, enfrentar nossas próprias fantasias e silenciar nossos sentimentos, permitindo que fique aberta – para o sujeito de qualquer idade –, a questão que sou eu? Só assim ele poderá construir, em tempo, sua própria ficção.

Deixa-te ser!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. *História da filosofia*. Trad. Antônio Ramos Rosa; Conceição Jardim & Eduardo Lúcio Nogueira. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- ABERASTURY, A. *A psicanálise da criança*. Trad. Maria Nestrovsky Folberg. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- ABRAHAM, K. (1927) *Teoria Psicanalítica da libido. Sobre o caráter e o Desenvolvimento da Libido*. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1970.
- AGOSTINHO, Sto. (397-398). Confissões. In: *Os Pensadores*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Junior. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- AJURIAGUERRA, J. *Manual de psiquiatria infantil*. Trad. Paulo Gerald e Sonia Alves. Rio de Janeiro: Masson, 1980.
- AJURIAGUERRA, J.; MARCELLI, D. *Manual de psicopatologia infantil*. Trad. Alceu Filman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- ALBERTI, S. *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 1999.

ALBERTI, S. O adolescente, o discurso do mestre e o discurso do analista. *Revista Marraio*, n.1, Rio de Janeiro: Formações Clínicas do Campo Lacaniano, 2001.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. DSM-IV. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. Washington-DC, 1994.

ARAMBURU, J. et al. *Niños en psicoanálisis*. Trad. Diana S. Rabinovich. Buenos Aires: Manantial, 1989.

ARANTES, P. Hegel no espelho do Dr. Lacan. In: SAFATLE, V. (org.). *Um limite tenso – Lacan entre a filosofia e a psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2002.

ARIÈS, P. (1973) *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARIÈS, P.; DUBY, G. (1986) *História da vida privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BADINTER, E. *Um amor conquistado. O mito de amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS DA MOTTA, M. (org.). *Michel Foucault. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. São Paulo: Forense Universitária, 1999.

BAUDELAIRE, (1857) C. *Les fleurs du mal*. Paris: Librairie Marcel Didier, 1961.

BERCHERIE, P. (1983) A clínica psiquiátrica da criança: Estudo histórico. In CIRINO, O. *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura?* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BICALHO, H.; ABE, J. As estratégias da transferência: suas incidências na direção da análise com crianças. In: IV ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE PSICANÁLISE

COM CRIANÇAS para instituições do Campo Freudiano “As estratégias da transferência em psicanálise com crianças”, 1991. Anais. São Paulo, 1991.

BOURDIEU, P. (1972). Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org) *Pierre Bourdieu*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

BRASIL. Leis etc. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da criança e do adolescente*. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CANGUILHEM, G. (1943). *O Normal e o patológico*. Trad. Maria Thereza Barrocos. São Paulo: Forense Universitária, 1990.

CASEY, J. *A história da família*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1992.

CASTAN, N. O público e o particular. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. *História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CASTRUTTI, B. *Elementos de teoria dos conjuntos*. 6.ed. São Paulo: Nobel, 1973.

CHARTIER, R. (1986) As práticas da escrita. In: *História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CIRINO, O. *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CONTÉ, C. Topologia, Introdução à. In: *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Editado por Pierre Kaufmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CORAZZA, S. *História da infância sem fim*. Ijuí: Unijuí, 2000.

DARMON, M. *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Trad. Eliana A. N. do Valle. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DELEUZE, J. Quê es un dispositivo? In: BALBIER, E.; DELEUZE, G.; DREYFUS, H.L. et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990.

DERRIDA, J. (1992) Fazer justiça a Freud. In: ROUDINESCO, E.; CANGUILHEM, G.; MAJOR, R.; DERRIDA, J. *Foucault. Leituras da História da Loucura*. Trad. Maria Ignes Estrada. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DESCARTES, R. (1637) Discurso do Método. In: *Os Pensadores*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Junior. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DESCARTES, R. (1641) Meditações. In: *Os Pensadores*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Junior. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DOLTO, F. (1971) *Psicanálise e Pediatria*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

DOLTO, F. *Quando os pais se separam*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DOLTO, F. *Auto-retrato de uma psicanalista*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DOLTO, F. (1978) *Quando surge a criança*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Papirus, 1996.

DONZELOT, J. (1977) *A polícia das famílias*. Trad. M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUNKER, C. I. *O cálculo neurótico do gozo*. São Paulo: Escuta, 2002.

DUNKER, C. I. A questão do sujeito: construção, constituição e formação. In: DUNKER, C. I.; PASSOS, M.C. *Uma*

psicologia que se interroga: ensaios. São Paulo: Edicon, 2002.

ELIAS, N. (1982) *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIA, M. R. *Introdução à psicanálise de crianças: o lugar dos pais*. São Paulo, Hacker, 1998.

FARIA, M. R. *Constituição do sujeito e estrutura familiar: O complexo de Édipo de Freud a Lacan*. São Paulo: Cabral, 2003.

FOUCAULT, M. (1976) *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. (1981). Lacan, o 'Libertador' da Psicanálise. In: BARROS DA MOTTA, M. (org.) *Foucault. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

FREUD, A. (1923) La relación entre fantasías de flagelación y un sueño diurno. Trad. Victoria Carranza. *Colección DIVA*, n. 9, Mar. 1999.

FREUD, A. (1926) *O tratamento psicanalítico de crianças*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

FREUD, S. (1895d). Estudios sobre la histeria. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 1.

FREUD, S. (1895i) *Projeto de Psicologia científica para neurólogos*. Imago Rio de Janeiro, 1995.

FREUD, S. (1899a) Los recuerdos encobridores. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 1.

FREUD, S. (1900a) La interpretación de los sueños. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 1.

FREUD, S. (1901b) Psicopatología de la vida cotidiana. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 1.

FREUD, S. (1905d) Três ensayos para uma teoria sexual. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1908c) Teorías sexuales infantiles. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1908d) La moral sexual 'cultural' y la nerviosidad moderna. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1908e) El poeta y los sueños diurnos. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1909b) Analisis de la fobia de um nino de cinco años (caso "Juanito"). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1910c) Um recuerdo infantil de Leonardo da Vinci. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1911h) Los dos principios del funcionamiento mental. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1912e) Consejos al médico en el tratamiento psicoanalítico. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad.

Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1912-13) Totem y Tabu. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1913c) La iniciación del tratamiento. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1914c) Introduccion al narcisismo. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1914g) Recuerdo, repetición y elaboración. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1915c) Los instintos y sus destinos. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1916-17) Lecciones introductorias al psicoanálisis. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1917b) Un recuerdo infantil de Goeth en 'Poesía y verdad'. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1918b) Historia de una neurosis infantil (caso del 'Hombre de los Lobos'). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1919e) Pegan a un niño. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. V. 2.

FREUD, S. (1920g) Más allá del principio del placer. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1921c) Psicología de las masas y analisis del "yo". In: Op. Cit.

FREUD, S. (1922[1940c]). La cabeza de Medusa. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1923b). El 'yo' y el 'ello'. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1923e). La organización genital infantil. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1924b). Neurosis y psicosis. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1924d). La disolución del complejo de Édipo. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1924e). El problema economico del masoquismo. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1926). Inhibicion, *sintoma y angustia*. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1925j). Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia sexual anatómica. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1926e). Análisis profano. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1927e). Fetichismo. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1933a). Nuevas lecciones introductorias al psicoanálisis. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

FREUD, S. (1937d). Construcciones en Psicoanálisis. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. 4. ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. V.3.

GAY, P. *Freud. Uma vida para o nosso tempo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÉLIS, J. (1986) A individualização da criança. In: *História da vida privada 3: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GROSRICHARD, A. El niño y el significante en el Emilio de Rousseau. In: *Niños en psicoanálisis*. Buenos Aires: Manantial, 1989.

HARTMANN, A. *En busca del niño en la estructura*. Buenos Aires: Manantial, 1993.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAKOBSON, R. (1954) Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. (1998) O corpo e a infância. In: *Filosofia e infância*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

JONES, E. The early development of female sexuality. In: *The international journal of psycho-analysis*, v. VIII, 1927.

JUDITH, P. Romantismo, infância e os paradoxos do desenvolvimento humano (1979). In: KOHAN.W.O.; KENNEDY, D. (org). *Filosofia e infância*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

KAUFMANN, P. (editor). *Dicionário enciclopédico de psicanálise. O legado de Freud e Lacan*. Trad. Vera Ribeiro e Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KLEIN, M. (1932). *Psicanálise da Criança*. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Mestre Jou, 1969.

KLEIN, M. (1955). A técnica psicanalítica através do brinquedo: sua história e significado. In KLEIN, M; HEIMANN, P; MONEY-KYRLE, R. E. *Novas tendências na psicanálise*. Trad. Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LACADÉE, P. *Duas referências essenciais de J. Lacan sobre o sintoma da criança*. Trad. Cássia Guardado. Opção Lacaniana. São Paulo, n. 17, 1996.

LACAN, J. (1938a). Os complexos familiares. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Zahar: Rio de Janeiro, 2003.

LACAN, J. (1945a). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1946a). Formulações sobre a causalidade psíquica. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1947a). A psiquiatria inglesa e a guerra. In: *A querela dos diagnósticos*. Trad. Luiz Forbes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

LACAN, J. (1948a). A agressividade em psicanálise. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1949a). O Estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

LACAN, J. (1953a). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1953-54). O Seminário Livro In: *Os escritos técnicos de Freud*. Trad. de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LACAN, J. (1954-55). *O Seminário Livro II: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Trad. de Marie Christine Lasnik Penot com a colaboração de Antônio Luis Quinet de Andrade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. (1955b). O Seminário sobre 'A carta roubada'. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1955-56). *O Seminário Livro III: As psicoses*. Trad. de Aluísio Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, J. (1956-57). *O Seminário livro IV: A relação de objeto*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LACAN, J. (1957b). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1957-58). *O Seminário Livro V: As formações do inconsciente*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. (1958a). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1958d). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1958c). A significação do falo. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1958-59). O Seminário Livro VI: *O desejo e sua interpretação*. Seminário não estabelecido oficialmente.

LACAN, J. (1960a). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: 'Psicanálise e estrutura da personalidade'. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1960c). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1960-61). *O Seminário Livro VIII: A transferência*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (1961-62). *A Identificação*. Seminário não estabelecido oficialmente. Trad. Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos 2003.

LACAN, J. (1962-63). O Seminário Livro X: *A Angústia*. Seminário não estabelecido oficialmente. Trad. Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos, 2003.

LACAN, J. (1964a) O Seminário Livro XI: *Os quatro conceitos fundamentais de psicanálise*. Trad. MD Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1964b). Posição do inconsciente. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1964d). Ato de fundação. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. (1966f). Respostas a estudantes de filosofia. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. (1966-67). Seminário Livro XIV: *La lógica del fantasma*. Seminário não estabelecido oficialmente.

LACAN, J. (1967-68). *O ato analítico*. Seminário não estabelecido oficialmente.

LACAN, J. (1968c) Da psicanálise e sua relação com a realidade. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. (1968d). Alocuções sobre as psicoses da criança. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. (1969a). A lógica da fantasia. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. (1969-70). O Seminário Livro XVII: *O avesso da psicanálise*. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (1972-73). O Seminário Livro XX: *Mais, ainda*. Trad. M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

LACAN, J. (1974-75). R.S.I. Seminário não estabelecido oficialmente.

LACAN, J. (1983a). Nota sobre a criança. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001.

LAUNAY, M. Introdução. In: ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou Da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAURENT, E. *Hay un fin de análisis para los niños*. Buenos Aires: Coleccion Diva, 1999.

LAURENT, E. (1991) *Existe um final de análise para as crianças*. Trad. Anna Aromí. Opção Lacaniana. São Paulo, n. 10, 1994.

LAJONQUIÈRE, L. *De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens. A (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAPLANCHE, J.: *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. (1967) *Vocabulário de psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEFORT, R. (1980) *Nascimento do Outro*. Trad. Ângela Jesuíno. Salvador: Fator Livraria, 1984.

LEFORT, R. Sujeto del inconsciente y sujeto de la psicosis, fantasma o no fantasma. In: *Niños en psicoanálisis*. Buenos Aires: Manantial, 1989.

LEFORT, R. "Um 'passo-a-mais' entre a criança e o adulto: a estrutura do corpo". In: Miller, J. *A criança no discurso analítico*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

LEFORT, R. De lengua al Outro. In: Jornada nacional de la Red Cereda Argentina "Transferencia y interpretación en la práctica con niños", 1991. *Anais*. Buenos Aires: Atuel, 1992.

LEFORT, R. (1995) *Marisa, a escolha sexual da menina*. Trad. Vera Avelar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEGUIL, F. (1986) Mais além dos fenômenos. In: *A querela dos diagnósticos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

LESSERE, A. Presentacion. In: *Jornada nacional de la Red Cereda Argentina* "Transferencia e interpretación en la práctica con niños", 1991. *Anais*. Buenos Aires, Atuel, 1992.

LEVI, P. *A trégua*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. (1949) *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes/Edusp, 1976.

LOCKE, J. (1690) Ensaio acerca do entendimento humano. In: *Os Pensadores*. Trad. Anuar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MANNONI, M. (1964) *A criança retardada e a mãe*. Trad. Maria Raquel Gomes Duarte. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MANNONI, M. (1967) *A criança, sua 'doença' e os outros*. Trad. A. C. Villaça. 3a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MANNONI, M. (1993) *Amor, ódio e separação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MASSON, J. (org). *A correspondência completa de S. Freud para W. Fliess – 1887-1904*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MILLER, J. *A criança no discurso analítico*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

MILLER, J. A. (1983) Duas dimensões clínicas: sintoma e fantasia. In: *Percurso de Lacan: uma introdução*. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MILLER, J. A. *A criança, entre a mulher e a mãe*. Trad. Cristina Mattos. Opção Lacaniana, São Paulo, n. 21, 1998.

MILLOT, C. *Freud Antipedagogo*. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MORA, J. F. *Diccionario de Filosofia*. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 1975.

NABOKOV, V. (1955). *Lolita*. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.

NOGUEIRA, L.C. *A psicanálise: uma experiência original – O tempo de Lacan e a nova ciência*. Tese de livre-docência. IPUSP, 1997.

NOGUEIRA, L.C.; BICALHO, H.; ABE, J. As duas vertentes: significante e objeto *a. Psicologia USP*, São Paulo, v. 15, n.1/2, 2004

NOMINÉ, B. *O sintoma e a família: conferências belorizontinas*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, 1997.

NOMINÉ, B. A adolescência ou a queda do anjo. *Revista Marraio*, n.1, Rio de Janeiro: Formações Clínicas do Campo Lacaniano, 2001.

NOMINÉ, B. Prefácio. In: CIRINO, O. *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

OGILVIE, B. (1987) *Lacan: a formação do conceito de sujeito*. Trad. Dulce Duque Estrada. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

PINTO, T. M. C. A. Análise terminável e interminável I: o transfinito. *Stylus* n. 7. Rio de Janeiro: Associação Fóruns do Campo Lacaniano, 2003.

PLOTZ, J. (1979) Romantismo, infância e os paradoxos do desenvolvimento humano. In: Kohan, W. O.; Kennedy, D. (org). *Filosofia e infância*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

PORGE, E. Psicanálise e tempo – *O tempo lógico de Lacan*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Campo Matemático, 1994.

POSTMAN, N. (1982) *O desaparecimento da infância*. Trad. Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRATES, A. L. Questões preliminares a análise de crianças. In: BRAUER, J. (org.) *A criança no discurso do Outro*. São Paulo: Iluminuras, 1994.

PRATES, A. L. *Feminilidade e experiência psicanalítica*. São Paulo: Hacker, 2001.

PRATES, A. L. Prefácio. In: FARIA, M. *Constituição do sujeito e estrutura familiar: O complexo de Édipo de Freud a Lacan*. São Paulo: Cabral, 2003.

RABINOVICH, D. S. *O desejo do psicanalista: liberdade e determinação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

QUINET, A. *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

RIZZO, F. Memórias de um homem invisível (Herbert Graf relembra meio século de teatro). Trad. Paloma Vidal. *Escola Letra Freudiana*, Ano XVII, n. 24, 1999.

ROCHA MIRANDA, E. Considerações sobre o fim e as saídas de análise em sujeitos crianças. *Marraio*, n. 6. Rio de Janeiro: Formações Clínicas do Campo Lacaniano, 2003.

ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan. Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

ROUDINESCO, E.; CANGUILHEM, G.; MAJOR, R. & DERRIDA, J. Foucault. *Leituras da História da Loucura*. Trad. Maria Ines Estrada. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROUSSEAU, J. J. (1762) *Emílio ou Da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAURET, M.J. *De l'infantile à structure*. Mirail, Presses Universitaires, s.d.

SAURET, M. J. *O infantil e a estrutura*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

SAUSSURE, F. (1916). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1984.

SEMPRUN, J. *A escrita ou a vida*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVESTRE, M. (1987) *Amanhã, a Psicanálise*. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

SILVESTRE, M. (1983) La neurosis infantil según Freud. In: *Mañana el psicoanálisis*. Buenos Aires: Manantial, 1988.

SOLER, C. O tempo em análise. [Conferência pronunciada na Biblioteca Freudiana Brasileira, 1983. Texto estabelecido por Jorge Forbes].

SOLER, C. Artigos Clínicos: Transferência, Interpretação, Psicose. Salvador: Editora Fator, 1991.

SOLER, C. L'enfant et le désir de l'analyste. [Apresentado na Dix-septième journée d'étud du CEREDA, 1994]. *Séries de la Découverte Freudienne*. v. 17, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1994.

SOLER, C. O sujeito e o Outro II. In: FELDSTEIN, R; FINK, B.; JAANUS, M. *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

STRAUSS, M. (1996) El mito, la satisfacción y el impasse. In: *La relacion de objeto*. Medellín: Asociacion del Campo Freudiano de Colombia, 1998.

STRAUSS, M. *De que sofrem as crianças*. A psicose na infância. Trad. Betch Kleinman. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1997.

TENDLARZ, S. E. Prologo. In: LAURENT, E. *Hay un fin de análisis para los niños*. Buenos Aires: Coleccion Diva, 1999.

VALAS, P. Que es un niño. In: *Niños en Psicoanálisis*. Buenos Aires: Manantial, 1989.

WINNICOTT, D. W. (1971) *O Brincar e a realidade*. Trad. José Octávio Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ZIZEK, S. (1989) *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ZORNIG, S. A-J. *A criança e o infantil em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000.

COLEÇÃO ATO PSICANALÍTICO

Conselho científico: Christian Dunker (direção), Nina de Araújo Leite, Dominique Fingermann, Antonio Quinet, Raul Albino Pacheco, Vladimir Safatle, Nelson da Silva Jr., Maria Ângela Vercaro, Ana Paula Giansi, Maria de Fátima Milnitzki, Heloisa Helena Aragão e Ramirez, Tatiana Carvalho Assadi, Fuad Kirillos Neto, Ronaldo Torres

Títulos publicados:

Dimensões do ato em psicanálise
Ronaldo Torres

A pele como litoral – fenômeno psicossomático e psicanálise
Christian Ingo Lenz Dunker, Heloisa Ramirez e Tatiana Assadi

Causalidade e desencadeamento na clínica psicanalítica
Ana Paula Giansi

Estrutura e constituição da clínica psicanalítica – uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento
Christian Ingo Lenz Dunker

O inconsciente: que é isso?
Colette Soler

O significante, o conjunto e o número – a topologia na psicanálise de Jacques Lacan
Paulo M. Rona

Da fantasia de infância ao infantil da fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças
Ana Laura Prates Pacheco

Próximo Lançamento:

Psicanálise Lacaniana: revolução na subjetividade
Ian Parker

Caro Leitor,

Agradecemos pela aquisição desta publicação da Annablume Editora.

Desde 1993, a Annablume edita ensaios acadêmicos sobre os mais diversos temas ligados às Humanidades.

Gostaríamos de mantê-lo atualizado sobre nossos lançamentos, eventos, reedições e promoções nas áreas de seu interesse.

Basta acessar o nosso site (www.annablume.com.br), informar seus dados na seção *Cadastre-se* e selecionar os assuntos sobre os quais você deseja receber informações.

Obrigado e até breve!

José Roberto Barreto Lins
Editor



www.annablume.com.br